



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE HISTÓRIA (FH)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GLEISSON FERREIRA

**OS QUILOMBOS DE LAVRINHAS: MEMÓRIA, FRONTEIRA E
INTERCULTURALIDADES NO ALTO TOCANTINS**

GOIÂNIA - GO
2026



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Gleisson Ferreira

3. Título do trabalho

OS QUILOMBOS DE LAVRINHAS: MEMÓRIA, FRONTEIRA E INTERCULTURALIDADES NO ALTO TOCANTINS

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Sonia Maria De Magalhaes, Professora do Magistério Superior**, em 25/03/2026, às 17:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gleisson Ferreira, Discente**, em 26/03/2026, às 16:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6043556** e o código CRC **8BE9B7E0**.

GLEISSON FERREIRA

**OS QUILOMBOS DE LAVRINHAS: MEMÓRIA, FRONTEIRA E
INTERCULTURALIDADES NO ALTO TOCANTINS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História (FH) da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Orientador(a): Dra. Sônia Maria de Magalhães

GOIÂNIA
2026

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Ferreira, Gleisson
OS QUILOMBOS DE LAVRINHAS: MEMÓRIA, FRONTEIRA E
INTERCULTURALIDADES NO ALTO TOCANTINS [manuscrito] / Gleisson Ferreira.
- 2026.
CCLXXVII, 277 f.: 2026

Orientadora: Prof(a). Dra. Sônia Maria de Magalhães
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2026.

1. Quilombos; Memória; Fronteira; Interculturalidade; Alto Tocantins.

I. Magalhães, Sônia Maria de, orient. II. Título.

CDU 94



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata nº **005/2026** da sessão de Defesa da Tese de **GLEISSON FERREIRA**, que confere o título de **DOUTOR em História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Ao/s **vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis**, a partir da(s) **14h00min**, via **Videoconferência**, realizou-se a sessão pública de **Defesa de Tese** intitulada "**OS QUILOMBOS DE LAVRINHAS: MEMÓRIA, FRONTEIRA E INTERCULTURALIDADES NO ALTO TOCANTINS**". Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Sônia Maria de Magalhães (PPGH/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **George Leonardo Seabra Coelho (UFT)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Maria Juliana de Freitas Almeida (UEG)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Alexandre Martins de Araújo (FH/UFG)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Elias Nazareno (PPGH/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta, a fim de concluir o Julgamento da Tese, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Sônia Maria de Magalhães**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Pereira Alencar Arrais**, **Coordenador de Pós-Graduação**, em 25/03/2026, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sonia Maria De Magalhaes**, **Professora do Magistério Superior**, em 25/03/2026, às 17:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elias Nazareno**, **Professor do Magistério Superior**, em 25/03/2026, às 19:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Martins De Araujo**, **Professor do Magistério Superior**, em 26/03/2026, às 08:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6043555** e o código CRC **D1C0D5C1**.

Referência: Processo nº 23070.012463/2026-33

SEI nº 6043555

À minha querida Comunidade Quilombola de
Lavrinhas de São Sebastião!

AGRADECIMENTOS

Agradeço de coração a todos os que colaboraram para que esta tese pudesse ser concluída.

Agradeço à minha orientadora, professora Dra. Sônia Maria de Magalhães, pela disposição em orientar este trabalho e pelas correções necessárias e oportunas. Minha gratidão!

Agradeço ao professor Dr. Alexandre Martins de Araújo pelo desprendimento, atenção e presteza de sempre. Foi um Socorro sempre presente quando as dúvidas surgiram, desde o mestrado, quando foi meu orientador.

Meus agradecimentos também aos demais membros da Banca Examinadora, Professor Dr. Elias Nazareno e à Dra. Maria Juliana de Freitas Almeida pelos apontamentos, correções e sugestões cruciais para a versão final.

Agradecimentos ao PPGH: professores, discentes e servidores pelo apoio, auxílio, atenção e diligência.

Agradeço à minha esposa, Dayguer Ferreira pelas noites de insônia e dias de fadiga, auxiliando-me na digitação. Quando a luz dos meus olhos me faltou, os seus iluminaram minha vida! Agradeço a sua paciência e a sua fé, por acreditar mais do que eu que o término deste trabalho seria possível.

Agradeço às minhas filhas, Ana Alice e Maria Isabel, por compreenderem minhas ausências e por acreditarem em mim quando eu mesmo duvidava. Obrigado por me conduzirem pela mão quando precisei.

Agradeço à minha mãe por ser o nosso porto seguro, cuidando de mim e da minha família sempre que necessário.

Agradeço aos colegas que muitas vezes cobriram minhas ausências, foram verdadeiros irmãos.

Meus agradecimentos à Nailde, do Quilombo de Pombal, pelo auxílio e receptividade, bem como ao seu pai, Sr. Alquino.

Agradeço à Dilamar, à Deusalina e à sua mãe, Dona Maria Abadia, da Comunidade de Laguna, pela amizade, confiança e hospitalidade.

Meus agradecimentos à Dona Eva, da Comunidade Tomás Cardoso, pela receptividade e amizade. Sua entrevista foi inspiradora.

Agradeço à Santina, da Comunidade João Borges Vieira, pela disponibilidade em dar o seu testemunho sobre o passado da família e pela amizade de sempre.

Meus agradecimentos à minha Comunidade de Lavrinhas pela fé e pelas orações a meu favor nos meus momentos mais difíceis.

“A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.”

(Jacques Le Goff)

RESUMO

A presente tese investiga as comunidades quilombolas da região de Lavrinhas de São Sebastião, situada no Alto Tocantins, centro-norte de Goiás, analisando suas memórias, territorialidades e interculturalidades sob a perspectiva da História Ambiental. O estudo parte das narrativas registradas por Carlos Pereira de Magalhães em *Cartas de Goiás* (1918–1925), complementadas por relatos contemporâneos e pesquisa de campo, para compreender o processo histórico de formação dos quilombos e as dinâmicas culturais e ecológicas que moldaram essas comunidades. A pesquisa busca compreender como as populações negras, indígenas e europeias, ao interagirem na antiga sesmaria de Lavrinhas, desenvolveram modos específicos de adaptação ambiental, formando um arraigamento ecológico — conceito adotado de Alexandre Martins de Araújo — que articula saberes tradicionais, resistência e continuidade cultural. A metodologia baseia-se na História Oral, na análise do discurso e na abordagem interdisciplinar da História Ambiental, articulando fontes documentais, memórias coletivas e registros literários. O estudo propõe compreender Lavrinhas como um espaço de fronteira múltipla — territorial, cultural e simbólica — onde se constituíram identidades e alteridades marcadas pelo encontro e confronto entre grupos distintos. A análise dos testemunhos e da documentação histórica permitiu identificar o Alto Tocantins como uma etnorregião. Há uma grande quantidade de comunidades quilombolas e evidências de intercâmbios entre comunidades remanescentes como Pombal, Laguna, Tomás Cardoso e João Borges Vieira. Os resultados indicam que as comunidades quilombolas da região constituem expressões vivas de resistência e de preservação cultural, cuja historicidade ultrapassa os marcos legais contemporâneos das políticas afirmativas, reforçando a legitimidade histórica de suas reivindicações identitárias. Conclui-se que Lavrinhas de São Sebastião funcionou como núcleo irradiador de relações socioculturais e ambientais que deram origem a diversos quilombos na região, configurando um território de memórias partilhadas e interculturalidades dinâmicas. A pesquisa contribui para o debate historiográfico sobre os processos de ocupação de Goiás, ampliando o entendimento das relações entre memória, ambiente e identidade afrodescendente no Brasil central.

Palavras-chave: quilombos; memória; fronteira; interculturalidade; Alto Tocantins.

ABSTRACT

This dissertation investigates the quilombola communities of the Lavrinhas de São Sebastião region, located in the Upper Tocantins, north-central Goiás, analyzing their memories, territorialities, and intercultural dynamics through the lens of Environmental History. The study is based on the narratives recorded by Carlos Pereira de Magalhães in *Cartas de Goiás* (1918–1925), complemented by contemporary testimonies and field research, to understand the historical process of quilombo formation and the cultural and ecological dynamics that shaped these communities. The research seeks to comprehend how Black, Indigenous, and European populations, through their interactions in the former Lavrinhas land grant (*sesmaria*), developed specific forms of environmental adaptation, creating an ecological rootedness — a concept adopted from Alexandre Martins de Araújo — that intertwines traditional knowledge, resistance, and cultural continuity. The methodology combines Oral History, discourse analysis, and the interdisciplinary approach of Environmental History, articulating documentary sources, collective memories, and literary records. The study proposes to understand Lavrinhas as a space of multiple frontiers — territorial, cultural, and symbolic — where identities and alterities were shaped by encounters and conflicts among diverse groups. The analysis of testimonies and historical documentation revealed elements of a possible Quilombola Confederation in the Upper Tocantins, as well as evidence of exchanges among descendant communities such as Pombal, Laguna, Tomás Cardoso, and João Borges Vieira. The findings indicate that the quilombola communities of the region embody living expressions of resistance and cultural preservation, whose historicity transcends contemporary affirmative policy frameworks, reinforcing the historical legitimacy of their identity claims. The study concludes that Lavrinhas de São Sebastião functioned as a core center of socio-cultural and environmental relations that gave rise to several quilombos in the region, constituting a territory of shared memories and dynamic interculturalities. This research contributes to the historiographical debate on the settlement processes in Goiás, broadening the understanding of the relationships among memory, environment, and Afro-descendant identity in central Brazil.

Keywords: quilombos; memory; frontier; interculturality; Alto Tocantins.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Mapa da Bacia Hidrográfica do Alto Tocantins.....	97
Figura 2 — Mapa microrregião do Alto Tocantins	100
Figura 3 — Mapa da Capitania de Goiás	103
Figura 4 — Mapa dos Rios de Pilar de Goiás (1758).....	106
Figura 5 — Carta patente de Antônio José de Campos, no posto de sargento-mor do Arraial do Buriti Queimado, 1758	111
Figura 6 — Carta patente de Bento Nicolau de Oliveira, no posto de capitão-mor do Arraial do Buriti Queimado, 1767	113
Figura 7 — Vista frontal da Casa do Capitão Francisco Pereira Ribeiro, em Pilar de Goiás (Atual Museu Casa da Princesa).....	117
Figura 8 — Vista frontal e lateral da Casa do Capitão Francisco Pereira Ribeiro, em Pilar de Goiás (Atual Museu Casa da Princesa).....	118
Figura 9 — Detalhes de Portal, janela e beira da Casa do Capitão Francisco Pereira Ribeiro, em Pilar de Goiás (Atual Museu Casa da Princesa).....	119
Figura 10 — Detalhes da janela com rótulas estilo Mudejar da Casa do Capitão Francisco Pereira Ribeiro, em Pilar de Goiás (Atual Museu Casa da Princesa)	120
Figura 11 — Mapa das Comunidades Quilombolas de Goiás	123
Figura 12 — Carta inédita de Carlos Pereira de Magalhães (1ª Parte).....	190
Figura 13 — Carta inédita de Carlos Pereira de Magalhães (2ª Parte).....	191
Figura 14 — Carta inédita de Carlos Pereira de Magalhães (3ª Parte).....	192
Figura 15 — Mapa dos quilombos de Lavrinhas na região do Alto Tocantins	202
Figura 16 — Mapa da Comunidade Quilombola Tomás Cardoso.....	204
Figura 17 — Senhora Eva da Comunidade Tomás Cardoso.....	206
Figura 18 — Senhora Eva da Comunidade Tomás Cardoso e o pesquisador	207
Figura 19 — Dança do chorado em Lavrinhas de São Sebastião.....	209
Figura 20 — Procissão da Festa de Nossa Senhora do Rosário e São Sebastião na Festa de Nossa Senhora do Rosário, em Lavrinhas de São Sebastião.	211
Figura 21 — Levantamento do mastro de São Sebastião na Festa de Nossa Senhora do Rosário, em Lavrinhas de São Sebastião.....	212

Figura 22 — Encontro do Grupo de Dança do Chorado de Lavrinhas de São Sebastião com o Grupo de Tambor João Borges Vieira, de Uruaçu, na Festa de Nossa Senhora do Rosário, em Lavrinhas de São Sebastião	214
Figura 23 — Mapa da Comunidade Quilombola João Borges Vieira	217
Figura 24 — Senhora Santina da Comunidade João Borges Vieira e o pesquisador	220
Figura 25 — Senhora Santina da Comunidade João Borges Vieira.....	221
Figura 26 — Mapa da Comunidade Quilombola de Pombal	223
Figura 27 — Busto de Solon Edson de Almeida.....	226
Figura 28 — Senhor Alquino da Comunidade Pombal.....	229
Figura 29 — Senhor Alquino em entrevista concedida ao pesquisador.....	230
Figura 30 — Mapa da Comunidade Quilombola Santo Antônio da Laguna.....	231
Figura 31 — Senhora Dilamar da Comunidade Santo Antônio da Laguna.....	232
Figura 32 — Certidão de nascimento de Genivaldo Barbosa Cardoso	235
Figura 33 — Certidão de nascimento de Natália Chagas de Lima.....	236
Figura 34 — Certidão de casamento de Maria Santina Barbosa da Silva.....	237
Figura 35 — Certidão de óbito de Antônia Baião das Chagas	239
Figura 36 — Certidão de óbito do sr. João Borges Vieira.....	241
Figura 37 — Certidão de óbito de Armelina Soares Costa.....	242
Figura 38 — Certidão de casamento de João Nunes de Amâncio	243
Figura 39 — Certidão de óbito do sr. Laudilino Coelho	245

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Produções acadêmicas dos anos 1970	67
Quadro 2 — Produções acadêmicas dos anos 1980.	68
Quadro 3 — Produções acadêmicas dos anos 1990	70
Quadro 4 — Lista de Unidades Administrativas com área representativa na Bacia Hidrográfica do Alto Tocantins.....	99
Quadro 5 — Organização Administrativa de Goiás em 1804.....	104
Quadro 6 — Ligações Familiares entre Lavrinhas, Pombal, João Borges Vieira, Tomás Cardoso e Laguna	246

Sumário

INTRODUÇÃO	19
1 MEMÓRIA, FRONTEIRA E INTERCULTURALIDADES	29
1.1 Uma breve biografia de Carlos Pereira de Magalhães.....	40
1.2 Lavrinhas e Goiás	42
2 GOIÁS, ESCRAVIDÃO E QUILOMBOS NA HISTORIOGRAFIA GOIANA.....	56
2.1 A historiografia Goiana dos anos 1920 a 1960.....	62
2.2 Quilombos em Goiás: uma revisão bibliográfica.....	74
2.3 A historiografia goiana contemporânea e os novos olhares sobre a escravidão e os quilombos (2000–2020).....	89
3 O ALTO TOCANTINS E OS QUILOMBOS DE LAVRINHAS.....	94
3.1 Zonas de Povoamento e Zonas Administrativas.....	101
3.2 O Arraial do Buriti Queimado, primeiro povoado de Lavrinhas de São Sebastião	107
3.3 O Comendador Joaquim Alves de Oliveira	114
3.4 O Quilombo do Campo Grande e o Alto Tocantins	126
3.5 A Conjuração dos negros do Pilar e o seu contexto.....	140
3.6 A Corrupção e os projetos pessoais de poder.....	145
3.7 Conflitos de interesses	148
3.8 A Conjuração dos negros do Pilar.....	152
4 A FUGA DA GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA DA FUGA.....	158
4.1 Quilombos urbanos e quilombos de fuga.....	158
4.2 A tragédia da Prisca e o Quilombo do Pombal	166
4.3 Lavrinhas, a fronteira no tempo e no espaço.....	182
4.4 Os quilombos de Lavrinhas	200
4.5 Tomás Cardoso	203
4.6 A Congada, o Chorado e o Tambor	210

4.7	O Tambor de João Borges Vieira.....	216
4.8	Pombal	222
4.9	Santo Antônio da Laguna	230
4.10	O parentesco entre as comunidades.....	234
4.11	Lavrinhas e a Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG	247
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	253
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	262

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata da existência de cinco comunidades quilombolas situadas nas proximidades dos Rios “das Almas” e “Maranhão”, no chamado Alto Tocantins. As localidades em questão são: Lavrinhas de São Sebastião, surgida nas terras de uma antiga fazenda escravista do período colonial, de mesma denominação; e outras quatro que dela se originaram — Pombal, Laguna, Tomás Cardoso e João Borges Vieira. A pesquisa se debruça sobre a história desses povoados na região e das memórias que atestam uma ancestralidade negra escravizada (Magalhães, C., 2004).

A história social de Goiás foi, durante muito tempo, narrada a partir de perspectivas que privilegiaram determinados sujeitos e processos históricos em detrimento de outros. Desde o século XIX, a construção da memória regional esteve profundamente associada às narrativas produzidas por viajantes europeus, administradores coloniais e intelectuais ligados às elites locais. Esses relatos contribuíram para consolidar interpretações que enfatizavam a exploração mineral, a ação bandeirante e a formação de vilas e arraiais, enquanto outras dimensões fundamentais da experiência histórica — como a presença africana, a escravidão e as formas de resistência negra — permaneceram em grande medida invisibilizadas. Como resultado, a participação dos africanos escravizados e de seus descendentes na formação social do território goiano foi frequentemente reduzida à condição de mão de obra, raramente reconhecida como agente histórico capaz de produzir territórios, redes de sociabilidade e experiências políticas próprias.

Essa lacuna torna-se ainda mais evidente quando se observa a escassez de estudos dedicados às comunidades quilombolas do norte da antiga capitania de Goiás, especialmente no território conhecido como Alto Tocantins. Situada em uma área de fronteira marcada por intensa mobilidade populacional, pela presença indígena e pela exploração aurífera desde o século XVIII, essa localidade constituiu um espaço privilegiado para o surgimento de diversas formas de resistência ao sistema escravista. Quilombos, aldeamentos indígenas, redes de fuga e alianças interétnicas formaram parte de um cenário histórico complexo que, apesar de sua relevância, permaneceu por muito tempo à margem das interpretações historiográficas dominantes.

Nas últimas décadas, entretanto, o avanço das pesquisas em história social, antropologia histórica e estudos sobre memória coletiva tem contribuído para revisar essas perspectivas. A

partir de novas abordagens teóricas e metodológicas, tornou-se possível reconhecer que as populações negras e indígenas não apenas participaram da história de Goiás, mas foram protagonistas na construção de territórios, identidades e formas de resistência que atravessaram séculos. Nesse contexto, o estudo dos quilombos do Alto Tocantins surge como um campo fértil para compreender as múltiplas estratégias de sobrevivência e organização social desenvolvidas por grupos subalternizados diante das violências do sistema colonial e escravista.

Entre essas experiências históricas destaca-se a formação de comunidades quilombolas associadas ao território de Lavrinhas de São Sebastião, região localizada na confluência dos rios das Almas, Maranhão e Bagagem, no atual norte do estado de Goiás. Ao longo do tempo, esse espaço tornou-se referência para a constituição de diversas comunidades negras rurais, entre elas Pombal, Laguna, Tomás Cardoso e João Borges Vieira. Sua memória preserva histórias sobre fugas, conflitos, alianças e estratégias de ocupação territorial que remontam ao período colonial e que ainda hoje desempenham papel central na construção de suas identidades coletivas.

Um dos episódios mais marcantes dessa memória histórica é o relato conhecido como “tragédia da Prisca”, registrado nas correspondências do advogado paulista Carlos Pereira de Magalhães, no início do século XX. Segundo essas narrativas, um grupo de escravizados da Fazenda da Prisca teria se aliado a indígenas Avá-Canoeiro para atacar a propriedade, matando os que lhes opunham resistência e fugindo em direção às matas da região do Rio Maranhão. Independentemente das controvérsias que cercam esse episódio, o relato evidencia a existência de redes de resistência e cooperação entre diferentes grupos subalternizados, sugerindo a presença de dinâmicas sociais mais complexas do que aquelas registradas pela documentação oficial.

Partindo dessas considerações, esta tese tem como objetivo principal analisar os processos históricos que contribuíram para a formação dos quilombos do Alto Tocantins, com especial atenção às experiências sociais e territoriais associadas à região de Lavrinhas de São Sebastião. Busca-se compreender de que maneira escravizados, indígenas e populações mestiças construíram estratégias de resistência, mobilidade e organização comunitária que permitiram a emergência e a permanência de quilombos ao longo do tempo.

Ao investigar essas vivências, o trabalho dialoga com três eixos analíticos principais. O primeiro refere-se à relação entre memória, território e identidade, considerando como as narrativas coletivas das comunidades quilombolas contribuem para preservar trajetórias

históricas que nem sempre aparecem nos registros oficiais. Nesse sentido, autores como Maurice Halbwachs (2006), Paul Ricoeur (2007) e Pierre Nora (1993) oferecem importantes contribuições para compreender o papel da memória na construção de identidades coletivas e na produção de sentidos sobre o passado.

O segundo eixo diz respeito à análise das fronteiras sociais e culturais que marcaram a ocupação do Alto Tocantins. Inspirado nas reflexões de autores como José de Souza Martins e Sandra Pesavento (2002), o conceito de fronteira aqui é compreendido além do limite geográfico, como espaço de encontro, conflito e interculturalidade, em que diferentes grupos sociais negociaram formas de coexistência, dominação e resistência.

Por fim, o terceiro eixo analítico aborda as formas de resistência negra e indígena diante do sistema escravista. Nesse contexto, os quilombos são interpretados não apenas como refúgios de fugitivos, mas como territórios de reconstrução social, cultural e política, nos quais populações subalternizadas desenvolveram formas próprias de organização e autonomia.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa combina diferentes tipos de fontes históricas. Entre elas destacam-se documentos administrativos e correspondências do período colonial, relatos de viajantes e memorialistas, estudos historiográficos produzidos ao longo do século XX e registros contemporâneos relacionados às comunidades quilombolas da região.

Também são consideradas narrativas de memória preservadas nas próprias localidades, que oferecem perspectivas fundamentais para compreender a continuidade histórica dessas populações.

A análise dessas fontes busca articulá-las aos estudos sobre memória, permitindo compreender, além dos eventos históricos em si, as formas como eles foram narrados, reinterpretados e transmitidos ao longo do tempo. Dessa forma, a pesquisa procura superar interpretações convencionais que reduziram os quilombos a episódios isolados de fuga ou rebelião, demonstrando que essas dinâmicas constituíram processos históricos complexos e duradouros.

No passado, a região de Lavrinhas foi descrita por viajantes europeus que registraram aspectos do ambiente e da sociedade, mas também despertou o interesse de brasileiros, alguns ainda pouco conhecidos nos círculos acadêmicos. Entre eles, está o paulista Carlos Pereira de Magalhães, em cuja obra “Cartas de Goiás” são registradas as particularidades do ambiente, de natureza exuberante, que considerava “um paraíso” (Magalhães, C., 2004). O autor registra parte do universo cultural dessas populações, especialmente no que diz respeito às comunidades

da região de Lavrinhas de São Sebastião. Relata o vínculo dos indivíduos com a natureza, bem como as relações entre si, sua cosmologia, crenças, modos de fazer e de pensar, razão pela qual seus escritos são de suma importância para esta proposta de pesquisa.

Lavrinhas talvez tenha sido a maior sesmária de Goiás, como também a maior e mais produtiva lavra de ouro do estado no auge da mineração no período colonial. Na atualidade, abriga comunidades em seus limites e proximidades que guardam entre si relações de parentesco e modos peculiares de viver e se relacionar com o ambiente à sua volta. Esses aspectos são merecedores de uma investigação acadêmica aprofundada, que contribua com a Ciência Histórica, a História Ambiental e as ciências humanas em geral, e, sobretudo, para a valorização desses grupos, de seu modo de vida e de seu universo cultural.

O presente trabalho resulta dos desdobramentos de uma pesquisa iniciada ainda durante a graduação, fruto de uma inquietação e curiosidade de criança, uma vez que o autor desta proposta nasceu e viveu muitos anos na região, onde tem parentes e amigos. Essa investigação, desenvolvida no mestrado, produziu a dissertação “História, Memória, Fronteira e Alteridade em Lavrinhas de São Sebastião nas “Cartas de Goiás” de Carlos Pereira de Magalhães (1918-1925).

Nela, buscamos também discutir aspectos da história ambiental e interculturalidades a partir das memórias da região de Lavrinhas de São Sebastião, à luz dos conceitos de memória, fronteira e interculturalidade. Para isso, foram utilizados relatos coletados in loco de 1918 a 1925, registrados em cartas que deram origem ao livro “Cartas de Goiás no princípio do século XX”, de Carlos Pereira de Magalhães. Lançaremos mão também de relatos colhidos na atualidade pelo autor deste projeto, bem como aqueles já utilizados na referida dissertação.

Na região, desenvolveram-se muitas comunidades negras que se reconhecem como quilombolas, como o próprio povoado de Lavrinhas (sede da antiga Sesmária Lavrinhas de São Sebastião), Pombal e Laguna, em Santa Rita do Novo Destino, Tomás Cardoso em Barro Alto/Santa Rita do Novo Destino e João Borges Vieira, em Uruaçu. Para se ter uma ideia do tamanho dessa antiga sesmária, ela englobava terras que hoje correspondem aos municípios já citados, além de Goianésia e Barro Alto. Todas essas comunidades guardam alguma relação com Lavrinhas de São Sebastião, inclusive de parentesco, referindo-se a Lavrinhas em seus cantos tradicionais. Importa saber que íntima relação possa ter havido entre todas essas comunidades e Lavrinhas. Onde, quando e por que começaram essas relações, qual seu alcance ou profundidade.

Para tais localidades, utilizando a alegoria de um rio, Lavrinhas talvez seja como um grande rio, às margens do qual foram abertos canais de irrigação, buscando as águas desse curso principal. Essas águas representariam o curso da história, linear e contínua. Esse fluxo deixa marcas no imaginário, na lembrança: as memórias. Ele irriga os terrenos às margens do rio e dos canais, fazendo emergir uma cultura que dele se nutre.

Situados nos limites e proximidades dessa antiga sesmaria, os povoados em questão distam aproximadamente 250 km da capital (Goiânia) e 200 km do Distrito Federal. A região de Lavrinhas foi uma antiga sesmaria adquirida ainda durante o ciclo do ouro pelo português João Pereira Ribeiro, que encontrou e explorou minas na região com numerosa escravaria (Magalhães, C., 2004). Com sua volta a Portugal, o senhorio passa a seu filho, o Capitão de Conquista Francisco Pereira Ribeiro e, com a morte deste, ao neto, o alferes Silvestre Pereira Ribeiro, falecido por volta de 1870.

Encarregado de fazer a regularização das terras de Lavrinhas, o advogado paulista Carlos Pereira de Magalhães esteve no local e registrou os relatos ouvidos dos moradores entre 1918 e 1925. As memórias coletadas por esse autor dão conta da existência de quilombos dentro das terras de Lavrinhas, descrevem fugas de escravizados e aquilombamento, em um testemunho distante no tempo que pode atestar reivindicações identitárias atuais na região.

O material por ele reunido foi registrado em cartas cujas cópias cuidou em salvar, e que servirão como fonte para o desenvolvimento deste trabalho, que objetiva analisar o histórico ecológico-cultural adaptativo da região presente nas memórias, buscando elementos que deem conta de seu arraigamento ecológico (expressão cunhada pelo prof. Dr. Alexandre Martins de Araújo, que engloba os mais variados aspectos da dinâmica adaptativa dessas populações ao ambiente), suas visões de mundo e interculturalidades.

A pesquisa foi desenvolvida em Lavrinhas de São Sebastião na microrregião do Alto Tocantins, ponto de confluência entre os rios das Almas, Maranhão e Bagagem; área de campo, cerrado e vereda no centro-norte de Goiás. Nesse local, dentro e nas proximidades da antiga Sesmaria, Lavrinhas de São Sebastião, consolidaram-se várias comunidades quilombolas, algumas remontando ao período colonial (Magalhães, C., 2004). Nesse aspecto, o estudo volta-se à investigação sobre as comunidades de Lavrinhas (povoado originado da sede da antiga sesmaria), Pombal e Laguna, no município de Santa Rita do Novo Destino; Tomás Cardoso, no município de Barro Alto/Santa Rita do novo Destino; e João Borges Vieira, em Uruaçu, tendo

em vista que todas essas comunidades se originaram de Lavrinhas de São Sebastião ou a ela se mantêm ligadas geográfica e/ou culturalmente.

Para além do exposto, é importante conhecer as intrincadas relações dessas comunidades remanescentes de quilombos de Lavrinhas, tanto entre si quanto com aquelas situadas em suas proximidades, bem como suas formas de lidar com a natureza, transpor distâncias e estabelecer redes de circulação e contatos.

As evidências apontadas até então pelas pesquisas realizadas durante o mestrado indicam uma dinâmica de transposição de grandes distâncias pelos membros desses grupos, seja seguindo o curso de rios como o das Almas, Maranhão, Bagagem e Tocantins; seja por caminhos e trilhas somente por eles conhecidos, através das matas, campos, veredas e cerrados. Observa-se, ainda, um compartilhamento cultural entre tais comunidades no Alto Tocantins, formando o que se pode chamar de uma etnorregião.

No início do século XX, Carlos Pereira de Magalhães, esteve na região onde registrou o histórico de sua ocupação oficial por meio de memórias coletadas entre seus habitantes, reunidas em cartas que deram origem ao livro *Cartas de Goiás* no princípio do século XX, publicado postumamente pela editora De Letra em Letra (São Paulo, 2004). Ao todo são 53 cartas produzidas entre 1918 e 1925, nas quais o autor discorre sobre aspectos da natureza e da cultura na região de Lavrinhas, como festas populares, costumes locais, ataques de indígenas, fugas de escravizados e a existência de quilombos.

O povoado principal que surgiu da antiga sesmária Lavrinhas de São Sebastião situa-se atualmente no município de São Luiz do Norte (GO), distante 250 km da capital, Goiânia. Na área, além de grandes fazendas, estabeleceram-se comunidades negras que se identificam como remanescentes de escravizados/quilombos (como Porto Leocárdio, Córrego do Luca, Pombal e Zagaia, entre outros).

A partir do exposto, este trabalho propõe analisar a história e memórias de Lavrinhas de São Sebastião, com base em pressupostos da História Ambiental, recorrendo a pesquisas de campo segundo a metodologia da História Oral e aos escritos de Carlos Pereira de Magalhães.

Sob o conceito de fronteira, geográfica e cultural, buscamos compreender as especificidades de sua formação, da ocupação do território e de sua adaptação, produzindo um “arraigamento ecológico” (conceito de autoria do professor Dr. Alexandre Martins de Araújo que discutimos no Referencial Teórico), bem como os conflitos decorrentes dessa ocupação, as miscigenações e a apropriação de saberes indígenas necessários à sobrevivência, além de

manifestações culturais, visões de mundo e alteridade e das formas de manipulação e manejo de recursos ambientais. Por isso o trabalho intitula-se “Os Quilombos de Lavrinhas: memória, fronteira e interculturalidade no Alto Tocantins”.

O interesse por este projeto decorre de uma convivência de muitos anos com essas comunidades, o que evidenciou a distinção de sua forma peculiar de vida e organização social em relação à sociedade nacional, em aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais, além do peculiar interesse do autor pela história da região, resistência negra, memória e interculturalidades.

A relevância da pesquisa proposta reside no fato de poder contribuir para desvendar a dinâmica da ocupação de Goiás a partir da região especificada, com base na História Ambiental, bem como para a ampliação e revisão crítica da historiografia sobre o estado, especialmente no que se refere à presença negra e às experiências de resistência no interior da antiga capitania. Ao investigar os processos históricos relacionados à formação dos quilombos no Alto Tocantins, o estudo busca preencher lacunas importantes na produção historiográfica regional, por muito tempo marcada pelo silenciamento ou pela marginalização das trajetórias de africanos escravizados e de seus descendentes.

Nesse sentido, ao articular análise historiográfica, estudo de fontes documentais e reflexão sobre memória coletiva, a pesquisa evidencia que os quilombos não constituíram fenômenos periféricos na história goiana, mas elementos fundamentais para compreender as dinâmicas sociais, territoriais e culturais que marcaram a formação da região. Por fim, ao dialogar com as memórias preservadas nas comunidades quilombolas contemporâneas e com debates atuais sobre memória, território e reconhecimento histórico, o trabalho contribui para fortalecer a compreensão da importância dessas populações na construção da história e da diversidade cultural de Goiás.

A originalidade deste trabalho está no fato de que, ao se realizarem buscas no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), até o momento não foram encontrados registros cujo objeto de estudo seja o citado livro, seu autor ou Lavrinhas de São Sebastião, salvo a dissertação de mestrado desenvolvida pelo pesquisador que ora propõe este projeto, intitulada “História, memória, fronteira e alteridade em Lavrinhas de São Sebastião nas “Cartas De Goiás” de Carlos Pereira de Magalhães (1918-1925)”. Neste estudo, pretende-se, ademais, contribuir para o debate historiográfico em Goiás e no Brasil, bem como para a História Ambiental, ampliando os horizontes sobre a produção acadêmica e

colaborando para a história regional das comunidades tradicionais em Goiás, além de proporcionar o conhecimento de aspectos ainda pouco explorados da história nacional.

“Dr. Carlos”, como era conhecido em Goiás, foi o primeiro (talvez o único) a coletar (e registrar) informações e/ou relatos dentro da própria comunidade de Lavrinhas e entre ex-escravizados, as quais apontam para a existência de quilombos naquelas proximidades nos primeiros anos do século XX. Trata-se, portanto, de um testemunho distante e diverso (no tempo e no espaço) dos interesses afirmativos da atualidade sobre a questão das identidades/identificação das comunidades remanescentes de escravizados, o que por si só reforça sua relevância.

Em um momento histórico em que ações afirmativas estão em voga, incentivadas pela ampliação de direitos que por séculos foram negados às minorias, é importante analisar dados históricos, geográficos e cronológicos que possam lhes dar sustentação. Nesse sentido, as “Cartas de Goiás” de Carlos Pereira de Magalhães, ao reunir depoimentos in loco que evidenciam existência de quilombos na região de Lavrinhas quase um século antes do surgimento de políticas de incentivo a essas políticas, conferem legitimidade histórica às reivindicações identitárias dessas comunidades na atualidade.

Buscando contribuir para o conjunto de estudos sobre as comunidades quilombolas a partir de Lavrinhas de São Sebastião, sob o conceito de arraigamento ecológico e à luz da História Ambiental, este trabalho se propõe a compreender as relações histórico-ambientais e culturais entre Lavrinhas e os grupos formados em seus limites e proximidades, identificando influências diversas que remetem à procedência desses núcleos, geográfica e/ou culturalmente a ela ligadas, estabelecemos uma problemática que busca:

- a) compreender o território da região e entorno da antiga sesmaria Lavrinhas de São Sebastião como um espaço de fronteiras: territorial, ambiental e cultural, no qual, ao longo do tempo, formaram-se diversas relações configurando identidades, alteridades e, por conseguinte, interculturalidades, bem como analisar como Lavrinhas de São Sebastião se relaciona com as comunidades de Pombal, Laguna, Tomás Cardoso e João Borges Vieira;
- b) detectar elementos culturais de origem africana e influências históricas decorrentes da atuação de grupos indígenas e de europeus, que contribuíram para a formação de uma interculturalidade presente em memórias ou em sua cultura material e imaterial;

- c) discutir as formas conflituosas de relação na fronteira geográfica, que deixam marcas na memória e no imaginário dessas comunidades, estabelecendo sua relação com o território, ou seja, sua territorialidade;
- d) entender as especificidades da ocupação e adaptação dessas comunidades na região de Lavrinhas de São Sebastião, pormenorizando os elementos que propiciaram seu arraigamento ecológico.

Defende-se que as fugas de escravizados da fazenda Lavrinhas de São Sebastião levaram à formação de quilombos bem-sucedidos na região, articulando saberes indígenas sobre o ambiente, conhecimentos africanos tradicionais e referências europeias, o que possibilitou a adaptação ao meio, como se observa na comunidade de Pombal e seus remanescentes (Laguna, Tomás Cardoso e João Borges Vieira).

A combinação desses saberes nas comunidades quilombolas levou a um arraigamento ecológico propiciado pelo intercâmbio de práticas em uma região de fronteira, caracterizando interculturalidades e formando uma etnorregião.

Com um tríplice potencial econômico — mineração, agricultura e pecuária —, Lavrinhas atraiu, desde os tempos coloniais, o interesse de aventureiros de várias partes da Colônia e do mundo.

Devido ao seu surgimento no contexto colonial da exploração do ouro com mão de obra escravizada, Lavrinhas de São Sebastião deu origem a comunidades quilombolas em seus limites e em áreas circunvizinhas. Os quilombos de Lavrinhas estabeleceram relações diversas com outras comunidades quilombolas tanto região quanto em locais mais distantes, seguindo o curso dos rios das Almas, Maranhão, Tocantins e Bagagem.

Considerando esse cenário, a estrutura da tese está organizada em quatro capítulos, que dialogam entre si de maneira complementar.

O primeiro capítulo discute as relações entre memória, fronteira e interculturalidade no contexto histórico de Lavrinhas de São Sebastião. A partir da análise de diferentes narrativas e representações sobre a região, busca-se compreender como as experiências históricas locais foram interpretadas e reinterpretadas ao longo do tempo, evidenciando disputas de memória e distintas formas de construção identitária.

Na sequência, o segundo capítulo apresenta uma análise crítica da historiografia produzida sobre Goiás, destacando como determinados temas e sujeitos foram privilegiados enquanto outros permaneceram silenciados. Nesse contexto, discute-se a ausência de estudos

sobre o negro e os quilombos durante grande parte do período de produção historiográfica regional, bem como as transformações ocorridas a partir da consolidação da pesquisa acadêmica nas universidades goianas.

Em seguida, o terceiro capítulo examina a formação histórica do território do Alto Tocantins e os processos que favoreceram o surgimento de comunidades quilombolas na região. Aborda aspectos como a mineração, os deslocamentos populacionais, as rotas de fuga e as relações entre diferentes grupos sociais que ocuparam esse espaço ao longo do período colonial.

Por fim, o quarto capítulo analisa as experiências quilombolas associadas ao território de Lavrinhas de São Sebastião, com especial atenção ao episódio conhecido como a tragédia da Prisca e às alianças estabelecidas entre escravizados e indígenas Avá-Canoeiro. A partir dessas narrativas, busca-se compreender as formas de resistência, solidariedade e organização social que marcaram a história das comunidades negras do Alto Tocantins.

Ao reunir essas diferentes dimensões analíticas, a tese procura demonstrar que a história dos quilombos do Alto Tocantins não constitui um episódio marginal da história regional, mas um elemento central para compreender a formação social de Goiás. Ao iluminar trajetórias de resistência, memória e territorialidade negra, o trabalho busca contribuir para uma leitura mais ampla e inclusiva do passado goiano, reconhecendo o papel fundamental das populações afrodescendentes na construção da história e da identidade da região.

CAPÍTULO 1 — MEMÓRIA, FRONTEIRA E INTERCULTURALIDADES

O entendimento da trajetória histórica de Lavrinhas de São Sebastião exige uma abordagem que articule memória, fronteira e interculturalidade como categorias fundamentais para compreender a formação social do Alto Tocantins e suas permanências no presente. A colonização da região, marcada por conflitos entre indígenas, africanos escravizados, colonos brancos e populações mestiças, produziu tensões que estruturaram identidades, delimitaram alteridades e geraram distintas formas de resistência. A partir desse cenário, a memória — concebida como fenômeno social e coletivo, conforme Halbwachs (2006) — não atua apenas como repositório de lembranças, mas como força ativa que molda percepções, legitima discursos e dá sentido às reivindicações atuais das comunidades quilombolas da região.

Como observa Pierre Nora (1993), a memória é “vida”, atravessada por seleções, silenciamentos e revisões que revelam tensões entre o lembrar e o esquecer. Essa plasticidade torna-se evidente nas narrativas das comunidades que alternam entre negar e afirmar sua ancestralidade negra e quilombola, de acordo com os usos sociais do passado. Ao mesmo tempo, a interpretação dessas narrativas exige recorrer à história ambiental — campo estruturado, como lembra Pádua (2010), a partir da compreensão das interações entre sociedades e ecossistemas —, uma vez que a territorialidade quilombola de Lavrinhas se formou de maneira profundamente enraizada na paisagem, nos rios e nos recursos naturais.

A fronteira, por sua vez, não se restringe ao limite geográfico, mas representa, como defende Martins, J. (2009), o espaço simbólico onde se encontram e se confrontam mundos distintos, revelando disputas por poder, pertencimento e significação. As relações violentas entre colonizadores e povos indígenas, especialmente no contexto das guerras de conquista descritas por Julio (2015), bem como a presença constante de práticas escravistas, são elementos que revelam como a fronteira se constituiu como área de choque e de miscigenação forçada.

Nesse processo, as interculturalidades — compreendidas na perspectiva de Dietz (2017) e Walsh (2019) — emergem para além da convivência entre culturas distintas: revelam disputas políticas, formas de resistência e estratégias de sobrevivência mobilizadas pelos grupos subalternizados. Assim, ao analisar as cartas de Carlos Pereira de Magalhães, suas percepções sobre Goiás, sua leitura das paisagens humanas e naturais e seus discursos permeados por racialismo e higienismo do início do século XX, evidenciam-se camadas de representações

(Ricoeur, 2007) que revelam tanto o imaginário bandeirante quanto a construção de alteridades sobre o “outro” goiano, indígena ou negro.

É nesse cruzamento entre memória, discurso, fronteira e interculturalidade que este capítulo se insere, buscando compreender a historicidade de Lavrinhas e a formação do território quilombola da região menos como fatos isolados e mais como narrativas carregadas de sentidos, disputas simbólicas e usos políticos do passado.

A colonização pela ocupação e exploração do território brasileiro se desenvolveu mediante o conflito de interesses que contrapunha grupos distintos no tempo e no espaço.

Em Goiás essa dinâmica não foi diferente. O extermínio de populações indígenas; a escravidão dos negros; o desprezo pelos mestiços e a marginalidade de brancos pobres são exemplos dessa problemática, que ajudam a entender as visões de mundo, as alteridades e a dinâmica do conceito de fronteira geográfica e cultural. Essa, por sua vez, também participa da constituição das identidades por meio dos usos da memória. Nesse contexto, este trabalho utiliza os conceitos de memória, fronteira e interculturalidade para analisar as visões de mundo de, e sobre, Lavrinhas de São Sebastião, assim como as especificidades de seu arraigamento ecológico, o que demanda também uma abordagem com base na História Ambiental.

A memória foi objeto de discussões ao longo do tempo entre vários teóricos, assumindo conceitos e aplicações particulares conforme a área específica nas ciências humanas.

Para Halbwachs (2006), a memória possui natureza coletiva e se projeta no indivíduo por meio das relações que estabelece com o grupo. Assim, não há memória individual senão como resultado dessas mesmas relações que estruturam o todo simbólico que lhe dá sentido de pertinência, isto é, a memória coletiva.

No caso dos quilombos, embora vinculada ao passado de escravidão, a resistência que lhe é constitutiva passa à memória e se reflete no presente na região de Lavrinhas, através das reivindicações dos remanescentes, que buscam reconhecimento de sua identidade e os efeitos legais dela decorrentes.

Dada a complexidade da questão das memórias, as referidas comunidades podem, em determinado momento, negar a relação de seu passado com a escravidão e, em outros, afirmá-la, de modo a construir uma memória da resistência. Neste trabalho, cunhou-se o conceito de memória da resistência, no sentido de sintetizar uma memória que engloba mecanismos de defesa, sobrevivência e adaptação: ambiental, social e cultural. Trata-se de uma memória coletiva que se recusa a desaparecer diante das adversidades.

As memórias coletivas, com suas pluralidades muitas vezes conflituosas e irreduzíveis, coparticipam da memória social, substrato adquirido e matricial que, mesmo quando aquelas se extinguem, permite acreditar na continuidade do tempo social e possibilitar a gênese de novas memórias coletivas e históricas (Catroga, 2009, p. 15);

Para servir aos indivíduos e aos grupos, a memória é maleável porque toca pontos sensíveis do sentimento de pertinência ou não. Nesse sentido, ela é seletiva sendo necessário identificar o que produz essa seletividade e sob quais princípios ela se dá no tempo e no espaço. Como observa Burke (2000, p. 73) “as memórias são maleáveis, e é necessário compreender como são concretizadas, e por quem, assim como os limites dessa maleabilidade”. Assim, os usos que se fazem da memória projetam no presente o recordador ou o grupo no qual está inserido, com o qual se identifica servindo à sua realização humana segundo o que acredita ser melhor para si e os seus. Nessa direção, como afirma Le Goff (1994, p. 477): “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens”.

Halbwachs (2006) também sustenta que a memória é propiciadora das identidades e, como só é possível compreender o “eu” a partir do outro, isto é, o indivíduo a partir do grupo, ela está também na base das alteridades. Como observa o autor:

Toda a arte do orador talvez consista em passar aos outros que o escutam a ilusão de que as convicções e sensações que neles desperta não lhes foram sugeridas de fora, mas surgiram neles mesmos, que o orador apenas adivinhou o que se criava no segredo de sua consciência e se limitou a emprestar-lhes sua voz (Halbwachs, 2006, p. 64–65).

Desse modo, pode-se compreender que a memória, ao criar as identidades, participa igualmente da formação das alteridades e pode ser, nesse sentido, uma memória de fronteira, ao estabelecer limites de pertencimento — limites nem sempre fixos, móveis no tempo e no espaço.

A exploração extrema dos recursos naturais da terra, bem como do braço humano, seja de populações indígenas, no processo de conquista do território, seja de populações negras, nele inseridas, leva a mudanças ambientais extremas. No Nordeste, houve a devastação de extensas áreas de florestas, tanto para se plantar a cana de açúcar quanto para se extrair a lenha para as fornalhas. No Centro-Oeste, o desvio do curso de rios e córregos para a extração de ouro e, mais tarde, o avanço da pecuária, com o desmatamento para o plantio de pastagens, são exemplos expressivos dessa dinâmica. Assim, adota-se, neste trabalho, uma abordagem

ecológica da história das comunidades quilombolas da região de Lavrinhas de São Sebastião, com base na História Ambiental. Segundo Pádua:

A HISTÓRIA AMBIENTAL, como campo historiográfico consciente de si mesmo e crescentemente institucionalizado na academia de diferentes países, começou a estruturar-se no início da década de 1970. A primeira sociedade científica voltada para esse tipo de investigação, a American Society for Environmental History, foi criada em 1977. A publicação de análises substantivamente histórico-ambientais, no entanto, algo bem diferente da simples proposição de influências naturais na história humana, já vinha se delineando desde a primeira metade do século XX e, em certa medida, desde o século XIX. Para refletir sobre a gênese e evolução desse campo de conhecimento, é preciso levar em conta fatores sociológicos e epistemológicos (Pádua, 2010, p. 81).

Dessa forma, para uma abordagem metodológica da trajetória histórico-ambiental das comunidades quilombolas da região, e de como esses grupos pensam seu processo de territorialização, é imprescindível lançar mão de categorias e conceitos da história ambiental, uma vez que se estudam sociedades historicamente estruturadas e ecologicamente arraigadas a um determinado território. Pádua ainda enfatiza que:

O que caracteriza a discussão ambiental na cultura contemporânea não é a forte atenção para o tema da natureza. Ela sempre foi uma categoria central do pensamento humano, ao menos na cultura ocidental, desde a Antiguidade (não entrarei aqui na interessante discussão sobre a universalidade ou não do conceito de "natureza"). De maneira geral, na medida em que as sociedades humanas se territorializaram construindo seus ambientes a partir de interações com espaços concretos de um planeta que possui grande diversidade de formas geológicas e biológicas -, emergiram incontáveis exemplos de práticas materiais e percepções culturais referidas ao mundo natural. A produção de um entendimento sobre esse mundo tornou-se um componente básico da própria existência social (Pádua, 2010, p. 81).

Dentro da discussão sobre natureza e territorialização se insere o conceito de “arraigamento ecológico”, importante para se analisar o sucesso adaptativo das comunidades quilombolas no Alto Tocantins. De acordo com o texto “Suleando lugares: arraigamento ecológico nos quilombos de Pombal e Porto Leocardio, em Goiás” (Herbetta, Araújo, Nazareno, Rocha, 2019), “arraigamento ecológico” resulta de um processo de “acoplamento estrutural” entre comunidade e ambiente, no qual populações indígenas ou quilombolas constroem padrões de ação que lhes permitem viver, produzir e organizar sua vida social em interação com o espaço natural. Esses padrões incluem o conhecimento das condições ambientais, o uso de plantas medicinais, as formas de ocupação do território e as práticas culturais que vinculam a comunidade aos rios, matas e caminhos da região. Com o tempo, essas práticas consolidam-se em um sistema complexo de relações materiais e simbólicas que estruturam a permanência dessas populações no território.

No caso dos quilombos de Pombal e Porto Leocardio, situados na região do Alto Tocantins, o arraigamento ecológico manifesta-se nas formas pelas quais essas populações se organizam em torno de elementos naturais, como os cursos d'água, os espaços de cultivo e as rotas de circulação entre diferentes localidades. O território não é percebido apenas como um espaço físico, mas como um espaço vivido, constituído por memórias, práticas culturais e relações de subsistência que articulam natureza e sociedade. Nesse sentido, a territorialização quilombola envolve tanto dimensões materiais — como a agricultura, a coleta e o uso dos recursos naturais — quanto dimensões simbólicas, expressas em cantos, danças, narrativas e formas de sociabilidade vinculadas ao ambiente local.

Essa perspectiva dialoga diretamente com a discussão proposta nesta tese, que busca compreender os processos históricos de formação das comunidades quilombolas no Alto Tocantins a partir das relações entre memória, território e resistência negra. Ao incorporar o conceito de arraigamento ecológico, torna-se possível interpretar a presença desses grupos não apenas como resultado da fuga da escravidão, mas como parte de um processo histórico mais amplo de construção de territorialidades negras no interior de Goiás. Tal abordagem contribui para evidenciar o protagonismo dessas populações na escolha e na organização de seus espaços de vida, questionando interpretações historiográficas que tradicionalmente associaram os quilombos apenas ao isolamento ou à marginalidade.

Dessa forma, o conceito de arraigamento ecológico amplia a compreensão dos quilombos do Alto Tocantins ao demonstrar que sua permanência no território resulta de processos históricos de adaptação, conhecimento ambiental e construção cultural do espaço. Ao evidenciar essas dimensões, a análise reforça a centralidade das comunidades quilombolas na formação histórica da região e permite compreender suas territorialidades como resultado de uma longa interação entre cultura, memória e natureza. Tais fatores geram um sucesso adaptativo, conforme se observa a seguir:

Tal quadro de sucesso adaptativo, para nós, corresponde ao que tomamos a liberdade de chamar de arraigamento ecológico, ou seja, um conjunto de estratégias adaptativas, historicamente construídas em situações de enfrentamentos recorrentes às perturbações do meio. Com o tempo, e se essas interações permanecerem congruentes, tais estratégias se consolidam numa verdadeira constelação de padrões de ação, integrados e combinados entre si. Tais padrões podem ser vistos sob as mais diversas formas, podendo variar desde o controle sobre o entorno (conhecimento das condições edafoclimáticas e fitofisionômicas do ambiente), passando pela produção de intrincados sistemas cosmológicos e cosmogônicos, chegando até o estabelecimento de políticas de convívio com as populações envolventes (Herbetta; Araújo; Nazareno; Rocha, 2019, p. 64).

Essa passagem é particularmente importante porque mostra que o arraigamento ecológico resulta da interação histórica entre comunidades quilombolas e o ambiente em que vivem, produzindo formas de adaptação, conhecimento do território e organização social.

O vasto território da antiga sesmária Lavrinhas de São Sebastião constituiu-se no tempo e no espaço como uma de fronteira geográfica e, por conseguinte, cultural. Enquanto fronteira geográfica, foi vista como uma área a ser conquistada e explorada. Inicialmente tomado dos povos indígenas, como “Caiapós” (Panariá), “Xavantes” (Awén) ou “Canoeiros” (Awá), pelos aventureiros brancos em busca de ouro, o que dava aos líderes de tais expedições o título de “Capitão de Conquista”. As guerras pela posse dessas terras ocasionaram a miscigenação entre brancos, negros e indígenas; principalmente por meio da captura de mulheres e crianças, como observa Suelen Siqueira Júlio:

A presença de mulheres e crianças entre a maioria dos cativos, bem como a recorrência de mulheres intérpretes - que parece ter sido comum em Goiás, mas não em outras áreas do Brasil, nos dá a dimensão da ferocidade dos conflitos travados naquela região. Os colonizadores se depararam com populações guerreiras, habituadas a se deslocarem constantemente. Nos duros conflitos entre esses povos e os colonizadores, estes amiúde eliminavam quantos homens pudessem, poupando apenas mulheres e crianças. Pela recorrência de índias intérpretes, podemos sugerir que não deviam ser raros os eventos nos quais nem mesmo as crianças do gênero masculino eram poupadas, ficando as meninas e mulheres como botim de guerra (Julio, 2015, p. 5).

Na região de Lavrinhas de São Sebastião, como em outras localidades do Alto Tocantins, é comum a presença de narrativas sobre ancestralidade indígena em comunidades quilombolas. A conquista do território ocorreu por meio dos conflitos travados entre brancos e indígenas, acompanhados do estabelecimento compulsório de populações africanas. Nesses confrontos, frequentemente poupavam-se apenas as mulheres, levadas como troféus de guerra e submetidas a diversas formas de exploração.

O livro “Cartas de Goiás” traz relatos sobre a ancestralidade da população de Lavrinhas de São Sebastião, iniciada ainda no período colonial, com numerosa escravaria (Magalhães, C., 2004). A obra também menciona um ataque quilombola à fazenda da Prisca, em Lavrinhas, além de abordar aspectos da cultura e da mentalidade em Goiás no início do século XX. Nesse sentido torna-se imprescindível para este trabalho o conceito de memória, conforme formulado por Halbwachs:

Ainda não estamos habituados a falar da memória de um grupo nem por metáfora. Aparentemente, uma faculdade desse tipo só pode existir e permanecer na medida em que estiver ligada a um corpo ou a um cérebro individual. Admitamos, contudo, que as lembranças pudessem se organizar de duas maneiras; tanto se agrupando em torno

de uma determinada pessoa, que as vê de seu ponto de vista, como se distribuindo dentro de uma sociedade grande ou pequena, da qual são imagens parciais. Portanto, existiriam memórias individuais e, por assim dizer, memórias coletivas (Halbwachs, 2006, p. 71).

Dessa forma, para Halbwachs, a memória coletiva se projeta no indivíduo pelas relações estabelecidas em grupo. Embora exista uma memória individual, ela é fruto das inter-relações que o sujeito estabelece em sociedade.

A trajetória de Carlos Pereira de Magalhães, na busca por compreender as origens da grande sesmaria Lavrinhas de São Sebastião, levou-o a registrar depoimentos mediante narrativas que, na ocasião, remontavam cerca de duzentos anos. Os testemunhos recolhidos entre 1919 e 1925 referem-se a fatos ocorridos em 1730, como o início da exploração do ouro no morro do Buriti Queimado. O fato de a memória ser coletiva, como defende Halbwachs, ou produto cultural, segundo Paul Ricoeur é o que explica como determinados acontecimentos podem sobreviver nas lembranças por tantas gerações.

A memória encontra-se em permanente atividade, sendo continuamente reelaborada pelos grupos sociais. Nesse sentido, como afirma Pierre Nora:

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta dialética da lembrança e do esquecimento, inconscientes de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vívido no eterno presente; a história, uma representação do passado (Nora, 1993, p. 9).

A memória, como mecanismo vivo e suscetível de manipulações, não ditos, e conveniências diversas para adaptar-se à narrativa (mecanismo que dota de sentido o discurso, enquanto fala), fornece os discursos, mas também os silêncios e esquecimentos.

Para Paul Ricoeur História e memória fazem parte do mesmo processo: enquanto a memória se projeta no presente, a história se faz de recortes do passado. A história é uma ciência que se funda na criticidade e seletividade; a memória, por sua vez, se dota de sentido no presente, sempre carregada por grupos vivos, que a moldam a suas necessidades e interesses. Ambas, contudo, são complementares à produção do conhecimento histórico (Ricoeur, 2007).

Partindo desses pressupostos, neste trabalho serão analisados testemunhos presentes na obra de Carlos Pereira de Magalhães, reminiscências da memória, mas imprescindíveis para a produção do conhecimento histórico aqui proposta.

[...] é a partir de uma análise sutil da experiência individual de pertencer a um grupo, e na base do ensino recebido dos outros, que a memória individual toma posse de si mesma. Sendo essa a estratégia escolhida, não é de admirar que o apelo ao testemunho dos outros constitua o tema de abertura. É essencialmente no caminho da recordação e do reconhecimento, esses dois fenômenos mnemônicos maiores da nossa tipologia da lembrança, que nos deparamos com a memória dos outros. Nesse contexto, o testemunho não é considerado como proferido por alguém para ser colhido por outro, mas como recebido por mim de outro a título de informação sobre o passado. A esse respeito, as primeiras lembranças encontradas nesse caminho são as lembranças compartilhadas, as lembranças comuns (as que Casey agrupa sob a denominação “Reminiscing”). Elas nos permitem afirmar “que, na realidade, nunca estamos sozinhos” [...] (Ricoeur, 2007, p.130–131).

Nesse sentido, os testemunhos recebidos por Carlos Pereira de Magalhães, constantes em suas cartas (que postumamente formaram o livro “Cartas de Goiás”), são tratados neste trabalho como reminiscências de memórias sobre o passado, imprescindíveis para a produção de conhecimento histórico. A história, sendo uma ciência em construção, não configura um saber pronto, acabado e incontestável, mas um conhecimento produzido por metodologias sérias e padronizadas. A memória, por sua vez, não é um mecanismo a ser descartado, mas um elo entre o passado e o presente mediado pela lembrança. Ambos se complementam na produção do conhecimento histórico a partir do crivo da operação historiográfica (Ricoeur, 2007).

É necessário conhecer o contexto da ocupação inicial da sesmaria Lavrinhas de São Sebastião. Tal propriedade compunha um grande latifúndio, cuja aquisição pelo grupo paulista Monteiro de Barros foi representada pelo causídico Carlos Pereira de Magalhães que se deslocou até Goiás a fim de organizar a documentação para a compra. Sobre essas terras, registrou o que ouviu das netas do capitão Francisco Pereira Ribeiro, entre elas dona Benedita da Luz, filha do alferes Silvestre Pereira Ribeiro e bisneta do português traficante de escravizados João Pereira Ribeiro, responsável pelo início da exploração do ouro em Lavrinhas:

Depoimento de Benedita da Luz: Quem primeiro minerou nas terras da fazenda foi o traficante de negro angola João Pereira Ribeiro, português, que começou com numerosa escravaria no morro do Buriti Queimado. Nesse tempo, viajava-se montado em boi, porquanto os morcegos aniquilavam os cavalos. Esse homem era mau, escolhia um negro dobrado, arreava-o e nele montava, calçado de espora. Assim começou o arraial e o velho se apoderou das terras entre o rio das Almas e o rio dos Bois; nesse tempo se falava em sesmaria. Uma vez rico, tomou rumo de Portugal, despachando seu filho, capitão Francisco, que minerava em Minas Gerais, para o Buriti Queimado (Magalhães, C., 2004, p.76).

O depoimento narrado transcende cerca de duzentos anos no tempo. O fato inicial (início da exploração do ouro no Morro do Buriti Queimado) remonta a 1730, com a sua descoberta

(Curado, 2021). No relato citado, pode haver, conseqüentemente esquecimentos, não ditos e falhas da memória; ainda assim trata-se de um testemunho imprescindível para se compreender a história da região. A memória tem suas marcas, fatos que não se apagam facilmente e atravessam o tempo. A violência do primeiro explorador de Lavrinhas chega ao extremo de arrear um ser humano e montá-lo, calçando esporas. Esse fato permaneceu na memória da própria família por gerações, tornando sua maldade lendária.

Na mesma narrativa, dona Benedita da Luz fala das obras do avô, Francisco Pereira Ribeiro, na administração da fazenda e a origem do arraial de Lavrinhas, associada a um milagre de São Sebastião:

Meu avô multiplicou as catas no pé do morro e seu irmão Bento na outra margem; com o tempo, esse movimento tomou o nome de Lavrinhas de baixo. E não foi só, abriu lavoura, formou fazenda e fez engenho, suprimindo o Pilar de pinga, rapadura e açúcar mascavo. Ele trouxe de Roma a imagem do padroeiro São Sebastião, daquelas que Nosso Senhor e os apóstolos fizeram para socorro de todos nós. Agasalharam o santo na capela da coroa do morro. Nas novenas da festa onomástica do santo, o diabo passou pelo arraial, deixando visível o rasto do seu rabo. As galinhas cantavam como galo e os galos falavam como gente. Quando, no dia de festa, abriram a capela o altar estava vazio, o santo possuía espírito de vida e abandonara, desgostoso, o arraial, O capitão vestiu luto e aceitou o parecer do seu capataz, Antônio Machado, que o santo estaria na estrada da marinha de volta para Roma Partiu o povo, tendo à frente o capitão; após 6 léguas de marcha, atingiram a estrada de Pilar a Pirenópolis, uma légua acima do porto do rio das Almas. À sombra de um pau-santo, encontraram São Sebastião em descanso, e o povo, de joelho, com salvas e alarido, saudou o padroeiro. Mas tornara-se tão pesado que dez juntas de boi não conseguiram movê-lo. Trouxeram então os mucafis, mas em vez de terra saía ouro em pó. "Milagre!", exclamou o povo. Por esse motivo, a mina tomou o nome de Lavrinhas de São Sebastião, que foi quem a descobriu, e nesse nome bendito foi registrado no Pilar e no Reino. Isto se passou em 1776, mais ou menos (Magalhães, 2004, p.76).

O texto descreve os acontecimentos que levaram à transferência do povo do antigo arraial do Buriti Queimado para um novo núcleo, fundado a partir do milagre de São Sebastião, ao qual se atribui a descoberta de novas lavras que tomam o nome de Lavrinhas de São Sebastião:

O povo do arraial mudou-se todo para Lavrinhas. Em 1830 morreu o capitão, que por sucessão e herança passou a fazenda aos seus filhos, sobrevivendo o Alferes Silvestre, o único que deixou descendência. Este faleceu pouco depois da Guerra do Paraguai; o inventário foi feito em Pilar. Aconteceu pouco depois que, tendo pegado fogo na casa do escrivão, o incêndio reduziu a cinza os documentos. Para venderem as terras para o senhor Freimund, os herdeiros requereram documento novo, que foi feito no Pilar por ordem das autoridades de Goiás (Magalhães, C., 2004, p.76).

Todos os relatos desse depoimento têm como objetivo apresentar ao advogado Carlos Pereira de Magalhães a origem do latifúndio de Lavrinhas de São Sebastião: como foi adquirido, por quem, o porquê do nome, os locais de registro da documentação e quem eram os donos. Trata-se, portanto, de oferecer um ponto de partida para a organização da documentação. No direito, assim como na história, os relatos memorialísticos contribuem para a conformação do conhecimento, como observa Paul Ricoeur:

Do papel do testemunho dos outros na recordação da lembrança, passa-se assim gradativamente aos papéis das lembranças que temos enquanto membros de um grupo; elas exigem de nós um deslocamento de ponto de vista do qual somos eminentemente capazes. Temos, assim, acesso a acontecimentos reconstruídos para nós por outros que não nós. Portanto, é por seu lugar num conjunto que os outros se definem (Ricoeur, 2007, p. 131).

O testemunho registrado por Carlos Pereira de Magalhães configura um desses acontecimentos reconstruídos, nos quais o que importa são as informações a ele transmitidas, mais do que as condições em que foram recebidas. Estas, contudo, são importantes para compreender o universo cultural do sujeito que narra, com suas crenças, ideologias e formas de linguagem, uma vez que a narrativa se dá no presente, representando o passado e personagens desse passado.

Na imensa literatura que trata da explicação em história, escolhi aquilo que diz respeito à emergência e em seguida à consolidação e renovação do que foi chamado sucessivamente, ou de forma alternativa, história cultural, história das mentalidades, e finalmente história das representações. [...] A noção de mentalidade representa, com efeito, uma noção particularmente vulnerável à crítica, em razão de sua falta de clareza e de precisão, ou, se formos caridosos, de sua sobredeterminação. As razões pelas quais ela se impôs aos historiadores são por isso tanto mais dignas de interesse (Ricoeur, 2007, p. 198).

Paul Ricoeur prefere falar de representações em detrimento de mentalidades, dada a maior precisão do primeiro termo e a imprecisão do segundo. Representar o passado é um ato do indivíduo que recorda, e esse recordar não se faz sem razões, interesses ou intencionalidades diversas, sem, contudo, serem capazes de comprometer a historicidade do trabalho do historiador. A história, nesse sentido, é uma representação do passado, uma vez que traz à tona algo não mais presente. Tal representação, entretanto, não é neutra; é sempre mediada por intencionalidades, pela linguagem, pelas emoções e pelo contexto do presente. Para o autor há uma memória autêntica e uma memória manipulada. A primeira refere-se à representação fiel do que se vive, ainda que subjetivamente; a segunda ocorre quando a experiência é distorcida, intencionalmente ou não.

O presente trabalho analisa também o conteúdo das cartas de Carlos Pereira de Magalhães sob a ótica da análise do discurso. Como define Eni P. Orlandi:

A Análise do discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é uma palavra em movimento, prática da linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (Orlandi, 2015, p. 13).

Para Orlandi (2015), a “Análise do Discurso” implica problematizar as diversas maneiras de ler, levando o leitor a refletir sobre o que ouvem e produz. Trata-se de perceber que os sujeitos estão submetidos à linguagem e aos seus equívocos, e que não há neutralidade no uso dos signos. É interpretar e estar comprometido com os sentidos e o político, já que nenhum discurso é neutro.

Assim, a primeira coisa a se observar é que a Análise do Discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentido enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade (Orlandi, 2015, p. 13–14).

Esse é um dos vieses a partir dos quais se analisa a produção epistolar de Carlos Pereira de Magalhães, que deu origem ao livro “Cartas de Goiás”, buscando, além de informações explícitas, significados nessas informações, intencionalidades, sentimentos e ideologias que perpassam o discurso. Afinal, a linguagem é uma forma de interação social.

Nessa perspectiva, a linguagem, entendida como interação social, atribui ao outro um papel fundamental na constituição dos sentidos, inserindo todo ato de enunciação em um contexto mais amplo. Como destaca Brandão (2012, p. 8):

Essa visão da Linguagem como interação social, em que o outro desempenha papel fundamental na constituição do significado, integra todo ato de enunciação individual num contexto mais amplo, revelando as relações intrínsecas entre o linguístico e o social. O percurso que o indivíduo faz da elaboração mental do conteúdo, a ser expresso, À objetivação externa – a enunciação – desse conteúdo é orientado socialmente, buscando adaptar-se ao contexto imediato do ato da fala e, sobretudo, a interlocutores concretos.

Dessa forma, fica evidenciado que uma linguística voltada à adaptação da realidade e que se limite a estudar internamente a língua não é capaz de analisar o seu objeto. Para isso, deve trazer para o interior do seu sistema um enfoque capaz de articular o linguístico e o social, buscando as relações entre linguagem e ideologia (Brandão, 2012).

Quem escreve, escreve para outro, e o ato de escrever e discursar não esconde as intencionalidades do discurso, os valores nos quais se acredita, as ideias que defende, crenças, quaisquer que sejam, ou a ausência delas — objetivos diversos que não escapam à palavra. Nesse sentido, o conteúdo das correspondências de “Cartas de Goiás” é analisado, neste trabalho, buscando a construção de um conhecimento histórico que não é perfeito nem tem a intenção de sê-lo, mas que busca contribuir, metodicamente, para a sua produção acadêmica.

1.1 Uma breve biografia de Carlos Pereira de Magalhães

Carlos Pereira de Magalhães nasceu no dia 02 de abril de 1881, em Lorena, São Paulo, e faleceu na capital do seu estado natal, em maio de 1962. Seus pais eram Eduardo Carlos Pereira e Louise D’Allinges Lauper Pereira de Magalhães, nascida na Suíça.

O pai do autor de “Cartas de Goiás” foi um notável filólogo, sendo autor das gramáticas da Língua Portuguesa “Curso Elementar” e “Curso Superior”, publicadas em 1917 e que alcançaram mais de 150 edições. Traduziu ainda o Novo Testamento do hebraico e do aramaico. Sua mãe veio ao Brasil contratada como professora para ensinar francês, música, canto, dança e civilidade.

Casou-se com Gertrudes Paes de Barros, que datilografou e guardou suas cartas encadernadas, posteriormente reunidas no livro “Cartas de Goiás”. Tiveram onze filhos, sendo sete mulheres e quatro homens.

Magalhães cursou o primário na Escola Americana¹, anexa ao Mackenzie, e o curso secundário no Ginásio do Estado, onde seu pai lecionava. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, São Paulo e Direito internacional na Inglaterra e Suíça. Falava com fluência inglês e francês.

Conheceu Goiás em 1918, ao ser contratado como advogado do Goiaz Brazil Development Syndicate, consorcio inglês que buscava explorar ouro em Crixás. A partir desse contato, se encantou pelo estado.

Em 1923 fica fascinado com a possibilidade da compra das terras da sesmaria de Lavrinhas de São Sebastião. Nesse mesmo ano, transferiu-se para Campo Formoso (atual Orizona), atarefado com a regularização da documentação da mina de Crixás. Em razão de

¹ Atual Instituto Mackenzie, funciona no mesmo local onde, em 1870, foi fundada a primeira escola de confissão presbiteriana em São Paulo (SP).

episódios de intolerância religiosa, por ser protestante, mudou-se para Corumbá de Goiás, e, em seguida, pelo mesmo motivo, para Anápolis (antiga Santana das antas), onde permaneceu com a família até 1934, quando retornou a São Paulo.

No município de Corumbá, adquiriu quatro grandes propriedades: as fazendas Abade, Vendinha, Capitão do Mato e Tapera Grande. Juntamente com a família Monteiro de Barros, usineiros de São Paulo, adquiriu a sesmaria Lavrinhas de São Sebastião, com cerca de 135 mil hectares, legalizando a documentação. Nesse processo, enfrentou disputas judiciais contra o Estado, que acobertava interesses da família Caiado. Obteve decisão favorável no Supremo Tribunal após dez anos de litígio, marcados por perseguições, ameaças de morte e atentados, dos quais se salvou como que por milagre, conforme registrado na edição de Cartas de Goiás (2004), em nota dos editores.

Os documentos antigos da sesmaria foram negociados com os irmãos Helmuth Brookes e Freimund Brookes primeiros proprietários do latifúndio. Na fazenda Lavrinhas de São Sebastião, fundou um retiro no córrego da Prisca, onde, pela abundância de água e pastagens, desenvolveu a criação de gado.

Por ocasião da Revolução de 1930, o coronel Castrinho, de Jaraguá, tentou tomar à força tomar o retiro da Prisca, com homens armados. Diante disso, Carlos Pereira de Magalhães organizou a resistência e cercou os invasores que, sem saída, se renderam.

O autor de “Cartas de Goiás” fundou a Igreja Presbiteriana Independente em Anápolis e o Colégio Couto de Magalhães, posteriormente reconhecido em 1947. Ainda no contexto da Revolução de 1930, os editores² de “Cartas de Goiás” registram que Magalhães:

[...] Tomou a cidade de Currealinho, sem nenhum tiro, mediante estratégia que com certeza aprendeu nas histórias da resistência gálica às legiões de César — histórias como essas ele contava às embevecidas crianças nas cálidas e estreladas noites goianas. Assim aconteceu: antes de rumar para Goiânia (então capital do Estado), fez espalhar a notícia de que o batalhão do Exército de Ipameri aderira ao movimento e caminhava para tomar a capital. Viajaram à noite acomodados em dois caminhões e dois carros até Currealinho (hoje Itaborá). De lá mandou um mensageiro espalhar a notícia de que o exército seguia com ordem de aniquilar qualquer resistência. Amarraram então em todos os veículos abundantes folhas de buriti, que, ao serem arrastadas, levantavam enorme nuvem de poeira. Certa de que se tratava do exército, a cidade não ofereceu nenhuma resistência. Tomaram posse em nome da revolução, enquanto a cidade do Rio de Janeiro também era ocupada. Apenas patriota - Informado, Getúlio Vargas quis nomear o doutor Carlos interventor em Goiás, mas ele foi veemente na recusa. Alegou que, como paulista, encontraria

² O livro não informa o nome dos editores ou uma descrição da equipe editorial.

resistência da sociedade goiana, que tinha membros ilustres para governar o Estado e não compactuavam com os Caiados (Os editores, 2004, p. 15).

Magalhães elaborou, ainda, um relatório enviado ao governo federal, no qual sugeria a criação de um grande parque na Mata de São Patrício. Em vez disso, o governo decidiu implantar a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), primeira colônia agrícola do Brasil, a qual deu origem ao atual município de Ceres (Os editores, 2004).

1.2 Lavrinhas e Goiás

Para compreender a relação de Carlos pereira de Magalhães com Lavrinhas e com Goiás, é importante recorrer ao conceito de fronteira. O autor foi influenciado pela literatura de viajantes estrangeiros do século XIX sobre Goiás, como Johann E. Pohl, Auguste de Saint-Hilaire, George Gardner, entre outros, incorporando, de alguma medida, noções de decadência, isolamento e atraso. Ao tomar conhecimento de que a sesmária Lavrinhas de São Sebastião estava à venda, demonstrou grande interesse diante do tamanho das terras, de sua história e da possibilidade de aquisição. Em sua primeira carta, escrita em São Paulo em 18 de outubro de 1918, buscou no senhor Carlos Augusto Monteiro de Barros um sócio para o empreendimento, explicando-lhe as vantagens e possibilidades do negócio:

Casualmente, encontrei-me com o engenheiro Macknight, conhecedor de Goiás e Lavrinhas, onde se hospedou com o senhor Freimund e fizera várias sondagens com o seu irmão senhor Helmuth, "prospector" de nomeada. Outrossim, fui apresentado a Nunes Viana, mineralogista baiano, que durante mais de um ano pesquisara nessa região. Ambos recomendaram-me Lavrinhas pelo tríplice potencial de mineração, agricultura e pecuária, com verdadeiro entusiasmo. Na biblioteca pública consultei o Barão de Eschweg e Emanuel Pohl, duas notabilidades que no passado desprezaram Lavrinhas. Portanto, dois depoimentos unânimes, o do pretérito e o da atualidade, recomendativos desse rincão, o que muito me animou (Magalhães, C., 2004, p. 26).

O fragmento da carta evidencia a percepção de Lavrinhas como espaço de fronteira, concebido como área de exploração econômica em razão de seu tríplice potencial: mineração, agricultura e pecuária. O autor afirma ainda que “São Paulo, que já foi bandeirante, hoje acumula seu progresso na linha vertical. E, se não se expandir na horizontal, acabará inclinándose como a torre de Pisa” (Magalhães, C., 2004, p. 26). Tal passagem demonstra o orgulho associado à identidade paulista e à origem bandeirantes, historicamente vinculada à expansão territorial para além da linha de Tordesilhas.

Já no ambiente dos diversos grupos étnicos que estão “do outro lado”, e no ambiente das respectivas concepções do espaço e do homem, a fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos, por diferentes grupos humanos. Na fronteira, o chamado branco e civilizado é relativo à sua ênfase nos elementos materiais da vida e na luta pela terra também o é (Martins, 2009, p. 10).

Na fronteira, intensificam-se os conflitos tanto no plano físico quanto no âmbito das narrativas. Nela se contrapõem termos como “civilização” e “barbárie”, “progresso” e “atraso”, “civilizado” e “incivilizado”, “velho” e “novo”. Trata-se de um espaço em que se estabelece uma oposição clara entre o “eu” e o “outro”, isto é, entre identidades e alteridades.

Para José de Souza Martins, em “Fronteira, a degradação do outro nos confins do humano”, a fronteira é um espaço de liminaridade, de conflito e de indefinição. Um locus de encontros e desencontros entre culturas e sociedades distintas, onde ocorre a degradação do outro e se forma ou se forja a própria identidade nacional em um processo autofágico. Para o autor:

A pesquisa que resultou neste livro nos revela que a fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem (Martins, 2009, p. 11).

É nesse sentido que se analisa a questão da fronteira em Goiás e em Lavrinhas, como fronteira geográfica e como fronteira cultural, na qual se revelam identidades, alteridades e interculturalidades, entendidas como processo de encontro, interinfluência e, por vezes, fusão entre culturas.

Ao chegar a Roncador, em Goiás (atual município de Pires do Rio), Magalhães registra:

É com emoção que pela primeira vez ponho os pés em Goiás, terra do futuro, entretanto já me sinto possuído do espírito sertanista indispensável a quem percorre o interior deste Brasil grande e bárbaro. Arranjei um cicerone na pessoa do senhor Edmundo de Carvalho, representante da Theodor Wille, de São Paulo, e um conselheiro ou comissário, senhor Fróes, que durante anos foi correspondente de Antônio Prado na fracassada Mina de Arnaro Leite. Aguardo tropa do norte, única condução para Lavrinhas, pois, embora Goiás conheça a via férrea, desconhece o automóvel. A roda, da qual o mundo civilizado tira tão grande proveito, neste Estado é exclusivamente aplicada na morosa condução do carro de boi (Magalhães, C., 2004, p. 33).

O autor fala de sua felicidade de pela primeira vez pôr os pés em Goiás. Em seguida, diz sentir-se possuído por um espírito sertanista, desbravador, que julga necessário a “quem quer percorrer este Brasil grande e bárbaro.” Faz distinção entre civilização e barbárie; a

primeira, representada por São Paulo, a segunda, pelo interior do Brasil, nomeadamente Goiás. Em outro momento, observa que:

[...] parece que uma inteligência oculta gizou estes três grandes estados que atravessei, diferenciando-os com atributos próprios do solo, na atmosfera e na vida social. Em São Paulo, é a pujança da vegetação e a radiação purpurina da terra roxa que nos encantam; o Triângulo Mineiro comove o viajante pelos reflexos de um céu de turquesa na planura intérmina, verde e às vezes deserta; Goiás são os arrebóis de um colorido alaranjado por entre névoas de mistério, o que nos prende e nos faz pensar. Socialmente, o paulista ambicioso e gastador não se confunde com o mineiro fleugmático e econômico, e nenhum dos dois com o goiano indomesticável e senhor de si. São estas as impressões deste viajante, colhidas "a vol d'oiseau". (Magalhães, C., 2004, p. 33)

Nessa passagem, descreve a paisagem das fronteiras geográficas ao passar de São Paulo a Minas Gerais e de Minas Gerais a Goiás. Os aspectos geográficos chamam-lhe a atenção pela beleza e singularidade, mas ele termina por descrever o que achava serem características de cada um dos grupos observados e suas especificidades no modo de ser e viver. As diferenças observadas entre o paulista e o mineiro, e entre o mineiro e o goiano, permitem falar de fronteiras culturais:

Sabemos todos que as fronteiras, antes de serem marcos físicos ou naturais, são sobretudo simbólicas. São marcos, sim, mas sobretudo de referência mental que guiam a percepção da realidade. Nesse sentido, são produtos desta capacidade mágica de representar o mundo por um mundo paralelo de sinais por meio do qual os homens percebem e qualificam a si próprios, ao corpo social, ao espaço e ao próprio tempo. Referimo-nos ao imaginário, este sistema de representações coletivas que atribui significado ao real e que pauta os valores e a conduta. Desta forma, as fronteiras são, sobretudo, culturais, ou seja, são construções de sentido, fazendo parte do jogo social das representações que estabelece classificações, hierarquias e limites, guiando o olhar e a apreciação sobre o mundo (Pesavento, 2002, p. 35–36).

As percepções de Magalhães são guiadas por referências mentais, ou seja, por um sistema de símbolos que moldam o seu imaginário e projetam suas percepções do mundo à sua volta e a forma como percebe a si e aos outros. É nesse sentido que, para além da fronteira geográfica, o conceito de fronteira cultural torna-se fundamental, uma vez que as percepções do “eu” e do “outro” estão latentes e aparecem de forma explícita ou implícita no discurso. O goiano estaria, para o autor, no espaço da barbárie, da incivilidade, sendo caracterizado como “senhor de si” e “indomesticável”, incapaz de abandonar o seu estado de “semisselvagem”. Contudo, não se trata de uma visão apenas negativa: nesse mesmo estado, ele encontra qualidades importantes para a grandeza da nação. Falando sobre seu desembarque na estação de Roncador afirma que:

“Na hora H de uma nação será a terceira classe a predestinada a salvá-la.” São palavras do pensador britânico Rudyard Kipling, homenageando a coragem da plebe do seu país, na guerra de 1914. Infelizmente, no Brasil, os governantes em seus palácios e a Igreja na sua púrpura voltaram as costas a esse filho bastardo.

Foi esse o meu primeiro encontro com um fragmento das populações retardadas, seminômades e analfabetas do interior do Brasil. Essa gente esfrangalhada e piranga até hoje teve ação espetacular na formação do nosso país: os mamelucos de São Paulo espicharam nos quatro pontos cardeais as fronteiras do Brasil, legando-nos um território mais vasto que o dos Estados Unidos; a negrada do Norte e Nordeste, unida aos índios, e uma minoria branca reconquistaram Pernambuco dos holandeses e o Maranhão dos franceses, no século XVII.

Importa apenas que, abandonando o nomadismo, se fixem na gleba para salvar o Brasil (Magalhães, C., 2004, p. 36).

Na passagem citada, o autor defende a miscigenação ao mesmo tempo em que atribui à Igreja e ao Estado a responsabilidade pelo abandono dessas pessoas. Suas ideias racialistas são visíveis, comuns por fazer parte do que era tido como ciência à época, início do século XX. Entre as décadas de 1910 e 1930, as discussões sobre raça e mestiçagem estavam em voga nos círculos acadêmicos do Brasil e da Europa, onde faziam parte de uma pseudociência chamada eugenia.

A eugenia configurou-se como um movimento científico e social surgido nos anos finais do século XIX, vinculado ao chamado racismo científico (racialismo), segundo o qual os brancos eram considerados superiores e as demais “Raças” inferiores. Com base nessas concepções, a eugenia buscava higienizar a população mundial por meio da eliminação de imperfeições, e agregar diversos setores da sociedade. Em seu artigo “Eugenia, racismo social e antirracismo no Brasil: debates sobre ciência e imigração no movimento eugênico brasileiro (1920-1930)”, Vanderlei Sebastião de Souza destaca:

Apesar da centralidade do sanitarismo na eugenia brasileira, a questão racial ocupou espaço privilegiado, principalmente o debate sobre imigração, miscigenação racial e branqueamento. Não é por acaso que o grande dilema dos eugenistas consistia justamente em lidar com a mistura de raças, vista como responsável pelas mazelas do país. Uma alternativa encontrada pelas elites intelectuais brasileiras foi refutar a degenerescência dos mestiços e considerar a miscigenação como caminho para homogeneizar a população nacional (Souza, V., 2002, p. 97).

A eugenia articulou, assim, as noções de “raça”, ciência e política, abrangendo debates que envolviam desde ideologias políticas baseadas em raça e seleção social e racial, até questões de gênero e sexualidade. Como um representante das elites de São Paulo, Carlos Pereira de Magalhães teve contato com tais ideias, sendo possível identificar sua influência nas palavras e expressões que utiliza em algumas correspondências.

Em carta escrita de Roncador, dá suas impressões sobre o povoado, que tomava as duas margens do rio Corumbá:

Entre essas duas metades corre o rio Corumbá, duas balsas fazem a travessia em contínuo vai e vem, e nele se agitam pequenas canoas e barcas, sob as vistas do dono do porto, Coronel Cosme, um roxo que sabe fazer-se respeitar. Roxo aqui é como se chama o mestiço de índio e negro.

Nesse aglomerado de barracões, desprovido de cercados, a nenhum trato de passagem barrenta poder-se-ia dar o nome de rua. Higiene não se conhece nem coisa que se pareça a instalações sanitárias, seguidamente substituídas por embrulhos suspeitos lançados à noite nas travessas e passagens. Os cinco sentidos do homem são expostos diariamente a dura prova, especialmente o olfato (Magalhães, C., 2004, p. 37).

O texto permite perceber o fascínio autor de “Cartas de Goiás” pelo tema da mestiçagem e pelas ideias higienistas. A fronteira que se vislumbrou linda na paisagem natural não é a mesma da paisagem artificial ou humanizada. A sociedade de Roncador, suas ruas e casas não causam a melhor das impressões, ao contrário, estar ali parece lastimável. Em Roncador, a fronteira geográfica e a fronteira cultural se apresentam de uma só vez a Carlos Pereira de Magalhães. A geográfica porque ali pisa em território goiano pela primeira vez. A cultural, pelo choque de realidade que leva um homem acostumado ao conforto e urbanismo que São Paulo podia oferecer, em contraste com as condições encontradas no interior. Como registra o autor:

Ao despertar pela manhã na única pensão do bairro residencial dos graúdos, descobri que o hoteleiro estava atacado pelo mal de Hansen. A cama e as paredes criavam os percevejos, provável transmissor de uma enfermidade que só respeita Nosso Senhor. Informado que havia outra pensão na margem oposta, na rua das palhas e dos mocambos, atravessei o rio à procura de recomendado barracão. Estava o hoteleiro ausente, mas empregados seus, de caras patibulares, receberam-me. No dia seguinte aparece o tal, faltavam-lhe várias falanges dos dedos, lepra mais adiantada que no colega do bairro aristocrata. José Bonifácio dizia que “no Brasil o real vai além do possível”. Este epigrama do nosso Patriarca tem perfeito cabimento no problema hoteleiro de Roncador (Magalhães, C., 2004, p. 39).

A correspondência revela recorrente preocupação com salubridade, urbanização e higiene. O autor faz também duras críticas ao Estado e à Igreja quanto ao abandono dos menos favorecidos. Na mesma carta fala com indignação sobre um episódio em que alguns indígenas foram embebedados de propósito, unicamente para divertir aqueles que lhes davam bebida, referindo-se a eles como “gente sem coração” (Magalhães, C., 2004).

De Roncador, viaja trinta e três léguas até Antas, atual Anápolis, de onde prossegue viagem até chegar a Lavrinhas de São Sebastião. De Antas escreve:

A capital do século passado contava 10 mil habitantes prósperos; atualmente, por muito favor, 7 mil pobres; exaurindo-se as minas, depauperou-se Goiás. Nas principais cidades sobram as casas antigas; tem-se tirado goteiras, mas até hoje não se

construiu um só prédio novo em todo o Estado! Nada mais acertado, concluiu ele, que a iniciativa do senhor Monteiro de Barros, genro do conselheiro Antônio Prado, de adquirir terras na baixa, que em breve estarão na alta; o maior beneficiado será sempre o Estado. Tendo hospedado o coronel Canabarro, inspetor da Mina do conselheiro Antônio Prado em Amaro Leite, por ele Fróes tomou conhecimento do que se passa. E acrescentou que a estrada de ferro e a autoviação estão se aproximando para arrancar do seu isolamento este Estado. Ao montar a cavalo, aconselhou-me: “Não estranhe a vida primitiva, o conforto não existe, o tempo não se conta, na distância não se pensa, nesta terra de Goiás”. Partimos... (Magalhaes, C., 2004, p. 43–44).

O texto mostra como a literatura dos viajantes influenciou o autor. Estão presentes nele a ideia de decadência de isolamento e de atraso. Está presente também a ideia de que a iniciativa de adquirir as terras de Lavrinhas de São Sebastião a baixo preço, e que depois se valorizariam, contribuiria para tirar Goiás do seu estado de isolamento, decadência e atraso. Para o autor, Goiás se apresenta como um mundo novo, no sentido de algo ainda não conhecido, mas também um mundo velho, baseado em antigos costumes, antigas construções, sem a infraestrutura urbana que ele conhecia. Um lugar onde o tempo da natureza ditava o ritmo da vida, na contramão do tempo do relógio, símbolo de progresso e civilidade.

Não é só de estranhamento, porém, que se forja sua visão sobre Goiás. Em outro trecho da mesma carta, registra:

Na estrada, os caminhos são visíveis nas proximidades das cidades; na chapada, a vegetação rasteira apaga inteiramente os trilheiros. Chama-se agreste a vegetação da chapada, que apresenta trechos encantadores, verdadeiros parques. É estéril para a agricultura, mas riquíssima de plantas medicamentosas. A gripe encontrou na raiz do paratudo o remédio eficaz; a sua flor rasteira cor de sangue coincide com a comemoração da Paixão, e nessa noite fatídica chora até derreter-se, conta o povo (Magalhães, C., 2004, p. 44).

O autor destaca como a terra e suas plantas eram utilizadas. Ao falar da terra estéril para a agricultura, ressalta sua fertilidade para plantas medicinais usadas pela população local. Registra a mentalidade dos goianos sobre o sentimento religioso ao narrar a percepção de que a planta do “paratudo” chorava na noite da paixão de Cristo até se derreter. Assim, faz um registro memorialístico das tradições e crenças dos lugares por onde passou em Goiás, como na penitência do Sítio do Sapato Arcado. O autor descreve como em uma viagem à noite, em lua clara, com seu guia Filogônio, se deparam com uma procissão desconhecida. Pessoas envoltas em lençóis brancos com os rostos cobertos seguiam, em silêncio, pelo caminho, rezando aos pés das cruzes que encontravam. Afirma que tinha medo dos vivos, ao passo que seu guia, como toda a gente do sertão, dos vivos nada temia, mas “estremecia de respeito e pavor pelos mortos”

(Magalhães, C., 2004, p. 20). Era uma procissão de “homicidas e seus cúmplices” (Magalhães, C., 2004, p. 20), para acalmarem ira das almas dos que haviam assassinado:

A mulher que ia na frente, moça ainda, era a vidente e deu início, ao pé da cruz, ao ritual da intimação do morto. Os homens, cabisbaixos, ajoelharam-se em redor da cruz, murmurando orações só deles conhecidas. O espírito do morto irado deveria emergir como sombra visível no cruzeiro. Aquele que fosse reconhecido pelo finado incidiria em pecado mortal, correndo o risco de uma explosão de malefícios para todos ali presentes. Por isso escondiam as faces barbadas em toalhas e os cerdosos troncos em lençóis, deixando apenas a abertura para os olhos (Magalhães, C., 2004, p. 20–21).

Esse tipo de manifestação religiosa era desconhecido para o autor, sendo visto com estranhamento e como expressão de ingenuidade sertaneja por um homem nascido no final do século XIX, protestante presbiteriano e de formação positivista. Sua descrição da cerimônia religiosa assistida revela um misto de estranhamento e respeito, pois certamente atribuía tais manifestações à falta de conhecimento científico, entendida como efeito do abandono dessas populações por parte do Estado.

Sobre suas impressões a respeito dos goianos, da capital de Goiás, escreve em 8 de março de 1919:

Dizem os estudiosos que três fatores formam o homem: a hereditariedade, o ambiente e a vontade. Ora, esta gente goiana, segregada há dois séculos do mundo civilizado, tem como herança dos antepassados paulistas o heroísmo; quanto ao ambiente, é de combate, tanto se mata boi no matadouro como gente na chapada. A força do querer desta raça, quando despertada, é de ferro, para o bem ou para o mal. Este pequeno núcleo de população contribuiu grandemente para a grandeza do Brasil. Desde os tempos coloniais, aparece um general Curado batendo os castelhanos e tomando o Uruguai; hoje temos o marechal Braz Abrantes, do Paraguai, Eduardo Sócrates, generais Espírito Santo Cardoso, Joaquim Inácio, etc., todos goianos, brilhante contribuição de uma minoria, cuja capital consta de 7 mil habitantes (Magalhães, 2004, p. 57).

Essa é uma consideração elogiosa, que exalta o heroísmo goiano associado à sua ancestralidade paulista. Na visão do autor, contudo, permanecem presentes as ideias de isolamento e atraso, como se observa na expressão “segregada há dois séculos do mundo civilizado”. O racismo também aparece na frase: “a força do querer desta raça quando despertada é de ferro”, evidenciando as influências ideológicas do seu tempo.

Em seu artigo “O Brasil da mitologia racial: eugenia, racismo e utopias nacionais no modernismo brasileiro dos anos 1920”, Vanderlei Sebastião de Souza afirma que:

Empregada como símbolo da modernidade, a linguagem eugênica rapidamente se popularizou e ganhou espaço em leis, regulamentos e projetos de políticas

governamentais, em debates na imprensa, em escolas e instituições de assistência médica e social, em concursos de bebês eugênicos e de beleza feminina, ou mesmo em feiras e exposições nacionais e internacionais. Além de dominar a linguagem médica e biológica da época, o discurso eugênico moldou o mundo social e “assegurou aos seus usuários um vínculo com uma nova e vibrante modernidade, estabelecendo-se como uma autoridade científica que apresentava verdades difíceis de refutar” (Luczak, 2015, p. 6). (Souza, V. 2024, p. 2).

Dessa forma, é possível perceber o universo social “letrado”, da época do autor de “Cartas de Goiás”. Observa-se quais ideias estavam em voga, que temas dominavam os debates acadêmicos e, inclusive, as conversas triviais de seu círculo social. As ideias eugenistas e racialistas estavam disseminadas em toda a sociedade.

No caso do Brasil, a eugenia emergiu nos anos 1910 e 1920 em estreita conexão com os chamados "problemas nacionais", como a mestiçagem entre brancos, negros e indígenas, as condições higiênicas e sanitárias e a presença de um sem-número de doenças que assolavam a população nos centros urbanos e no interior do país (Stepan, 2004). Embora a eugenia estivesse inicialmente associada ao movimento sanitário, ainda nos anos 1920, outros campos das ciências (como a psiquiatria, a genética, a medicina legal, o direito, a antropologia física e a biotipologia) rapidamente se apropriaram da eugenia em seus projetos de aperfeiçoamento racial, reforma social e modernização da população brasileira (Souza, V. 2024, p. 2–3).

Para além de envolver diferentes segmentos da sociedade, a eugenia alcançou também diversos campos do conhecimento, inclusive o direito, área de formação e atuação de Carlos Pereira de Magalhães, o que torna compreensíveis as ideias que defende e a mentalidade observável em sua correspondência.

O autor entra em contato com um universo distinto ao assumir a missão de deslocar-se a Goiás para organizar a documentação da grande sesmaria Lavrinhas de São Sebastião. Encontra uma cultura diferente da sua, com outras temporalidades, e narra os interesses diversos em torno de Lavrinhas, como o projeto de criação de uma colônia alemã, o que permite também abordar, nesse aspecto, as interculturalidades.

Cada vez es más común que se utilice la noción de interculturalidad para hacer referencia a las relaciones que existen entre los diversos grupos humanos que conforman una sociedad dada. Si bien originalmente dicho concepto se acuñó mediante una concepción de cultura estática y reificada, a manera de la suma de las relaciones entre culturas, actualmente se usa como un término más complejo y polisémico que se refiere a las relaciones que existen dentro de la sociedad entre diversas constelaciones de mayoría-minoría, y que se definen no sólo en términos de cultura, sino también en términos de etnicidad, lengua, denominación religiosa y/o nacionalidad. Por consiguiente, el referente empírico de cada una de estas constelaciones es sumamente contextual: en algunas sociedades, la interculturalidad se utiliza para referir a la diversidad "provocada" por la migración, mientras que en

otras la misma noción se aplica para las interacciones entre pueblos indígenas y descendientes de colonizadores (Dietz, 2017, p. 192).³

O conceito de interculturalidade é comumente usado para se referir às diversas relações que existem entre diferentes grupos humanos em uma determinada sociedade, afirma Gunther Dietz em seu artigo “Interculturalidad: una aproximación antropológica”. Embora esse conceito tenha sido, originalmente concebido de forma estática e concreta, tornou-se, posteriormente, mais complexo e polissêmico.

Em seu artigo “Interculturalidad y colonialidad del poder, un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial”, Catherine Walsh afirma que:

Na América Latina e particularmente no Equador, o conceito de interculturalidade assume significado relacionado a geopolíticas de lugar e espaço, desde a histórica e atual resistência dos indígenas e dos negros, até suas construções de um projeto social, cultural, político, ético e epistêmico orientado em direção à descolonização e à transformação (Walsh, 2019, p. 9).

É nesse sentido que se busca discutir interculturalidades no contexto da trajetória das comunidades negras de Lavrinhas de São Sebastião.

Falar de interculturalidades nos quilombos de Lavrinhas, é tratar de um cenário de resistência do étnico, do local, diante do avanço avassalador da globalização. A cobiça por suas terras e riquezas não conseguiu apagar sua ancestralidade nem sua luta por reconhecimento como comunidade quilombola, com cultura, identidade e territorialidade histórica, como se verá nos capítulos seguintes desta tese.

O livro “Cartas de Goiás” registra que, pouco antes da Guerra do Paraguai, os escravizados da fazenda da Prisca, em Lavrinhas, se revoltaram e atacaram a propriedade aliados aos indígenas conhecidos como morcegos (Avá-Canoeiros) (Magalhães, C., 2004), tema que será tratado no Capítulo 4. A fazendeira Prisca, nora do capitão Francisco Pereira

³ Tradução nossa: “É cada vez mais comum que a noção de interculturalidade seja utilizada para se referir às relações que existem entre os vários grupos humanos que compõem uma determinada sociedade. Embora este conceito tenha sido originalmente cunhado através de uma concepção de cultura estática e reificada, como a soma das relações entre culturas, é atualmente utilizado como um termo mais complexo e polissêmico que se refere às relações que existem na sociedade entre várias constelações maioritárias-minoritárias, e que são definidas não apenas em termos de cultura, mas também em termos de etnia, língua, denominação religiosa e/ou nacionalidade. Consequentemente, o referente empírico de cada uma destas constelações é altamente contextual: em algumas sociedades, a interculturalidade é usada para se referir à diversidade “causada” pela migração, enquanto em outras a mesma noção é aplicada às interações entre povos indígenas e descendentes de colonizadores” (Dietz, 2017, p. 192).

Ribeiro e viúva de seu filho de nome Antônio, é descrita como muito religiosa e ao mesmo tempo, cruel. Segundo os relatos transmitidos a Magalhães, castigava os escravizados sem piedade e os submetia a trabalho contínuo, o que teria motivado a revolta —episódio que demonstra a resistência dos escravizados em Lavrinhas em sua busca por liberdade.

No lugar dessa antiga fazenda, o autor, em sociedade com o grupo Monteiro de Barros, estabeleceu um retiro para a criação de gado. A propriedade situa-se às margens do rio das Almas, nas proximidades do rio Maranhão.

De sua viagem a Lavrinhas, ao chegar ao Porto de Santana, escreve o seguinte:

Tendo em palestra revelado ao senhor Mendes que provavelmente em breve seríamos vizinhos, mostrou grande satisfação, hipotecando os seus préstimos. Comentou que os herdeiros das terras de Lavrinhas de São Sebastião iam-se acabando na preguiça e inutilidade de suas vidas, tal qual o Arraial de Água Quente na estrada de São José. Os antigos contavam que eram quatro as maravilhas de Goiás:

Sino do Pilar

Feitiço de Crixás

Cadeia de traíras

E congada d'Água Quente.

Água Quente aqui perto, é hoje tapera, mas a congada, o batuque e a pinga passaram para Lavrinhas, que terá o mesmo fim. Goiás pede gente de fora que sabe trabalhar para não virar o estado das taperas (Magalhães, C., 2004, p. 65–66).

Como se pode observar, aliado à ideia de atraso e isolamento de Goiás, bem como à de decadência, surge o mito da preguiça do goiano, no trecho da carta, personificado na figura do lavrinhense. Nota-se também, na fala do senhor Mendes, uma ideia utilitarista da vida, na frase “vão se acabando na preguiça e inutilidade de suas vidas”, como se a vida só fosse útil ao servir a outros e não aos propósitos pessoais do indivíduo. Assim, aquele que vem de fora é visto como símbolo de progresso e modernidade, como se o que se percebe como decadência fosse culpa do próprio povo do interior do país, e não da ausência de políticas governamentais voltadas ao desenvolvimento desses lugares. Quando tais políticas surgem, como no caso da criação da CANG, (da qual se tratará no Capítulo 4), acabam por invisibilizar a população local, ao trazer pessoas de outros estados sob o pretexto de um discurso de vazio demográfico.

A luta do lavrinhense pelo direito de existir em seu território e manter o seu modo de vida tradicional diante de outros grupos, em seu território ancestral, configura uma interculturalidade que desafiou o tempo, as instituições e o poder do capitalismo globalizante, preservando o seu batuque, a sua bebida, a sua religiosidade e seu modo de ser. Esse processo não se findou até o presente momento: Lavrinhas e seu povo continuam em sua luta por

reconhecimento como comunidade quilombola, com direito ao seu território ancestral. A isso se denomina consciência histórica.

A narrativa pode ser descrita como aquilo que dota de sentido o discurso no ato de enunciação. Ainda que, para outros, não pareça crível ou plausível, representa imaginários, sonhos, desejos e intenções — toda uma teia cultural que se carrega de sentido enquanto é transmitida.

O mito da fundação de Lavrinhas⁴ associado ao milagre de São Sebastião é uma dessas narrativas carregadas de sentido por dona Benedita da Luz. É o seu universo imaginário. Embora Carlos Pereira de Magalhães não o considerasse verossímil, essa narrativa foi transmitida à narradora por outros, configurando-se como produto da memória.

A busca por um passado quilombola leva as comunidades remanescentes da região de Lavrinhas de São Sebastião a se organizarem e a recriarem um presente com base nas narrativas sobre um passado dado. Esse passado é a escravização de seus antepassados e a sua luta por liberdade, resistindo, lutando, fugindo e criando os quilombos. No presente, esse passado é recriado para dar sentido às reivindicações legitimamente instituídas pela Constituição de 1988, mas fruto de uma ação ancestral e histórica. Trata-se, portanto, de um processo que envolve memória e representação.

Ao tratar do uso do termo “formação”, comum entre historiadores no Brasil dos anos 1930 e 1950, e que evocava uma ideia de continuidade, Durval Muniz de Albuquerque Júnior afirma que:

Já o uso do termo invenção remete para uma abordagem do evento histórico que enfatiza a descontinuidade, a ruptura, a diferença, a singularidade, além de que afirma o caráter subjetivo da produção histórica. Com a chamada, virada linguística que chega ao nosso campo a partir dos anos sessenta do século XX, com a aproximação da história de disciplinas como a Antropologia, a Etnografia, a Psicanálise e a Linguística, questiona-se a ideia de universalidade do homem e da razão ou da consciência, da racionalidade do sujeito, tanto do agente dos eventos históricos, como do próprio historiador e se enfatiza o caráter político, interessado, construtivo do próprio saber histórico (Albuquerque Júnior, 2007, p. 20).

Para Albuquerque Júnior, o sujeito do conhecimento tem pretensões, sentimentos e ideologias. A preocupação recai sobre como a história, enquanto ciência, participa da

⁴ Trata-se do relato de que o Santo fugiu do Arraial do Buriti Queimado, sendo encontrado descansando à sombra de uma árvore, a seis léguas de distância. No local, teria sido encontrada grande quantidade de ouro, dando origem a um novo arraial que, em honra ao milagre, foi denominado Lavrinhas de São Sebastião.

elaboração do fato, por meio da narrativa, bem como da recepção do texto. A história passa, então, a se questionar de que modo, por intermédio do discurso, elabora a produção de sentido. Para o autor o que distingue a história da ficção é o método. Há uma dimensão poética, ficcional ou inventiva no discurso do historiador. Pensar na linguagem como mero receptáculo do objeto da experiência seria ingenuidade (Albuquerque Júnior, 2007).

Nesse sentido, não existe uma história preexistente e precedente aos feitos. Para que exista a história, primeiro devem existir os feitos. São esses feitos que orientam a problematização (ou problematizações) que dão origem ao conhecimento histórico. São as ações do homem no tempo e no espaço. Assim, só é possível produzir conhecimento histórico a partir de um dado feito que, neste caso, é o surgimento da sesmária Lavrinhas de São Sebastião; a existência da escravidão nessa sesmária no período colonial e no século XIX; e o interesse por essas terras por parte de Carlos Pereira de Magalhães, o que o leva a escrever as cartas que irão compor, postumamente, o livro “Cartas de Goiás”.

A narrativa sobre o surgimento dessa grande sesmária dá-se em torno da figura do traficante de escravizados de Angola, o português João Pereira Ribeiro, que iniciou a exploração de ouro no morro do Buriti Queimado por volta de 1730.

Esse é o fator inicial para a construção de uma história sobre Lavrinhas de São Sebastião, que deu origem a dois povoados, chamados Arraiais: primeiro o arraial do Buriti Queimado, extinto por volta de 1776 (Castro, O., 1996), e, posteriormente, o novo arraial de Lavrinhas de São Sebastião.

Neste trabalho, busca-se por meio das narrativas dos fatos, atribuir sentido ao ocorrido, com a preocupação metodológica de trazer à realidade modos de ser e pensar, universos culturais que ajudem na compreensão desses fatos e, ao mesmo tempo, sustentem as ideias defendidas.

A análise de um dado fato, em sua narrativa, não se dá senão com o objetivo de buscar assimilar e explicar seus desdobramentos. Todo fato possui implicações que, para serem compreendidas, exigem a compreensão de sua sequência. A organização dos fatos narrados, neste estudo, tem como objetivo entender os seus desdobramentos e explicá-los, no sentido de defender a tese proposta.

Nesse sentido, as narrativas, discursos e representações acerca de Lavrinhas de São Sebastião revelam que a história da região não pode ser apreendida sem a articulação entre memória, fronteira e interculturalidade. A memória, conforme Halbwachs, Nora e Ricoeur,

aparece como força dinâmica que estrutura identidades e legítimas reivindicações territoriais contemporâneas; a fronteira, nos termos de Martins e Pesavento, emerge como espaço simbólico onde se projetam alteridades, hierarquias e conflitos; e a interculturalidade, pensada através de Dietz e Walsh, evidencia o encontro desigual, mas também produtivo, entre diferentes grupos humanos que disputaram e ainda disputam sentidos sobre o território.

Os testemunhos recolhidos por Carlos Pereira de Magalhães, ainda que permeados por racialismo, higienismo e categorias próprias do pensamento eugênico das primeiras décadas do século XX, constituem fontes privilegiadas para compreender como a elite letrada interpretava Goiás e seus habitantes. Por meio da Análise do Discurso (Brandão, 2012; Orlandi, 2015), é possível identificar as intenções, silenciamentos e representações que atravessam esses textos, revelando como o imaginário paulista influenciou a percepção da fronteira goiana como espaço de atraso, barbárie ou decadência.

Ao mesmo tempo, as memórias de Lavrinhas — desde o mito fundacional do milagre de São Sebastião até os relatos sobre escravização, fugas, violência e alianças interétnicas — mostram como as comunidades negras da região elaboraram sentidos sobre sua própria existência e resistiram à invisibilização histórica. Essa resistência, reatualizada no presente pelas comunidades remanescentes de quilombo, expressa uma consciência histórica que afirma vínculos ancestrais com o território e reivindica reconhecimento estatal, cultural e político.

Assim, este capítulo demonstra que Lavrinhas de São Sebastião é um espaço histórico complexo, onde se entrelaçam experiências de violência colonial, práticas de resistência negra, interações interétnicas, transformações ambientais e disputas por memória. Ao compreender esse território como um lugar de múltiplas camadas narrativas, torna-se possível entender os fundamentos da luta quilombola na região — luta que se ancora no passado, mas se projeta no presente como busca por justiça histórica, identidade coletiva e direito ao território ancestral.

A análise realizada no capítulo anterior evidenciou como as categorias de memória, fronteira e interculturalidade permitem compreender a complexidade histórica da região de Lavrinhas de São Sebastião e do Alto Tocantins, destacando as múltiplas experiências sociais que marcaram a formação desse território. Ao examinar as narrativas preservadas na obra “Cartas de Goiás”, de Carlos Pereira de Magalhães, bem como as memórias associadas às comunidades quilombolas da região, tornou-se possível perceber a presença de trajetórias históricas que frequentemente escapam às interpretações tradicionais da história regional.

No entanto, essa constatação também levanta uma questão fundamental: por que tais experiências, especialmente aquelas relacionadas à presença negra e à formação de quilombos, permaneceram por tanto tempo marginalizadas na historiografia goiana? Partindo dessa indagação, o próximo capítulo volta-se à análise da produção historiográfica sobre Goiás, investigando os contextos intelectuais e políticos que orientaram a escrita da história regional e discutindo as razões que contribuíram para a ausência — ou para a limitada visibilidade — dos estudos sobre o negro e os quilombos durante grande parte do desenvolvimento da historiografia no estado.

CAPÍTULO 2 — GOIÁS, ESCRAVIDÃO E QUILOMBOS NA HISTORIOGRAFIA GOIANA

O Objetivo deste capítulo é refletir sobre a historiografia goiana, desde a “literatura dos viajantes estrangeiros do século XIX”, que apresentava uma ideia de “decadência”, até as pesquisas mais recentes que se debruçaram sobre as comunidades remanescentes de quilombos.

A historiografia de Goiás, desde seus primeiros delineamentos no século XIX até a consolidação acadêmica no final do século XX, foi marcada por profundas lacunas no tratamento da presença negra e da experiência quilombola no território. A análise do desenvolvimento desse campo revela que os temas da escravidão e das resistências negras permaneceram, por longo tempo, à margem das interpretações consideradas legítimas pelos principais intelectuais goianos. Essa omissão não foi acidental: foi um reflexo das disputas políticas, dos projetos de identidade regional e das tendências historiográficas dominantes em cada época.

Desde o século XIX, viajantes europeus como Saint-Hilaire, Johann Emanuel Pohl, Cunha Matos e Silva e Souza foram fundamentais para fixar a imagem de um Goiás “decadente”, ruralizado e isolado. Suas narrativas, moldadas por expectativas europeias de modernidade, pavimentação, povoamento e infraestrutura, ressaltavam precariedades e escassez, com pouca atenção às dinâmicas sociais internas — incluindo a expressiva população negra, o uso sistemático do trabalho escravo e a presença de quilombos espalhados pela capitania. Esse olhar eurocêntrico reduziu a complexidade da sociedade goiana e invisibilizou a multiplicidade de experiências que a compunham, sobretudo as resistências negras. Essa tradição consolidou-se nos relatos oficiais e na historiografia regional, tornando-se fundamento das explicações posteriores sobre atraso e decadência.

Nos séculos XIX e XX, memorialistas e intelectuais autodidatas — entre eles Americano do Brasil, Colemar Natal e Silva, Zoroastro Artiaga e outros ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Goiano — perpetuaram um modelo de escrita histórica voltado para feitos políticos, trajetórias de governantes, bandeirantes, formação de vilas e mecanismos administrativos. Produziam narrativas lineares, factualistas, profundamente influenciadas pelo positivismo e pelo evolucionismo. Nesse modelo, o negro permaneceu figurante: importante como mão de obra, mas raramente sujeito histórico e quase nunca protagonista das dinâmicas de resistência, identidade e territorialidade. Os quilombos, quando mencionados, surgiam

apenas como problemas administrativos ou focos de “desordem”, reproduzindo a lente da documentação colonial.

Essa ausência historiográfica está diretamente relacionada ao contexto intelectual da época, em que buscava-se construir uma identidade regional moderna, alinhada ao discurso nacional desenvolvimentista e ao projeto político que emergiu após 1930 com Pedro Ludovico. Nesse projeto, a figura do negro — associado ao passado colonial, à escravidão e ao “atraso” segundo valores da elite — era convenientemente silenciada. Ao mesmo tempo, bandeirantes, pioneiros e modernizadores ocupavam o centro da narrativa. Os quilombos, por sua vez, não se coadunavam com o imaginário de progresso, pois remetiam à resistência, à autonomia territorial e à presença negra persistente, dimensões que contrariavam o mito de um Goiás homogêneo, branco e pacificado.

Somente a partir da década de 1970, com a institucionalização da pesquisa acadêmica na Universidade Federal de Goiás (UFG) e na Universidade Católica de Goiás (UCG, atual PUC-GO), especialistas formados no rigor teórico-metodológico começaram a questionar essa tradição. A influência da historiografia social, da Escola dos Annales, do materialismo histórico e de novas abordagens antropológicas abriu espaço para o estudo de temas ignorados até então. Autores como Luis Palacín, Gilka Salles, Martiniano José da Silva, Mari Baiocchi, entre outros, iniciaram um movimento de revisão crítica da história de Goiás, introduzindo a escravidão, a violência colonial, a agência dos escravizados e a formação de quilombos como elementos estruturantes do processo histórico regional.

Em prefácio ao livro “Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade, de Nasr Fayad Chaul, Paulo Bertran congratula a revisão historiográfica do autor e critica a chamada historiografia da decadência. Segundo Bertran a proclamada decadência na correspondência oficial do governo colonial em Goiás foi muito mais fruto dos vícios dos administradores do que da do declínio da produção aurífera. A ideia da decadência do período, servia, em muitos casos, para camuflar o enriquecimento ilícito, o contrabando e a inércia administrativa. Para Bertran:

É em 1819-1823 que para todo o sempre fixa-se a imagem da decadência de Goiás na historiografia, graças aos viajantes estrangeiros. Auguste de Saint Hilaire, francês, Johann Emmanuel Pohl, boêmio, Raimundo José da Cunha Mattos, português, e o Pe. Luís Antônio da Silva e Souza, o proto-historiador goiano, ordenado na Itália. É que, por este específico momento, aniquilada a mineração escravista empresarial, antes pelo descenso de crédito provocado pela Lei da Trintena (os mineradores com mais de 30 escravos não podiam ser executados por dívidas) do que por falta de ouro, a população mineradora ruralizara-se – desde há muito tempo – nas suas sesmarias de

terras de cultura, pequenas, de meia légua em quadra, com grande incidência de requerimentos nos anos de 1770 (Bertran in: Chaul, 2015, p. 7–8).

Editado pela primeira vez em 1997, o livro de Nasr Fayad Chaul Procura refutar a ideia de decadência fixada pela chamada “literatura dos viajantes”. O autor mostra as inconsistências dessa interpretação, que serviu de base inclusive para movimentos políticos. Segundo Chaul, as minas de ouro de Goiás tiveram rendimento considerável, embora, no discurso dos administradores coloniais já se falasse em decadência desde 1730, início da mineração na região.

Como causas da decadência de Goiás, são citados, com insistente frequência os seguintes fatores: falta de braços escravos, poucas e quase intransponíveis estradas, mínima urbanização, despovoamento, ócio, baixa produção, etc. Esta linha de argumentação reforçada pelos historiadores contemporâneos, traçou um perfil de decadência que serviu, e serve até hoje, para ampliar a ideia de uma sociedade que parecia não ter motivos para existir de tão inoperante (Chaul, 2015, p. 29).

Para Chaul, A miséria extrema, a precariedade das estradas e a pobreza eram interpretadas por governantes, políticos, viajantes e até mesmo pelo senso comum como símbolos da transição da atividade mineradora para a agropecuária. Com a instalação da Primeira República, essa ideia de decadência, até então explorada politicamente, cede lugar à noção de atraso (Chaul, 2015).

Sob o argumento de que a região era economicamente atrasada e politicamente irrelevante, muitos estudos passaram a afirmar que a “manutenção do atraso” pelas oligarquias significava uma forma de continuidade no poder. A essa interpretação se contrapõe a presente análise, que busca comprovar sua inadequação diante do processo histórico da época. Por fim, chega-se aos anos 1930, quando a representação da modernidade se efetiva — por meio da recuperação de imagens/conceitos da decadência e do atraso — como forma de justificar a deposição do “Velho Goiás” pelo movimento de 1930 (Chaul, 2015, p. 34–35).

Os grupos políticos que assumiram o poder em Goiás estavam inseridos em um projeto de nação pautado no discurso do progressismo e da modernidade, visando à superação “do atraso” e viam nessa nova bandeira uma forma de consolidar esse alinhamento (Chaul, 2015). A visão dos viajantes moldou, por muito tempo, a percepção que se tinha de Goiás e a interpretação adotada por autoridades coloniais e do Império e eclesiásticas, como o padre Silva e Souza:

De Silva e Souza (1812) a Cunha Matos (1823), do dr. Pohl (1810) a Saint-Hilaire (1816), passando por D’Alincourt (1818). Burchel (1827), Gardner (1836) e Castelnau

(1843) e chegando aos historiadores contemporâneos que tratam o período da mineração e da agropecuária em Goiás, além de intelectuais de outras cepas e anônimos da escrita, a aceitação da decadência da sociedade goiana no período pós-minerador é unânime (Chaul, 2015, p. 47).

No entanto, Chaul demonstra, ao longo de sua obra, os equívocos da chamada historiografia da decadência, as razões de sua existência de escritos que contestam essa visão.

A historiografia da decadência foi, assim, gestada no seio da própria administração colonial, em uma correspondência que atestava a decadência da produção aurífera e a escassez de recursos. Tal ideia difundiu-se, inclusive, no senso comum, sendo posteriormente notabilizada pela visão de viajantes e cronistas, perdurando, até recentemente, como verdade incontestável. Sobre os motivos da “decadência” de Goiás, o padre Silva e Souza aponta que foi:

Menos o amor da glória e desejo de ser útil, o que o interesse próprio e aquela ambição, que leva muitas vezes o homem por incalculáveis perigos às mais árduas, mais importantes empresas [...] tendo as melhores proporções para se engrandecer e felicitar os seus colonos, correu em menos de um século esplendor de seu princípio para a crise de decadência, seja por desprezarem os mais próprios meios mais enérgicos de promover o seu aumento, seja (o que me parece mais provável) por ter se enervado nos braços da ociosidade aquele amor do trabalho e patriotismo, que prefere ao interesse próprio o bem comum; aquela afoiteza dos primeiros descobridores, que sem mais aprestos que um ânimo superior a tôdas as fadigas quase desprovidos de tudo, expostos à fome, às feras e às nações selvagens, entranharam-se por terras incôgnitas (Silva e Souza *apud* Chaul, 2015, p. 48).

Silva e Souza, em 1812 atribui a decadência da Capitania de Goiás à ausência de empreendimentos corretos feitos em tempo hábil, e, sobretudo, ao enfraquecimento do ímpeto dos mineradores, dando lugar à ociosidade após o declínio do ouro. Segundo o autor, não se empregou o mesmo braço forte em novas atividades que pudessem atender ao bem comum.

A história de Goiás teve como seu primeiro grande expoente o padre Silva e Souza, por meio de uma narrativa da fundação do estado personificada em Bartolomeu Bueno da Silva e sua Bandeira. Os viajantes que visitaram a região e traçaram um perfil social, econômico e cultural com base em suas impressões tinham como ideia de desenvolvimento e progresso a Europa da Revolução Industrial. Os argumentos de que se valiam para justificar a decadência da exploração do ouro baseavam-se na falta de incentivos da Coroa para a melhoria e implementação de novos meios de comunicação, na precariedade dos caminhos e no ócio da população (Chaul, 2015). A literatura dos viajantes e sua cultura gravaram essa imagem como verdade incontestável, sendo repetida por historiadores contemporâneos, criando-se, assim, para Goiás, um perfil de terra da decadência:

Os relatos deixavam implícito que Goiás precisava de mão de obra produtiva, de trabalho livre de substituição do ócio pelo negócio. Goiás carecia de povoamento, de gente para produzir, de capital e desenvolvimento. Goiás, portanto, era totalmente diferente da terra que povoava as ideias dos viajantes, e divergia ao extremo daqueles padrões europeus de modernidade e progresso, padrões esses que tinham presentes a ética protestante do capitalismo (ou seja, trabalho, parcimônia, ascetismo) e a superpopulação do século XIX (Chaul, 2015, p. 49).

O equívoco da literatura dos viajantes fundamentava-se na ideia de decadência de uma sociedade que nem sequer chegou a se modernizar. A efemeridade do ouro não produziu uma estrutura social sólida e pujante; portanto, é um erro falar em decadência. Em “Viagem à Província de Goiás” Auguste de Saint-Hilaire, ao passar por Santa Luzia, afirma que, após a diminuição significativa do número de negros, tanto escravizados quanto livres, os habitantes passaram a viver na indigência e que igreja local estava em ruínas (Saint-Hilaire, 1975, p. 25). Sobre isso o autor ainda afirma:

Não devemos julgar os povoados do Brasil pelos nossos, pois em geral não passam de um amontoado de casebres miseráveis e de ruas lamacentas. A maioria dos arraiais de Minas e Goiás, cuja origem de se deve às minas de ouro, hão de ter tido o seu encanto em seus tempos de esplendor, e é evidente que Santa Luzia foi um dos mais aprazíveis (Saint-Hilaire, 1975, p. 25).

O autor liga o esplendor das cidades surgidas em torno da mineração ao auge dessa atividade, como se, no período, os tipos de edificações e infraestrutura como ruas e estradas tivessem sido diferentes. Para ele, não havia meio de comparação entre os povoados do Brasil e os da Europa, já que no Brasil estes se compunham de um “amontoado de casebres miseráveis em ruas lamacentas”, ao contrário da infraestrutura que dispunha a Europa. A mesma tônica é observada pelo naturalista austríaco Joan Emmanuel Pohl, que veio ao Brasil em 1817, integrando a expedição científica da comitiva nupcial de dona Leopoldina (Chaul, 2015). Pohl registra que:

[...] os buracos cavados pelos aguaceiros dos dias anteriores e especialmente pelo burro dos viajantes que nos precederam não tinham secado e nem poderiam por causa das cheias constantes, interrompidas apenas temporariamente e o caminho esburacado aumentava naturalmente as dificuldades da marcha (Pohl *apud* Chaul, 2015, p. 55).

As queixas dos viajantes recaíam sempre sobre as condições das estradas, pelas quais precisavam transitar, sem a pavimentação que experimentavam na Europa. A ausência de infraestruturas, como pontes tornava o caminho mais penoso. Em certo ponto de sua viagem a Goiás, registra:

Depois de fazermos quatro léguas e meia, por fim, encontramos, fatigados, a fazenda Lavrinha, toscamente edificada, em cujo alpendre pernoitamos. Partimos cedo no dia seguinte (26 de maio). Depois de uma légua e um quarto vimos o Rio das Almas, que corre de sul para norte, e chegamos ao engenho José Joaquim, que se compõe de vários edifícios para o preparo de açúcar e de milho, e de diversas cabanas de negros. Há três léguas daqui, ao sul, fica o Arraial de Lavrinhas, em completa decadência, que recebeu o seu nome das lavras de ouro (Pohl, 1976, p. 190).

Mais uma vez, a atenção está voltada para os tipos de edificação, ao mencionar a “Fazenda Lavrinha toscamente edificada”. A narrativa também segue sob a ideia de decadência, ao falar do Arraial de Lavrinhas, um pequeno povoado, mesmo no período mais pujante da mineração em Goiás.

Em seu livro “Reflexões sobre o fazer histórico: uma história da historiografia em (sobre) Goiás da década de 1920 à de 1990”, Rogério Chaves da Silva aponta o padre Silva e Souza como primeiro expoente de uma história sobre Goiás, tomando como marco fundador a expedição de Bartolomeu Bueno da Silva (Silva, R. 2019).

O autor cita também a literatura de cronistas e viajantes e afirma que, no século XIX, Silva e Souza, Cunha Matos e Alencastre formaram uma verdadeira trindade historiográfica em Goiás. Cada um registrava os acontecimentos considerados dignos de passar à história (Silva, R., 2019). O autor destaca que:

Na primeira metade do século XX, até a década de 1960, por assim dizer, essa tarefa de construção da(s) história(s) de Goiás foi levada ao cabo, predominantemente, por memorialistas, genealogistas e historiadores autodidatas. No interior desse escol de cultores da história goiana, encontramos nomes como os de Henrique Silva, Americano do Brasil, Zoroastro Artiaga, Ofélia Sócrates Monteiro, Colemar Natal e Silva, entre outros. Em sua maioria médicos, políticos, jornalistas, advogados, militares, enfim, estudiosos de história ávidos por narrar fenômenos do passado ocorridos nas latitudes goianas. Desbravar as trilhas das primeiras bandeiras que adentraram o Sertão ocupado pelos índios Goyaze; deslindar a aventura de Bartolomeu Bueno da Silva em busca do eldorado; auscultar a formação dos primeiros arraiais, vilas, cidades; inquirir sobre os rumos tomados pelo ouro e pela agropecuária em Goiás; perquirir sobre os sentidos atribuídos à Revolução de 1930 e a construção da jovem capital, Goiânia; eis algumas linhas interpretativas mestras para se compreender o passado goiano (Silva, R., 2019, p. 12).

A forma de escrever a história desses intelectuais estava voltada para os aspectos políticos e administrativos de Goiás. Guiados, em muitos aspectos, pelo modelo do Instituto Histórico e Geográfico Goiano (IHGG) e da Academia Goiana de Letras (AGL), buscavam no passado traços, indícios ou marcas que configurassem um projeto de memória para o estado e para a construção de uma identidade goiana (Silva, R., 2019).

Esse panorama começa a mudar a partir dos anos 1960 com a implantação da UCG, atual PUC, e da UFG, que passaram a ofertar o curso superior em História, voltado à formação

de professores e pesquisadores capazes de imprimir um caráter acadêmico às produções historiográficas em e sobre Goiás. Nesse processo, destacam-se a realização, em 1971, em Goiânia, do VI Simpósio Nacional da Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH), a defesa da tese de livre-docência do Pe. Luis Palacín Gomez, suas pesquisas e produções acadêmicas, a implantação do programa de Mestrado em História da UFG, e a atuação na cena historiográfica de docentes que obtiveram o doutorado, como Dalísia Doles, Maria Augusta S. de Moraes e Marivone M. Chaim, entre 1972 e 1973 (Silva, R., 2019).

É importante ressaltar que, por ocasião do VI Simpósio Nacional de História da ANPUH, historiadores goianos puderam estabelecer contatos com pesquisadores de renome no país e com temas cujas discussões estavam em voga naquele período.

Além disso possibilitou o diálogo com professores da Universidade de São Paulo (USP), tendo em vista a criação de um Mestrado em História. Essa parceria foi, então, firmada em 1972 e resultou na implantação do programa de Mestrado em História da UFG que teve papel fundamental para que as pesquisas historiográficas em Goiás ganhassem maior rigor teórico-metodológico. Esse contato com a USP, importantíssimo para essa reformulação da historiografia no estado, foi intensificado pela procura por seu curso de doutorado pelos historiadores goianos. Interagir com os docentes e pesquisadores uspianos significava, naquele momento, absorver discussões relativas à história e exigências acadêmicas que, em sua maioria, ainda não fazia parte da prática historiográfica em Goiás, por isso a importância dessa aproximação. No entanto, além desses fatores, não podemos esquecer que a atuação do historiador Luis Palacín Gomez foi igualmente substancial para que se descortinasse um novo horizonte na produção de conhecimento histórico em Goiás, principalmente a partir da defesa de sua tese de livre-docência, obra clássica da historiografia regional, Goiás, 1722 – 1822: estrutura e conjuntura numa Capitania de Minas, depois reeditada como O século do ouro em Goiás (Silva, R., 2019, p. 13–14).

Todos esses fatores foram imprescindíveis para o segmento de um novo Panorama historiográfico em Goiás a partir da década de 1970. Ao contrário da produção anterior, essa nova historiografia passou a se pautar pela criticidade das fontes, por um estado da arte ligado aos debates acadêmicos e por um rigor metodológico, demonstrando preocupação com o valor científico de sua produção (Silva, R., 2019).

2.1 A historiografia Goiana dos anos 1920 a 1960

Dos anos 1920 a 1960, a historiografia goiana esteve a cargo de autodidatas, como advogados, médicos, militares, políticos e jornalistas, cujo objetivo era ressaltar fatos considerados importantes. Essa era uma historiografia do século XIX, moldada segundo o que foi consagrado pelo IHGB nesse período. Entre esses historiadores estão Antônio Americano do Brasil, Colemar Natal e Silva e Zoroastro Artiaga (Silva, R. 2019).

No final do século XIX e início do século XX, os filhos das famílias ricas de Goiás buscaram a complementação de seus estudos fora do Estado (Nepomuceno *apud* Silva, R. 2019). Assim, figuras como Americano do Brasil, Henrique Silva, Hugo de Carvalho Ramos, Vitor de Carvalho Ramos buscaram complementar sua formação intelectual “nos centros culturais mais avançados do país” (Silva, R. 2019, p. 25).

Muitos desses intelectuais tiveram forte influência do positivismo e do evolucionismo.

Micael Herschman, analisando o papel desempenhado por alguns saberes como a medicina, a engenharia e a educação, e não somente pelo movimento modernista, na “invenção de um Brasil moderno”, assinalou que o positivismo, sobretudo o comteano, tornou-se uma verdadeira “coqueluche da elite intelectual no Brasil” (Herschman, 1994, p. 56). Atacando o ensino tradicional “bacharelesco” que grassava no país, esses homens ligados às ciências entendiam que os conhecimentos adquiridos por meio da investigação científica poderiam se apresentar como “verdadeiros” e, portanto, mais “úteis” às mudanças que deveriam ser impressas na realidade social e política brasileira. Ocorreu, então, nas palavras de Herschman, a gradativa sobrepujança dos “artistas do operatório”, com seus saberes técnico--especializados, sobre os “artistas da retórica”, fundamentados na tradição do “eruditismo bacharelesco”, desdobrando, assim, na fusão entre a figura do cientista com a do intelectual (Silva, R., 2019, p. 26).

Dos anos 1920 a 1930, irromperam vários movimentos que questionavam a ordem política, social e cultural vigentes no Brasil, como o movimento tenentista, a fundação do Partido Comunista, a Semana de Arte Moderna e o Manifesto Pau-Brasil. Esses grupos buscavam a modernização do país e o estabelecimento de uma identidade nacional de caráter “nativista”. Surge então no movimento do modernismo estético o termo “antropofagia” que propunha a devoração de elementos dos colonizadores na cultura brasileira e criasse uma “força nativa” (Silva, R., 2019, p. 27).

Esse sentimento nativista é incorporado por intelectuais goianos na busca por afirmar uma identidade regional.

Nesse misto de reconhecimento pelos valiosos elementos da terra natal e de admiração pelas possibilidades que a modernidade fluminense poderia proporcionar a seus conterrâneos, havia uma inquietação de inserir seu estado, sua gente, em um projeto de nação que vinha se desenhando desde as primeiras décadas do século XX. Esses goianos, formados em diferentes áreas do conhecimento e instituições, foram se unindo, político-intelectualmente falando, em torno de um intento comum: a integração de Goiás a esse projeto de nação moderna. Certamente, esse empreendimento intelectual ganhou materialidade discursiva a partir da concepção da revista *A Informação Goyana*. (Silva, R., 2019, p. 28–29).

Idealizada pelo major Henrique Silva, a revista, editada no Rio de Janeiro, circulou de 1917 até 1935, ano do falecimento de seu fundador. Os estudiosos goianos que publicavam no periódico escreviam sobre as potencialidades de Goiás e buscavam desfazer visões

desabonadoras de intelectuais e grupos hegemônicos de centros como São Paulo e Rio de Janeiro (Silva, R., 2019). Entre os intelectuais goianos vinculados à Revista A Informação Goiana e ao Correio Oficial de Goiás, estava o médico Antônio Americano do Brasil.

O autor propôs a criação do IHGG, congênere do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com o qual se correspondia intelectualmente. Em 1921, escreveu o dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do IHGB, que resumia brevemente a história de Goiás, de 1722 a 1889. Publicou, em 1924, na revista do IHGB, um texto sobre Cunha Mattos, um dos fundadores do IHGB, intitulado “Cunha Mattos em Goiás – 1823-1826” (Silva, R., 2019, p. 34).

Além de ter proposto a criação do IHGG, entidade congênere ao Instituto brasileiro, Americano do Brasil manteve alguns laços intelectuais com essa agremiação nacional. Em 1921, redigiu para o Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do IHGB um breve resumo sobre a história de Goiás, abarcando desde o período de 1722 a 1889. Em 1924, o estudioso goiano publicou na revista do IHGB um texto sobre a trajetória em Goiás de um dos fundadores do Instituto, intitulado “Cunha Mattos em Goiás - 1823-1826”. Antes de morrer, Americano do Brasil cedeu ao governo do estado, em 1931, sem remuneração pecuniária, os direitos autorais do que viria a ser sua mais conhecida obra de história, Súmula de História de Goiás. O livro, que já vinha sendo rabiscado desde a versão confeccionada para o Dicionário... do IHGB e de outros escritos já elaborados por Americano do Brasil, foi utilizado como manual didático na recém-criada cadeira de História de Goiás no curso da Escola Normal, tornando-se, conforme Ribeiro, M. (2011, p. 302), “na primeira sistematização da História de Goiás usada em sala de aula.” O próprio Americano do Brasil ressaltou a importância dessa cadeira: “A recente criação da cadeira de História de Goiás na mais nova reforma do Regulamento da Escola Normal, veio corresponder a uma forte dose de otimismo quanto aos horizontes futuros do ensino de nossa historiografia em Goiás (Americano do Brasil, 1961, p. 22). (Silva, R., 2019, p. 34–35).

A inclusão da disciplina de história de Goiás no currículo da Escola Normal e a criação do IHGG são, segundo Rogério Chaves da Silva, provas incontestáveis da importância da história para o governo recém-instalado em Goiás a partir da revolução de 1930, que depõe a oligarquia Caiado e alça ao poder o médico Pedro Ludovico Teixeira. A mesma forma de fazer história de Americano do Brasil verifica-se também em Colemar Natal e Silva e Zoroastro Artiaga. Trata-se de um modelo de fazer história a partir da elaboração de sínteses narrativas que mostravam a preocupação em extrair a verdade da fonte e que perdurou até 1960.

Colemar Natal e Silva Nasceu em São José do Tocantins, atual Niquelândia, em 24 de agosto de 1907. Estudou no Lyceu de Goiás e cursou a Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro. Foi redator da Revista A Informação Goiana e colaborador de O Jornal do Brasil numa sessão dedicada à história, bem como de O Jornal do Comércio (Silva, R., 2019, p. 42).

A despeito desse indício extraído de dados biográficos, pretendemos demonstrar que o fazer histórico de Colemar Natal e Silva seguiu, em linhas gerais, os mesmos moldes dos historiadores autodidatas que militaram em Goiás nessa primeira fase da historiografia no novecentos. Para tal, carreamos ao bojo dessa análise sua famosa História de Goiás, escrita em fins dos anos 1920, quando ainda era estudante de Direito no Rio de Janeiro. A primeira edição, de 1932, teve prefácio assinado por Conde de Afonso Celso, que havia sido professor de Colemar na Faculdade de Ciências Jurídicas e, naquela época, era presidente do IHGB. A segunda edição dessa obra, de 1979, foi novamente prefaciada por um presidente do Instituto, na ocasião, Pedro Calmon. A terceira edição foi publicada no ano de 2002 e o prefácio ficou a cargo do professor Nasr F. Chaul. Malgrado tenha sido editada por três instituições/empresas diferentes e em períodos históricos distintos, as edições conservaram, em grande parte, o conteúdo do texto publicado em 1932, por isso, julgamos não haver armadilhas em utilizarmos a última versão (Silva, R., 2019, p. 43).

À semelhança dos escritos de Americano do Brasil e Zoroastro Artiaga, Colemar Natal e Silva possui uma escrita factual, cronológica, com face para os eventos políticos administrativos considerados importantes para Goiás. Para ele, o papel do historiador consistia em trazer à tona a “verdade histórica” do documento. Em suas pesquisas privilegiou a documentação oficial, como cartas régias, correspondências dos governadores da capitania e documentos legislativos, entre outras fontes de caráter oficial (Silva, R., 2019).

Zoroastro Artiaga nasceu em Itaberaí, Goiás, em 29 de maio de 1891. Estudou no Lyceu de Goiás e formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Goiás.

Artiaga, assim como outros intelectuais goianos da época, também colaborou com a revista A Informação Goyana, na qual publicou artigos voltados para as possibilidades de integração político-econômica de Goiás à nação. No caso de Zoroastro Artiaga, a maioria de seus textos versava sobre a área da geologia, sobretudo para a divulgação das potencialidades minerais do estado, cuja exploração poderia não só estimular o desenvolvimento de Goiás, como inserir a região no circuito político-econômico do país. Entretanto, para atrair investidores, era preciso tornar notório todo esse potencial, por isso a importância de publicar estudos sobre essas riquezas naturais do estado. Seguindo essa mesma orientação, Artiaga defendia veementemente a necessidade de fomentar as diferentes vias de transporte, especialmente a ferroviária, como forma de viabilizar a efetiva integração de Goiás ao restante do país (Silva, R., 2019, p. 49–50).

Zoroastro Artiaga esteve frequentemente envolvido em pesquisas sobre os limites territoriais dos municípios goianos, assim como do próprio estado. Interessou-se também sobre os recursos minerais e sobre a diversificação das formas de transporte em Goiás (Silva, R., 2019).

Com relação à sua produção historiográfica, Zoroastro Artiaga, que foi um membro atuante do IHGG, também dialogou com uma tradição emanada do instituto histórico nacional. Elencando duas de seu estoque de obras, Contribuição para a história de Goiaz (1947) e História de Goiás: relato de acuntecimentos goianos de 1592 a 1946 (1961), percebemos a existência de alguns elementos historiográficos também

presentes nos textos de História confeccionados por Americano do Brasil e Colemar Natal e Silva. São narrativas factuais, de encadeamento cronológico, com forte teor político-administrativo, preocupadas com datas e feitos políticos marcantes e imbuídas da tentativa de sintetizar a história goiana. Os títulos de suas obras, História de Goiás: relato de acontecimentos históricos goianos de 1592 a 1946 e História de Goiás: síntese dos acontecimentos da política e da administração pública de Goiás de 1592 a 1935, bem como os conteúdos históricos urdidos em suas teias narrativas, indicam a sobrepujança desses caracteres historiográficos citados (Silva, R., 2019, p. 51).

Assim como Americano do Brasil, Zoroastro Artiaga construiu uma narrativa que buscava os marcos de fundação do passado goiano. Estudou com afinco as bandeiras paulistas que adentraram o sertão do estado entre os séculos XVI e XVIII, em busca das origens históricas de Goiás.

Sua forma de escrever visava, sobretudo, integrar Goiás ao projeto de nação que vinha sendo construída sob o discurso de modernização e o lema de um “tempo novo” advindo com a Revolução de 1930 e com a alçada de Pedro Ludovico ao governo do Estado.

Rogério Chaves da Silva afirma que os anos 1960 foram importantes por configurarem um período de transição entre diferentes formas de se produzir história, uma vez que essa mudança não ocorreu de forma abrupta e imediata, mas de maneira gradual, ao longo da década. Esse processo acabou por consolidar uma nova forma de se produzir história, preponderante na historiografia regional, fundada nos pressupostos e nas exigências acadêmicas.

Quando da criação da UCG (atual PUC) e da UFG, na década de 1960, com a primeira sob a direção dos jesuítas, vem para Goiás o padre espanhol Luis Palacín Gomez.

[...] a realização, em 1971, do VI Simpósio Nacional de História da Anpuh em Goiânia, a defesa da emblemática tese de livre-docência por Luis Palacin, a criação do Programa de Mestrado em História da UFG e o doutoramento, na USP, das professoras Dalisia Doles, Maria Augusta S. Moraes e Marivone Chaim, fatos ocorridos entre 1972 e 1973. A conjunção desses fenômenos indicia que a produção historiográfica em Goiás estava, na década em apreço, tomando novos rumos e a escrita da história regional estava adquirindo uma nova fisionomia, possível de se notar nas teses de Luís Palacín, Dalísia Doles, Maria Augusta S. Moraes, Marivone Chaim e nas dissertações de mestrado produzidas no interior do Programa de Mestrado em História da UFG. Era a produção historiográfica acadêmica em seus prelúdios, assumindo novos contornos teórico-metodológicos e estreitando seu diálogo com a comunidade científico-acadêmica no Brasil (Silva, R., 2019, p. 78).

Rogério Chaves da Silva aponta que esse foi um momento de inflexão na produção historiográfica goiana, marcado pela priorização de um rigor teórico-metodológico, no qual passou a predominar uma história de caráter econômico e social, em detrimento de uma abordagem factual e política (Silva, R., 2019).

Quadro 1 — Produções acadêmicas dos anos 1970

Docente/Nº de Orientações	Mestrandos	Título do trabalho	Ano de defesa
Laima Mesgravis (sete orientações)	Eliane G. Dayrell	Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização na expansão para o Oeste	1975
	Maria de S. França	Povoamento do Sul de Goiás (1872-1900): estudo da dinâmica da ocupação espacial	1975
	Lais A. Machado	A administração provincial em Goiás no período regencial e seus antecedentes coloniais	1978
	Zildete I. Martins	A participação de Goiás na Guerra do Paraguai	1978
	Walderez L. Miguel	O Serviço Social e a “Promoção do Homem”: um estudo de ideologia - a Escola de Serviço Social de Goiás no processo histórico brasileiro (1936-1977)	1978
	Miguel A. dos Santos	Trindade de Goiás – uma cidade santuário: conjunturas de um fenômeno religioso no Centro-Oeste brasileiro	1978
	Maria S. F. e Souza	A sociedade agrária em Goiás (1912-1921) na literatura de Hugo de Carvalho Ramos	1978
João Baptista Borges (duas orientações)	Marielys S. Bueno	Macaúba uma aldeia Karajá em contato com a civilização	1976
	Jan Magalinski	Cooperativa de imigrantes em Itaberaí: estudo da fixação de deslocados de guerra na zona rural de Goiás	1978
Antônia Wright (uma orientação)	Aurea C. Menezes	O Colégio Santa Clara e sua influência educacional em Goiás	1977

Fonte: transcrito de Silva, R., 2019.

O programa de Mestrado em História da UFG, passou, na década de 1980 por grandes dificuldades, sobretudo pelo fim da parceria acadêmica com a USP. Tendo de traçar seu próprio itinerário, o programa seguiu firme em sua produção acadêmica, definindo uma nova área de

concentração: História das Sociedades Agrárias, além de outras linhas de pesquisa igualmente importantes para o destino da produção historiográfica no estado. Daí também surgiram novas temáticas ainda não exploradas, como o materialismo histórico e dialético:

O que nos saltou aos olhos foi a evidência que os historiadores passaram a destinar à discussão teórica e conceitual. É preciso realçar que essa visibilidade destinada ao plano teórico veio marcada, sobremaneira, pela presença de feixes reflexivos emanados de diferentes correntes marxistas. E, entre as várias vertentes marxistas acessadas, um autor, em especial, foi muito requerido nessa década: José de Souza Martins, um cientista social ligado à tradição da Escola Sociológica Paulista, cujas reflexões teóricas auxiliaram bastante os estudiosos em história de Goiás (Silva, R., 2019, p. 125–126).

Nessa fase, a influência historiográfica dos *Annales* diminuiu, com pesquisas pontuais a Max Weber e, entre os conceitos abordados, surge um interesse bastante amplo pelos temas “modernização” e “ideologia” (Silva, R., 2019, p. 126).

Embora, no que diz respeito à parte teórica, tenha havido mudanças consideráveis no fazer histórico, quando comparadas as produções das décadas 1970 e 1980, o mesmo não se pode dizer quanto à metodologia. Com exceção as pesquisas que recorreram a fontes iconográficas e orais, ainda foi expressiva a quantidade de pesquisa em documentações oficiais. Novos enfoques, porém, foram dados a essas fontes.

Quadro 2 — Produções acadêmicas dos anos 1980.

Docente/Nº de Orientações	Mestrandos	Título do trabalho	Ano de defesa
Janaína Amado (seis orientações)	Maria L. A. Rosa	História de uma transição de oligarquias: Goiás (1899-1909)	1981
	Maria A. Alencar	Estrutura fundiária em Goiás: consolidação e mudanças (1850-1910)	1982
	Leni Caseli Anzai	Vida cotidiana na zona rural do município de Goiás (1888-1930)	1985
	Josélio M. Luz	A primeira experiência de planejamento estatal em Goiás: o plano e a reforma administrativa do governo Mauro Borges (1961-1964)	1987
	Júlia Magalinski	Imigração para Goiás (1920-1952): política e prática	1987
	Marisis C. de Oliveira	Questão agrária em Goiás: Governo Mauro Borges	1988
Dalísia Doles (seis orientações)	Lúcia H. R. Afonso	O Partido Comunista no Brasil (1945-1947): suas propostas na região Centro-Oeste	1982

Docente/Nº de Orientações	Mestrandos	Título do trabalho	Ano de defesa
	Barsanufio G. Borges	O despertar dos dormentes	1982
	Maria E. F. Cameiro	A revolta camponesa de Formoso e Trombas	1982
	Edna L. Siqueira	O trabalhador livre em Goiás (1830-1850)	1982
	Heliane P. Nunes	A era rodoviária em Goiás: impactos na estrutura rural e urbana (1930-1961)	1985
	Maria C. T. Machado	Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história	1987
Luis Palacín (duas orientações)	Maria H. de O. Brito	A colônia alemã do Uvã: uma tentativa oficial de colonização em Goiás (1924-1954)	1982
	Heliana A. Salgueiro	A singularidade da obra de Veiga Valle	1982
Ana L. da Silva (uma orientação)	Nasr N. F. Chaul	A construção de Goiás e a transferência da capital	1985
Gilka Salles (uma orientação)	Tenório de Melo Netto	A contribuição de Brasília para o desenvolvimento econômico de Goiás (1960-1980)	1988
Antônio T. Neto (uma orientação)	Celene C. M. Barreira	Região da Estrada do Boi: usos e abusos da natureza	1989

Fonte: transcrito de Silva, R., 2019.

Nos anos 1990 houve um aumento expressivo na produção historiográfica em Goiás, inclusive trabalhos de história regional, com variados temas e abordagens se as linhas de pesquisa do Programa de Mestrado: História e Região, História das Relações Cidade–Campo e História da Terra e Trabalho (Silva, 2019, R., p. 175).

É importante ressaltar que uma mudança expressiva no quadro docente do Departamento da história da UFG, nos anos 1990 o que contribui para novas abordagens e discussões, além da amplitude temática já observada antes da chegada de tais docentes. Essa variedade temática pode ser observada no quadro a seguir:

Quadro 3 — Produções acadêmicas dos anos 1990

Docente/Nº de Orientações	Mestrandos	Título do trabalho	Ano de defesa
Luis Palacín (nove orientações)	Maria do Espírito Santo R. Cavalcante	O movimento separatista do norte de Goiás (1821-1988)	1990
	Elianda F. A. Tiballi	A expansão do povoamento em Goiás (século XIX)	1991
	Wolmir T. Amado	A Igreja Católica e a questão agrária em Goiás (década de 50 e meados de 60)	1992
	Dulce M. R. Pedroso	Avá-Canoeiro: a história do povo invisível (séculos XVIII-XIX)	1992
	Napoleão A. de Aquino	A construção da Belém-Brasília e a modernidade no Tocantins	1996
	Edivaldo A. dos Santos	Os dominicanos em Goiás e Tocantins (1881-1930): fundação e consolidação da missão dominicana no Brasil	1996
	Maria de Fátima Oliveira	Um porto no sertão: cultura e cotidiano em Porto Nacional (1880-1910)	1997
	Gustavo Neiva Coelho	A formação do espaço urbano nas vilas do ouro em Goiás: o caso de Vila Boa	1997
	Ronaldo Ferreira Vaz	Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade (1891-1955)	1997
Eliane G. Dayrell (duas orientações)	Eliane Martins C. Manso Pereira	O realismo maravilhoso de Siron Franco: uma arte crítica à mentalidade dominadora na América Latina	1990
	Maria Lúcia Vannuchi Tomazini	Mulher gari: história e memória da força de trabalho 1990 feminino – Goiânia (1979-1988)	1990

Jane Sarques (uma orientação)	Ruth C. G. de Castro	MEB: uma estratégia de comunicação com o homem 1992 do campo	1992
Maria S. França (uma orientação)	Helena Angélica de Mesquita	A modernização da agricultura: um caso em Catalão	1993
Ana Lúcia da Silva (cinco orientações)	Paulo Rodrigues Ribeiro	Agroindústria e pequena produção no município de Itumbiara (1960-1980)	1990
	Maria de Araújo Nepomuceno	A ilusão pedagógica (1930-1945): Estado, sociedade e educação em Goiás	1991
	Carlos J. Parada Filho	Quando a corda arrebenta do lado mais forte: senhores e escravos em Goiás (século XIX)	1992
	Eber Vaz	A modernização da agricultura e as relações de trabalho no Sudoeste Goiano: a situação do trabalhador volante no corte de cana (1964-1989)	1992
	Henrique Carlos Labaig	O cooperativismo agrícola e sua participação no desenvolvimento capitalista do Sudoeste Goiano (1960-1990)	1995
Dalísia Doles (seis orientações)	Fátima A. Costa Mota	Imigração japonesa em Goiás: a colônia ou a ilusão do cerrado?	1992
	Nivaldo dos Santos	Desenvolvimento capitalista e modificações nas relações de trabalho no campo em Goiás (1970-1985)	1992
	Neuza M. Barbeiro Alves	Agricultura e indústria: o poder no complexo agroindustrial (estudo de caso da empresa Arisco)	1994
	Maria Beatriz Ribeiro Costa	A Revolução de 1930 e a Revista Oeste na consolidação de Goiânia: do bandeirismo utópico à concretização do discurso	1994
	Suely F. L. Molina	Engenhos de rapadura: agroindústria periférica no município de Quirinópolis (1880-1980)	1994

	Edma José Silva	Sesmarias: Capitania de Goiás (1726-1770)	1994
Francisco Itami Campos (quatro orientações)	Dalva Maria B. de Lima Dias de Souza	1964, em Goiás: o ovo da serpente (militares e proprietários de terras na gestação da ditadura)	1991
	Sonia A. Lobo	Estado e violência no campo em Goiás (1950-1960)	1994
	Vilma de F. Machado	Sudoeste de Goiás: desenvolvimento desigual	1996
	Maria Lúcia Fonseca	Coronelismo e cotidiano: Morrinhos (1889-1930)	1997
Janaina Amado (uma orientação)	Romualdo P. Campos Filho	A esquerda em armas: história da Guerrilha do Araguaia (1972-1975)	1995
Lena Castello Branco (três orientações)	Cristina de Cássia Pereira Moraes	As estratégias de purificação dos espaços na capital da Província de Goiás (1835-1843)	1995
	Juscelino Martins Polonial	A Estrada de Ferro Goiás e o processo de urbanização de Anápolis (1907-35)	1995
	Maria José Bittar	As três faces de Eva na cidade de Goiás	1997
Holien G. Bezerra (seis orientações)	Libertad B. Bittencourt	Produção familiar e estratégias produtivas em Goiás (estudo em sete municípios)	1995
Holien G. Bezerra (seis orientações)	Terezinha M. Duarte	Se as paredes da catedral falassem: a Arquidiocese de Goiânia e o Regime Militar em Goiás (1968-1985)	1996
	Gracy Tadeu da Silva Ferreira	O coronelismo no Estado de Goiás (1889-1930): as construções do fenômeno pela história e pela literatura	1997
	Deuzair J. da Silva	Cultura e sociedade no município de Fazenda Nova (1953-1980): uma tentativa de micro-história	1997

	Ibernise da Silva	A patente intelectual na agricultura e o agribusiness goiano	1997
	Raymar L. Santos	A modernização da agricultura em Goiás na perspectiva da pesquisa agropecuária	1999
Nasr F. Chaul (cinco orientações)	Miriam B. Ribeiro	Memória, família e poder: história de uma permanência política - Os Caiado em Goiás	1996
	Margarida M. da Silva Correa	Da construção do olhar europeu sobre o Novo Mundo ao (re)descobrimto do Reino Tropical	1997
	Ramir Curado	História, memória e identidade nos arraiais de Corumbá e Meia Ponte - estudo comparativo de núcleos urbanos (1730-1850)	1999
	Erland Bilac Medeiros	O irismo em Goiás (1965-1986): um estilo populista	1999
	Gleidson de Oliveira Moreira	Trajetória de uma família italiana em Goiás: o caso dos Balestra	1999
Barsanufu G. Borges (três orientações)	Eron M. de Amorim	Morrinhos: coronelismo e modernização (1889-1930)	1998
	Paulo Borges Campos Júnior	A transferência da sede da “Goiás” para Goiânia (1954)	1998
	Aroldo M. Ferreira	Urbanização e arquitetura na região da Estrada de Ferro Goiás - E. F. Goiás: cidade de Pires do Rio, um exemplar em estudo	1999

Fonte: transcrito de Silva, R., 2019.

Como se pode observar no Quadro 3, os professores veteranos da UFG foram os que mais orientaram, como Gilka Salles, Dalina Dolles, Luís Palacín, Ana L. da Silva, Lena Castelo Branco. Isso se deve, em grande medida, ao fato de alguns docentes recém-chegados não possuírem doutorado, estarem licenciados para doutoramento ou envolvidos em cargos de gestão. Outro aspecto importante é que somente na década posterior, já nos anos 2000, os orientadores passaram a atuar exclusivamente em temas vinculados às suas áreas de pesquisa,

o que antes não era comum, dada a escassez de orientadores, gerando sobrecarga para parte do corpo docente docentes (Silva, R., 2019).

Rogério Chaves da Silva dá conta de todo esse panorama político, social e cultural que envolveu a historiografia de/sobre Goiás entre as décadas 1920 e 1990. Seu trabalho elucida como a historiografia goiana foi construída nesse período e mostra, ainda, a reduzida atenção dedicada ao tema dos quilombos ao longo desse tempo.

Entre os autores e trabalhos citados, destacam-se como exceção Luis Palacín com sua tese de livre docência, posteriormente transformada no livro “O século do ouro em Goiás”; Gilka Salles autora de “Economia e escravidão na capitania de Goiás”, fruto de sua tese de doutoramento na USP; e, já no quadro de produção dos anos 1990, a dissertação de Carlos J. Parada Filho, “Quando a corda arrebenta do lado mais forte: senhores e escravos em Goiás (século XIX)”; bem como a dissertação de mestrado de Martiniano José da Silva “Quilombos do Brasil Central (1719-1888): introdução ao estudo da escravidão”.

2.2 Quilombos em Goiás: uma revisão bibliográfica

A tese de livre-docência de Luis Palacín é importante para compreender a estrutura e funcionamento da máquina administrativa colonial, assim como suas falhas, evidenciadas por práticas como o contrabando e a formação de quilombos. Apesar de tratar desses agrupamentos de forma generalista, sua análise é relevante por mostrar como eram percebidos oficialmente pelas autoridades, com base em documentos da época, o que o levou a afirmar que em Goiás não havia arraial em que não houvesse um quilombo (Palacín, 1972). Essa discussão não será pormenorizada aqui, por fazê-lo amplamente no próximo capítulo. A dissertação de Carlos J. Parada Filho não aborda a questão dos quilombos, mas a violência escrava contra os senhores, razão pela qual não será discutida.

Será examinada a obra “Economia e escravidão na Capitania de Goiás”, de Gilka Salles devido a importância de sua abordagem sobre a escravidão em Goiás, que, embora traga informações breves sobre os quilombos, é fundamental para sua compreensão no contexto regional. Serão analisadas também as obras “Sombra dos quilombos” e “Quilombos do Brasil Central”, bem como “Kalunga: povo da terra” de Mari de Nasaré Baiocchi, incluindo, ainda, de forma breve, “Negros do Cedro”. Considera-se, igualmente, o livro “Comunidade Negra no Cerrado: narrativas de curas e remédios”, de Alexandre Martins de Araújo e Olga Cabrera.

Inclui-se, ainda, a análise da dissertação de mestrado “História, memória, fronteira e alteridade em Lavrinhas de São Sebastião nas ‘Cartas de Goiás’ de Carlos Pereira de Magalhães”, de autoria própria; assim como da dissertação de Neilson Silva Mendes “Memória e expectativa: a construção identitária no Quilombo de Pombal e as estratégias de sobrevivência no campo”, além de outros trabalhos relevantes sobre o tema dos quilombos em Goiás.

Em “Economia e escravidão na capitania de Goiás”, Gilka Salles concentra o foco de sua discussão na dinâmica econômica do período colonial em Goiás, inserindo nesse contexto a participação do escravizado.

Na introdução, primeiro parágrafo, a autora aponta o seguinte:

O presente estudo visava, inicialmente, a analisar a contribuição que o trabalho escravo ofereceu à exploração do ouro em Goiás. A faina aurífera se fez acompanhar, obviamente, de labor complementar agropecuário, manufatureiro e comercial. Ora, o escravo atuou, indiscriminadamente, em todas essas atividades; por isso achamos necessário dirigir nossa atenção igualmente para elas. Tendo se alargado o campo, resolvemos, então, traçar o panorama geral da economia goiana no período colonial, destacando nela a participação do escravo (Salles, 1992, p. 11).

Dessa forma, fica claro que o objetivo inicial era discutir a escravidão de forma mais ampla, o que acabou ficando em segundo plano devido à ampliação do campo de pesquisa. O que se evidencia, de fato, é a estrutura econômica na Capitania de Goiás articulada pela estrutura administrativa colonial portuguesa, conforme se depreende do primeiro capítulo. Intitulado “Os princípios norteadores da economia goiana”, essa seção traça um panorama geral da administração luso-brasileira e de seus percalços evidenciando figuras que a implantaram ou idealizaram. Com base na documentação oficial e na literatura dos viajantes, traz em sua análise a ideia de decadência, embora não sem certa contradição, como se observa quando afirma:

Para Coutinho, o ouro como riqueza era uma dádiva ilusória, comparada aos produtos alimentícios. Quanto mais abundante se torna, mais tende a encarecer os preços dos alimentos, portanto, é pobre a região rica em metal e pobre em lavoura. Após o surto promissor do metal, rondam o povo a pobreza e a insolvência (Salles, 1992, p. 50).

O pensamento reproduzido de J. J. Azeredo Coutinho mostra que a pobreza e a insolvência após o surto promissor do metal constituem um problema típico das áreas mineradoras, e não propriamente da decadência de uma atividade produtiva. Ao que parece, Coutinho critica a mineração sem o incremento de outras atividades que a suportem, como a lavoura, uma vez que, para ele, quanto mais abundante o ouro, maior o encarecimento dos produtos alimentícios.

No segundo capítulo, “Os fatores que condicionaram a formação econômica em Goiás”, a autora traça o caminho percorrido pelos paulistas no apresamento de indígenas e na busca pelo ouro. A narrativa se desenvolve em torno da figura dos bandeirantes e das entradas e bandeiras, bem como do trabalho em torno da mineração, dos meios de transporte e da formação das povoações, além da agricultura e pecuária como atividades complementares, da extração de diamantes e das tentativas de exploração das salinas em Goiás. Gilka Salles discorre também sobre os caminhos de transporte como forma de controle da administração colonial, a fim de se evitarem os contrabandos; as atividades mercantis, suas formas de sustentação logística e os preços dos gêneros e suas oscilações, fatores importantes para se compreender a dinâmica da economia goiana no período analisado.

No terceiro capítulo “As filtragens de demandas e recursos”, Salles traça um histórico da contabilidade em Goiás no período colonial. Começando a discussão pela “Legislação Mineradora”, afirma que:

Em área mineradora primitiva como a de Goiás, persistindo, pelas contingências, a lei do mais forte, vale lembrar com Max Weber que, "segundo a experiência histórica, atrás de toda economia existe um elemento coercivo" geralmente manejado pelo Estado. É, pois, dentro dessa perspectiva que as demandas e recursos administrativos poderão situar-se, explicados por uma política metropolitana que deveria manter a região sob controle (Salles, 1992, p. 129).

A autora discorre, então, sobre a legislação mineradora para os territórios ultramarinos, com base nas normas que regulavam a mineração em território português, sofrendo poucas alterações. Disserta sobre o Orçamento da Capitania de Goiás, apresentando um panorama geral da tributação incidente sobre todas as atividades. Por fim, faz uma análise acurada das receitas e despesas da Fazenda Real da Capitania e Minas de Goyás, concluindo que a arrecadação irregular e oscilante se deveu à falta de cuidado com os gastos, à ineficiência da administração e ao reflexo demográfico:

Pode-se concluir que muitos fatores contribuíram para uma oscilante e irregular arrecadação: falta de controle adequado dos gastos, como por exemplo, o empréstimo do contrato dos diamantes, no valor de 60:000\$000, que onerou bruscamente o orçamento fazendário; despesas com aldeamentos, no valor aproximado de 214:524\$987, no decorrer de 70 anos; em média, 3:064\$642 anuais; a inércia administrativa negligenciando as obrigações fiscais, como se deu no governo de Tristão da Cunha Menezes; sobretudo, o esvaziamento do ouro, com seu refluxo demográfico, mal crônico das regiões mineradoras (Salles, 1992, p. 184).

Quanto ao alegado reflexo demográfico, Chaul (1997) e Palacín (1972) já demonstraram que houve, na verdade, nas áreas mineradoras, um incremento populacional, sobretudo devido às atividades como a agricultura e a pecuária.

No quarto capítulo, intitulado “Os fatores de produção”, o indígena e o negro são descritos como forças produtivas, já que aos brancos não cabia, muito frequentemente, o trabalho mecânico. Sobre essas forças produtivas, Gilka Salles afirma que:

A economia goiana no período colonial fundamentou-se, como se sabe, no trabalho escravo, presente no desbravamento e cultivo do solo. Constituiu ele o nervo das prospecções, da extração aurífera e da formação das primeiras lavouras. Foi utilizado, ainda, nos serviços domésticos, no artesanato de consumo local, como a tecelagem de algodão, a cerâmica, a destilaria de aguardente, nas fábricas de açúcar e no transporte (Salles, 1992, p. 215).

Este trabalho escravo, indígena, a princípio e africano depois, foi responsável por mover a economia goiana, do início ao fim do período colonial.

Para Gilka Sales, os indígenas constituíram uma mão de obra ocasional e de produtividade incerta. Embora, segundo a autora, tenham tido participação marginal na economia goiana, seu estudo se justifica em razão dos entraves que causaram e do empenho das autoridades para superá-los. Salles salienta que, apesar de serem considerados livres pela legislação, foram amplamente utilizados nas minas, nas lavouras e nos trabalhos domésticos.

Em relação aos africanos, a autora cita os “bandos normativos de trabalho e comportamentos”, como se observa na proibição, em 1726, de negros e indígenas venderem ouro como se fosse seu (Salles, 1992, p. 227).

Os africanos manifestavam claramente o desejo de liberdade, razão pela qual fugiam, tentando encontrar veios auríferos que lhes permitissem comprar sua alforria. A autora menciona ainda outro bando, de 1727, que ameaçava punir com açoites os africanos que fugissem e buscassem abrigo junto a outros moradores, além da aplicação de multa a quem não os denunciasse. Segundo Gilka Salles:

Embora aparentemente submisso, o negro rebelava-se contra o cativo, solapando em silêncio os recursos do patrão, através do trabalho lento, dos roubos e fugas para os quilombos. Medidas repressivas revidavam essa revolta, conforme se nota no Regimento feito aos Capitães-do-Mato e Sargentos-Mores de toda a Capitania em 1733, para atalhar os prejuízos causados pela fuga dos negros. O item 11 do mesmo regimento determina – “o Capitão-do-Mato que retiver o escravo em sua propriedade, por mais de 15 dias depois da prisão, não será remunerado, mas, ao contrário, deverá pagar o jornal que de hábito atribui-se a escravo sob aluguel”. Medida sobretudo protetora dos ganhos das empresas (Salles, 1992, p. 227–228).

A disposição do regimento mostra o quanto era importante o trabalho do escravizado negro na economia colonial. Buscava-se, por todos os meios, coibir-lhe a fuga e se dispunha de todos os recursos para sua recaptura. A autora comenta sobre a variação do número de africanos em Goiás, as nações preferidas para a mineração ou lavoura, discorre sobre o seu preço ao longo do tempo, em diferentes regiões e sobre seus locais de trabalho (lavras, faisqueiros de roças), além das técnicas de produção do ouro e das relações de produção. Todos esses fatores são fundamentais para a análise da economia goiana no período colonial, tarefa que realiza com maestria.

Gilka Salles trata a questão das fugas e dos quilombos de forma geral, citando aspectos relevantes sobre sua atuação no período colonial em Goiás, conforme registrado nas crônicas administrativas. Não se aprofunda, contudo, na questão, até porque não era esse o foco de seu trabalho. É importante notar, porém que não menciona as populações negras das regiões cujos quilombos analisa, como as do Tocantins (Alto Tocantins) e do Vale do Paranã, por exemplo, onde, entre outros grupos, resiste uma população remanescente desses quilombos, como os Kalunga.

Martiniano José da Silva traz duas importantes contribuições para o estudo do negro em Goiás: “Sombra dos quilombos” e “Quilombos do Brasil Central”.

Em “Sombra dos quilombos”, o autor traz um estudo significativo sobre a influência do negro na literatura e na cultura goianas, destacando a significativa presença negra no estado, evidenciada pela quantidade de quilombos e seus remanescentes. Não aborda de forma direta ou aprofundada a população Kalunga, mas fala sobre os quilombos itinerantes do norte de Goiás e das cidades do norte e nordeste do estado com expressiva população negra vivendo em comunidades.

Ao tratar da miscigenação dos negros, o autor faz referência, de forma breve, ao quilombo de Lavrinhas de São Sebastião. Citando Domingos Félix de Souza, assevera que:

Adianta-se que em Goiás, regra geral, não mais subsistem negros puros, sendo fácil verificar-se que os poucos encontrados são emigrados mais recentes de regiões como o norte de Minas e os chapadões do rio São Francisco Além do quilombo do Cedro, em Mineiros, podemos citar como exceção o quilombo formado em Lavrinha de São Sebastião, no município de Jaraguá, que até há pouco subsistiu como grupo negro, e que o crescimento econômico-cultural da região já começou a miscigenar (Souza *apud* Silva, M., 1974, p. 27).

Embora tenha se referido ao quilombo de Lavrinhas e aos Kalunga, não traçou uma conexão geográfica entre eles, situados na região do Alto Tocantins e dispostos às margens de seus afluentes.

Sob a orientação de Gilka Salles, em 1998, Martiniano José da Silva defendeu a dissertação “Quilombos do Brasil Central: séculos XVIII e XIX (1719–1888). Introdução ao estudo da escravidão”, defendida em 1988 e publicada, em 2003, com o título: “Quilombos do Brasil Central: violência e resistência escrava, 1719–1888”.

Influenciado pela produção de Clóvis Moura sobre a resistência escrava, Martiniano projeta o quilombo como condição do protesto negro na construção de uma identidade própria. O estudo enfatiza a violência e a dureza da escravidão, tendo no quilombo uma forma de resistência e uma via de acesso à liberdade. Nesse sentido, o aquilombamento foi uma das principais formas de desestruturação do regime escravista em Goiás, evidenciando o escravizado como agente ativo e consciente de sua condição, que lutou de diversas maneiras por sua liberdade.

No primeiro capítulo “Origens e significados do vocabulário quilombo”, o pesquisador fala sobre os vários nomes correlatos aos quilombos na América:

Por meio de denominações tais como: mocambo, mucambo e quilombo, no Brasil; hide-outs, nos Estados Unidos, mormente no sul; marrons, no Caribe Inglês (Suriname e Guiana), Busch Negrões, sobreviventes na Guiana Francesa; palenques, na Colômbia e México; cumbes na Venezuela e cimarrons (quilombolas de lá) em Cuba onde também chamou-se palenque; [...] (Silva, M., 2008, p. 28).

Defende-se que, onde houve escravidão moderna, estes ajuntamentos de escravizados negros se proliferaram como forma de resistência e revolta contra as condições desumanas a que estavam submetidos e como mecanismo de busca pela liberdade (Silva, M., 2008, p. 28).

Realiza-se, ainda, uma genealogia dos termos “quilombo” e “quilombola”, buscando suas raízes em línguas africanas e indígenas. O autor salienta que:

Quilombo era, aliás, segundo definição do rei de Portugal, em resposta à consulta do Conselho Ultramarino, datada de 2 de dezembro de 1740, "toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles [...] (Silva, M., 2008, p. 33).

Ele trata também da questão da identidade como o sentido de pertencimento e sua ausência, como perda de si. Evidencia, assim, a busca do negro por identidade por meio das fugas, das quais se originam os quilombos.

No segundo capítulo, “Procedência Escrava”, o autor busca traçar uma origem étnica dos africanos que vieram para o Brasil, com base em estudos anteriores, bem como procura verificar a procedência daqueles que vieram para o Brasil Central. Para ele:

Não há dúvida, portanto, que o escravo negro do Brasil Central, desde o povoamento inicial, foi trazido de São Paulo, da Bahia, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, de Pernambuco, do Piauí e, a partir de meados do século XVIII (1755), do Maranhão e do Norte, mormente do Pará, de onde passou a ser vendido pela Companhia Geral de Grão-Pará e Maranhão, que adquiria escravos de diferentes portos da África¹⁴. Esses locais transformaram-se em entreposto de venda, redistribuição e irradiação de escravos, inclusive para os árduos trabalhos de mineração do século XVIII em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás (Silva, M., 2008, p. 79–80).

A obra aponta a origem interna dos africanos, destacando as cidades do litoral como entreposto comercial de onde os comboios de escravizados partiam para o interior do país. Nesse contexto, observa:

Com relação a Goiás, mais ao centro da Colônia, é possível que, desde o século XVII, os escravos negros já fugissem do Maranhão, Bahia, Pernambuco, São Paulo e Minas Gerais, percorrendo a "rota do sertão", com destino a norte e nordeste desse vasto território. Dizíamos, aliás, em 1974, ter-se refugiado no nordeste desse território o grupo tribal iurubano Queto (Keto), traficada para o Brasil em começos do século XIX (Silva, M., 2008, p. 84).

O autor faz referência à população Kalunga como grupo Queto, ao qual dispensa especial atenção, e segue na busca pela origem etnolinguística da população negra no Brasil Central, apoiando-se em termos que considera ser de uma ou outra origem para tentar determinar a procedência dessa população.

No terceiro capítulo: “Quilombo: povoamento e ocupação”, traz para o centro da discussão os indígenas, mobilizando estudos arqueológicos que defendem o povoamento indígena do Brasil Central como anterior à chegada dos europeus. Mantém, no entanto, a tese de que o povoamento do interior do país (ou Brasil Central) está ligado às bandeiras de apresamento de indígenas e à busca por metais preciosos.

No quarto capítulo “Dureza e violência no trabalho escravo”, Martiniano José da Silva critica a tese da escravidão branda. Citando Karl Marx, afirma que “a violência é a parteira de toda a sociedade velha que leva em suas entranhas outra nova” (Marx *apud* Silva, M., 2008, p. 192). Sobre o tema, cita ainda a historiadora Lana Laje da Gama Lima:

Em qualquer tipo de organização social, sobretudo no sistema capitalista, a violência aparece como meio de garantir a reprodução das formas aí assumidas pelas relações de produção, e, conseqüentemente, a situação das diferentes classes sociais em relação à apropriação do excedente produzido". Mas, no sistema escravista, a violência tem

suas funções ampliadas, pois, em vez de atuar apenas quando esta reprodução parece ameaçada, vai intervir diretamente nas próprias relações de produção como fator de coerção ao trabalho já que a apropriação do excedente implica, aí, o estabelecimento de relações de dominação, nas quais violência é elemento essencial (Silva, M., 2008, p. 193).

Justifica, assim, o desejo de liberdade dos escravizados diante da violência da escravidão. No entanto, mesmo em condições consideradas mais, é preciso considerar que esse desejo poderia surgir, já que é um sentimento inerente ao ser humano, sob qualquer circunstância.

No quinto e último capítulo, “Resistência ao escravismo”, o autor apresenta um mapeamento dos quilombos no Brasil Central, abordando temas como “Fugas em Mato Grosso”, “Fugas e Comunidades Negras em Mato Grosso do Sul” e “Fugas e Quilombos em Goiás”, especialmente focado no Quilombo dos Ambrósios.

A antropóloga Mari de Nasaré Baiocchi, escreveu “Kalunga: povo da terra”, obra de fundamental importância para o tombamento do território Kalunga como Sítio Histórico e Patrimônio Cultural da Humanidade. A autora foi pioneira nos estudos sobre essa comunidade; embora outros tenham se referido a ela, o fizeram de forma breve. Seu estudo é relevante tanto pela análise da comunidade e seu meio geográfico, na região do Alto Tocantins, quanto por considerar a região nordeste de Goiás como espaço de formação de comunidades negras rurais “Kalunga”, compostas por escravizados fugidos de diversos arraiais do Alto Tocantins, como Niquelândia e Pilar, onde situava-se administrativamente Lavrinhas de São Sebastião.

“Kalunga: povo da terra” constitui um dos mais importantes registros etnográficos, históricos e visuais sobre a comunidade Kalunga, reconhecida como o maior território quilombola do Brasil. O livro combina texto narrativo, descrição histórica, fotografias e mapas, compondo um retrato sensível e ao mesmo tempo rigoroso da vida, memória e territorialidade Kalunga.

Logo nas primeiras páginas, Baiocchi destaca a profundidade histórica do grupo, evidenciando que sua formação está intimamente ligada aos períodos de mineração no século XVIII e às rotas de fuga de africanos escravizados, que encontraram nas serras e vãos da região um espaço de resistência e sobrevivência.

A narrativa apoia-se fortemente em imagens-documento, que funcionam como extensão do texto etnográfico. Essas imagens reforçam o vínculo entre memória, território e identidade e contribuem para o caráter documental da obra. A autora desenvolve também uma discussão sobre o habitat Kalunga, enfatizando a relação íntima entre o grupo e o ambiente natural. O

livro descreve, por meio de texto e fotografias, a arquitetura tradicional, o uso da terra, os sistemas de cultivo e a organização dos espaços domésticos. A paisagem não aparece apenas como cenário, mas como elemento constitutivo da própria identidade Kalunga — a “terra” é, aqui, como indica o título, um marcador cultural e político.

O estudo aborda, ainda, a trajetória de luta e reconhecimento do território Kalunga, sobretudo a partir dos anos 1980 e 1990, quando o Estado brasileiro começa a implementar políticas para regularização das áreas quilombolas. O texto articula história oficial, memória comunitária e registro fotográfico, mostrando como os Kalunga constroem sua própria narrativa identitária no contexto das disputas territoriais contemporâneas.

A autora não se limita a uma descrição cultural; propõe uma visão política dos Kalunga como sujeitos históricos. Evidencia que sua permanência ao longo de séculos só foi possível graças a estratégias de resistência, invisibilização, isolamento e forte coesão comunitária — características típicas de comunidades quilombolas brasileiras. Além disso, a obra demonstra que, apesar de sua invisibilidade perante o Estado, ao menos naquele período, a comunidade sempre manteve redes internas de solidariedade, práticas econômicas próprias e intensa relação com o sagrado, elementos que aparecem ao longo dos depoimentos e das imagens.

Em síntese, “Kalunga: povo da terra” é uma obra fundamental para compreender o significado histórico, identitário e territorial da comunidade Kalunga. O livro cumpre com excelência sua proposta de registrar, preservar e divulgar a memória de um povo que construiu sua existência a partir da resistência, do vínculo com a terra e da transmissão intergeracional de saberes. A cuidadosa seleção de fotografias, mapas e relatos orais ilumina a riqueza cultural dos Kalunga e reafirma a necessidade de proteger seu território e sua história, constituindo-se, portanto, em um documento indispensável para pesquisadores, educadores e todos os interessados em história afro-brasileira e culturas tradicionais.

Mari de Nasaré Baiocchi escreveu largamente sobre os Kalunga, mas também é autora de “Negros do Cedro”, estudo antropológico da comunidade quilombola do Cedro, em Mineiros (Goiás), cujas pesquisas orais apontaram a origem da comunidade a Francisco Antônio de Morais, “Chico Moleque”, um homem preocupado em melhorar as condições de vida de sua comunidade que comprou parte de uma fazenda, onde sua família começou a trabalhar e onde vivem seus descendentes.

O livro “Comunidade Negra no Cerrado: narrativas de curas e remédios”, organizado por Olga Cabrera e Alexandre Martins de Araújo, constitui uma obra fundamental para

compreender a memória, os saberes tradicionais e os modos de vida de uma comunidade negra rural do cerrado goiano, conhecida como “os Almeida”. A obra combina história oral, etnografia, análise linguística e documentação fotográfica, produzindo um registro detalhado e sensível de uma experiência comunitária que, por muito tempo, foi invisibilizada pelas narrativas oficiais.

Já na Apresentação, Cabrera explica que a pesquisa se insere no campo da história oral, uma metodologia capaz de recuperar experiências e representações de sujeitos subalternizados, cuja memória raramente aparece nos registros escritos. Ela destaca que a história oral restitui ao campo historiográfico “silêncios, gestos e subjetividades”, revelando dimensões que as fontes tradicionais tendem a apagar. Esse posicionamento epistemológico orienta toda a obra e confere ao livro um caráter político: trata-se de reconstruir direitos de memória e reconhecer a centralidade da população negra na formação social de Goiás.

A primeira parte, “Uma comunidade negra no cerrado: os Almeida”, traz um estudo histórico que articula fontes documentais e depoimentos para compreender a ocupação da região de São Sebastião da Garganta. O texto recupera processos de migração, fuga de escravizados, ocupação territorial e formação de laços comunitários. Cabrera observa que os Almeida descendem de grupos negros que se estabeleceram na região desde o século XIX, compondo uma sociabilidade fortemente marcada por práticas culturais específicas, redes de parentesco extensas e intensa ligação com a terra e com o bioma cerrado. A autora identifica ainda “fronteiras culturais da diferença” que distinguem a comunidade dos modelos camponeses brancos, como a concentração das casas próximas ao córrego, a origem feminina mítica da linhagem familiar e a centralidade do culto aos santos, sobretudo São Sebastião, reinterpretado segundo uma cosmologia de matriz banto. Esses elementos revelam a persistência de práticas afro-brasileiras, ressignificadas ao longo de gerações e integradas às vivências no cerrado.

A segunda parte do livro, escrita por Alexandre Martins de Araújo, aprofunda os saberes linguísticos e ecológicos da comunidade. Em “Cerrado Almeida: saberes e léxicos”, o autor analisa a enorme diversidade de nomes populares atribuídos às plantas do cerrado, demonstrando como essas nomeações expressam uma profunda relação com o meio ambiente. Ele argumenta que tal diversidade não decorre de isolamento cultural, mas de “intenso contato multilinguístico” e de processos de “circularidade cultural”, resultantes da convivência entre grupos indígenas, africanos e regionais. A discussão é enriquecida pela classificação dos

conteúdos simbólicos que fundamentam os nomes das plantas — religiosos, fisionômicos, antropomórficos, zoomórficos, técnicos e figurativos —, evidenciando a complexidade do conhecimento tradicional e sua profunda ligação com o universo cultural dos Almeida. Essa abordagem revela a dimensão intelectual da cultura popular e questiona visões reducionistas que classificam comunidades negras rurais como “atrasadas” ou “pouco desenvolvidas”.

A obra também dedica atenção crítica ao impacto da chegada da monocultura da soja na região, fenômeno que levou ao desmatamento acelerado, à perda de espécies vegetais, ao declínio das atividades tradicionais e ao deslocamento de famílias da comunidade. Araújo alerta que, apesar da importância das populações tradicionais para a preservação ambiental, elas são frequentemente excluídas das políticas de conservação e dos debates sobre sustentabilidade, em um processo que combina racismo ambiental e apagamento histórico.

A última parte, “Narrativas de remédios e curas”, apresenta entrevistas com membros da comunidade, preservando a oralidade original. As narrativas revelam práticas de cura baseadas no uso de plantas medicinais, rezas, rituais e conhecimentos transmitidos entre gerações. Mais do que um inventário de remédios populares, essa seção constitui um registro antropológico da relação entre corpo, espiritualidade e natureza — um modo de compreender o mundo que integra dimensões práticas, afetivas e cosmológicas. As fotografias que acompanham o texto reforçam a força visual e documental dessas memórias, destacando rostos, espaços, árvores e objetos que compõem o cotidiano dos Almeida.

No conjunto, “Comunidade Negra no Cerrado: narrativas de curas e remédios” é uma obra de grande relevância acadêmica e cultural. Seu valor está na articulação entre teoria e experiência, entre documento objetivo e sensibilidade etnográfica, oferecendo uma contribuição decisiva para os estudos sobre comunidades negras rurais, história oral, cultura do cerrado e saberes tradicionais. A obra combate o apagamento histórico e reafirma o protagonismo dos Almeida como guardiões de um patrimônio ecológico e cultural que desafia a noção de modernidade excludente.

Outro importante estudo sobre os quilombos em Goiás é a dissertação de autoria própria, defendida em 2018 no Programa de pós-Graduação em História da UFG. Intitulada “História, memória, fronteira e alteridade em Lavrinhas de São Sebastião nas “Cartas de Goiás” de Carlos Pereira de Magalhães (1919-1925)” a pesquisa apresenta uma investigação profunda sobre as comunidades quilombolas de Lavrinhas de São Sebastião, utilizando como eixo central de análise as narrativas contidas no livro “Cartas de Goiás”, escrito por Carlos Pereira de

Magalhães no início do século XX. A partir dos conceitos de história, memória, fronteira e alteridade, busca-se compreender a formação histórica da região e o modo como as memórias locais foram registradas, transmitidas e ressignificadas ao longo do tempo. O trabalho articula fontes escritas, depoimentos orais e referenciais teóricos contemporâneos, oferecendo uma leitura consistente sobre a ancestralidade negra na região e sua relação com a resistência ao colonialismo.

Destaca-se a relevância de sua obra como fonte singular para compreender a ocupação da antiga sesmaria de Lavrinhas e a presença de quilombos na região, uma vez que o autor paulista colheu relatos diretos de moradores e ex-escravizados entre 1918 e 1925. Evidencia-se também que Magalhães não apenas descreve aspectos geográficos e culturais, mas narra episódios de ataques indígenas, fugas de escravizados e referências explícitas aos “canhamboras”, termo então usado para designar quilombolas.

Um dos méritos da pesquisa reside no modo como se articula a memória escrita de Magalhães às memórias orais coletadas durante o desenvolvimento da dissertação, reforçando que a construção identitária das comunidades não se limita ao registro documental, mas se sustenta na continuidade das práticas culturais, da religiosidade e das narrativas transmitidas entre gerações. Nesse sentido, o estudo dialoga com a concepção de memória coletiva proposta por Maurice Halbwachs, para quem a memória é moldada pelas relações sociais e pela experiência compartilhada dos grupos, e não somente por lembranças individuais.

A análise histórica também contextualiza a formação dos quilombos no Brasil e, especificamente, em Goiás, relacionando o caso de Lavrinhas às dinâmicas de resistência negra identificadas por autores como Clóvis Moura e João José Reis. Demonstra-se ainda que, diferentemente da visão romantizada que por muito tempo permeou parte da historiografia, os quilombos constituíram espaços politicamente ativos, integrados à vida regional e marcados por estratégias diversas de sobrevivência, negociação e enfrentamento. Em Goiás, a presença quilombola foi intensa, como aponta Palacín ao afirmar que “não havia arraial sem a sombra de um quilombo” (Palacín, 1972, p. 96), ideia que sustenta a hipótese de formação de várias comunidades negras nas terras de Lavrinhas.

Outro aspecto da dissertação é o tratamento dado ao conceito de fronteira. Discute-se a região do Alto Tocantins como espaço de tensão e encontro entre diferentes etnias — brancos, indígenas e negros — marcada tanto por disputas violentas quanto por intercâmbios culturais.

A fronteira é compreendida como espaço simbólico e cultural de construção de identidades e de manifestações de alteridade, não apenas como delimitação territorial.

Além disso, ao analisar entrevistas com moradores das comunidades de Lavrinhas e Porto Leocárdio, nota-se que a memória contemporânea reforça a ancestralidade quilombola da região, seja por relatos de fugas e esconderijos na Mata de São Patrício, seja por práticas culturais como a dança do chorado, associada às tradições afro-brasileiras. A pesquisa associa essas práticas à resistência histórica, comprovando como a comunidade reelabora continuamente o seu passado e o vincula às lutas atuais por reconhecimento e direitos territoriais.

Em síntese, o trabalho apresenta uma contribuição significativa para a historiografia de Goiás e para os estudos sobre comunidades quilombolas. Ao articular fontes diversas e conceitos teóricos sólidos, busca-se revelar a complexidade histórica da região de Lavrinhas e evidenciar o protagonismo das populações negras e indígenas em sua formação.

Defendida em 2015 no Programa de pós-Graduação “Territórios e expressões Culturais no Cerrado” (Teccer) da Universidade Estadual de Goiás (UEG), a dissertação “Memória e expectativa: a construção identitária no Quilombo de Pombal e as estratégias de sobrevivência no campo”, de Neilson Silva Mendes, analisa o processo de construção da identidade quilombola na Comunidade Remanescente do Quilombo de Pombal, situada no norte do estado de Goiás, destacando o papel da memória coletiva e das expectativas de futuro na formulação de estratégias políticas e de sobrevivência no meio rural.

O autor parte do reconhecimento constitucional dos direitos das comunidades quilombolas, assegurados a partir de 1988, para investigar como esse marco jurídico repercutiu concretamente na organização social, econômica e política do Pombal. O objetivo central do trabalho é compreender de que modo a identidade quilombola, construída e reafirmada por meio de narrativas de memória, foi apropriada como instrumento político na luta por direitos, especialmente aqueles relacionados à permanência no território e à melhoria das condições de vida.

Metodologicamente, a pesquisa se apoia na história oral, utilizando entrevistas gravadas com moradores da comunidade, além da análise de atas e projetos elaborados pela associação quilombola. Essa escolha revela-se adequada, uma vez que se reconhece a escassez de fontes escritas sobre a história local e se valorizam as narrativas como espaços privilegiados de produção de sentido, identidade e ação coletiva.

Do ponto de vista teórico, Neilson Mendes dialoga com autores que discutem memória, identidade e ação política, como Maurice Halbwachs, Paul Ricoeur e Manoel Castells, articulando essas categorias à realidade empírica do Quilombo de Pombal. A memória é compreendida como matriz da identidade coletiva e, simultaneamente, como recurso estratégico utilizado na reivindicação de direitos. A identidade quilombola, longe de ser apresentada como algo fixo ou essencializado, é observada como uma construção histórica, social e política, ativada em contextos específicos de luta e negociação com o Estado e outras instituições.

Um dos pontos fortes da dissertação está em demonstrar que o autorreconhecimento quilombola produziu efeitos concretos na vida da comunidade, como o fortalecimento da organização coletiva, a captação de recursos por meio de projetos, a modernização da produção agrícola e a melhoria das condições materiais das famílias. Assim, o trabalho rompe com visões que tratam a identidade apenas no plano simbólico, evidenciando seu caráter pragmático e transformador.

Ao longo dos capítulos, o autor articula a história dos quilombos no Brasil e em Goiás com a experiência específica do Pombal, contextualizando o caso estudado em debates historiográficos e antropológicos mais amplos. Na análise das entrevistas, destaca-se a forma como os moradores reinterpretam o passado, marcado por sofrimento, exclusão e resistência, para legitimar demandas no presente e projetar um futuro mais promissor para a comunidade.

Conclui-se que a identidade quilombola, no caso do Pombal, funciona como uma estratégia política de sobrevivência no campo, sustentada pela memória coletiva e pela mobilização de referenciais históricos e culturais. A dissertação contribui de maneira relevante para os estudos sobre comunidades quilombolas, identidade étnica e usos políticos da memória, ao evidenciar como grupos historicamente marginalizados constroem formas próprias de ação e resistência frente às desigualdades estruturais da sociedade brasileira.

Outros autores também se dedicaram à questão dos quilombos em Goiás ou das fugas de escravizados, como Eliézer Cardoso de Oliveira, Marise Vicente de Paula, Thaís Alves Marinho e Maria Geralda de Almeida. A maioria desses estudos concentra-se na população Kalunga, à exceção de Eliezer Cardoso de Oliveira.

Eliézer Cardoso de Oliveira defendeu, em 2006, a tese intitulada “As representações do medo e das catástrofes em Goiás”, na qual aborda o medo que os brancos tinham em relação aos quilombolas, exemplificado por ataques como o ocorrido em uma das lavras de Pilar

(Goiás), em 1751, bem como pela tentativa de levante dos negros de Pilar quatro anos depois, em 1755, quando pretendiam, em um dia de festa, matar todos os brancos.

Marise Vicente de Paula, em 2003, defendeu a dissertação de mestrado “Kalunga: o mito do isolamento diante da mobilidade espacial”, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás. Seu trabalho teve como principal objetivo contrastar a tese de isolamento, evidenciando a expressiva mobilidade do grupo ao longo do tempo diante de necessidades como perda territorial, busca por instrução, saúde e trabalho. Discute, ainda, a forma como os Kalunga são frequentemente apresentados como isolados, africanizados ou exóticos em trabalhos acadêmicos, quando, na verdade, observa-se significativa mobilidade social e territorial.

Thaís Alves Marinho defendeu, em 2008, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Goiás a dissertação “Identidade e territorialidade entre os Kalunga do Vão do Moleque”, cujo intuito é analisar as relações de identidade e territorialidade por meio de estudo etnográfico na região, buscando compreender as questões identitárias antes e depois do reconhecimento dessas comunidades pela Constituição de 1988.

Maria Geralda de Almeida também dedicou importantes estudos, como geógrafa, sobre as populações do cerrado, inclusive os Kalunga. No artigo publicado em 2010, “Territórios de quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás – patrimônio e biodiversidade dos sujeitos do cerrado”, discute as relações entre território e patrimônio, abordando conflitos relacionados ao uso da terra. Em 2013, em parceria com Jorgeanny de Fátima Rodrigues Moreira, escreveu o artigo “Roteiros e dramas: a identidade territorial dos Kalunga que vivem “entre territórios””, mostrando o papel da mobilidade dos membros da comunidade que foram para a cidade.

Todos esses estudos, catalogados até o momento, são importantes para o conhecimento sobre as comunidades quilombolas em Goiás. Nenhum deles, no entanto, abordou os grupos localizados próximos à formação do Rio Tocantins, Cabeceira do Alto Tocantins, tampouco trata, de forma direta, da comunidade quilombola de Lavrinhas de São Sebastião. Apenas Martiniano José da Silva, em “Sombra dos Quilombos” (1974), faz breve referência à comunidade.

Em levantamento realizado no banco de teses da Capes o único trabalho encontrado sobre Lavrinhas de São Sebastião é a dissertação de mestrado deste autor: “História, memória, fronteira e alteridade em Lavrinhas de São Sebastião nas “Cartas de Goiás” de Carlos Pereira

de Magalhães”. Isso evidencia que o caráter original da presente tese, tanto em relação ao objeto quanto à proposta de investigação.

2.3 A historiografia goiana contemporânea e os novos olhares sobre a escravidão e os quilombos (2000–2020)

O início do século XXI representou um ponto de inflexão na produção historiográfica goiana. As transformações ocorridas nas universidades públicas e o fortalecimento dos programas de pós-graduação consolidaram a profissionalização da pesquisa histórica no Estado, introduzindo novos referenciais teóricos e metodológicos que romperam, gradativamente, com a tradição factual e descritiva que predominara até meados da década de 1980. O historiador passa a ser visto, cada vez mais, como um sujeito que interpreta o passado a partir de uma multiplicidade de vozes, e não apenas como um compilador de fatos. Essa virada epistemológica também redefiniu o modo de abordar a escravidão, os quilombos e as populações afrodescendentes, temas antes relegados a capítulos marginais da história regional.

Nas duas primeiras décadas dos anos 2000, a ampliação dos acervos digitais, o acesso a fontes antes dispersas e a incorporação de metodologias interdisciplinares — em especial aquelas oriundas da Antropologia, da Geografia Humana e da História Oral — abriram caminho para novas leituras sobre a escravidão no Brasil Central. O enfoque deslocou-se da descrição das instituições coloniais para o exame das práticas cotidianas, das relações sociais e das estratégias de resistência dos sujeitos subalternizados. Assim, temas como memória, identidade, territorialidade e ancestralidade passaram a integrar a pauta dos estudos historiográficos sobre Goiás, recolocando os quilombos como espaços de refúgio e como territórios de construção identitária e de afirmação cultural.

Autores vinculados aos programas de pós-graduação da Universidade Federal de Goiás e da Universidade Estadual de Goiás passaram a dialogar com vertentes historiográficas contemporâneas, como a micro-história italiana, a história cultural francesa e os estudos pós-coloniais e decoloniais. Essa interlocução teórica permitiu repensar a narrativa histórica a partir de novos sujeitos — os africanos escravizados, os quilombolas, as mulheres negras, os camponeses pobres — cujas experiências haviam sido silenciadas ou simplesmente tangenciadas nas sínteses tradicionais. Em vez de se contentar com a macroestrutura econômica, os historiadores passaram a buscar as microdinâmicas locais que revelam resistências,

solidariedades e conflitos, reconstituindo a tessitura complexa da vida social goiana nos períodos colonial e pós-colonial.

No tocante aos estudos sobre quilombos, observa-se uma ampliação significativa de pesquisas voltadas para o mapeamento e reconhecimento das comunidades remanescentes, em especial após a promulgação da Constituição Federal de 1988, cujo artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias garantiu o direito à terra aos remanescentes de quilombos. Essa mudança jurídica estimulou, além das políticas públicas, investigações acadêmicas comprometidas com a valorização dessas populações e de sua historicidade. Em Goiás, tal movimento se consolidou com a realização de projetos interinstitucionais, que articularam historiadores, antropólogos e geógrafos na produção de diagnósticos sócio-históricos sobre comunidades como os Kalunga, o Cedro, o Mimbó e outras dispersas pelo norte e nordeste do estado.

Apesar dessa efervescência, permanece uma lacuna relevante: a invisibilidade persistente de comunidades como Lavrinhas de São Sebastião, que raramente figuram nas análises acadêmicas. Tal ausência pode ser compreendida, em parte, pela centralidade que o grupo Kalunga adquiriu na produção historiográfica recente, tornando-se quase um sinônimo de “quilombola goiano”. A concentração de pesquisas nessa comunidade, embora tenha gerado um acervo valioso, acabou obscurecendo outras experiências quilombolas igualmente significativas. Essa seletividade sugere que a historiografia goiana ainda enfrenta o desafio de descentralizar o olhar e reconhecer a pluralidade das territorialidades negras no Estado.

Os estudos de inspiração decolonial têm contribuído para tensionar essa assimetria. Ao propor a crítica ao eurocentrismo e à colonialidade do saber, tais abordagens exigem que se repense a própria escrita da história regional, questionando quem fala, de onde fala e a serviço de que memória. Nessa perspectiva, o quilombo deixa de ser visto apenas como um objeto de estudo para tornar-se um sujeito epistêmico, um espaço de produção de conhecimento e de reinterpretação da história. Essa guinada metodológica coloca a oralidade e a memória coletiva como fontes legítimas de saber histórico, recolocando os descendentes quilombolas no centro da narrativa, e não mais à sua margem.

Ao longo dos anos 2010, verifica-se também o fortalecimento de uma historiografia preocupada com as interseccionalidades entre raça, gênero e território. Pesquisas que abordam o protagonismo das mulheres negras quilombolas, a transmissão de saberes tradicionais, as práticas religiosas e os modos de vida rurais têm ampliado a compreensão sobre as formas de

resistência cultural e simbólica em Goiás. Esses estudos revelam que o quilombo é também um espaço de pedagogia comunitária e de preservação ambiental, dimensões que a historiografia clássica não contemplava.

No âmbito das instituições, o Programa de Pós-Graduação em História da UFG manteve papel de destaque nesse processo, com a consolidação de linhas de pesquisa voltadas para História, Cultura e Poder e para História Social das Populações Subalternas. As dissertações e teses defendidas nesse período revelam um esforço contínuo de desconstrução das narrativas homogêneas sobre o “atraso” goiano, problematizando os discursos de modernidade e progresso que marcaram o imaginário regional desde o século XIX. Assim, a noção de “decadência” — tão criticada por Nasr Chaul e revisitada por Palacín — reaparece sob nova luz: não mais como diagnóstico econômico, mas como efeito discursivo de uma epistemologia colonial que desvalorizou os saberes e práticas das populações negras e indígenas.

A historiografia contemporânea sobre Goiás, portanto, avança no sentido de pluralizar as narrativas e democratizar as vozes históricas. A incorporação de metodologias participativas e de estudos de caso possibilita a reconfiguração da história regional como uma história de sujeitos concretos e experiências plurais. Nesse contexto, investigar comunidades como Lavrinhas de São Sebastião torna-se fundamental não apenas para preencher lacunas documentais, mas para reposicionar o debate sobre a memória, o território e a identidade negra no Brasil Central.

Apesar dos avanços, ainda se faz necessário um esforço sistemático de integração entre os estudos locais e as discussões historiográficas na esfera nacional. A ausência de uma rede consolidada de pesquisadores dedicados ao tema em Goiás bem como a escassez de políticas de fomento específicas, têm limitado a continuidade das investigações. Ainda assim, o interesse crescente de jovens historiadores e a criação de grupos de pesquisa sobre escravidão, pós-abolição e comunidades quilombolas sinalizam uma renovação promissora.

Em síntese, a historiografia goiana contemporânea vem superando o paradigma da “decadência” e o da “história política das elites” para se afirmar como um campo de reflexão crítica sobre as múltiplas experiências históricas que compõem o tecido social do estado. A atenção aos quilombos, à escravidão e à presença negra não se trata apenas de uma ampliação temática, e sim de uma redefinição epistemológica: significa reconhecer Goiás como espaço de resistências, de memórias subterrâneas e de vozes que desafiam a narrativa hegemônica. A reconstrução dessa história plural e conflituosa é, ao mesmo tempo, um gesto científico e

político — um compromisso com a verdade histórica e com a dignidade das comunidades que, por séculos, sustentaram a vida e a cultura no coração do Brasil.

O trabalho pioneiro de Palacín foi fundamental ao demonstrar que a capitania conviveu intensamente com fugas, rebeliões e comunidades quilombolas, afirmando que “não havia arraial onde não houvesse um quilombo”. Embora ainda preso à documentação oficial, foi ele quem recolocou o tema na pauta historiográfica. Gilka Salles, por sua vez, ao analisar a economia e a escravidão na capitania, evidenciou a centralidade do trabalho escravo, mas discutiu os quilombos apenas de modo geral, refletindo que sua prioridade ainda era a estrutura econômica. Já Martiniano José da Silva avançou ao interpretar os quilombos como movimentos de resistência ativa, conectando Goiás ao cenário mais amplo das rebeliões escravas no Brasil Central. Mais tarde, antropólogos como Mari Baiocchi trouxeram a perspectiva do território, da memória e da permanência, demonstrando a profundidade histórica de comunidades como os Kalunga e abrindo espaço para estudos contemporâneos sobre o Quilombo do Pombal e outros grupos remanescentes.

Assim, o panorama historiográfico revela que a ausência de estudos sobre a experiência negra no período de 1920 a 1960 não decorreu de escassez de fontes ou da irrelevância do tema, mas de escolhas políticas, epistemológicas e ideológicas. À medida que se transformaram os paradigmas acadêmicos, tornou-se possível revisitar o passado goiano sob outra ótica, revelando que a história de Goiás não pode ser compreendida sem considerar as experiências de africanos escravizados, de quilombolas e de suas comunidades descendentes.

Ao reconstruir essa trajetória, torna-se evidente que a história do negro e dos quilombos em Goiás não representa um capítulo à parte; constitui uma chave interpretativa central para compreender a formação social da região, suas desigualdades, suas redes de solidariedade e sua permanência ao longo do tempo.

Se a historiografia goiana, por tanto tempo, apagou o papel do negro e das comunidades quilombolas, o desafio agora é recolocar esses sujeitos no centro da análise histórica. Ao compreender como os discursos produzidos entre os séculos XIX e XX construíram uma imagem limitada, incompleta e, muitas vezes, distorcida de Goiás, torna-se indispensável revisitar o território a partir de outras fontes, memórias e experiências. É justamente esse movimento que conduz ao Capítulo 2: a investigação das dinâmicas sociais, ambientais e políticas que estruturaram o Alto Tocantins e possibilitaram a formação de quilombos, revelando uma história que existiu apesar do silêncio e das ausências historiográficas.

O apagamento historiográfico sobre a escravidão e os quilombos em Goiás não eliminou a presença concreta dessas populações no território. Ao contrário: o silêncio das narrativas oficiais contrasta com a força da memória coletiva, com a permanência de comunidades negras tradicionais e com a profundidade das práticas de resistência que marcaram a região. Ao concluir a análise sobre a produção historiográfica, abre-se espaço para compreender os quilombos como parte estruturante do processo de ocupação do norte da província, e não como exceções ou acidentes históricos. É esse deslocamento interpretativo que orienta o próximo capítulo.

A revisão historiográfica apresentada demonstra que os estudos clássicos sobre Goiás privilegiaram elites, bandeirantes e processos administrativos, relegando a escravidão e as resistências negras a notas marginais. Diante desses limites, impõe-se a tarefa de reinterpretar o território a partir de suas camadas sociais profundas. O Capítulo 2 avança nessa direção ao reconstruir a história do Alto Tocantins, resgatando fugas, confrontos, alianças interétnicas e redes de sociabilidade que fundamentaram a formação de comunidades quilombolas como Pombal, Laguna, Tomás Cardoso e João Borges Vieira.

A discussão historiográfica evidencia como certos paradigmas — positivistas, evolucionistas e modernizadores — moldaram o que pôde ser visto e o que permaneceu oculto na história regional. Ao reconhecer essas limitações, abre-se caminho para aplicar novas lentes teóricas que valorizem memória, território e resistência como dimensões centrais. A análise do Alto Tocantins, nesse cenário, permite compreender sua constituição espaço privilegiado de formação de quilombos, onde negros escravizados, indígenas e populações mestiças desenvolveram estratégias próprias de autonomia e permanência.

A ausência prolongada de pesquisas sobre o negro e os quilombos não significa ausência histórica, mas ausência de olhar. Com o avanço de abordagens críticas e interdisciplinares, torna-se possível reconstruir trajetórias que antes estavam dissolvidas no silêncio. O Capítulo 2, portanto, aprofunda a análise do território e da formação social de Lavrinhas de São Sebastião e regiões próximas, demonstrando que a presença quilombola no Alto Tocantins é antiga, contínua e fundamental para entender a história de Goiás em toda a sua complexidade.

CAPÍTULO 3 — O ALTO TOCANTINS E OS QUILOMBOS DE LAVRINHAS

Após examinar as interpretações historiográficas que moldaram a escrita da história de Goiás e evidenciar as lacunas relacionadas à presença negra e às experiências quilombolas na produção histórica regional, torna-se necessário voltar o olhar para o território onde essas experiências se desenvolveram. Nesse sentido, o presente capítulo dedica-se à análise do Alto Tocantins, região marcada por processos de ocupação associados à mineração, à circulação de diferentes grupos sociais e à constituição de áreas de fronteira ao longo do período colonial. Ao reconstruir os contextos históricos que envolveram a exploração aurífera, a formação de arraiais e os deslocamentos populacionais, busca-se compreender as condições que favoreceram o surgimento de comunidades quilombolas na localidade. Assim, o estudo do Alto Tocantins permite situar as experiências de resistência negra em um cenário mais amplo de disputas territoriais, mobilidade social e interculturalidade, fundamentais para o entendimento das comunidades quilombolas que ainda hoje compõem a paisagem social do norte de Goiás.

O Alto Tocantins constitui um território central para compreender a formação histórica das comunidades quilombolas de Goiás, especialmente Lavrinhas de São Sebastião, Pombal, Laguna e João Borges Vieira. Localizadas em uma região marcada pela mineração setecentista, pela exploração de mão de obra escravizada e por intensas transformações geográficas e administrativas, esses grupos surgiram em estreita relação com a antiga sesmaria de Lavrinhas e com os arranjos sociais produzidos a partir da descoberta das minas do Tocantins. A análise histórica que se inicia em 1736 — ano emblemático da revolta dos mineradores diante do sistema de capitação — permite compreender como a exploração do ouro, o povoamento colonial e os sistemas administrativos se articularam para produzir tensões, deslocamentos e estratégias de sobrevivência que culminaram no processo de aquilombamento.

Esse percurso envolve examinar, além da dinâmica econômica e política das minas, a configuração das zonas de povoamento, os movimentos populacionais, a importância estratégica da bacia hidrográfica do Alto Tocantins e o papel desempenhado pelos arraiais que se estabeleceram ao redor das descobertas auríferas. Ao reconstruir a trajetória de Lavrinhas e de seu povoamento precursor — o Arraial do Buriti Queimado — o capítulo evidencia a complexidade das relações sociais e territoriais que deram origem às comunidades negras da região. Assim, compreender o Alto Tocantins como espaço histórico e simbólico é essencial para apreender a formação, permanência e luta contemporânea desses grupos quilombolas por reconhecimento, dignidade e direito ao território.

As comunidades quilombolas que inspiraram o presente trabalho, estão localizadas em cinco municípios: Lavrinhas de São Sebastião em São Luiz do Norte; Pombal, em Santa Rita do Novo Destino; Laguna, em Barro Alto e João Borges Vieira em Uruaçu. Todas se situam na microrregião do Alto Tocantins e surgiram nas proximidades da antiga sesmária Lavrinhas de São Sebastião. A exceção é a comunidade de Lavrinhas, que se formou no antigo arraial sede da fazenda, após a abolição. Essas comunidades lutam por reconhecimento e pela titulação de suas terras junto aos organismos federais competentes, direito assegurado pela Constituição de 1988.

A data de 1736 é emblemática para a compreensão histórica da região do Alto Tocantins, pois marca a revolta dos mineradores diante da cobrança dos impostos sobre o ouro pelo sistema de “capitação”, mais oneroso ali do que em outras regiões e, por isso, considerado injusto. Esse episódio desencadeou um levante e é o ponto de partida para examinar a dinâmica da exploração colonial mineradora, baseada no trabalho escravizado, e seus desdobramentos no tempo e no espaço, culminando no fenômeno do aquilombamento e, por conseguinte, nas reivindicações de seus remanescentes na atualidade. Dessa forma, a delimitação temporal tem como marco inicial esses eventos e se estende até o presente, na tentativa de conhecer os percalços históricos percorridos, contextos que os envolveram e a trajetória de luta dessas comunidades por liberdade, respeito, dignidade e reconhecimento. Com o objetivo de ampliar o conhecimento em nível local e nacional sobre a formação de quilombos em Goiás, a partir da região do Alto Tocantins, esta pesquisa se orienta pelas seguintes questões: Qual foi o contexto do surgimento dessas comunidades? Como se deu o seu processo de instalação e adaptação ao ambiente? Que relações estabeleceram entre si, com outras comunidades quilombolas, com grupos indígenas e com a sociedade nacional? Como os fatores históricos e geográficos, como tempo e espaço e indivíduo, estão presentes em suas memórias? Qual a relação entre a comunidade, a sociedade nacional, o ambiente e suas identidades? Como se processam, em suas narrativas, seus valores, costumes e tradições?

O Rio Tocantins tem sua nascente em Goiás, sendo formado em sua cabeceira pela confluência dos rios das Almas e Maranhão, como referem Ferreira, E. e Tokarski:

O rio Tocantins (rio dos Tucanos) nasce no Planalto de Goiás, a cerca de 1.000 m de altitude, sendo formado pelos rios das Almas e Maranhão. Entre seus principais afluentes, até a confluência com o rio Araguaia, destacam-se na margem direita, os rios Bagagem, Tocantinzinho, Paranã, dos Sonos, Manoel Alves Grande e Farinha, e na margem esquerda, o rio Santa Teresa. Seu principal tributário é o rio Araguaia (2.600 km de extensão), onde se encontra a Ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do

mundo (350 km de comprimento e 80 km de largura). Após a confluência com o rio Araguaia, destaca-se o rio Itacaiúnas, pela margem esquerda. A extensão total do rio Tocantins é de 1.960 km, sendo sua foz na Baía de Marajó, onde também deságuam os rios Pará e Guamá.

A Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia é a segunda maior região brasileira em termos de disponibilidade hídrica apresentando 13.624 m³/s de vazão média (Q), equivalente a 9,6 % do total do país e uma vazão específica média de 14,84 L/s/km², considerando a área de 918.273 km² (SRH/MMA, 2006) (Ferreira, E.; Tokarski, 2007, p. 21).

Abaixo dessa confluência, na margem sul do lago Serra da Mesa, o Tocantins recebe outros rios tributários, como o Ribeirão Bagagem, Tocantinzinho e Paranã; sendo seu principal afluente o Rio Araguaia.

A Bacia Hidrográfica do Alto Tocantins, com uma extensão de aproximadamente 12.380.000 hectares, engloba parte das Unidades Federativas de Goiás, Tocantins e Distrito Federal. A maior parte da sua área situa-se no Estado de Goiás e é composta por 87 municípios com área significativa ou sede administrativa localizada na bacia (Quadro 1 e Figuras 1 e 2) e 114 municípios com área parcialmente inserida na bacia. A Bacia Hidrográfica do Alto Tocantins está inserida no domínio do Cerrado, contexto macrorregional da Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia. Apresenta importância nacional, pois é caracterizada pela expansão da fronteira agrícola, principalmente com relação ao cultivo de grãos à geração de energia elétrica, em rede integrada para todo o país ao bom estado de conservação da vegetação natural e das águas (Ferreira, E.; Tokarski, 2007, p. 21).

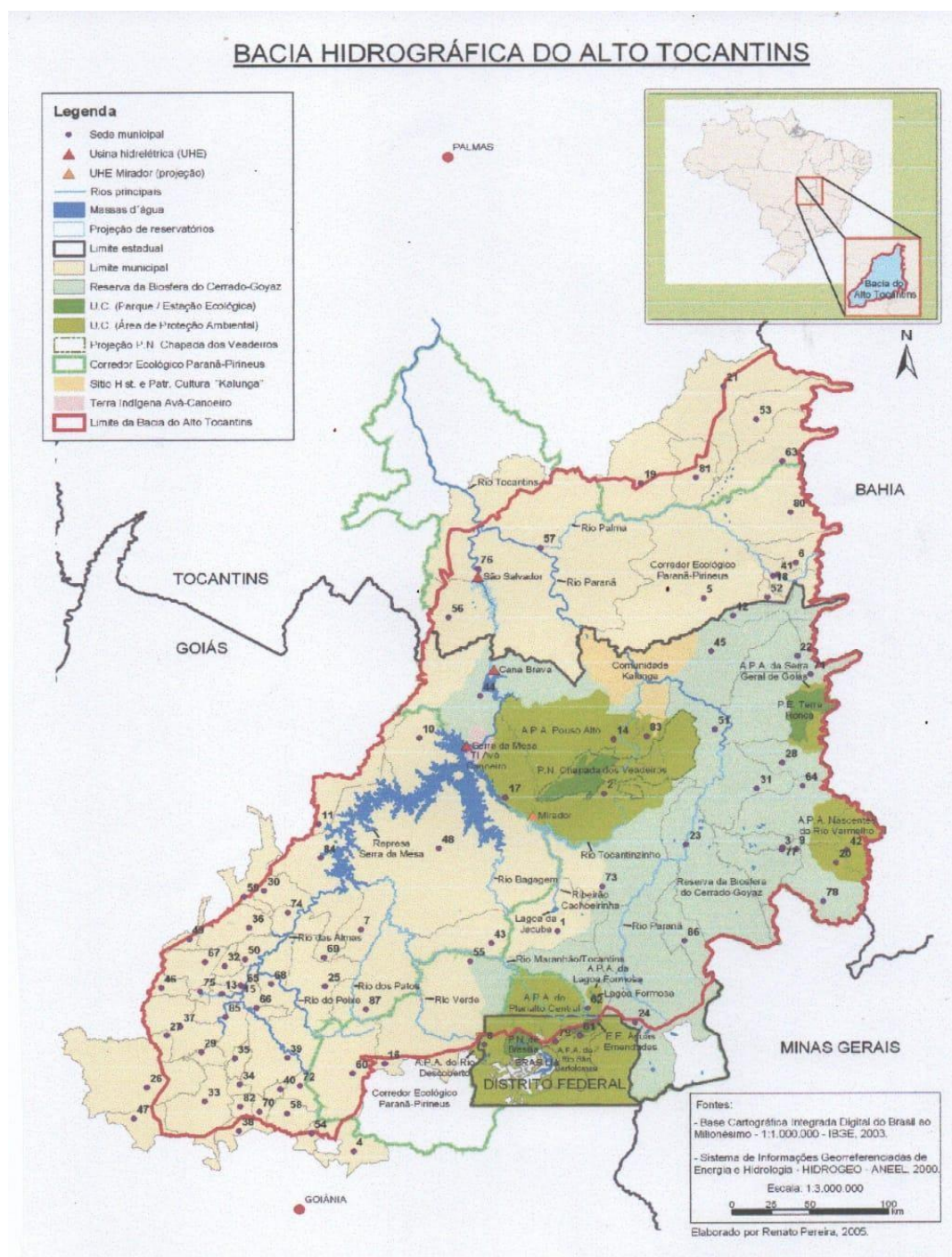
A confluência dos rios das Almas e Maranhão, conhecida como Alto Tocantins, nomeou a região e os arraiais situados nas suas proximidades, por se localizarem na cabeceira do Rio Tocantins. É importante notar que a noção de proximidade, no início da colonização (séculos XVIII, XIX e até meados do século XX) não tem a mesma conotação da era do automóvel e, sobretudo, da era da internet. As distâncias eram medidas em léguas e, em um território pouco habitado, percursos de até sete léguas poderiam ser considerados próximos. O termo “Alto Tocantins” designava, inclusive, o atual município de Niquelândia, originalmente denominado São José do Alto Tocantins.

Na atualidade, a Bacia Hidrográfica do Alto Tocantins engloba cidades nascidas de povoados que, historicamente, não eram considerados pertencentes à região. Isso se deve, possivelmente, às limitações do conhecimento geográfico à época dos descobertos auríferos, bem como às dificuldades de orientação no espaço geográfico.

O mapa apresentado na Figura 1, a seguir, representa a extensão atual da Bacia Hidrográfica do Alto Tocantins, com números indicando as cidades que a compõem. Destaca-se o Lago de Serra da Mesa que se estende por vários municípios do norte de Goiás. É importante notar que o Alto Tocantins, na atualidade, possui um alcance territorial muito maior

do que aquele atribuído no período colonial, quando não constituía uma categoria bem definida e se referia às proximidades dos rios que formavam a cabeceira do rio Tocantins, como os rios das Almas, Maranhão, Bagagem e Paranã.

Figura 1 — Mapa da Bacia Hidrográfica do Alto Tocantins.



Fonte: Bacia Hidrográfica do Alto Tocantins: retratos e reflexões (Ferreira, E.; Tokarski, 2007).

No Quadro 4 apresenta-se a correspondência entre os números constantes no mapa da Figura 1 e as cidades que fazem parte, na atualidade, da bacia hidrográfica do Alto Tocantins. Importante para a compreensão do espaço geográfico da microrregião.

Quadro 4 — Lista de Unidades Administrativas com área representativa na Bacia Hidrográfica do Alto Tocantins

ID ¹	Municípios / RA ²	ID	Municípios / RA
1	<i>Água Fria de Goiás-GO</i> ³	45	Monte Alegre de Goiás-GO
2	<i>Alto Paraíso-GO</i>	46	Morro Agudo de Goiás-GO
3	Alvorada do Norte-GO	47	Mossâmedes-GO
4	Anápolis-GO	48	<i>Niquelândia-GO</i>
5	Arraias-TO	49	Nova América-GO
6	Aurora do Tocantins-TO	50	Nova Glória-GO
7	<i>Barro Alto-GO</i>	51	Nova Roma-GO
8	<i>Brazlândia-DF</i>	52	Novo Alegre-TO
9	Buritinópolis-GO	53	Novo Jardim-TO
10	<i>Campinaçu-GO</i>	54	Ouro Verde de Goiás-GO
11	<i>Campinorte-GO</i>	55	<i>Padre Bernardo-GO</i>
12	Campos Belos-GO	56	<i>Palmeirópolis-TO</i>
13	Carmo do Rio Verde-GO	57	<i>Paraná-TO</i>
14	<i>Cavalcante-GO</i>	58	Petrolina de Goiás-GO
15	Ceres-GO	59	Pilar de Goiás-GO
16	<i>Cocalzinho de Goiás-GO</i>	60	Pirenópolis-GO
17	<i>Colinas do Sul-GO</i>	61	<i>Planaltina-DF</i>
18	Combinado-TO	62	<i>Planaltina-GO</i>
19	Conceição do Tocantins-TO	63	Ponte Alta do Bom Jesus-TO
20	Damianópolis-GO	64	Posse-GO
21	Dianópolis-TO	65	Rialma-GO
22	Divinópolis de Goiás-GO	66	Rianópolis-GO
23	Flores de Goiás-GO	67	Rubiataba-GO
24	Formosa-GO	68	Santa Isabel-GO
25	Goianésia-GO	69	<i>Santa Rita do Novo Destino-GO</i>
26	Goiás-GO	70	Santa Rosa de Goiás-GO
27	Guaraíta-GO	71	São Domingos-GO
28	Guarani de Goiás-GO	72	São Francisco de Goiás-GO
29	Heitorai-GO	73	<i>São João d'Aliança-GO</i>
30	Hidrolina-GO	74	São Luiz do Norte-GO
31	Iaciara-GO	75	São Patrício-GO
32	Ipiranga-GO	76	<i>São Salvador do Tocantins-TO</i>
33	Itaberai-GO	77	Simolândia-GO
34	Itaquari-GO	78	Sítio d'Abadia-GO
35	Itaquaru-GO	79	<i>Sobradinho-DF</i>
36	Itapaci-GO	80	Taguatinga-TO
37	Itapuranga-GO	81	Taipas do Tocantins-TO
38	Itauçu-GO	82	Taguaral de Goiás-GO
39	Jaraguá-GO	83	Teresina de Goiás-GO
40	Jesúpolis-GO	84	<i>Uruaçu-GO</i>
41	Lavandeira-TO	85	Uruana-GO
42	Mambai-GO	86	Vila Boa-GO
43	<i>Mimoso-GO</i>	87	<i>Vila Propício-GO</i>
44	<i>Minaçu-GO</i>		

Fonte: Bacia Hidrográfica do Alto Tocantins: retratos e reflexões (Ferreira, E.; Tokarski, 2007).

O mapa da Figura 2 mostra, em destaque na cor vermelha, a microrregião do Alto Tocantins, englobando os estados de Goiás e Tocantins. No mapa anterior (Figura 1), foi evidenciada apenas a parte goiana da região, por ser a que interessa ao este trabalho, uma vez

que o objeto de pesquisa não extrapola os limites do estado de Goiás. Vale observar que as comunidades quilombolas de Goiás, em sua maioria, estão situadas na região de norte e nordeste do estado, formando o que se pode chamar de “Polígono Quilombola de Goiás”.

Figura 2 — Mapa microrregião do Alto Tocantins



Fonte: Bacia Hidrográfica do Alto Tocantins: retratos e reflexões (Ferreira, E.; Tokarski, 2007).

Nesse processo de sistematização e delimitação do Alto Tocantins como região geográfica, destaca-se a publicação “Bacia Hidrográfica do Alto Tocantins: retratos e reflexões”, lançada em 2007 por instituições como o Consórcio Intermunicipal de Usuários de Recursos Hídricos para a Gestão Ambiental da Bacia Hidrográfica do Alto Tocantins (Pró-Comitê de Bacia — Conágua Alto Tocantins), Agência Brasileira de Meio Ambiente e

Tecnologia da Informação (ECODATA), e WWF-Brasil. Na apresentação da obra, os autores explicam que:

O objetivo desta publicação é auxiliar tanto o setor público, a sociedade civil organizada, como o setor privado a escolherem melhores caminhos para harmonizar atividades econômicas com conservação dos recursos naturais e, principalmente, servir de base para o processo de mobilização rumo à criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tocantins. Pela primeira vez na história, existem informações sistematizadas do ponto de vista político, econômico, social e ambiental com o recorte da Bacia do Alto-Tocantins (Ferreira, E.; Tokarski, 2007, p. 15).

A publicação evidencia um esforço de organização sistemática das informações sobre a bacia, considerando aspectos políticos, econômicos, sociais e ambientais. Nesse sentido, o Alto Tocantins, que por muito tempo figurou apenas como uma referência espacial imprecisa, passou a ser uma região geograficamente delimitada e analiticamente estruturada.

3.1 Zonas de Povoamento e Zonas Administrativas

Os descobertos auríferos em Goiás levaram à necessidade de se organizar uma administração capaz de intervir nos conflitos entre os descobridores, família de Bartolomeu Bueno da Silva, e a população de aventureiros, de modo a evitar abusos e fugas ao erário, garantindo a arrecadação fiscal e a ordem. Para isso, tornou-se imperativo criar a Capitania de Goiás, separando a região da Capitania de São Paulo. Sua sede seria, inicialmente, estabelecida na região do Tocantins; dada a importância das minas ali localizadas. Essa tarefa foi designada pela coroa portuguesa ao Conde de Sarzedas, então governador e capitão-general da Capitania de São Paulo, à qual Goiás estava subordinado. Segundo Palacín:

Atendendo às petições dos “povos” e as representações do governador, uma carta régia de 11 de fevereiro de 1736 ordenava a criação de uma vila na povoação mais importante de Goiás. O governador devia ir pessoalmente presidir a instalação. “Ouço que o Conde vai com a idéia de formar nos Tocantins a Vila e também quer intentar fazer algumas mais, escrevia o governador do Rio ao Vice- Rei. Eu (pelo que experimento) tantas mais erigir tantas mais câmaras terá desobedientes” (Palacín, 1972, p. 40).

A ordem para a criação de uma vila nos Tocantins surge no contexto da Revolta dos mineiros do Tocantins com o sistema da Capitação. Nesse episódio, os mineradores passaram a se vincular à administração das autoridades do Maranhão, em franco desafio às autoridades da Capitania de São Paulo, como se o Estado do Maranhão não estivesse igualmente sob a autoridade da Coroa portuguesa. Fica evidente que a atitude dos mineiros do Tocantins visava

retardar a cobrança da Capitação e ganhar tempo para pensarem em uma forma eficiente de burlar o fisco.

A incumbência atribuída ao Conde de Sarzedas não pôde ser cumprida, pois ele foi surpreendido pela morte em Traíras, durante sua missão em 1737.

Assim, depois de informar ao Rei do que se passava, preparou-se Antônio Luís de Távora para restabelecer a ordem e obrigar a retirada das autoridades intrusas. De Meia Ponte encaminhou-se a Traíras, num percurso de trinta e nove léguas (231 quilômetros) por trilhas vencedoras de ásperas montanhas e caudalosos ribeirões. Faltavam-lhe as forças, e a 28 de agosto de 1737 expirou em Traíras diz-nos Alencastre (Taunay, 2011. p 241–242).

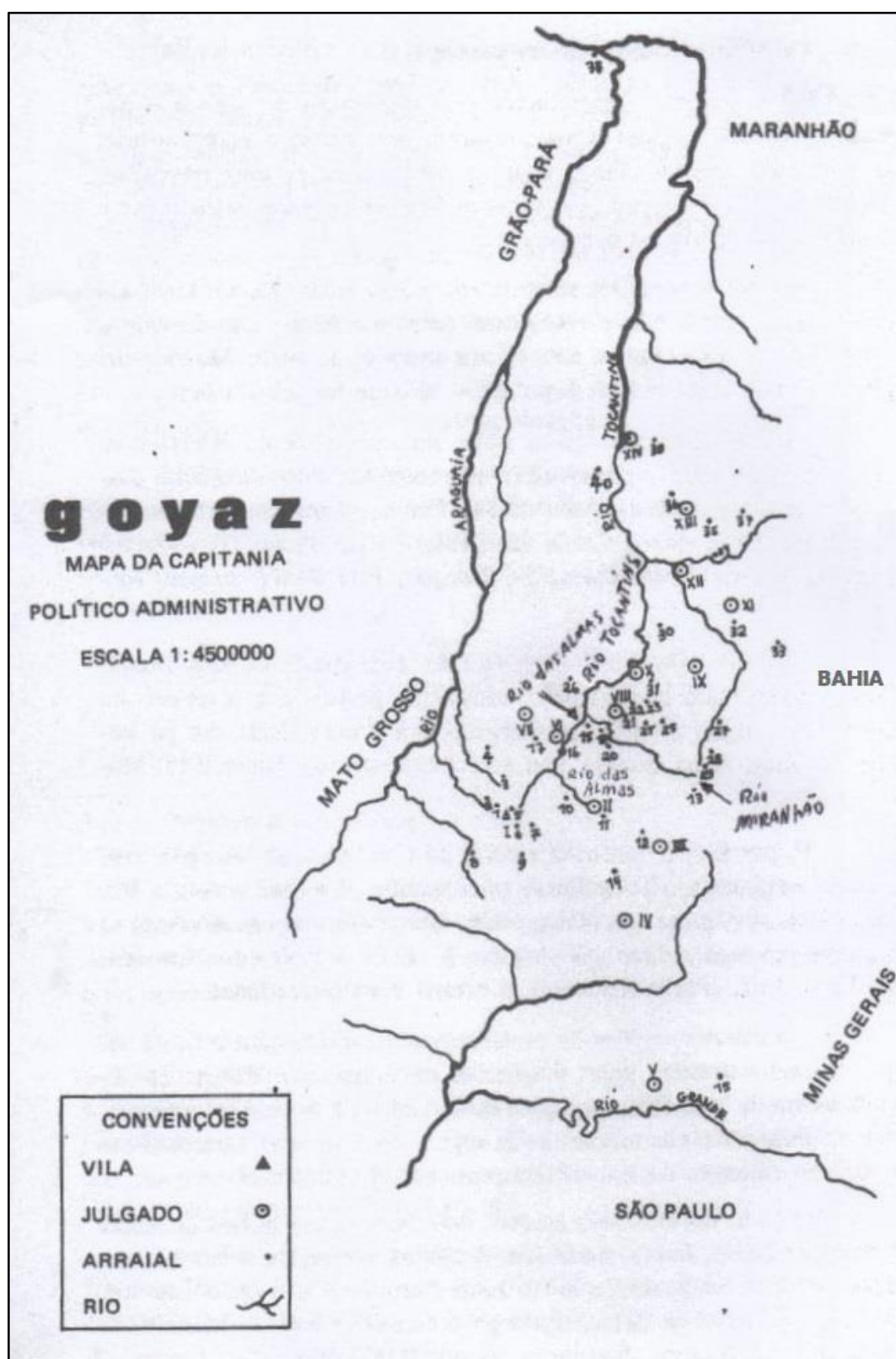
A morte do Conde de Sarzedas atrasou a fundação da Vila em pelo menos oito anos e desfez o intento inicial de instalá-la nos Tocantins, levando à sua fixação em Vila Boa, que se tornaria a capital da Capitania de Goiás, criada em 8 de novembro de 1744 por alvará do governo português (Palacin, 1972).

O povoamento da capitania de Goiás, dividiu-se, inicialmente, em três zonas: Centro-Sul; Região do Tocantins e Região Norte. Esta última, culturalmente distinta do restante do território, daria origem, com a divisão em 1989, ao atual Estado do Tocantins. Segundo Palacín:

Três zonas povoaram-se assim durante o século XVIII com uma relativa densidade; uma zona no centro-sul, com uma série desconexa de arraiais no caminho de São Paulo, ou nas suas proximidades: Santa Cruz, Santa Luzia (Luziânia), Meia Ponte (Pirenópolis) principal centro de comunicações, Jaraguá, Vila Boa e arraiais vizinhos. Uma segunda zona na “região do Tocantins”, no alto Tocantins ou Maranhão, que administrativamente pertencia à correição do norte. Esta zona, de limitada extensão, era a mais densa em povoações: Traíras, Água Quente, São José (Niquelândia), Santa Rita, Muquém, etc. E, por fim, o verdadeiro norte da Capitania, abrangendo uma extensa zona entre o Tocantins e os chapadões dos limites com a Bahia. Nesta região, na sua maior parte, áspera e árida, encontravam-se algumas povoações dispersas: Arraias, S. Félix, Cavalcante, Natividade, Porto Real (Porto Nacional), o arraial mais setentrional (Palacin; Morais, 1989, p. 11).

Dessa forma, Palacín esclarece a diferença entre zonas de povoamento e zonas administrativas, aspecto fundamental para evitar equívocos interpretativos. Como exemplo, o Arraial de Lavrinhas de São Sebastião, embora pertencente ao Julgado de Pilar e situado fora da zona de povoamento do Tocantins (ainda que geograficamente dentro dos seus limites), respondia administrativamente a Vila Boa, na zona de povoamento do Centro-Sul. A seguir, na Figura 3, ilustra-se essa configuração com base em mapa e legenda retirados da obra História de Goiás, de Luis Palacín e Maria Augusta de Santana Morais:

Figura 3 — Mapa da Capitania de Goiás



Fonte: Palacin; Morais, 1989, p. 12.

O mapa mostra a capital, Vila Boa, os julgados e arraiais a eles subordinados, além dos principais rios. Trata-se de um recurso importante para se compreender a organização administrativa do período, evidenciando a que julgado cada arraial estava subordinado. Cada número em algarismo romano corresponde a um julgado, enquanto os números em algarismos indo-arábicos indicando os arraiais a eles vinculados.

Quadro 5 — Organização Administrativa de Goiás em 1804

GOIÁS – 1804	
A) CORREIÇÃO DE VILA BOA	B) CORREIÇÃO DO NORTE
<p>I – Julgado de Vila Boa 01. Arraial da Barra 02. Arraial de Anta 03. Arraial de Santa Rita 04. Arraial de Tesouras 05. Arraial do Ferreiro 06. Arraial do Ouro Fino 07. Arraial do Curralinho 08. Arraial de Pilões 09. Arraial de Anicuns</p> <p>II – Julgado de Meia Ponte 10. Arraial do Córrego do Jaraguá 11. Arraial de Corumbá</p> <p>III – Julgado de Santa Luzia 12. Arraial de Montes Claros 13. Arraial de Couros</p> <p>IV – Julgado de Santa Cruz 14. Arraial de Bonfim</p> <p>V – Julgado do Desemboque 15. Arraial do Araxá</p> <p>VI – Julgado do Pilar 16. Arraial das Lavrinhas 17. Arraial de Goarinos</p> <p>VII – Julgado de Crixá</p>	<p>VIII – Julgado de Traíras 18. Arraial de Água Quente 19. Arraial do Cocal 20. Arraial do Maranhão 21. Arraial de São José do Tocantins 22. Arraial de Cachoeira 23. Arraial de Santa Rita 24. Arraial de Muquém 25. Arraial de Piedade 26. Arraial de Amaro Leite</p> <p>IX – Julgado de Cavalcante 27. Arraial das Flores 28. Arraial de Santa Rosa 29. Arraial de Mato Grosso</p> <p>X – Julgado de São Félix 30. Arraial do Carmo 31. Arraial Chapada de São Félix</p> <p>XI – Julgado de Arraias 32. Arraial do Morro do Chapéu 33. Arraial de São Domingos</p> <p>XVII – Julgado da Barra do Palma 34. Arraial de Conceição 35. Arraial do Príncipe</p> <p>XIII – Julgado da Natividade 36. Arraial da Chapada da Natividade 37. Arraial do Duro</p> <p>XIV – Julgado de Porto Real 38. Arraial de São João das Duas Barras 39. Arraial do Carmo 40. Arraial do Pontal</p>

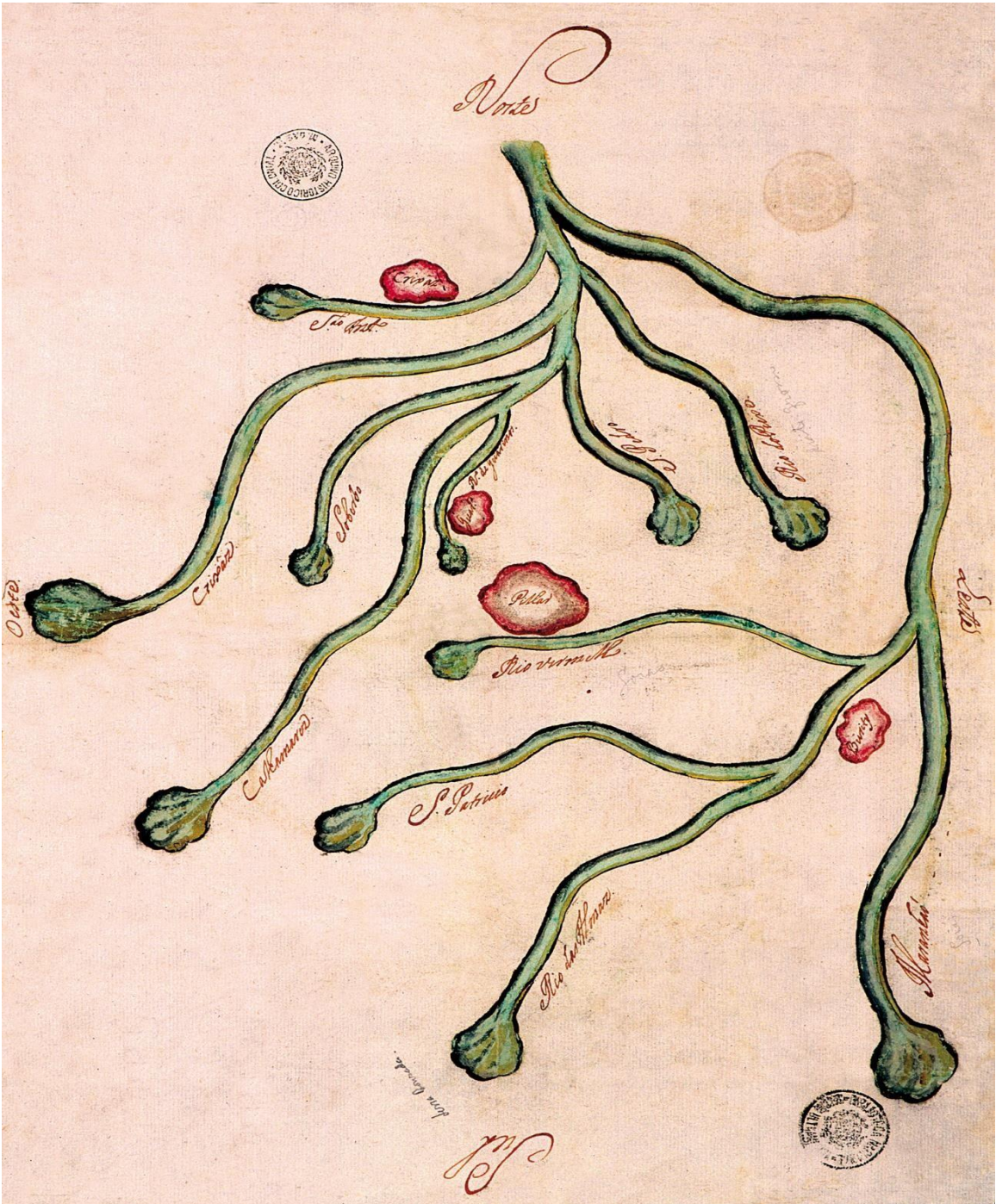
Fonte: transcrito de Palacin; Morais, 1989, p. 13.

O Quadro 5 mostra a administração da Capitania, dividida em duas correições: a do Sul, com sede em Vila Boa, e a do Norte, sediada em Traíras. Além disso, indica cada julgado de cada correição e seus respectivos arraiais.

Na região do Alto Tocantins, surge, em 1730, no contexto das descobertas bandeirantes de jazidas de ouro, o Arraial do Buriti Queimado, às margens do Rio das Almas. O arraial era também chamado de São Sebastião do Buriti, em algumas referências, São Sebastião do Buriti Queimado em outras, ou simplesmente Buriti, conforme informações e mapa constantes em documentação do Arquivo Ultramarino, publicada no site do governo do Distrito Federal.

A Figura 4 traz um mapa com os principais rios de Goiás no período colonial, no início da colonização, bem como os arraiais situados em suas proximidades. Esse mapa merece destaque por evidenciar a importância do arraial do Buriti Queimado nesse cenário, localizado nas proximidades da confluência dos rios das Almas e Maranhão. Observa-se que ele aparece junto a arraiais de grande relevância para a mineração colonial, como Pilar, Crixás e Guarinos. O arraial do Buriti Queimado pertencia, nesse período, à administração de Pilar.

Figura 4 — Mapa dos Rios de Pilar de Goiás (1758)



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino (1758).

Sobre o mapa, o site do Arquivo Histórico Ultramarino traz ainda a seguinte descrição:

O contexto e as razões para elaboração do “MAPA DOS RIOS DO PILAR” são os mesmos descritos para o mapa “VILA BOA DE GOIÁS E TUDO O QUE PERTENCE AO SEU TERMO” do acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, apresentado neste GUIA na p. 67.

Como ali é apresentado, estes dois mapas foram enviados anexados à carta-relatório escrita pelo “Ouvidor Geral” de Goiás, Antônio da Cunha Soutto Mayor em 30 de abril de 1758.

A carta-relatório refere-se explicitamente a este mapa ao afirmar: “segue-se o mapa dos rios do Pilar”. Foi em função desta afirmação que o presente mapa que era identificado até o momento na cartografia como “REGIÃO ENTRE OS RIOS MARANHÃO E CRIXÁS”, é nomeado neste GUIA como “MAPA DOS RIOS DO PILAR”.

A carta-relatório também faz referência aos arraiais representados neste mapa: “há neste continente, quatro arraiais seguintes as justiças de Nossa Senhora do Pilar, a saber, este; o de Guarinos, o de Nossa Senhora da Conceição de Crixás, situados da parte do Norte, e o de São Sebastião do Bority, da parte do Leste”.¹

“O desenho simples, uma bela representação artística elaborado pelo juiz Antônio dos Santos Silva, com base nas experiências de viajantes, evidencia que o processo de construção da cartografia dos sertões não aconteceu somente por meio do saber técnico-acadêmico. Na representação, destaca-se a hidrografia em cor verde numa forma que lembra os tentáculos do polvo. Os povoados são representados em traços parecidos com nuvens na cor vermelha, diferente da simbologia adotada na época. Contém os pontos cardeais Norte, Sul, Oeste e Leste, sem cartela com legenda. Os rios que banham os arraiais do Distrito de Pilar, são: Santo Antônio, Crixaz, Soberbo, Calhamarez, Guarinos, São Pedro, do Peixe, Vermelho, São Patricio, das Almas, orientados pelos pontos cardeais, conforme descritos pelo juiz ao Ouvidor Geral”
Fonte: AHU (1758).

Como se vê, o Arraial do Buriti Queimado pertencia ao julgado de Pilar, mas situava-se geograficamente no Alto Tocantins, na confluência dos rios das Almas e Maranhão; portanto, inseria-se na área correspondente à correição do Norte, sediada em Traíras.

3.2 O Arraial do Buriti Queimado, primeiro povoado de Lavrinhas de São Sebastião

O arraial do Buriti Queimado formou-se em torno da descoberta do ouro no morro de mesmo nome, a liderança e o senhorio do Português João Pereira Ribeiro. Quando este retornou a Portugal, deixou o arraial sob o comando de seu filho Francisco Pereira Ribeiro, também de Portugal (Magalhães, C., 2004).

Os descobertos auríferos em Goiás seguiram duas frentes de exploração: uma liderada por portugueses e outra por paulistas, no contexto da Guerra dos Emboabas⁵, em Minas Gerais (Curado, 1999). Segundo o historiador Ramir Curado:

⁵ Conflito armado, ocorrido entre 1707 e 1709, entre os bandeirantes paulistas e forasteiros (denominados pelos primeiros de “emboabas”) pelo controle das minas de ouro recém-descobertas em Minas Gerais. A palavra “emboaba”, de origem Tupi, e fazia referência às calças compridas usadas pelos forasteiros, consideradas

No dia 13 de junho de 1730 foi fundado junto ao aurífero ribeirão Santo Antônio, afluente do rio das Almas, o arraial de Santo Antônio. Nessa mesma década surgiram os arraiais de Santo Antônio da Serra Negra, de Buriti Queimado, todos eles depois vinculados ao julgado de Meia Ponte. Com a extinção do arraial de Buriti Queimado, os seus moradores fundaram, vinte quilômetros abaixo, o arraial de São Sebastião de Lavrinhas às margens do rio das Almas (Curado, 2021, p. 4).

O Arraial de Meia Ponte, atual Pirenópolis, foi fundado pelo português Manuel Rodrigues Tomar em 1729. A partir desse núcleo, o bandeirante descobriu outras minas e fundou arraiais em função delas, seguindo o curso do rio das Almas e Maranhão. Conforme a citação, esse processo se desenvolve a partir de 1730.

Na mesma região e período, surge o arraial do Buriti Queimado, articulado ao mesmo núcleo urbano que os demais arraiais da região. Não há registro do seu descobridor; no entanto, pode-se afirmar que a descoberta da mina (no morro do Buriti Queimado) e a fundação do arraial estejam relacionadas a membros da bandeira chefiada por Manuel Rodrigues Tomar, mais especificamente à atuação do português João Pereira Ribeiro.

Nesse contexto, surgem algumas questões: por que o nome de João Pereira Ribeiro foi omitido dos registros oficiais que mencionam a fundação do arraial, mas não seu fundador? Que motivos haveria para isso? Por que todos os quatro núcleos urbanos surgidos em torno das minas do Tocantins são vinculados a Manuel Rodrigues Tomar e Buriti Queimado não?

O português Manuel Rodrigues Tomar, fundador de Meia Ponte, também foi responsável pela descoberta das riquíssimas minas do Tocantins e pelo início de quatro dos seus núcleos urbanos. Ele fundou em 1730 o arraial de Santo Antônio do Campo do Maranhão ou do rio São João e em 1732 ao hoje extinto arraial de Água Quente. Em março de 1735 ele começou o arraial de São José do Tocantins, atual cidade de Niquelândia e em dezembro desse mesmo ano o arraial de Nossa senhora da Conceição de Traíras, este último, uma das maiores e mais importantes localidades urbanas da Capitania de Goiás a qual se subordinou em seu julgado todos os demais povoados em número de oito e da qual hoje só restam ruínas (Curado, 2021, p. 5).

O contexto da fundação dos arraiais das minas do Tocantins é o mesmo que envolve o surgimento do arraial do Buriti Queimado. Este, no entanto, situava-se à margem esquerda do rio Maranhão, enquanto os demais, à margem direita. Partindo de Meia Ponte, o Buriti Queimado localizava-se antes do rio Maranhão, e os demais, depois desse curso d'água.

No que se refere ao português João Pereira Ribeiro, a tradição popular e os depoimentos de seus descendentes ao advogado paulista Carlos Pereira de Magalhães por volta de 1919,

inadequadas para a mineração dentro dos rios, em contraste com os “calções” ou “calças curtas” usadas pelos paulistas.

apresentavam o português como um traficante de escravizados provenientes de Angola, proprietário de numerosa mão de obra cativa, com a qual explorava as minas do morro do Buriti Queimado. Talvez seja esse o motivo da omissão de seu nome nos documentos e correspondências oficiais do período referentes ao arraial. Sendo traficante de escravizados e proprietário de lavra, pode-se inferir que atuasse como fornecedor de mão de obra para as minas da região. Do mesmo modo, na condição de minerador, não se pode descartar sua participação em práticas de contrabando de ouro.

Em 1736, diante da cobrança da capitação, especialmente mais onerosa para as minas do Tocantins, explode a revolta dos mineiros. Nesse cenário, a visibilidade de um personagem com tais características não seria em nada interessante para as autoridades coloniais.

Sobre o arraial de Buriti Queimado, Cunha Mattos afirma que:

Esteve este arraial em sítio pouco distante da margem do rio das Almas, três léguas e meia ao norte do arraial de Lavrinhas, que o substituiu no ano de 1771, em que se mudaram para ali todos os seus moradores, levando consigo até os próprios esteios da capela. No dia de hoje não há vestígio de habitação neste lugar e faço a menção dele (e de outros arraiais já extintos) por se encontrarem, ainda, em alguns mapas (Mattos, 2021, p. 64).

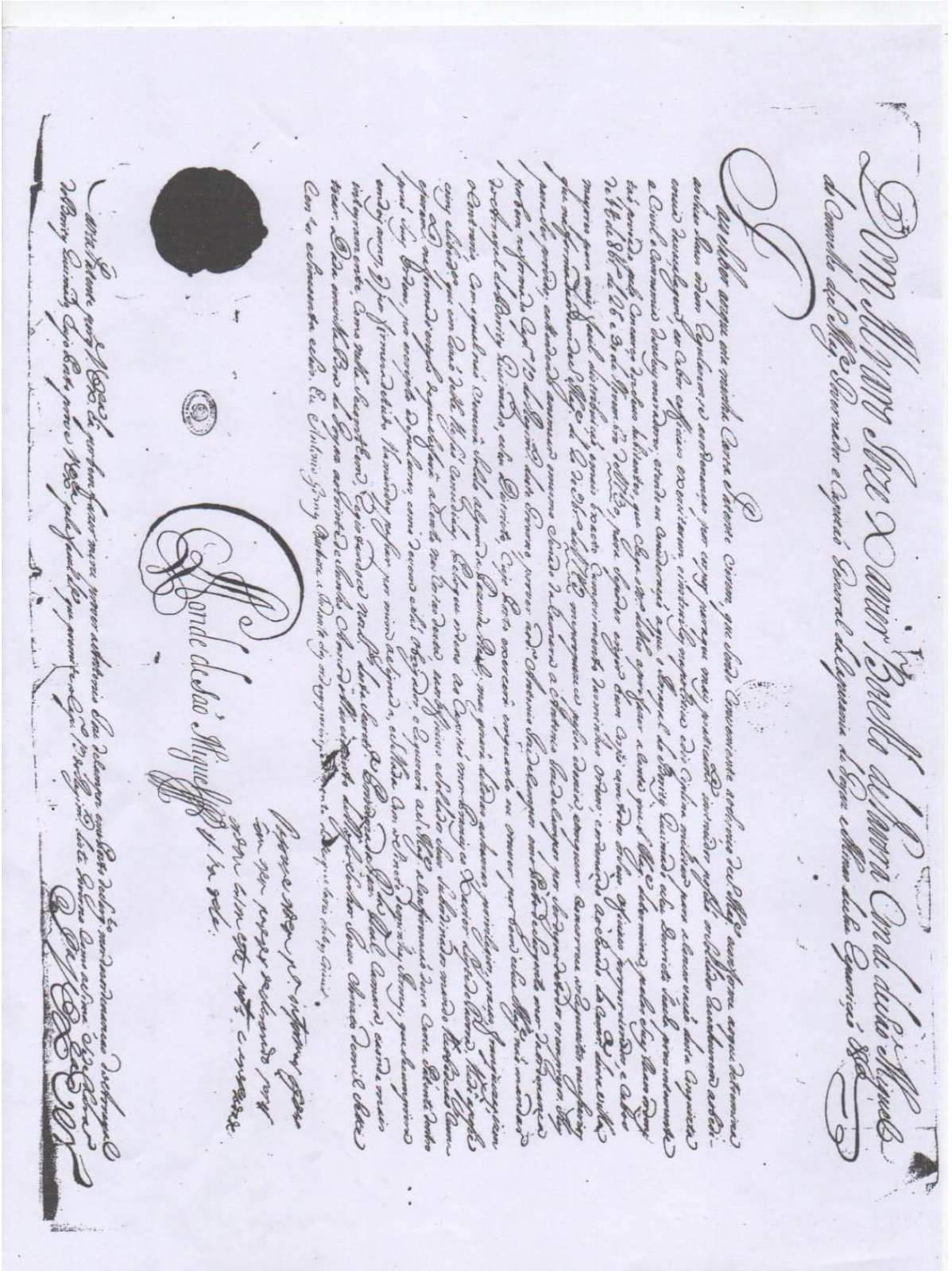
Embora o arraial tenha tido uma vida efêmera, de 1730 a 1771 (ou 1776, segundo outras fontes), parece ter sido de grande importância ou bastante povoado para os limites da época. Em 1758, por exemplo, já contava com uma Companhia de Ordenança. Essa informação consta dos arquivos do Conselho Ultramarino (CU), Seção Brasil-Goiás, sendo identificada em correspondência de 1758, constante de um processo de pedido de concessão de carta patente para o cargo de Sargento-Mor de Ordenanças do arraial do Buriti Queimado, como seguem texto e imagem da carta patente:

Dom Alvaro Xavier Botelho de Távora, Conde de São Miguel do Conselho de Sua Majestade. Governador e Capitão General da Capitania de Goiás e Minas desta repartição.

Faço saber aos que esta minha Carta Patente virem, que sendo conveniente ao serviço de sua Majestade conforme o que determinam as suas Reais ordens Regulamentos e ordenanças por corpos para que mais praticamente instruídos possam os soldados reconhecerem as obediências de vassalagem, e os cabos oficiais exercitarem e instruí-los nas políticas e disciplina militar para a conservação desta conquista e civil economia dos seus moradores e tendo em consideração que o Arraial do Buriti Queimado e seu distrito se acha presentemente tão povoado que chega o número deles a perfazer a conta que Sua Majestade determina pelas suas reais ordens de 17 de outubro, de 25 e 30 de novembro de 1730 para se poder erigir dum corpo com todos os seus oficiais proporcionados e cabos maiores para mais fácil distribuição e mais exacto cumprimento das minhas ordens; e ordenando ao Senado da Câmara desta vila que na forma das ordens de Sua Majestade de 20 de outubro de 1742 me propuzesse pessoa idônea em quem concorresse os requisitos necessários para ser provido; e

atendendo a nomear o mesmo senado da Câmara a Antonio José de Campos em o posto de sargento mor por ser digno de todos os empregos. Hei por bem na forma do capítulo 13 do regimento deste governo prover ordeno Antonio José de Campos em o posto de sargento mor de ordenança do Arraial do Buriti Queimado e seu Distrito cujo posto exercerá enquanto eu houver por bem e Sua majestade não mandar o contrário, com o qual não vencerá soldo algum da Fazenda Real, mas gozará de todas as honras, graças, franquezas, isenções e liberdades que em razão dele lhe são concedidas. Pelo que ordeno ao Capitão mor Francisco Xavier Leite de Távora lhe dê a posse e juramento na forma do exemplo de que se fará assento nas cartas destas e aos oficiais e soldados seus subordinados mando lhe obedçam cumpram suas ordens, por escrito e de palavra, como devem e são obrigados e requererá a Sua Majestade a confirmação desta carta patente dentro em dois anos, que por firmeza de tudo a mando passar por mim assinada e com o sinete de minhas armas que se cumprirão inteiramente como nela se constem, registrando-se nos livros desta secretaria Provedoria da Fazenda Real. Camara e onde mais tocar. Dada em Vila Boa de Goiás aos 20 de junho do Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e cinquenta e seis [...] (Conselho Ultramarino, 1758).

Figura 5 — Carta patente de Antônio José de Campos, no posto de sargento-mor do Arraial do Buriti Queimado, 1758



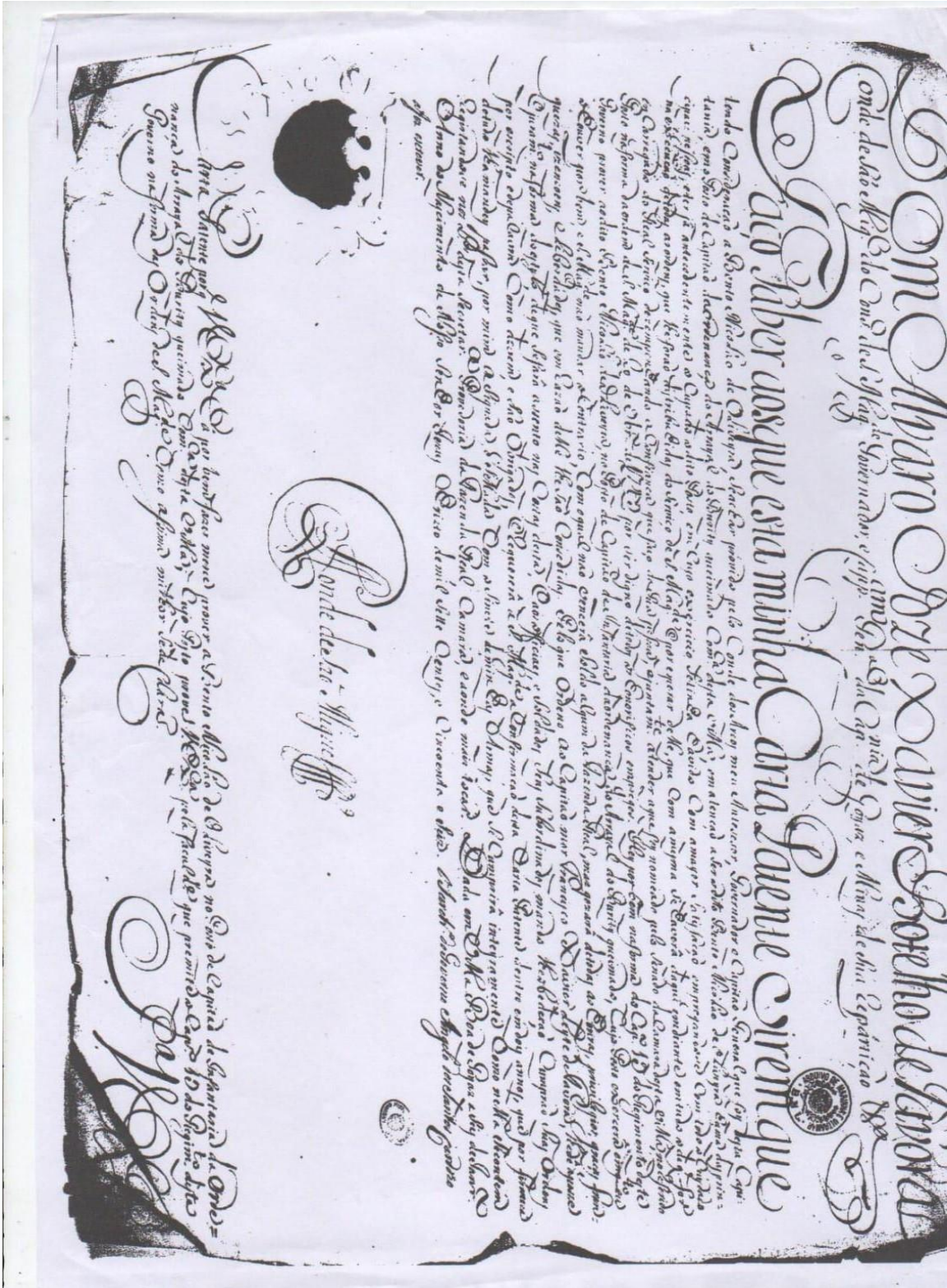
Uma companhia de Ordenança era formada por 250 soldados, o que permite inferir que o Arraial do Butiti Queimado e seu distrito, isto é, as terras de Lavrinhas de São Sebastião, fossem bastante povoados no período, sobretudo por se tratar dos anos iniciais da exploração do ouro na região do Alto Tocantins.

Outro documento relacionado ao antigo arraial, refere-se, igualmente, a outro pedido de concessão de carta patente, desta vez para o cargo de capitão-mor de Ordenanças. A leitura do requerimento não é possível em razão do seu estado de conservação, bastante apagado pelo tempo; no entanto, a carta patente pôde ser transcrita, conforme apresentado a seguir:

Dom Alvaro Xavier Botelho de Távora, Conde de São Miguel, do Conselho de Sua Majestade, Governador e Capitão-General da Capitania de Goiás e Minas de Sua Repartição.

Faço saber aos que esta minha carta patente virem que tendo consideração a Bento Nicolau de Oliveira, se achar provido pelo Conde dos Arcos, meu antecessor, Governador e Capitão General que foi desta capitania em o posto de Capitão de Ordenança do Arraial do Buriti Queimado, comarca desta Vila, em atenção a ser o dito Bento Nicolau de Oliveira uma das principais pessoas e ter já anteriormente ocupado o dito posto em cujo exercício se tinha havido com a maior satisfação empregando-se com todo cuidado na execução de todas as ordens que lhe foram distribuídas do serviço de Sua Majestade e por esperar de mim que com a mesma se haverá daqui em diante em tudo de que for encarregado do Real Serviço desempenhando a confiança que faço de sua pessoa, e justamente atender a que foi nomeado pelo senado da Câmara desta Vila no referido posto na forma da ordem de Sua Majestade. 20 de outubro de 1743 por ser digno de todos os honoríficos empregos. Hei na forma do capítulo 13 do regimento deste governo prover ao dito Bento Nicolau de Oliveira no posto de Capitão de Infantaria das ordenanças do Arraial do Buriti Queimado, cujo posto exercerá enquanto o haver por bem e Sua Majestade não mandar o Contrário, com o qual não haverá soldo algum da Fazenda Real, mas gozará de todas as honras, privilégios e graças, franquezas e isenções e liberdades que em razão de mim lhe são concedidas, pelo que ordeno ao Capitão mor Francisco Xavier Leite de Távora, lhe dê a posse na forma dos ritos de que se faz assento nas cartas desta, Com os oficiais e soldados, seus subordinados mando lhe obedecam, cumpram suas ordens por escrito e de palavra, como devem e são obrigados. Se requererá a Sua Majestade a confirmação desta carta patente dentre em dois anos, que por firmeza de tudo a mandei passar por mim assinada e selada com o sinete de minhas armas que se cumprirá integralmente como nela se contém, registrando-se nos livros desta secretaria, Provedoria da Fazenda Real, camara e aonde mais tocar. Dada em Vila Boa de Goiás a seis de janeiro do Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de Mil Setecentos e Cinquenta e Seis. O Secretário do Governo Angelo dos Santos Cardozo o fez escrever. Conde de São Miguel (Conselho Ultramarino, 1767).

Figura 6 —Carta patente de Bento Nicolau de Oliveira, no posto de capitão-mor do Arraial do Buriti Queimado, 1767



Fonte: Conselho Ultramarino (1767).

A existência de um corpo de ordenanças demonstra a importância desse arraial durante o seu tempo de esplendor, quando o rendimento de suas minas era expressivo. Sua exploração enriqueceu o descobridor, João Pereira Ribeiro que, ao retornar a Portugal, constituiu nova família. Outro indicativo da riqueza do Buriti Queimado é o fato de o português ter mandado seus filhos, que mineravam em Ouro Preto, para a localidade (Magalhães, C., 2004), mostrando a rentabilidade da mina.

A relação do Buriti Queimado (e mais tarde de Lavrinhas) com Meia Ponte parece ter sido duradoura e frutífera para Francisco Pereira Ribeiro, filho do traficante de escravizados e minerador João Pereira Ribeiro. Isso se confirma pelo fato de um de seus descendentes ter se tornado o homem mais rico de Meia Ponte e de Goiás no século XIX.

3.3 O Comendador Joaquim Alves de Oliveira

Considerado o pai da imprensa goiana, em razão da criação do jornal “A Matutina Meiapontense”, primeiro jornal impresso de Goiás, Joaquim Alves de Oliveira chegou a ser comendador do Império, comerciante de gêneros diversos e de escravizados que eram “produzidos” em sua fazenda, o Engenho São Joaquim, atual Fazenda Babilônia.

Segundo Borges e Barbosa (2020), Joaquim Alves de Oliveira nasceu em Pilar de Goiás, em 18 de julho de 1770, quando Goiás ainda era uma Capitania do Brasil Colônia. Órfão aos nove anos, chegaria a ser o homem mais rico de Goiás no século XIX. Segundo sua documentação e testamento, era filho de Domingos Alves de Campos e Páscoa Pinto de Oliveira. No entanto, as autoras apontam a existência de versões divergentes:

[...] dizem muitos ser ele antes filho natural de um português de nome Francisco Pereira da Silva, residente em Lavrinhas, perto de Pilar, *homem abastado que muito o auxiliou em sua carreira commercial*; que fora exposto, pelo que aqueles que ele reconhecia como Paes legítimos, o tomaram como filho adoptivo. Em abono dessa asserção, argumentam com a diferença physionomica, e a nenhuma semelhança com os atribuídos irmãos consanguineos [...]. Não é que fosse de grandes proporções physicas, ao contrário, era de estatura mais que mediana, moreno e descarnado, magro, de olhos vivos e penetrantes (Franco *apud* Borges; Barbosa, 2020, p. 205)

Nesse sentido, Joaquim Alves de Oliveira teria sido, conforme essas interpretações, o criador da Matutina Meiapontense, e filho ilegítimo de um senhor de Lavrinhas, aqui citado como Francisco Pereira da Silva, possivelmente sendo, na verdade, Francisco Pereira Ribeiro.

Causa estranheza o fato de Francisco Pereira ter sido um homem mau para os filhos legítimos e, ao mesmo tempo, ter protegido e auxiliado um filho ilegítimo. Diante dessa

aparente contradição, pode-se supor que o próprio Francisco Pereira Ribeiro tenha confiado o cuidado da criança a terceiros em Pilar.

Considerando que Francisco Pereira Ribeiro residia em Lavrinhas e se deslocava a Pilar sobretudo a negócios (Magalhães, C., 2004), é possível cogitar que Joaquim Alves de Oliveira tenha nascido em Lavrinhas. A hipótese de que sua mãe fosse negra ou mestiça também é sugerida por indícios presentes nas fontes, dado o gosto do Capitão Francisco Pereira pelas “mulatinhas indefesas” (Magalhães, C., 2004). Outro fator que corrobora essa ideia é o fato de Joaquim Alves ser descrito como “moreno” indicando sua origem mestiça. Talvez a riqueza de que dispunha e o poder tivessem impedido que se referissem a ele como negro ou mulato, numa relação típica entre dinheiro, fama, poder e racismo.

O comendador Joaquim Alves de Oliveira manteve laços afetivos e comerciais com a família em Lavrinhas, como descreve Carlos Pereira de Magalhães ao analisar a documentação encontrada na casa de Silvestre Pereira Ribeiro, filho de Francisco Pereira, e, portanto, irmão do comendador:

Regressando a Lavrinhas, coloquei em ordem esses documentos, bastante deteriorados e uma boa parte ilegível. Essa correspondência começava em 1792 e terminava em 1870, daí a suposição de ter Silvestre falecido nessa data. A casa do Sítio Novo era uma das suas residências prediletas e onde mais se demorava. Os autos da arrematação, em praça pública, do oratório de Santo Antônio da Igreja do Rosário do Pilar eram volumosos e traziam uma infindável lista de miçangas que o acompanhavam. Encontrei várias cartas de Joaquim Alves de Pirenópolis referentes a negócios comerciais, tropas e escravaria; em uma só havia referências a transações de ouro. Informou-me o sacristão que Joaquim Alves, nascido em Pilar, era filho natural do capitão. Descoberta importante foi a seguinte: Um testamento feito em 1836 declara: “Sendo o meu irmão Silvestre e eu os únicos proprietários das terras de Lavrinhas de São Sebastião, por sucessão e herança de nosso pai, Francisco Pereira Ribeiro, estando eu de saída para uma viagem a São Paulo, não tendo muita segurança de voltar, visto não gozar de perfeita saúde, declaro que não tenho descendência, constituo, como de direito, o meu irmão Silvestre herdeiro na parte das terras de Lavrinhas de São Sebastião, que me pertencem” (Magalhães, C., 2004, p. 94).

Os achados do autor revelam, além da possível paternidade de Joaquim Alves de Oliveira e o contato constante com a família paterna, a existência de práticas ligadas ao comércio de pessoas escravizadas, ou mais precisamente, de negociações que as envolviam. Isso se explica pelo fato de seu avô ser reconhecido como traficante de africanos provenientes de Angola (Magalhães, C., 2004), ao passo que Joaquim Alves mantinha uma fazenda voltada à reprodução de escravizados para a venda (Borges; Barbosa, 2020). Ao que tudo indica, tratava-se de um negócio familiar.

A opulenta riqueza do Capitão Francisco Pereira Ribeiro é descrita por Carlos Pereira de Magalhães, quando, em viagem a Pilar, registrou o bom gosto e a suntuosidade de sua residência, destacando o mobiliário, as janelas com rótulas e o teto abobadado com pintura artística — elementos acessíveis apenas aos mais abastados:

Em seguida, fomos visitar a antiga residência do senhor de Lavrinhas, já bastante arruinada, via de desaparecer. Logo que entrei na casa, senti viva emoção de ver tão perfeito e raro exemplar estilo barroco colonial nestes fundos. Rasgando uma folha da caderneta de viagem, desenhei as rótulas das janelas e dois tipos de porta dessa admirável residência. O teto da sala era abobadado com fecho de um dourado florão e adornado por uma pintura campesina, onde dois homens de trança e espingarda de pederneira caçam pássaros aquáticos. Soberbo mobiliário com cadeiras de espaldar de veludo vermelho, minados pela broca. Experimentando a resistência de uma magnífica cômoda, apliquei o dedo indicador que foi penetrando pela madeira adentro. Joaquim Ignácio contou-me que ouvira dos antigos que o capitão dava preferência a Lavrinhas; somente nas festas ou para recepções diplomáticas, quando vinha a essa faustosa residência (Magalhães, C., 2004, p. 108).

A casa setecentista do Capitão Francisco Pereira Ribeiro permanece de pé e, atualmente com o nome de Casa da Princesa, abriga um museu. Entre as histórias e o acervo voltados à preservação cultural, ignora-se a história de seu construtor e o contexto de sua edificação, diretamente ligado ao tráfico de pessoas escravizadas, à exploração do trabalho negro cativ, e à atividade mineradora em Lavrinhas de São Sebastião.

Figura 7 — Vista frontal da Casa do Capitão Francisco Pereira Ribeiro, em Pilar de Goiás (Atual Museu Casa da Princesa)



Fonte: IBRAM, 2024.

Figura 8 — Vista frontal e lateral da Casa do Capitão Francisco Pereira Ribeiro, em Pilar de Goiás (Atual Museu Casa da Princesa)



Fonte: IBRAM, 2024.

Figura 9 — Detalhes de Portal, janela e beira da Casa do Capitão Francisco Pereira Ribeiro, em Pilar de Goiás
(Atual Museu Casa da Princesa)



Fonte: IBRAM, 2024.

Figura 10 — Detalhes da janela com rótulas estilo Mudejar da Casa do Capitão Francisco Pereira Ribeiro, em Pilar de Goiás (Atual Museu Casa da Princesa)



Fonte: IBRAM, 2024.

A exploração da mina situada no morro do Arraial do Buriti Queimado teve início com o português João Pereira Ribeiro, traficante de africanos provenientes de Angola. Após enriquecer, retornou a Portugal, mandando para as minas dois de seus filhos — Bento Pereira Ribeiro e Francisco Pereira Ribeiro — que já mineravam em Minas Gerais (Magalhães, C., 2004).

Em 1776, com o esgotamento dessas minas, novas jazidas são encontradas 20 quilômetros acima, seguindo o curso do Rio das Almas. A população se transferiu então para esse local, e batizou-o com o nome de Lavrinhas de São Sebastião. Após a abolição, formou-se ali uma comunidade quilombola, composta por descendentes dos escravizados negros e indígenas, bem como de descendentes de relações entre brancos e mulheres negras e indígenas.

Essa miscigenação é evidenciada em *Sombra dos Quilombos*, de Martiniano José da Silva, que cita o parecer de Domingos Felix de Souza:

Adianta-se que em Goiás, regra geral, não mais subsistem negros puros, sendo fácil verificar-se que os poucos encontrados são emigrados mais recentes de regiões como

o norte de Minas e os chapadões do rio São Francisco. Além do quilombo do cedro, em Mineiros, podemos citar como exceção o quilombo formado em Lavrinha de São Sebastião, no município de Jaraguá, que até a pouco subsistiu como grupo negro e que o crescimento econômico da região já começou a miscigenar (Silva, M. 1974, p. 27).

No entanto, diferentemente da hipótese aventada pelo professor Domingos Félix de Souza, essa miscigenação parece decorrer da própria dinâmica da colonização. Há indícios de que tais processos ocorreram, inclusive no interior dos quilombos, ainda em seu período de combate (Colônia e Império), sendo registrados, em diversos contextos históricos, casos de lideranças brancas nessas comunidades. Os relatos dos habitantes da região reforçam a presença dessa miscigenação desde o período do cativo, aspecto também é observado por Magalhães em “Cartas de Goiás”:

Atendendo ao meu pedido, os antigos proprietários dessas terras, que residem em sítios distantes, compareceram a este arraial. São todos bronzeados e aparentados entre si. Alguns deles pretos retintos, releve o Caciano, todo riscado de cicatrizes, matador de onças a ferro frio. Creio que dona Amância é a única branca nessa miscigenação das três raças (Magalhães, C., 2004, p.87–88).

Nesse ponto, duas constatações são importantes: a primeira é o parentesco entre todos os herdeiros; a segunda, o fato de se mencionar a miscigenação entre eles envolvendo os três grupos que formaram o povo brasileiro — indígenas, negros e brancos. Isso deixa claro que essa miscigenação é bastante anterior à marcha para o Oeste, de que fala Martiniano José da Silva em citação ao professor Domingos Félix de Souza. A miscigenação em Lavrinhas também fica evidenciada por Magalhães quando de sua Visita a dona Benedita da Luz:

Sábado, pela manhã, partimos na companhia de Celírio e Eusébio para o Córrego Fundo. Lá fomos apresentados a dona Benedita da Luz, filha caçula do alferes Silvestre Pereira Ribeiro, neta do capitão Francisco Pereira e bisneta do português negreiro, o primeiro a pôr os pés nessas terras. Tipo caboclo, mas de traços finos [...] a farta cabeleira negra não mostrava a idade, mais de 70 anos (Magalhães, C., 2004, p.75–76).

O relato acima apresenta a filha do último senhor de Lavrinhas como uma figura mestiça, descrita como “tipo caboclo” e bonita (de traços finos), que não aparentava a idade que tinha (mais de 70 anos) devido à farta cabeleira negra, o que permite inferir que a última senhora de Lavrinhas, a fazendeira consorte Dona Inês (Magalhães, C., 2004) seria negra, indígena ou parda. Tal aspecto reforça que a miscigenação em Lavrinhas remonta a um período bem anterior ao início do século XX, inclusive dentro da família senhorial (antigos sesmeiros).

No Alto Tocantins, surgiram quilombos durante o chamado ciclo do ouro e mesmo após a abolição, como é o caso de Lavrinhas de São Sebastião (em seu antigo arraial). Esses

quilombos chegaram a enfrentar a sociedade mineradora colonial, quando se viam ameaçados de alguma forma, ou em situações de represálias. Sua existência, em Goiás, está ligada a um contexto em que diversos atores e interesses estavam em jogo, de acordo com a política colonial, a economia local e a sua autopreservação. Isso implicava uma dinâmica de adaptabilidade às circunstâncias e ao meio, ora movendo-se no espaço, ora mudando as formas de atuação (questões que serão discutidas ao longo do capítulo).

Nas vizinhanças de Lavrinhas, próximo ao Antigo arraial do Buriti Queimado, desenvolveram-se outras comunidades negras, como Pombal, Quilombo do Foge (extinto durante o governo militar), Córrego Fundo e Zagaia (esses dois últimos dentro das terras de Lavrinhas). A Comunidade do Pombal se subdividiu em quatro grupos: Pombal e Laguna, formados pelos indivíduos que permaneceram em suas terras ou nas proximidades delas; João Borges Vieira (composto por indivíduos que perderam suas terras para grileiros e fixaram residência em Uruaçu; e Tomás Cardoso (também formado por pessoas que perderam suas terras e migraram para Goianésia).

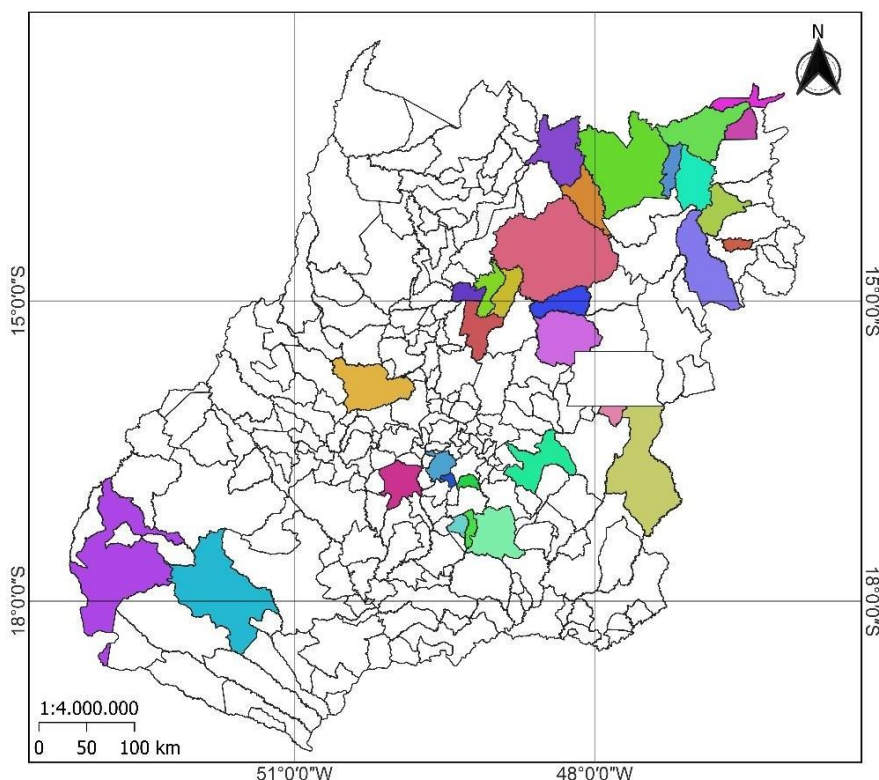
O Quilombo de Lavrinhas, como ficou conhecida a povoação, formou-se no lugar do antigo arraial após a abolição, pelos ex-escravizados e seus descendentes. A comunidade de Porto Leocárdio, por sua vez, foi organizada por pessoas de Lavrinhas que fixaram moradia no porto de mesmo nome, cerca de três quilômetros acima.

Importa conhecer, portanto, as intrincadas relações estabelecidas entre as comunidades remanescentes de quilombos de Lavrinhas (Lavrinhas e Porto Leocárdio) e aquelas formadas nas adjacências, especificamente Pombal, Laguna, João Borges Vieira e Tomás Cardoso. Interessa, ainda, analisar sua formação, seus modos de lidar com a natureza e com a sociedade em volta, transpor distâncias, seus relacionamentos entre si e com outras comunidades, como os Kalunga. Há, até mesmo, indícios (segundo narrativas) de parentesco entre esses grupos, citados no RTID de Porto Leocárdio e Pombal, como também na dissertação de mestrado deste autor.

As evidências apontadas até então indicam uma dinâmica de transposição de grandes distâncias por essas populações, seja seguindo o curso de rios como o das Almas, Maranhão, Bagagem e Tocantins, seja por trilhas e caminhos somente deles conhecidos, através de matas, campos, veredas e cerrados. Tal mobilidade permite supor que essas comunidades possam ter constituído, em algum momento, um grande quilombo central. Não se pode descartar que sejam

remanescentes dos chamados Quilombos do Tocantins, mencionados pelo governo colonial, que, em períodos de conflito, as estradas das povoações do Tocantins, Amaro Leite e Pilar.

Figura 11 — Mapa das Comunidades Quilombolas de Goiás



LEGENDA

Municípios:

Abadia de Goiás	Flores de Goiás	Padre Bernardo
Aparecida de Goiânia	Goianésia	Palmeiras de Goiás
Barro Alto	Goiás	Piracanjuba
Campos Belos	Iaciara	Professor Jamil
Cavalcante	Jataí	Santa Rita do Novo Destino
Cidade Ocidental	Mimoso de Goiás	São Luiz do Norte
Colinas do Sul	Minaçu	Silvânia
Cristalina	Mineiros	Simolândia
Cromínia	Monte Alegre de Goiás	Teresina de Goiás
Divinópolis de Goiás	Niquelândia	Trindade
	Nova Roma	

Fonte: SIEG GOIÁS, 2022. DATUM: SIRGAS 2000. Elaboração cartográfica: Pereira Neto, M. A. abril de 2026.

A Figura 11 apresenta um mapa que mostra uma concentração de comunidades quilombolas de norte a nordeste do estado, em continuidade territorial na microrregião do Alto Tocantins. Seguindo as margens do rio Tocantins, tendo como início Lavrinhas de São Sebastião, no rio das Almas, há o que se pode chamar de Complexo Quilombola de Goiás ou Polígono Quilombola de Goiás, devido à predominância de comunidades rurais

negras/quilombolas historicamente estabelecidas em uma configuração geográfica integrada. Essa configuração foi referida pelo governo colonial, em correspondências, como “quilombos em Tocantins”, como se observa na citação a seguir:

Se a existência de quilombos implica maus tratos para o escravo, em Goiás constituem um testemunho impressionante, pois não há, praticamente, arraial sem a sombra de seu quilombo. Somente durante o governo de D. Marcos de Noronha, há, através de sua correspondência, notícias de medidas tomadas contra os quilombos em Tocantins, Arraias, Meia Ponte, Crixás, Paracatu, Três Barras, todos os caminhos do norte de Minas; na mesma capital, tanto nos morros de levante como nos do poente, se encontravam refúgios de negros fugidos, a pouco mais de um tiro de pedra; contudo, o caso mais perigoso, nestes anos, foi a conjuração dos negros de Pilar, escravos e calhambolas, para assassinar toda a população branca, aproveitando o bulício das festas de Pentecostes (Palacín, 1972, p. 93).

Os agrupamentos podem ter constituído uma rede articulada de quilombos que Palacín chamou “quilombos em Tocantins”, organizada de forma a dificultar a destruição pelas forças oficiais, por meio de estratégias diversas, entre elas a separação em pequenos núcleos — alguns próximos, outros mais distantes dos centros urbanos. Martiniano José da Silva, em “Quilombos do Brasil Central” detalha aspectos dessa conjuração negra em Pilar:

Essa conjuração dos negros de Pilar – único quilombo de Goiás, como o de Ambrósio, a merecer registro na historiografia brasileira – existente já no início da década de 1750 é a comunidade quilombola que mais apreensão causou às autoridades coloniais e aos exploradores das minas, como o povoador mineiro Manoel de Moraes Navarro, que se estabeleceu nas minas de Pilar, onde, ao enfrentar a resistente luta quilombola, teve um filho primogênito assassinado por um grupo de escravos, armados de foices, chuços, cacetes etc., seguido de outros atentados e extremadas violências. Os quilombolas se uniam aos escravos urbanos na resistência, os escravos ameaçando matar os brancos, as coisas tomando tal vulto que o próprio capitão-general e governador da Capitania, Dom Marcos de Noronha, foi compelido a ir pessoalmente a Pilar tomar conhecimento da “perigosa situação” (Silva, M. 2008, p. 346).

O arraial de Pilar, como outros surgidos em torno da exploração aurífera e com mão de obra escravizada, tinha quilombos em suas proximidades, como atesta a historiografia, com base em testemunhos dos próprios colonizadores (Karasch, 1996; Palacín, 1972; Salles, 1980; Silva, M., 1998). Segundo a mesma tradição historiográfica, o quilombo que deu início à povoação de Pilar teria obtido sua liberdade mediante pagamento aos seus captores com o ouro que já tinham garimpado. Nesse contexto, tratava-se de um quilombo integrado à sociedade urbana, formado por “pretos forros”, como a lógica permite afirmar.

As informações de Silva, M., dão conta de que os escravizados urbanos haviam se aliado aos quilombolas, ou o inverso, provavelmente em defesa da liberdade ou de melhores condições de trabalho, fatores capazes de justificar a magnitude do levante. A partir disso, pode-se levantar

algumas hipóteses: (1) os quilombolas envolvidos não residiam, em sua maioria, nas proximidades de Pilar; (2) sua localização não era conhecida pelas autoridades; ou, se conhecida, (3) tais informações eram ocultadas; o que sugere, ainda, (4) a possível participação de setores da sociedade local no levante; e (5) a presença de jogos de interesse e de poder. Silva, M., citando o historiador Pedro Tacques, dá detalhes:

O historiador Pedro Taques de Almeida Paes Leme, registrou com soma de detalhes os fatos referenciados, merecendo transcrição: “José de Almeida Lara, que, resistindo por espaço de meio dia a um grosso troço de negros foragidos, a que no Brasil chama calhambolas, sem mais forças que a de três armas de fogo, que manejavam elle e dois mulatos seus escravos, de dentro de casa, e tendo boa pontaria morreram muitos e ficaram feridos quase todos; até que, acabada a pólvora, avançaram os negros de pelotão e lhe acabaram a vida e a dos dois mulatos; e depois de morto lhe cortaram a cabeça e todos os membros, sem escapar da violência destes bárbaros as partes pudendas; de tal sorte, que ficou aquele cadáver feito um crivo de chagas pelas muitas facadas com que o ódio dos pretos empregou a sua fúria”, prosseguindo, ainda revelando a impressionante revolta dos escravos: “Este infeliz successo aconteceu nas minas do Pilar, sítio da Papuã, da Comarca de Villa Boa de Goyases, estando o pai do morto ausente de casa, que era construída nas suas lavras mineraes ao pé da estrada chamada dos Guarinos; e recolhendo-se a ella com os escravos que o acompanhavam achou o filho morto como fica referido, tendo escapado um mulato de 10 a 12 anos, escondido no centro de uma cata profunda, e com escolta dos visinhos trouxe o cadáver para o arraial para dar-lhe sepultura e a pedir socorro à justiça para seguir a trilha dos agressores de horroroso insulto, e dos roubos que fizeram na casa, levando tudo quanto puderam carregar. Porém, não achou Manoel de Navarro o menor auxílio dos ministros de justiça, que eram dois juizes ordinários [...]” (Leme *apud* Silva, M. 2008, p. 347–348).

O fato de Manoel Navarro não ter obtido “o menor auxílio dos ministros da justiça” aponta para as hipóteses anteriormente levantadas e permite inferir a existência de algum conflito prévio entre o minerador e o grupo quilombola, questão que será discutida de forma pormenorizada mais adiante. A inércia das autoridades revela, também, os embates existentes entre as elites coloniais, bem como disputas políticas e econômicas e inimizades inerentes aos jogos de poder nas monarquias absolutistas do Estado Moderno, como Portugal. Tratava-se de atritos e intrigas produzidos em função do Estado e da Coroa, que levavam alguns a “cair nas graças” (da Coroa) e outros a “cair em desgraça”.

Segundo Martiniano José da Silva (2008), além do “Quilombo do Campo Grande”, chamado também “Quilombo dos Ambrósios”, o “Quilombo de Pilar” foi o único em Goiás a merecer destaque na historiografia nacional. A referência do autor pode não ser mera coincidência, visto que os dois quilombos atuaram no mesmo período e contexto político-econômico. A circunstâncias permitem observar conexões entre ambos. Tais conexões podem auxiliar na compreensão sobre o alcance das revoltas de escravizados e quilombolas nas regiões

mineradoras, bem como nas estratégias de sobrevivência desses grupos envolvendo ações políticas e alianças diversas até então pouco exploradas pela historiografia sobre o tema.

3.4 O Quilombo do Campo Grande e o Alto Tocantins

O Quilombo do Campo Grande, também chamado Quilombo dos Ambrósios⁶, traz um exemplo de enfrentamento ao sistema colonial que pode ter influenciado os quilombos do Alto Tocantins, especialmente na revolta de escravizados e quilombolas do Pilar. A Revolta do Quilombo do Campo Grande contra os ataques das autoridades coloniais não parece ter sido um evento isolado, e há indícios de ter alcançado quase mil quilômetros em direção norte. Ao se observar, nos mapas, a distância entre Bambuí (MG) e São Felix do Tocantins (no Alto Tocantins) encontram-se cerca de 1449,7 km. Já a distância, entre Carmo do Rio Claro, onde, segundo Tarcísio Jose Martins (2011), surgiu o Quilombo do Cascalho, é de aproximadamente 991,9 km.

Considerando a distância entre Araxá, situada no “Sertão da Farinha Podre”, na época pertencente a Goiás (atual Triângulo Mineiro) e Pilar de Goiás, tem-se 756,7 km.

Em seu livro “Quilombo do Campo Grande, ladrões da história” Tarcísio José Martins afirma que a primeira povoação do Quilombo do Ambrósio (capital do quilombo do Campo Grande) se localizava em Cristais (MG). Martiniano José da Silva, em “Quilombos do Brasil Central”, afirma que o “Quilombo do Campo Grande”, também chamado “Quilombo Grande” ou “Tengo Tengo” situava-se no “Sertão da Farinha Podre”, atual Triângulo Mineiro, então pertencente a Goiás (Silva, M., 1998). Esse quilombo que contava, no entanto, com 26 outros quilombos aliados, formando o que Tarcísio José Martins chamou de “Confederação Quilombola” dada a união desses 27 grupos no enfrentamento às tropas coloniais. Segundo o autor:

O exame de toda a documentação primária, tempo como guia o Mapa do Campo Grande e como o sistema de análise, a Lógica Formal, trouxe-nos também a convicção de que os quilombos envolvidos nas batalhas quilombolas, ocorridas no período de 1741 a 1760 constituíam uma verdadeira Confederação Quilombola. Uma Confederação de Quilombos nos anos setecentos. Sim, antes dos anos setecentos já se falava em Confederação (Martins, 2011, p. 22).

⁶ Situava-se no “Sertão da Farinha Podre”, atual Triângulo Mineiro, que pertenceu a Goiás até 1816, quando D. João VI o transferiu para Minas Gerais (Martins, 2011).

O autor demonstra que o conceito de Confederação⁷ é anterior aos anos 1700. Explica, com base na formação da Suíça, que ele remonta ao século XIII, citando a “Carta Federal de 1291”, considerada o documento oficial de fundação da Confederação Helvética. Evidencia, ainda, como o conceito foi utilizado no período de combate ao Quilombo do Campo Grande pelo Senado da Câmara de Vila Rica:

Foi o próprio governo reinol quem confirmou tratar-se de uma confederação de quilombolas, pois em 03 de abril de 1756, o Senado da Câmara de Vila Rica, a mando do Governador Gomes Freire de Andrade, escreveu cartas iguais para as câmaras de São João Del Rei, Mariana e Sabará. Transcreve-se a última: “Senhores do nobilíssimo Senado da Vila de Sabará. A boa harmonia que devemos procurar com tão nobre Senado nos põe na precisão de participarmos a Vossas Mercês notícias que temos de se haverem confederado os negros aquilombados com os que assistem nessa vila e nas mais de toda a capitania para, na noite do dia 15 do corrente, darem um geral assalto em todas as povoações, privando da vida a tudo o que forem homens (sic) assim brancos como mulatos, determinando morte ao seu senhor cada um dos escravos que lhe for mais familiar” (Martins, 2011, p. 23).

O autor aponta que o conceito de confederação, aplicado à união dos quilombos revoltados na região do Campo Grande, foi atribuído pelas mesmas autoridades que os combateram. A formação dessa confederação, envolvendo escravizados rurais e urbanos e quilombolas, indica a existência de uma rede de informações e desinformações, bem como de solidariedade entre negros (livres e escravizados) e aquilombados e brancos cujos interesses convergiam.

Se havia comunicação oficial, havia também comunicação extraoficial. As leis e decretos sobre as minas afetava toda a sociedade mineradora, com intensidade variável dependendo de quem fossem os alvos mais diretos. Havia todo um contexto colonial em jogo, no qual os interesses se articulavam. As distâncias não eram obstáculos.

O documento citado dá conta, ainda, que essa confederação era extensiva aos núcleos urbanos, afirmando terem os “negros aquilombados” se confederado com os negros que viviam na Vila de São João Del Rei e nas outras vilas da Capitania. Tal informação revela o contato constante, as amizades e as alianças entre quilombolas e escravizados rurais e urbanos, bem como entre estes e alguma autoridade branca, devido à facilidade de circulação dessas informações entre diferentes grupos. A revolta possivelmente se configurava como vingança à

⁷ A palavra tem o significado de associação, convenção, tratado, pacto ou aliança. Associação de estados, de cidades ou de pessoas ou instituições em defesa de uma causa determinada, seja política, religiosa, social, esportiva; ou em defesa de interesses comuns e permanentes.

exploração extrema e aos maus-tratos, assim como às notícias de ataques em preparação contra os quilombos. Martins argumenta que as próprias autoridades coloniais cometeram erros, talvez deliberadamente, para dar à questão maior notoriedade, como atribuir uma autoridade central e superior ao conjunto de quilombos confederados. Isso se observa, por exemplo, na carta que Gomes Freire⁸ escreve ao ministro Thomé Joaquim, em 16 de dezembro de 1759, relatando notícias que recebeu de seu irmão sobre ataques a quilombos, alguns dos quais na Capitania de Goiás “todos subordinados a uma maior, donde residia a negra corte e o chamado Rei a que os mais obedeciam” (Martins, 2011, p. 23).

É mais provável que a liderança central atribuída pelos brancos (autoridades coloniais) ao rei Ambrósio se devesse a uma liderança de caráter mais natural, ou por suas habilidades de combate e sucesso e sua capacidade de organização do que por uma estrutura burocrática, pois:

Em carta de 08 de agosto de 1746 ao Rei de Portugal, Gomes Freire forma em seu contexto que, “unindo este poder elegeram rei e informaram um palanque assaz forte.” Quem se uniu para eleger um rei? Evidente que foram “os negros chamados reis dos quilombos”.

Portanto, reis de vários quilombos que se reúnem e elege um rei maior não podem ser considerados “subordinados” e sim, como também disse a Câmara de Vila Rica (a mando de Gomes Freire), tratam-se de negros que se haviam “confederado”, ou seja, criado uma Confederação Quilombola (Martins, 2011, p. 24).

A ideia de uma Confederação Quilombola nos anos 1700 pode parecer absurda para as gerações do século XX e XXI, talvez por ser percebida como um conceito recente. Martins, no entanto, demonstra que o termo era utilizado antes dos anos “setecentos” (Martins, 2011). O autor não afirma que os escravizados dominassem o conceito, mas que as autoridades coloniais o empregaram para se referir a eles. Os que pensam na impossibilidade de “uma confederação negra” no Brasil colonial, provavelmente o fazem por desconhecer ou não admitir a capacidade de articulação e organização dos negros escravizados. Como se fossem incapazes de se organizar, de se defender, de debater, de teorizar e de enfrentar. Isso é fruto de uma mentalidade eurocentrista e colonizada, formada pela ideia de superioridade branca e europeia e da inferioridade dos demais povos, sobretudo africanos e indígenas das Américas.

⁸ Gomes Freire de Andrade (primeiro Conde de Bobadela) foi um militar e administrador português que exerceu papel relevante na organização política e territorial da América portuguesa durante o século XVIII. Nascido em Portugal, em 1685, destacou-se como oficial do exército e, posteriormente, como governador e capitão general do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, de Goiás e de Mato Grosso. Sua atuação ocorreu em um momento em que a Coroa portuguesa buscava fortalecer o controle administrativo e militar sobre áreas estratégicas do território, especialmente aquelas relacionadas à exploração do ouro e à consolidação das fronteiras coloniais (Silva, 1998).

Os africanos escravizados eram, em muitos casos, prisioneiros de guerra (frequentemente em conflitos estimulados por europeus) entre tribos, nações e reinos africanos, com objetivo de lucrar com o comércio escravista. Os prisioneiros eram capturados em vilas, aldeias e cidades, e podiam ser agricultores, artesãos, professores, médicos, sacerdotes, nobres (reis, rainhas, príncipes e princesas), soldados ou generais, ou seja, pessoas com capacidades, aptidões e conhecimentos equivalentes (ou superiores) aos dos europeus que os aprisionavam ou se beneficiavam desse sistema.

O Quilombo de Campo Grande, ou Quilombo do Ambrósio⁹ constituiu um exemplo da capacidade prática dos negros no contexto da escravidão. Sua organização geográfica e militar, suas habilidades de negociação na aquisição de armas e munições e no tráfego de informações (o que provavelmente envolvia autoridades coloniais subornadas) evidenciam sua capacidade de comprar apoio, além de se articularem com outros negros, livres e forros, bem como a escravizados rurais e urbanos na defesa de sua sobrevivência e na busca por melhores condições de vida e trabalho.

A essa forma de organização, as autoridades coloniais atribuíram o termo confederação, cujo conceito pouco importava aos interesses dos negros unidos, mas era relevante para a repressão violenta da política colonialista. Luiz Palacín registra uma revolta, em Pilar, na qual se uniram os negros do local “escravos e calhambolas” para assassinar toda a população branca, por volta de 1755 (Palacín, 1972). Segundo Martiniano José da Silva:

Essa conjuração dos negros de Pilar – único quilombo de Goiás, como o de Ambrósio, a merecer registro na historiografia brasileira – existente já no início da década de 1750 é a comunidade quilombola que mais apreensão causou às autoridades coloniais e aos exploradores das minas, como o povoador mineiro Manoel de Moraes Navarro, que se estabeleceu nas minas de Pilar, onde, ao enfrentar a resistente luta quilombola, teve um filho primogênito assassinado por um grupo de escravos armados de foices, chuços, cacetes, etc. Seguido de outros atentados e extremada violência. Os quilombolas se uniram aos escravos urbanos na resistência, os escravos ameaçando matar os brancos, as coisas tomando tal vulto que o próprio capitão-general e governador da Capitania, Dom Marcos de Noronha, foi compelido a ir pessoalmente a Pilar tomar conhecimento da “perigosa situação” (Silva, M. 2008, p. 346, *idem* p. 102).

Nesse ponto, o autor articula dois eventos, que embora ocorram no mesmo contexto e espaço, distam cerca de quatro anos entre si. O primeiro é o ataque à casa do mineiro Manoel Navarro, que resultou na morte de seu filho; o segundo, a organização de um ataque quilombola

⁹ Ambrósio é o nome atribuído ao rei negro que teria liderado a união de vinte e sete quilombos na região do “Sertão da Farinha Podre”, então parte de Goiás, contra as investidas das autoridades coloniais (Martins, 2011).

ao Pilar. É importante ressaltar que, embora M. Silva se refira ao ataque a casa de Manoel Navarro como ocorrido em Pilar, tal referência deve ser compreendida no âmbito de seus limites administrativos. Nesse caso, o episódio teria se dado nas minas de Guarinos, que assim como Lavrinhas, pertenciam à jurisdição de Pilar. Essa distinção é esclarecida em outra passagem de “Quilombos do Brasil Central”, na qual o autor cita o relato de Pedro Tacques de Almeida Paes Leme:

[...] Este infeliz sucesso aconteceu nas minas de Pilar, Sítio da Papuã, da Comarca de Villa Boa de Goyases, estando o pai do morto ausente de casa, que era construída nas suas lavras minerais, ao pé da estrada chamada dos Guarinos; e recolhendo-se a ella com os escravos que o acompanhavam achou o filho morto como fica referido [...] (Silva, M. 2008, p. 347).

Muitas vezes, as referências a povoações e arraiais em Goiás, no período colonial, apresentam lacunas e imprecisões. Isso se deve ao chamado vazio demográfico em um espaço tão amplo como foi Goiás até 1989, quando englobava também o atual Tocantins. As povoações eram poucas e consideravelmente distantes umas das outras. As cidades maiores e mais desenvolvidas eram, administrativa e juridicamente, responsáveis por pequenos povoados e extensas regiões. Essa observação é importante para orientar qualquer estudo ou leitura sobre o tema no século XXI, quando as distâncias são diminuídas por automóveis e estradas pavimentadas, o que pode levar à tendência de se pensar o espaço somente a partir de sua urbe.

O Arraial de Pilar foi fundado em 1741. Segundo Curado: “Em 1741 o bandeirante paulista João Godoy Pinto da Silveira fundou o Arraial de Papuã, atual cidade de Pilar de Goiás, localidade que ficou famosa pela grande riqueza de suas minas de ouro” (Curado, 2021, p. 6).

Segundo a tradição e os estudos de Leão, Gomes e Souza:

Situado na região do Vale do São Patrício, Pilar de Goiás teve como seus primeiros habitantes os índios coruxás ou quirixás e canoieiros e escravos fugitivos da tortura e exploração escravagista, formando quilombos. A origem da povoação, em 1736, foi o quilombo de Papuã, ou simplesmente Papuã, nome de um capim amarelo e abundante na região. Para a recuperação dos escravos foragidos, incumbiram desta missão o bandeirante João Godoy Pinto da Silveira. E sua busca, em meio ao cerrado, que encontrou as minas de ouro de Papuã, já garimpado pelos quilombolas uma quantidade razoável de ouro e, de onde os mesmos ofereceram deste ouro em troca de liberdade. O arraial foi fundado em 1741, quando João Godoy Pinto da Silveira encontrou as minas, edificando no local a Igreja de Nossa Senhora do Pilar, da qual era devoto, denominação dada ao arraial nascente (Leão; Gomes; Souza, 2017, p. 691).

Pilar de Goiás surgiu sobre um acampamento de negros fugidos, que recebeu o nome de Papuã. É provável que esses fugitivos pertencessem a membros da bandeira de João Godoy

Pinto da Silveira, o que pode ser explicado por um encontro desse bandeirante com os quilombolas ter ocorrido com diplomacia, implicando na ausência de resistência. É possível, ainda, que a fuga tenha se dado com o intuito de descobrir novas minas, cujo ouro financiasse a compra da liberdade do grupo, como de fato, ocorreu com Papuã.

Peritos na arte da mineração e na prospecção de minas — isto é, na identificação dos sinais geográficos que indicam a presença do metal —, esses grupos não pouparam esforços para realizar descobertas autônomas que os favorecessem. Uma vez adquirida a liberdade e considerando a experiência e técnica que possuíam, sua incorporação tornou-se indispensável à atividade mineradora que sustentou o novo arraial, estabelecido sobre minas que eles mesmos descobriram e das quais foram os primeiros exploradores.

Essa integração, necessária a empresa mineradora colonial, mostra que Pilar surgiu sobre um quilombo, mas também que esse foi integrado à nascente sociedade mineradora do lugar, como a população forra. Ao seu redor, comunidades quilombolas existiam, sobretudo no Sertão do Amaro Leite e nas minas do Tocantins (barra dos rios das Almas com o Maranhão), estendendo-se até São Félix (atual estado do Tocantins). Somam-se a esse quadro os escravizados das minas de Crixás, Guarinos e Lavrinhas (até então situadas no morro do Buriti Queimado), inicialmente ligadas à Meia Ponte, mas geograficamente mais próximas de Pilar. Nessa região, inclusive, foi construída, por volta de 1750, a casa mais suntuosa do senhor de Lavrinhas, Francisco Pereira Ribeiro, quando a sede ainda se localizava no Arraial do Buriti Queimado, transferida apenas em 1776, após o esgotamento das minas.

Palacín afirma que, a rigor, em Goiás não havia povoação que não tivesse quilombo em suas proximidades. Tal afirmação permite conjecturar os motivos e contextos diversos que ocasionaram o surgimento de tantos quilombos durante o período da mineração colonial e como puderam sobreviver até a atualidade. Compreender o processo histórico adaptativo dessas comunidades, desde a exploração aurífera inicial até a consolidação de comunidades negras surgidas dessa dinâmica, implica uma série de indagações que abrem um leque de possibilidades de pesquisa sobre o processo de povoamento do Brasil Central a partir de Goiás. Nesse sentido, debruçar-se sobre o protagonismo das populações negras, por meio de negociações e ações específicas, pode trazer um novo viés à história do Brasil e de Goiás, ao discutir aspectos ainda não explorados pela historiografia.

Para além do consenso sobre a violência do estatuto da escravidão — desde a guerra, aprisionamento e expatriação da África, passando pelos castigos físicos e chegando à dureza do

trabalhado nas minas (específico para a região e período em questão) —, é importante analisar aspectos secundários que propiciaram a fuga e a formação de comunidades negras em cada região, considerando as questões relevantes e urgentes relacionadas a aspectos políticos e econômicos locais de importância global ou individual, geral ou específica. Isso implica investigar práticas e negociações distintas em cada capitania, província, zona de povoamento e períodos diferentes, de acordo com suas especificidades.

No livro “Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista”, João José Reis e Eduardo Silva se dedicam à investigação e ao debate sobre o protagonismo dos negros escravizados. Elucidam capítulos pouco conhecidos e ainda pouco abordados na academia, como o conflito entre senhores e escravizados e o ativismo desses últimos, tanto na busca por liberdade quanto por melhores condições de trabalho e tratamento.

Na defesa da dignidade da pessoa humana, muitas vezes ferida ao limite, esses sujeitos pagavam na mesma moeda, matando senhores e capatazes, numa clara demonstração de que mesmo os fracos podem ser terríveis.

Em seu primeiro capítulo “Entre Zumbi e Pai João: o escravo que negociava”, Reis e Silva afirmam:

No Brasil como em outras partes os escravos negociaram mais do que lutaram abertamente contra o sistema. Trata-se de heroísmo prosaico de cada dia. “Apesar das chicotadas, das dietas inadequadas, da saúde seriamente comprometida ou do esfacelamento da família pela venda, os escravos conseguiram viver o seu dia-a-dia.” [...] “Relativamente poucos, na verdade, assassinaram seus senhores, ou participaram de rebeliões, enquanto a maioria, por estratégia, criatividade ou sorte, ia vivendo da melhor forma possível.” Como verbalizaram os próprios escravos, no Sul dos Estados Unidos, “os brancos fazem como gostam; os pobres como podem” (Reis; Silva, 1989, p.14).

A capacidade de negociação do negro escravizado foi, por muito tempo, negligenciada por uma historiografia que ora priorizava o materialismo histórico-dialético, reduzindo o tema ao viés econômico e à luta de classes, ora adotava uma perspectiva paternalista, que celebrava o protagonismo da “elite libertadora” de uma “história oficial” personificada no 13 de maio de 1888, que coloca a princesa Isabel como “A Redentora”. Reis e Silva esclarecem, contudo, as dificuldades do historiador ao buscar elucidar o protagonismo negro, exatamente pela carência de fontes:

A abordagem da escravidão a partir do escravo pode esbarrar, contudo em alguns problemas sérios. O mais conhecido e lamentado destes é, sem dúvida, a carência de fontes. O historiador, contudo, está condenado a trabalhar com fontes que encontra, não com as que deseja. Esta é, aliás, a sua sina, ciência e arte. É necessário, pois,

relativizar o problema das fontes, não imaginando nunca que ela possa impedir os avanços. A escravidão é um dos temas mais dinâmicos da historiografia brasileira e, afinal, Rui Barbosa não pode ser eternamente responsabilizado pelo que não fez (Reis; Silva, 1989, p. 14–15).

A necessidade de relativizar as fontes históricas faz urgir a valorização dos testemunhos orais e das memórias; historicamente pouco valorizados por não possuírem a chancela, carimbo ou atestado de veracidade de instituições de governo. Tal constatação leva a reconhecer que, se às vezes “quem conta um conto aumenta um ponto, o papel é totalmente sujeito à pena, principalmente nas narrativas de status quo que buscam legitimar a visão dos grupos dominantes.

Fora o próprio arraial do Pilar, a maior parte da população escravizada encontrava-se nos arraiais a eles subordinados, como Guarinos e Lavrinhas, ambos anteriores à sua fundação — Guarinos, em 1729, e Lavrinhas, em 1730, com a descoberta das minas do Buriti Queimado (Palacín, 1972; Curado, 2021). Essa informação é relevante para compreender que a chamada “Conjuração dos Negros do Pilar”, que envolvia escravizados e quilombolas, na proporção descrita pela historiografia, mobilizava, inegavelmente, a população negra dessas localidades, sobretudo Lavrinhas, onde há abundantes relatos historiográficos acerca dos maus tratos e da crueldade a que estavam submetidos.

Destaca-se nesse contexto, a atuação do primeiro Senhor de Lavrinhas e descobridor das minas de Buriti Queimado, o traficante de “negro Angola” João Pereira Ribeiro (que após enriquecer voltou para Portugal), bem como a de seu filho, Capitão Francisco Pereira Ribeiro descrito como violento até com a própria família. Segundo Magalhães (2004), apenas um de seus filhos, o alferes Silvestre Pereira Ribeiro, teria sobrevivido aos maus tratos e deixado descendência. Relatos do autor indicam ainda que este nutria profundo temor pela figura paterna, a ponto de evitar o antigo solar da família, em Lavrinhas, acreditando que ali habitava o espírito do pai, o que o levou a construir outra casa distante dali.

Quem primeiro minerou nas terras da fazenda foi o traficante de negro Angola João Pereira Ribeiro, português, começou com numerosa escavaria no morro do Buriti Queimado [...] esse homem era mau, escolhia um negro dobrado, arreava-o e nele montava calçado de espora. Assim começou o arraial, e o velho se apossou das terras entre o Rio das Almas e o Rio dos Bois; nesse tempo se falavam sesmaria. Uma vez rico, tomou rumo de Portugal, despachando o seu filho, Capitão Francisco, que minerava em Minas Gerais, para o Buriti Queimado. Meu avô multiplicou as catas no pé do morro e seu irmão Bento na outra margem; com o tempo, esse movimento tomou o nome de Lavrinhas de baixo (Magalhães, C., 2004, p. 76).

A tradição popular em Goiás tornou lendária a figura de “um português que arreava e montava seus escravos calçado de esporas”. Indagados, alguns não sabem seu nome; outros o identificam como C’reca ou Estevão Careca, relacionando João Pereira Ribeiro a outra lenda goiana: a de um português teria escondido todo seu ouro em uma serra, carregando-o em carro de boi, e, em seguida, assassinando os dois escravizados que o acompanhavam para que não revelassem o lugar.

Mais uma vez, a volatilidade da lembrança produz confusões e sobreposições narrativas. O episódio em questão é narrado por Magalhães em “Cartas de Goiás” e teria sido praticado por Francisco Pereira Ribeiro, segundo senhor de Lavrinhas e filho do português descrito como violento e envolvido no tráfico de escravizados. Outros relatos ainda atribuem ao personagem o nome Pereira Lago, sobrenome comum na região e associado a famílias da elite colonial em Goiás.

Dona Amância Pereira Ribeiro, filha mais velha do alferes Silvestre Pereira Ribeiro e neta do Capitão Francisco Pereira Ribeiro, relatou:

No tempo do Reino mandavam os portugueses; os nacionais, mazombos, mulatos, caboclos, valiam pouco mais que um cavalo, e em estima, pouco menos que um cachorro. Com a chegada de Dom Pedro, mudou tudo pras avessas. Constatou que Dom Pedro, o imperador, mandara cobrar e tomar à força, todo o ouro que estivesse em mãos de portugueses. O capitão com isso se alarmou, pois era notório que guardava, em um quarto forte da casa grande da fazenda, um tacho de ouro em pó e um cofre de barras quintadas e pepitas. O que ele fez: exigiu de todos, escravos e livres, pequenos e grandes, festejassem durante três dias no Pilar a proclamação do imperador, e deu dois dias para a viagem de ida e de volta e travessia do rio, pois são 9 léguas de Lavrinhas a Pilar. O velho guardou em sua companhia apenas dois possantes negros, pai e filho, da sua confiança. Na ausência, do povo, ordenou-lhes que encangassem no macete três juntas de bois. Uma vez arreado, carregou o carro, com o tacho e o cofre chapeado de ferro, e partiu. Para onde, ninguém jamais soube. Invernava na dura sorte em janeiro de 1823. Quando o Paul chegou cantando e dando salvas e, abrindo a porta, os filhos encontraram o velho completamente embriagado. Pesquisando, surpreenderam os dois negros na cozinha, um morto e o outro agonizante, ao lado de uma botija de aguardente do Reino envenenada. O capitão endoidecera e da sua boca nada se soube, foram chamados os rastejadores, mas as enxurradas haviam apagado todo e qualquer rastro (Magalhães, C., 2004, p. 84).

O relato evidencia a aversão que a própria família nutria pela figura do capitão que, por cobiça e medo, esconde todo o ouro que possuía e assassina dois escravizados “da sua confiança”, enlouquecendo e morrendo envenenado anos depois. Permanecem, contudo, lacunas: teria ingerido veneno por remorso de consciência por não suportar o peso de ter traído e assassinado duas pessoas que nele confiavam? O relato cita os filhos, mas não a esposa, seria já falecida? Seria uma mulher escravizada? Há elementos para supor que sim.

Dona Amância Pereira Ribeiro também descreve o gosto do capitão pela bebida e pelas morenas — incluindo negras e indígenas —, ao afirmar que “o Capitão foi um homem mau, do reino de Portugal ele só queria a aguardente; daqui as morenas e o ouro” (Magalhães, C., 2004, p. 84). “Daqui” referia-se a Lavrinhas, de onde provinham tanto o ouro quanto as “morenas”, o que sugere a possibilidade de filhos naturais com as escravizadas.

Ao mencionar a existência de outras testemunhas, Dona Amância acrescenta: “Quando o senhor estiver com a Sinhana Velha que o conheceu, ela lhe contará” (Magalhães, C., 2004, p. 84). De fato, o relato de Sinhana Velha, ex-escravizada do capitão, reforça esses elementos:

Avistei-me com a Sinhana Velha, estava num daqueles momentos de lucidez, em que ela se integra à realidade da nossa época. Saudei, em pessoa, um resíduo vivo dos tempos coloniais do Brasil grande e bárbaro do passado. Vou resumir em poucas palavras o seu depoimento.

Contou-me ter, quando menina, participado dos festejos da independência celebrados no Pilar. Lembrava-se da loucura que atacou o Capitão e que o levou a enterrar todo o ouro que possuía para lograr o Imperador. Depois disso ele ainda viveu muitos anos sem sair do Engenho Novo, perto de Lavrinhas. Como ele sentia muito frio, obrigava viesse toda noite uma mocinha escrava esquentá-lo. Era o Capitão um velho grosso e chato, peludo como um tamanduá bandeira, o terror das mulatinhas indefesas. Muito rico e ridico como por aqui é chamado o avarento, mandava distorcer córregos para tirar o ouro que já se acabara, possuía gado em quantidade e muitas tropas. Mau para a família, que foi se acabando, sobrou só o Silvestre (Magalhães, C., 2004, p. 93-94).

A crueldade do capitão Francisco Pereira Ribeiro tornou-se lendária, podendo ser comparada à de seu próprio pai, João Pereira Ribeiro, e, em alguns relatos, considerada ainda mais extrema, sobretudo pela violência que empregou contra a própria família, a ponto de destruí-la. A violência, nesse contexto, fazia parte do cotidiano e conformava o caráter de indivíduos acostumados ao mando, seduzidos pelo poder e orgulhosos de suas posições sociais e posses, além de marcados pela avareza e ambição. Entre as formas de agressão praticadas, destaca-se a sexual, relatada pelos descendentes e escravizados, como no caso das “mulatinhas indefesas”, obrigadas a toda noite servi-lo. O capitão é retratado como “o terror” dessas mulheres, sendo adjetivado como “mau”, “velho” “grosso” e “chato”, pela ex-escravizada, o que reforça a imagem de temida e socialmente repudiada.

A terceira personalidade cuja violência foi notória em Lavrinhas foi a fazendeira Dona Prisca, já mencionada anteriormente. Essa talvez tenha superado seus antecessores em maldade e hipocrisia, como também em soberba e avareza. A intensidade dessas práticas chegou a ponto de os negros aproveitarem sua ausência para atacar a fazenda — tanto os brancos quanto os escravizados que lhes eram leais, e em aliança com indígenas Avá-Canoeiros, fugirem em direção às matas do Rio Maranhão/Tocantins. De acordo com relatos ouvidos Magalhães

(2004), Dona Prisca era descrita como “devota e ao mesmo tempo má” alguém que “não perdoava ninguém”. Sua avareza pode ser presumida pelo fato de sendo viúva de Antônio (um dos filhos de Francisco Pereira Ribeiro) e não tendo filhos, fazer com que sua fazenda produzisse incessantemente e que os escravizados trabalhassem noite e dia. Como registra o autor: “Velha e brava, explorava os negros cativos sem misericórdia. Na sede da fazenda, trabalhava-se no engenho, fazia-se queijo e farinha e o moinho girava sem cessar, cujas enormes pedras existem até hoje” (Magalhães, C., 2004, p. 68).

O nome Lavrinhas existe desde o descobrimento das minas do Buriti Queimado, onde se fundou o arraial de mesmo nome que sediou a sesmaria ocupada pelo português João Pereira Ribeiro. É provável que existissem, dentro das terras, outras pequenas lavras, o que se justifica pelo nome Lavrinhas de Baixo, como também pela mudança do arraial para outra pequena lavra, onde se achou ouro em quantidade —provavelmente já explorada anteriormente, mas que apresentou melhores resultados que as do Buriti Queimado —, em 1776 e para onde se transferiu o antigo arraial. Ao tomar o depoimento de Dona Amância Pereira Ribeiro, no arraial de Lavrinhas em 30 de maio de 1919, conforme registrado na XVI carta que compõe o livro “Cartas de Goiás”, Magalhães relata:

Exigi que Dona Amância me contasse toda a verdade referente a este latifúndio. Afirmou que foi iniciado pelo português João Pereira Ribeiro, no morro do Buriti Queimado, no tempo da Sesmarias. A negrada vestia tanga, cueca que cobria as coxas, dava-lhes de comer no cocho. Ao lado do morro abriu um fazendão com moinho, cujas pedras, tal como as da Prisca, até hoje ali se veem. Trabalhou em engenho e alambique, fez plantações e supria Pilar de mantimento. Morreu lá pelo Reino seu filho, o Capitão. Este, vendo esgotadas as lavras (Lavrinhas de Baixo) obrigou o povo a mudar para aqui, dando à capela 200 braças de chão, onde se fez arraial. Toda a maromba do pai ele a mudou para a beira do rio, a pouco mais de légua de Lavrinhas. Nesse tempo o Rio das Almas se chamava Rio das Minas (Magalhães, C., 2004, p. 84).

O arraial do Buriti Queimado durou 46 anos, de sua fundação, em 1730, até sua transferência para Lavrinhas, em 1776. E, embora, conforme Ramir Curado, tenha surgido ligado à Meia Ponte (atual Pirenópolis), esteve também, desde o início, ligado a Pilar, de acordo com a própria família Pereira Ribeiro. Manteve, inclusive, negócios diversos, diretamente com o arraial, além de ali ter sido construída, por seu filho, aí a mais formosa casa, hoje Museu Casa da Princesa.

A violência ou a negligência no tratamento dos escravizados também é registrada, como na informação de que vestiam tangas e recebiam a comida “no cocho”, como os animais:

Exigido até o limite de suas forças, mal alimentado – os gêneros alimentícios nas minas eram muito caros – corroído de doenças sem tempo nem meios para curar-se, o escravo tinha certeza de uma vida muito breve: dez anos, em média, segundo os camaristas da Vila de Ribeirão do Carmo; doze, conforme os cálculos do Martinho de Mendonça após longas pesquisas em Minas Gerais em 1734. A brutalidade desta vida cerrada por todos os lados é o que empurrava o escravo a fugir para os quilombos. Assim o interpretava o governador Conde dos Arcos (Palacín, 1972, p. 92).

Esse conjunto de informações fornece elementos suficientes para compreender a perplexidade de Magalhães ao conhecer o Adão de Lavrinhas, cuja condição de escravizado da mineração em túneis lhe deixou uma deformidade no corpo (o fechamento das pernas, o que só lhe permitia caminhar de cócoras), mas com uma resiliência que o fazia desconhecer o tempo, tornando-o centenário. Contra todas as probabilidades, Adão estava ali: de cócoras, mas caminhando, atravessando rios, rompendo túneis em busca da vida. Estava ali, centenário e inacreditavelmente ativo, como quem desafiava a dor, a tragédia, o tempo e a própria morte (Magalhães, C., 2004).

A falta de cuidado com o que os senhores tratavam os escravizados, em sua maioria, causa escândalo entre alguns membros da elite colonial que se pretendia “mais ilustrada”, como o Conde dos Arcos, conforme refere Palacín:

Respondendo a uma consulta régia sobre o castigo que devia impor-se aos fugitivos recapturados, lançava a responsabilidade das fugas sobre os próprios donos: "a maior parte destes cativos fogem porque seus donos os não sustentam e os não vestem e os não tratam com amor e caridade devidas, tanto na saúde como na enfermidade que são obrigados, e, além de todos os tratarem mal pelo que respeita ao sustento e vestido fazem-lhe mil sevícias de rigorosos e inauditos castigos (Palacín, 1972, p. 92).

Era contra a negligência, a fome, a nudez e os maus tratos que recebiam por parte de seus senhores, o que levava, como dizia o próprio Conde dos Arcos, os negros a fugirem e a formarem quilombos. Esse mesmo quadro de descuido, violência, humilhações também fazia com que se revoltassem quando as negociações fracassavam, ou como estratégia para pressionar uma negociação futura, ou ainda para empreenderem vinganças, como no caso do Massacre da Prisca e na chamada Conjuração do Pilar ou Quilombo do Pilar, como chamou Martiniano José da Silva. (2008).

A revolta dos negros de Pilar envolvia negros forros e livres, escravizados e quilombolas “para matar toda a população branca”, provavelmente por vingança ou retaliação diante de injustiças, violências, maus tratos e humilhações sofridas de forma constante. Como já dito anteriormente, Guarinos e Lavrinhas respondiam a Pilar no período em questão (1755). No caso de Lavrinhas, pelo menos na prática, Pilar era a praça de negociações do português João Pereira

Ribeiro e seu filho Francisco desde os templos do Buriti Queimado, como relataram a Magalhães as duas netas do capitão Francisco Pereira Ribeiro, Dona Amância e Dona Benedita da Luz.

Os relatos da família Pereira Ribeiro a Carlos Pereira de Magalhães, entre 1919 e 1925, dão conta dessa estreita relação entre Lavrinhas e Pilar, desde o início das Lavrinhas de Baixo, no morro do Buriti Queimado. Se as memórias da família trazem o português João Pereira como um homem mau, deixam transparecer também suas habilidades diplomáticas e de grande administrador. Tais habilidades podem ser comprovadas pelo fato de ter aliado a agricultura e a pecuária à atividade mineradora, assegurando, talvez por isso, uma extensão tão grande de terras: “30 léguas em quadra” (Magalhães, C., 2004). Ao mesmo tempo em que enriquecia com a exploração do ouro, buscava manter sua “balança comercial favorável”, produzindo o que consumia, grãos e carne, vendendo o excedente e concebendo também a infraestrutura de transporte, “as tropas”. O relato de Dona Amância corrobora essas informações: “ao lado do morro abriu um fazendão com moinho [...]. Trabalhou com engenho e alambique, fez plantação, isso supria o Pilar de mantimento” (Magalhães, C., 2004, p. 84).

Esses elementos indicam o caráter quão previdente de João Pereira, que não descuidava das finanças, preferindo vender a comprar, a fim de evitar a saída de capital e, ao mesmo tempo, garantir o lucro com a venda de produtos indispensáveis ao sustento das minas e das casas.

Dona Benedita da Luz apresenta informações semelhantes, com maior detalhamento, ao tratar do garimpo iniciado no Morro do Buriti Queimado, acrescentando: “e não foi só, abriu lavoura, formou fazenda e fez engenho, suprimo o Pilar de pinga, rapadura e açúcar mascavo” (Magalhães, C., 2004, p. 76). Tais registros evidenciam a magnitude dessa sesmaria suas estreitas relações com Pilar de Goiás, podendo Lavrinhas ter sido, possivelmente, a maior sesmaria da região. Se o ordinário das sesmarias correspondia a meia légua de terra em quadra, as médias uma légua e meia, e as maiores a três léguas, Lavrinhas supera em dez vezes essas últimas, medindo 30 léguas de terra em quadra (Magalhães, C., 2004, p. 25), ou cerca de 135 mil hectares. Tais explicações, aliadas à “numerosa escravaria” empregada na mineração e à sua dinâmica produtiva que aliava mineração, agricultura, pecuária e atividades de transformação, dão a dimensão da importância dessa fazenda e da sua população escravizada na “Conjuração dos Negros do Pilar”, ao lado das características violentas e exploradoras de seus primeiros Senhores, João e Francisco Pereira Ribeiro.

A fama de maníaco, por gostar de montar escravos calçado de esporas (Magalhães, C., 2024) e a crueldade de João Pereira Ribeiro se tornaram lendárias em Goiás. Referem-se a ele como um fazendeiro rico de Pilar, como em artigo de Maria de Fátima Fernandes, Cassiano Rocha e Sandro Dutra e Silva sobre a mineração em Pilar, no qual cita Zoroastro Artiaga é citado:

Poucas cidades brasileiras vivenciaram a vida aristocrática que teve Pilar, por volta de 1746. A população era uma verdadeira mistura de orgulhosos aristocratas, fidalgos de todas as procedências, portugueses e espanhóis, negros africanos de todas as raças, cativos e livres, mamelucos, plebeus, índios recentemente amansados, reinóis e colonos e emboabas vindos das minas esgotadas de outros Estados. Essa população se instalava debaixo dos cipoais, de barracas de algodão tecido em teares rústicos, casas improvisadas e outras luxuosas de janelas largas, com arcos, vidraças, de malacacheta, com persianas, santuários em estilo colonial, madeiras esculpidas por artistas trazidos de São Paulo. Se adaptavam ao meio sertanejo, à vida rústica e simples da lenda Papuam, misturavam-se pelas ruas num formigar de noite e dia a pé e a cavalo. Os ricos e os fidalgos saíam nos melhores animais, arreados com arreios de prata cinzelada, reluzindo, acompanhados de guarda pessoal, escravos vestidos com saíotes, calções de cetim e babado, com armas de defesa do senhor. Liteiras leves cheias de damasco e cetim lustroso, carregavam senhores e senhoritas filhas de fidalgos e novos ricos, sempre conduzidos por dois escravos, bem empacotados com calções lustrosos, jalecos vermelhos e cintos de cores vivas. Há relato de que um rico maníaco que só andava montado em escravos, relatos que nos remetem aos acontecimentos do Antigo Egito. Pilar tinha sua vida própria e suas particularidades, era um mundo à parte, com sua vida própria. As igrejas viviam sempre abertas dia e noite, iluminadas por brandões de cera de cor, fundidos no Reino, luxuosos, tinham candelabros de finas pratarias, os objetos de culto eram de ouro e a matriz toda pintada com ricos desenhos feitos por artistas europeus tendo bordados de alto relevo em ouro (Artiaga *apud*, Fernandes; Rocha; Silva, 2020).

Embora Zoroastro Artiaga descreva a figura do maníaco português (por montar escravos como cavalgadas) como parte de seu relato da opulência de Pilar, são visíveis os floreios dessa opulência mítica. A correspondência oficial não confirma tal cenário; ao contrário, revela que tudo se fazia com dispendioso esforço de capitais e de trabalho, inclusive o pagamento dos tributos, tema recorrente de negociações entre as Câmaras e o Conselho Ultramarino, bem como de revoltas de colonos brancos (como na revolta contra a capitação) e de escravizados como na Conjuração do Pilar.

As negociações entre a metrópole e as câmaras se desdobram em meses e anos em torno da arrecadação, levando os representantes do rei a empenharem esforços no projeto de estabelecerem uma cota no lugar da capitação (Palacín, 2004).

Sobre citada opulência de Pilar, por volta de 1746, a que se refere Artiaga, Onildo de Castro em “O Julgado de Pilar”, ao retomar a mesma citação, afirma que:

O autor não cita a colmeia de onde extraiu tão doce mel, ou o palco onde teria assistido tão mirífico espetáculo. Sabemo-lo escritor demasiadamente fértil, profundo conhecedor da sociologia, da história e da geografia de Goiás, em todos os seus aspectos. Os livros que tão saudosa memória deixou constituem expoentes máximos da nossa cultura. Seu amarrotado chapéu servia de urna para a captação de votos dos membros da Academia Goiana de letras. Teremos oportunidade de senti-lo novamente, focalizando Pilar nos Albores do século XIX, tentamos descrever a decadência dessa Papuã que aurifulgia aos pés de serras quase intransponíveis (Castro, 1996, p. 33).

A crítica de Onildo de Castro tem como base a ausência de rigor científico, diante da não apresentação de fontes, o que sugere que Artiaga tenha recolhido tais informações de lendas propagadas pela tradição popular, que tende sempre à fantasia, ao exagero e às idealizações quando se trata de evocar as memórias de seu passado familiar, de seus lugares e de sua fundação.

3.5 A Conjuração dos negros do Pilar e o seu contexto

A já citada Conjuração tem como primeiros fatos a existência da escravidão e a violência dessa instituição. A isso se somam fatores de ordem política, social e econômica que podem ser melhor entendidos a partir da análise detida de alguns eixos, quais sejam: (1) a existência da escravidão e sua dinâmica; (2) a política colonial e as suas consequências; (3) a corrupção e projetos pessoais de poder; (4) os conflitos de interesses; e (5) redes de informação e desinformação.

O primeiro já foi amplamente discutido nas páginas anteriores e, por si só, contribuía para as fugas e formações de quilombos desde os primórdios da escravidão africana, no contexto mais amplo e no início da exploração colonial de Goiás pela mineração, através do braço negro escravizado; como afirma o próprio Conde dos Arcos. Desse modo, passaremos a tratar da segunda questão: a política colonial e suas consequências.

Por política colonial compreende-se tanto o aparato burocrático-administrativo quanto as medidas adotadas pelos representantes da Coroa Portuguesa para assegurar a posse, o domínio, a exploração e, conseqüentemente, o lucro nos territórios coloniais, especialmente nas zonas de mineração, com destaque para a Capitania de Goiás.

Palacín, em “Goiás: estrutura e conjuntura numa capitania de Minas”, informa que, desde a fundação do Arraial de Sant’Anna, em 1727, o erário real já começara a receber os impostos da mineração em Goiás, sob a forma do Quinto:

O Quinto, segundo a Ordenação do Reino, era uma decorrência do domínio real sobre todo o subsídio. Como senhor do Reino – direito senhorial –, o Rei tinha o direito exclusivo e inabalável de todos os metais; não querendo realizar a exploração diretamente, cedia a seus súditos este direito, exigindo em troca o quinto do metal “fundido e apurado”, a salvo de todos os gastos (Palacín, 1972, p. 49).

O direito sobre o Quinto, que correspondia a 20% da produção das minas, livre de todas as despesas, era como poucos outros, mui zelosamente cobrado, diante da crença na existência de fantásticas riquezas no subsolo da Colônia do Brasil. Empenhando, portanto, o governo colonial todas as suas forças para execução dessa cobrança, enquanto os mineiros empreendiam esforços, de igual forma, para não efetuar o pagamento. Embora instituído desde o início dos descobertos e do auge da produção aurífera, o tributo do Quinto tornou-se especialmente insuportável com o progressivo esgotamento das minas (Palacín, 1972).

Com a obrigação de se levar todo o ouro para ser fundido e quintado — o que significa que, do início da mineração em Goiás, em 1727, até a criação da própria Capitania de Goiás, em 1749, todo o ouro extraído deveria ser enviado a São Paulo, capitania à qual Goiás pertencia — durante o traslado o ouro poderia facilmente extraviar-se pelo contrabando, tão temido e combatido pelo Governo Colonial:

O Sistema de casas de fundição, para cobrança do quinto, era o método mais justo, e quase seria o método ideal, se não inclusive, necessariamente, um perigo que mantinha o governo português em sobressalto: o contrabando. (...)

O contrabando do ouro oferecia uma alta rentabilidade imediata: os 20% do imposto mais 10% de ágio nos portos. Mais rendoso ainda era o dos diamantes.

Se grande era o contrabando de ouro das minas para a costa, não menor era o envio de ouro para o exterior. O governo português, ao fixar para o ouro um valor arbitrário que não correspondia ao do câmbio real enquanto as outras nações variavam seu valor em relação ao valor da moeda de prata – em Portugal a paridade se manteve inalterável desde 1706, como faz notar Eschwege – deu ocasião a que em conformidade com a lei de Gresham, o ouro abandonasse o país (Palacín, 1972, p. 52).

O governo português teria, então, arbitrariamente reduzido o valor do ouro em paridade com a prata e proibido a circulação de moedas de ouro nas minas. O efeito pretendido era obter o ouro das minas “a preço de prata”, cobre e bronze — moedas permitidas — e, assim, adquirir o metal a baixo custo. Não se consideraram, porém, as consequências dessa medida a longo prazo, nem se tomaram precauções para evitar a evasão, ignorando-se um princípio básico da economia segundo o qual uma moeda de menor peso e maior valor tende a substituir outra de maior peso e menor valor. Isso ocorria tanto porque o câmbio favorecia a evasão da última para mercados mais vantajosos quanto pela tendência em se derreter o metal e o “entesourar”, esperando melhor valorização. Esse princípio é chamado “Lei Gresham”:

Em sua essência, a versão mais difundida da chamada Lei Gresham estabelece que “a moeda má expulsa de circulação a moeda boa”. “Moeda má” é aquela à qual o governante atribui um valor nominal (valor extrínseco) maior que o valor intrínseco (de mercado) da moeda. “Moeda boa”, por sua vez, é aquela cujo valor intrínseco é maior do que o valor extrínseco. Em outras palavras, a moeda má é aquela que é oficialmente sobrevalorizada e moeda boa a que é oficialmente subvalorizada. De acordo com Mundel (1998), a lei de Gresham é uma lei natural da economia: racionalmente os agentes preferem usar uma moeda mais barata e retirar de circulação a moeda mais cara se ambas são intercambiáveis pelo mesmo preço. Se o valor de mercado de determinado metal é superior ao valor oficial (portanto, aquele aceito na Casa da Moeda), é natural que os agentes econômicos vendam a peso no mercado (ou entesourem as peças cunhadas nesse metal (Lima, 2013, p. 600).

A esperteza, como se vê, transformou-se em tolice depois, permitindo que o ouro brasileiro fosse parar principalmente em mãos inglesas, uma vez que, diante da dívida de Portugal com a Inglaterra, o ouro português era usado para saudá-las “às arrobas”, cem a cada ano, em razão de seu baixo valor diante da moeda inglesa.

Levar o ouro dos colonos a preço de cobre e bronze foi uma política desastrosa para a colônia e para a metrópole, já que, no final, ambos se viram sem o precioso metal e diante do esgotamento das minas.

Ao visitar Pilar, em 1919, em busca da documentação das terras de Lavrinhas, Magalhães constata os efeitos dessa política, cujo legado via com seus próprios olhos em um arraial surgido em torno da mineração:

Na região de Lavrinhas, Pilar e Crixás, descobri moedas de 75 réis. Ora, no país todo está padronizada essa moeda de cobre na escala de 20, 40 e 80 réis! Um velho sabido explicou-me quando Portugal governava o ouro era interdito ao brasileiro que o devia entregar ao governo que lhe pagava na base do vintém ouro, 150 réis, sendo a moeda de 75 réis, meio vintém, também corrente. Esses monarcas eram geniais financistas que, recebendo ouro, pagavam em cobre (Magalhães, C., 2004, p. 117).

O conhecimento sobre a política administrativa colonial portuguesa ainda residia na memória das regiões de Lavrinhas, Pilar e Crixás, tamanho o efeito psicológico que causou nos colonos e colonizados que sofriam as ingerências dessa estrutura de exploração predatória, administração ineficiente e economia perdulária.

A diminuição da produção do ouro nas minas, em razão da falta de tecnologias adequadas à mineração, diminuiu, conseqüentemente, a arrecadação fiscal. Diante da pressão da Metrópole sobre os colonos — motivada, por sua vez, pelas pressões dos ingleses sobre a metrópole — essa queda passou a ser creditada ao contrabando, levando à mudança na forma de arrecadação. Passou-se, assim, a cobrar não mais pela produção, que vinha diminuindo a arrecadação real, mas por cabeça, ou seja, por escravizado que cada um possuísse, trabalhasse

ele nas minas ou não. À obrigação imposta aos senhores recaiu também a taxaço sobre as lojas, classificadas em pequenas, médias e grandes, o que, em teoria serviria para aliviar as cotas dos mineradores, mas que, na prática, os onerou ainda mais, já que a taxaço influenciava diretamente no aumento dos preços dos produtos, causando ódio ao imposto entre negros e brancos, forros e livres, comerciantes e mineradores, senhores e escravos nas regiões mineradoras (Palacín, 1972).

O zelo da administração portuguesa, em seu anseio de evitar os descaminhos do ouro, cercado-o de todas as formas mediante a instituição da capitação, visava retirar dos mineradores e comerciantes a mais remota possibilidade de contrabando ou de logro ao fisco. Ao mesmo tempo, concentrava nas mãos dos administradores todo o poder sobre o metal, sobretudo aos intendentos, facilitando-lhes a possibilidade de desvios, manipulações de papéis e enriquecimento próprio, desde que houvesse um corpo administrativo aparelhado e conivente.

O artigo 11 do Regimento da Capitação, procurando antever estratégias de fraude ao fisco e buscando evitá-las, estabelece o seguinte:

Todo escravo que se descobrir sonogado será perdido para a Fazenda Real, se a sonogação se descobrir pelas diligências ex-officio. E sendo por denúncia, se aplicará ao denunciante, no caso que se possa fazer dele apreensão, dando-se lhe uma certidão para lhe servir de título. No caso, porém, se houver prova de algum ou alguns sonogados em que se não poderá fazer apreensão, se sequer trarão outros// tantos aos donos, nos quais se não fará sem ser ouvido ou à sua revelia condenado, no qual caso se não admitirá apelação, senão no efeito de devolutivo, para o Conselho Ultramarino. E os escravos que se descobrirem sonogados por via de denúncia que derem eles de si ou de algum seu conservo, se lhe passará grátis carta de alforria em meu nome pelo intendente ou ministro perante quem se descobrir a sonogação, às quais ficarão registradas nas intendências (CCM, 1999, p. 304).

A sonogação do escravizado, ou seja, seu ocultamento para não pagar, poderia, uma vez descoberta via denúncia, incorrer na sua perda do para o erário público, ou no caso de denúncia formal, em favor do denunciante. O artigo em questão buscava evitar a sonogação por duas vias: a punição e o prêmio, operando, punindo o sonogador e premiando o denunciante. Nos casos em que o denunciante fosse o próprio escravizado, o regimento dava-lhe imediatamente a liberdade. O artigo 25 do Regimento também estabelece:

Nenhum escravo, ainda que doente de qualquer enfermidade é isento de pagar capitação. Porém, como se recorreu a favor dos inválidos, que seus donos sustentam sem lhes fazer serviço algum, como os cegos, os totalmente aleijados ou doentes d doença perpétua e incurável que de todo os incapacite tornar-se-lhes-ão a rol no tempo da matrícula para se averiguar na correição. E no caso que nela se ache ser falsa a declaração dos donos e que os pretendidos inválidos fizeram algum serviço, se lhes imporão as penas dos sonogados, sem se lhes admitir excusa alguma de prova em

contrário. E nesta matéria deve proceder o intendente e fiscal com maior rigor e vigilância, como também no que toca os adventícios e fugidos (CCM, 1999, p. 307).

As leis da capitação, impostas a homens endividados pela incerta empresa da mineração levavam a fugas e aquilombamentos propositais, isto é, incentivados e negociados entre senhores e escravizados. Os próprios senhores, ao que parece, preferiam arriscar-se mandando seus escravizados a campo em busca de novos descobertos (como alguns já faziam antes da capitação) que pudessem, ao mesmo tempo, aliviar suas dívidas e necessidades e possibilitar aos escravizados a compra da própria liberdade, a perdê-los para o fisco ou por penhora de dívidas.

Ao que parece, Gomes Freire tentou se antecipar a subterfúgios que conhecia ou desconfiava ao forçar a implementação da capitação. Segundo o professor Joaquim Romero Magalhães:

As queixas tinham dois motivos principais: o primeiro “consiste em que determinando-se que a cada seis meses se pague certa quantia por capitação sob pena de não pagar mais um quarto de oitava de ouro, se não espere o fim deles para executar-se as penas”, o segundo “funda-se na experiência contínua de confiscação de escravos já manifestados todas as vezes que os seus senhores não pagam a capitação deles no fim de seis meses”. O mais grave, e que vai ser insistentemente invocado, é que a opressão fiscal acompanhava e causava a diminuição na extração do ouro [...] (Magalhães, J., 2009, p. 124).

Em representação da Câmara de Vila Rica, em carta enviada ao Rei de Portugal, redigida em reunião e datada de 24 de abril de 1751, contra a derrama e em favor da replantação das casas de fundição, os senadores argumentam com base no empobrecimento geral das minas e da penúria financeira dos mineradores, imersos em dúvidas:

Queixam-se justissimamente os mineiros de que, sendo eles os nervos que sustentam este corpo (por deles sair todo o ouro que pelos mais gira), ficam os mais arrastados e oprimidos tirando-lhes o quinto do ouro que extraem e multando-os outra vez no fim do ano com a derrama, que por força há de ser maior neles, com atenção ao grande número de escravos que são os bens das Minas, sendo certo que muita parte destes estão devendo os mesmos escravos que possuem, parecendo no exterior rico o que na realidade é pobre e vivendo como pobres mitos que na realidade são ricos, máxima muito praticada nestas Minas, razão pela qual só anjos poderão acertar no equilíbrio da derrama.

Queixam-se finalmente todos os que os que não furtam em ver que pagam os inocentes pelos culpados, de cujo mal resulta gravíssimo dano, com iminente ruína para o futuro, pois a humana malícia mais depressa abraça o mal do que o bem, cujo dano se faz digno de ponderação, quando a incomparável piedade d Vossa Majestade o permita. É também grande a queixa e de consequência gravíssima o ver-se que nestas Minas se compram as lavras, roças e escravos fiados, e todo o gênero de negócio é fiado, por três, quatro e mais anos, de que resulta estar-se devendo ao negócio do Rio, Bahia e Pernambuco avultado cabedal, que importa em muitos milhões, pois, contados. E muitos poucos serão os que nestas Minas não devam, cujas dívidas se hão de pagar

em ouro quintado, pois os credores não podem ser prejudicados em razão de serem as dívidas, contraídas no tempo que o ouro valia a 1500 réis [a oitava], causa por que infalivelmente crescem as dívidas 25 por 100, e sendo tantos os devedores e tão avultado o cabedal que se deve, evidente está o gravíssimo prejuízo e empenho em que ficam as Minas com a repentina mudança do ouro de 1500 para 1200 réis (CCM, 1999, p. 520–521).

A representação, como se vê, denuncia o esgotamento paulatino das minas, a instabilidade da empresa mineradora e seu alto custo, financiado às custas de avultadas dívidas, desde aquelas contraídas para a compra das lavras e dos escravizados até as destinadas à aquisição de insumos diversos que construíam a infraestrutura geral das minas. A queixa dos mineiros consistia no fato de que, embora fossem eles os responsáveis pela extração do ouro, a riqueza era transferida para outros que verdadeiramente lucravam, enquanto lhes restavam taxas e sobretaxas, penalidades e dívidas. O Senado de Vila Rica deixava claro ao rei que a mineração possuía lucro transitório, devido à própria natureza do empreendimento, e que a estrutura administrativa e as políticas dela advindas contribuía para o seu fracasso, levando ao desespero todos os envolvidos na atividade.

Tal contexto estimulava a fuga das massas para novos descobertos e outras paragens, além da fuga de escravizados e formação de quilombos, consequências da política colonialista empreendida por Portugal, mas também da corrupção de projetos pessoais de poder.

3.6 A Corrupção e os projetos pessoais de poder

Na Representação da Câmara de Vila Rica, fica clara a denúncia da corrupção dos representantes do Reino na cobrança dos impostos, ao afirmar “Queixam-se finalmente todos os que não furtam em ver que pagam os inocentes pelos culpados de cujo mal resulta gravíssimo dano, com iminente ruína para o futuro.”

Quem eram os inocentes? Quem eram os culpados? Como inocentes tratados no documento aparecem os que trabalhavam na extração do ouro, roceiros e comerciantes, brancos pobres, negros escravizados, forros e livres, todos afetados pela avidez dos cobradores do fisco. E os culpados? Aqueles que se enriqueciam às custas dos primeiros sem trabalharem na mineração. Os que ostentavam honestidade, mas praticavam a velhacaria; os que aparentavam pobreza, estando na verdade, muito enriquecidos; os que ocultavam sua riqueza e, ao mesmo tempo, alimentavam-se às custas de denúncias infundadas e propositais contra os que produziam, apresentando um falso moralismo ante a sociedade e vendendo a ideia de serviços

prestados à Coroa com o objetivo de cair em suas graças e, com isso, manter vantagens constantes.

O historiador Tarcísio José Martins traz à tona um nome que personifica essa corrupção administrativa e projetos pessoais de poder: o Conde de Bobadela, Gomes Freire de Andrade, responsável pela implantação da Capitação nas Minas, como também pelo Tratado de Madri.

Nomeado em 1733 para o governo da Capitania do Rio de Janeiro, por um período de três anos, passou posteriormente, em 1735, a acumular também o cargo de Capitão-General da Capitania de Minas Gerais e de todo o Sul do Brasil. Sua nomeação para o governo da Capitania de Minas Gerais tinha por compromisso maior implantar o Sistema Tributário da Capitação.

A implantação da Capitação (e não o Tratado de Madrid) foi, sem dúvida, o feito político administrativo que mais rendeu prestígio e poder à pessoa de Gomes Freire de Andrade. Em setembro de 1751, quando foi designado para as conferências dos limites sul-americanos entre as Coroas de Portugal e Castela, passou a ganhar soldo dobrado e ajuda de custo de seis contos de réis. O governo de seu irmão José Antônio, nas Minas Gerais, na verdade, sempre foi orientado e dirigido, mesmo a distância, pelo próprio Gomes Freire. A administração de Gomes Freire abrangeu os reinados de Dom João V e Dom José I. Expandiu-se do Rio de Janeiro para os territórios do atual Centro-Oeste, Sudeste e Sul Brasileiros, chegando até o atual Uruguai (Colônia de Sacramento) fazendo descer a capital da Colônia, de Salvador para o Rio de Janeiro e 1763, quando morreu esse Governador que, assim, não pôde tomar posse do cargo de Vice-Rei, a que, pouco antes, fora nomeado (Martins, T., 2024)

Tendo chegado a governar parte considerável do território brasileiro, Gomes Freire era um habilidoso estrategista político. Sua nobreza certamente o orgulhava, mas não era o bastante: buscava estar sempre nas graças da Coroa e acumular cada vez mais poder. Pelo que se depreende de sua biografia, em artigo intitulado “Gomes Freire de Andrade: o outro lado de Gomes Freire”, de autoria de Tarcísio José Martins, ele era um mestre no jogo da simulação e dissimulação. Habilidade navegador e artífice de intrigas políticas.

A habilidade política de Gomes Freire de Andrade perante seus superiores, quer em meio aos interesses reinóis na Colônia, quer em meio à fome de ouro e de Cargos do Conselho Ultramar das intrigas da Corte de Lisboa, ou perante o próprio Rei Dom João V, restou sobejamente demonstrada pelo resultado de suas conquistas pessoais, subsistindo e se adequando até mesmo após a morte de Dom João V, o Rei Devasso, às novas políticas do futuro Marquês de Pombal, primeiro-ministro forte de Dom José I, o Rei Fraco e Timorato. Gomes Freire soube como ninguém utilizar, o processo legislativo de então para provocar a criação de leis e decretos que lhe interessassem. Da mesma forma provocava o surgimento ou extinção de processos judiciais, onde é notável a sua especialidade em forjar provas ou presunções jurídicas através das chamadas justificações e certificações, bem como, de questionáveis depoimentos (Martins, T.).

A capacidade política de Gomes Freire de Andrade pode ser medida pelo seu sucesso pessoal, chegando a ser nomeado vice-rei do Brasil, cuja posse não se efetivou somente em

virtude do seu falecimento. Tal capacidade torna-se ainda mais notável diante de sua impopularidade entre os mineradores e mesmo entre os membros das câmaras das minas, de onde conseguiu angariar não poucos inimigos e, mesmo assim, manter-se sempre no poder. Foi o governador que mais territórios coloniais conseguiu acumular sob sua jurisdição. Sobrepôs-se aos paulistas, que tantos territórios conquistaram para a Coroa Portuguesa, tanto na dominação interna da parte portuguesa da América quanto para além da linha de Tordesilhas. Conhecedor e contemporâneo do conflito entre portugueses e paulistas que culminou na “Guerra dos Emboabas” e sendo ele próprio português, Gomes Freire não soube, ou não pôde dada sua natureza predisposta as afetações do poder, do ego e da vaidade, isentar-se do processo. Lutou para impor derrota política aos paulistas e, por um certo tempo conseguiu fazê-lo.

Em carta datada de 11 de agosto de 1738, “Sobre Alterações da Capitania de São Paulo”, proposta por Gomes Freire de Andrade, então governador interino, observa se:

Dom João por graça de Deus Rei de Portugal e dos Alg.^{es} daquem, e dalem mar em África Snr^o de Guiné, etc. – Faço saber a vós Brigadr.^o Jozé da Silva Paes q.^o vendo a conta que me deu Gomez Fr.^o de Andr.^a Governador do Rio de Janr.^o a resp.^o de que as minas, de Goyaz, Cuyabá e maiz descobertos, deão ter hum Governador particular, que ficasse subordinado ao das minas; e que toda marinha e costa do sul da Capitania de S. Paulo, thé a Colonia esteja debaixo de hù só mando; e como esta divisão deve entrar no Governo de S. Paulo, e no meu Conselho Ultim.^o não há os mapas precisos para ella se fazer com acerto: Sou servido ordenar voz por rez.^{am} de cinco deste prez.^o mez; e anno em consulta do meu Conc.^o Ultr.^o informeis com vosso parecer da divisão, q. deve ter o governo da marinha de S. Paulo, e se se deve mudar p.^a os Goiaz, ficando também dentro nelle as minas de Paranapanema, e Cuyabá; e se vos declara que ao P.^o Diogo Soarez mande também ouvir sobre esta matr.^a El Rey nosso S. o mandou pelos D.^{res} Jozé Ignácio de Arouche e Thomé Gomez Moreira Coner.^{es} do se Conc.^o Ultr.^o e se passou por duas viaz. Ant.^o de Souza Per.^a a fez em Lix.^a (Portugal, 1738).

Dessa carta pode-se inferir a manobra (velada em forma de uma consulta) que Gomes Freire de Andrade articulava contra a autonomia da Capitania de São Paulo, cujo poder de seus habitantes poderia prejudicar significativamente seus interesses e aspirações pessoais. Sob a forma de uma aparente “inocente dúvida”, surgida em função de seu “devotado zelo”, introduz a discórdia e o questionamento político.

Seu intento produz efeitos e, dez anos depois da “carta consulta” de 1738, São Paulo perde a sua autonomia; em 1748. Segundo Myriam Ellis, em seu artigo “São Paulo, de Capitania a Província: ponto de partida para uma história político-administrativa da Capitania de São Paulo”:

Nesse mesmo ano de 1748 restringiu-se às comarcas de São Paulo e Paranaguá, a Capitania de São Paulo [...] Isto significava tornou-se a Capitania de São Paulo simples comarca do Rio de Janeiro, extinto o seu governo por carta régia de D. João V, de 9 de maio de 1748. A expressão Capitania de São Paulo continuaria a ser empregada, pela força do hábito e como simples referência geográfica, deixando de significar uma realidade política e administrativa.

A 13 de janeiro de 1750, o Tratado de Madrid legitimava o princípio do utipossidetis (ital), o reconhecimento por parte da Espanha, da triplicação da Área da América Portuguesa levada a cabo pelos paulistas. Consta ter resultado a supressão da Capitania de São Paulo, em 1748, de uma questão pessoal entre Gomes Freire de Andrade e D. Luiz de Mascarenhas, Capitão General de São Paulo (fevereiro de 1739 a agosto de 1748) e, mais tarde, Vice-Rei da Índia, a propósito do estabelecimento dos limites entre as Capitanias de São Paulo e Minas Gerais (Ellis, 1975, p. 162–163).

A habilidade de Gomes Freire de Andrade para criar conflitos e intrigas de forma sutil e, ao mesmo tempo, se isentar deles mostra-se notável. Dessa forma, observa-se que o sofrimento do negro sob o instituto da escravidão era denunciado por alguns e aceito por todos, e que, na empresa mineradora, o negro escravizado era considerado apenas um bem de produção. Ao sofrimento inerente à natureza e às condições do trabalho em regime de escravidão, pesava-lhe ainda ser a vítima direta ou indireta, porém a mais atingida pelos seguintes fatores: (1) existência da escravidão (naturalmente); (2) a política colonial e as suas consequências; (3) a corrupção e os projetos pessoais de poder; e (4) conflitos de interesses.

3.7 Conflitos de interesses

No núcleo da dinâmica do colonialismo e oriundos diretos da corrupção e dos projetos pessoais de poder, os conflitos de interesses entre a elite colonial atingiam a população branca pobre, mas incidiam de forma ainda mais brutal sobre a população negra, ora de forma indireta, ora de maneira direta, principalmente quando esta era vítima de intrigas administrativas motivadas por rivalidades pessoais, invejas, ressentimentos ou simplesmente como instrumento de construção dos projetos de poder que gestavam tais conflitos. Esses confrontos foram capazes de criar inimigos imaginários e incorporá-los artificialmente a pessoas e grupos reais, por meio do forjamento de conjurações, ataques e levantes que serviam como cortina de fumaça a acontecimentos que se pretendia ocultar ou como estratégia para criar-se a imagem de governantes habilidosos ou súditos zelosos.

Segundo artigo de Tarcísio José Martins, em que o autor sustenta que Conde de Assumar teria forjado uma sublevação dos negros em 1719; com base em documentação constante em arquivos citados por obras como “Escravidão em Minas Gerais” e “História Antiga de Minas Gerais”:

A historiografia tem sempre bons registros das derrotas dos pretos revoltosos. Um desses registros é a famosa carta de dom Pedro de Almeida, conde de Assumar, ao rei de Portugal: “Sobre a sublevação que os negros intentaram fazer a estas Minas. [...] Verificou-se a minha suspeita com o tempo, porque os negros, não contentes já com roubarem desde os mocambos que tinham em diversas partes e que conservaram sempre; sem embargo do grande cuidado que tenho tido de os extinguir, aspiraram a maior empresa e, ainda que grande, não desproporcionada, se se olhar para a sua multidão, a respeito dos brancos excessiva [...] tendo-se ajustado entre si a maior parte da negraria destas Minas a levantarem-se contra os brancos, trataram de urdir uma sublevação geral induzindo-se uns a outros e conformando-se todos em partes mui distantes por meio de vários emissários que andavam de umas para outras paragens fazendo esta negociação, e tinham ajustado entre si que a primeira operação dela fosse em quinta-feira de endoenças deste ano, porque achando-se todos os homens brancos ocupados nas Igrejas, tinham tempo para arrombar as casas, tirar as armas delas e investir os brancos, e degolando-os sem remissão alguma.

Alguns dias antes da Semana Santa tiveram os ditos negros diferenças sobre o domínio que pretendiam os de uma nação sobre as mais, e veio a romper-se o segredo na Comarca do Rio das Mortes de onde tive aviso desta sublevação com a notícia de terem já os negros da dita comarca nomeado entre si, Rei, Príncipe e os oficiais militares e, quando eu me persuadia a que poderia isto ser alguma ridicularia de negros, me chegou outro aviso de uma paragem chamada o Forquim, termo desta Vila (Martins, T., 2024).

A alegada sublevação não teria tido fundamento real, senão os conflitos de interesses entre administradores coloniais, como se verá nas próximas páginas. Um dos administradores a serviço da Coroa colocará em xeque a veracidade dessas informações e a legitimidade das ações tomadas. Assim, levanta a suspeita de que a referida sublevação dos negros não passaria de uma urdidura do Conde de Assumar.

[...] Sabendo que no morro do Ouro Preto havia também suspeita e que os negros tratavam da mesma matéria, por ser parte onde mineravam três para quatro mil negros mui resolutos e por isto era onde se receava maior perigo, passei a Vila Rica e fiz subir duas companhias ao dito morro para dar busca às armas, porém não se acharam, ou por não as haver, ou porque estivessem escondidas em partes ocultas e subterrâneas em que os negros vivem no dito morro [...]. Como todas essas prevenções se fizeram antecipadas ao tempo em que os negros determinavam a executar a sua tenção, desbaratando-se lhes, e com a prisão de muitos negros e negras culpados e castigos a outros, e se foi extinguindo a sedição, e tornou este País ao sossego em que estava, porém como aos que ficam sê-lhes não podem tirar os pensamentos e os desejos naturais de liberdade [...] sempre este fica exposto a suceder-lhe cada dia o mesmo, porque esta não é a primeira sublevação que os negros intentam, pois já em tempos passados intentaram por outras vezes a pô-la em execução, e como lhes dá ousadia a sua multidão, o pouco número de brancos a seu respeito, e a confiança que estes fazem deles sem os emendar, as repetidas experiências da sua infidelidade [...] e me parece que sobre esta matéria se deve fazer madura reflexão e que Vossa Majestade mande considerar a sua importância e juntamente os meios que poderão aplicar-se para o futuro [...] Vila do Carmo, 20 de abril de 1719. Conde dom Pedro de Almeida (Martins, T., 2024).

Apesar dos estragos causados, a farsa da sublevação não se sustentou por muito tempo. As buscas dadas no morro não encontraram as armas do levante e, portanto, não produziram mais do que falsas acusações. Mesmo sem provas, sucederam-se prisões, torturas e execuções.

Em consequência das denúncias mandou o conde e sem demora capturar os negros indigitados por cabeças no Forquim, no Ouro Branco, em São Bartolomeu, na Casa Branca, na Itabira. Na serra de Ouro Preto, aonde trabalhavam para mais de quatro mil, deram-se buscas em ordem a sequestrarem-se as armas, sem resultado, porém; [...].

O Conselho Ultramar endossou os atos de Assumar, “Ordenando-se-lhe que faça sentenciar logo, os negros culpados que se acham presos conforme merecem as suas culpas, e mande fazer toda diligência por prender aos mais que se acharem compreendidos; [...]”.

Para o julgamento rápido dos negros culpados, o Conselho Ultramar também aprovou a sugestão de Assumar: “E no que respeita à devassa que se tirou deste caso, que o governador a faça sentenciar pelos ditos três ouvidores gerais, sendo relator dela o que a tirou, e o que se vencer por mais votos que se execute até a morte natural, fazendo-se execução se for possível nos lugares onde for mais conveniente para terror e exemplo, e os mais negros cabendo na forma de seu delito o castigo de galés, sejam condenados a elas e mandados para o Rio de Janeiro, para servirem naquela praça na obra das suas fortificações amarrados dois a dois; [...]” (Martins, T., 2024).

A resposta de dom Lourenço de Almeida, substituto do Conde de Assumar no governo das Minas Gerais tem a clara intenção de reverter os atos políticos de seu antecessor. Como um homem do mundo iluminista, buscava trazer à luz os erros do Conde de Assumar ao mesmo tempo em que afirmava as próprias virtudes, procurando demonstrar clareza na apuração dos fatos e senso de justiça. Fazia isso também como parte da tarefa de cumprir da melhor forma as incumbências do real serviço de Sua Majestade, de modo a apresentar-se, assim, como fiel vassalo, justo e probo.

Consultado pelo Rei sobre essa tal sublevação de Assumar, seu sucessor, o governador dom Lourenço de Almeida, respondeu-lhe que “depois que estas Minas se descobriram e povoaram até ao presente tempo, ainda não houve a mais pequena suspeita de que os negros se quisessem levantar contra os brancos”.

Afirmou que, “estas oposições – que disseram a Vossa Majestade – que eles tiveram sobre o seu reinado, foram fabulosas e, assim, o tal levantamento, como a controvérsia de fazerem o seu rei foi uma notícia fantástica que levantaram contra os pobres negros e só a fim de encabeçar um grande serviço no tenente-general João Ferreira Tavares, que então não o era, para que Vossa Majestade lhe desse este posto como assim lhe sucedeu e, para que Vossa Majestade veja que esta é a mesma verdade, pudesse informar do Dr. Valério da Costa, que então era ouvidor-geral do Rio das Mortes, a quem também açoitaram uns negros, para que violentamente dissessem que se queriam levantar e o dito ministro dirá o que sabe se acaso não faltar ao que deve, porque ele, esta mesma conta quis dar a Vossa Majestade e foram necessários muitos rogos (de Assumar) para que a não desse” (Martins, T., 2024).

A razão de se trazer a maior parte das informações compiladas pelo autor e suas considerações reside em seu encadeamento com argumentos que sustentam a inveracidade da

denúncia feita ao Rei pelo Conde de Assumar sobre a suposta sublevação que este alegava existir. Tal fato é demonstrado pelo autor com base em documento da época, a “Carta do sucessor de Assumar”, redigida em resposta à consulta do rei sobre tal matéria. Não se quer dizer com isso que levantes negros não tenham ocorrido antes ou depois da citada pretensa sublevação, mas que o forjamento desta, por parte do Conde de Assumar. Decorria de ambições pessoais suas e de seus aliados, como a nomeação do capitão-general João Ferreira Tavares, que antes não ocupava tal posto.

Sabe-se que os quilombos existiram desde o início da escravidão no Brasil. Eles se proliferaram de forma especial nas regiões das minas; diante de fatores diversos ligados à política colonial aplicada às zonas de mineração, e das suas consequências, sejam a violência, sejam negativas diversas de solicitações dos escravizados. Sabe-se também como aqui se buscou demonstrar, que a existência dos quilombos foi usada para impor “projetos pessoais de poder”, justificar, esconder e/ou favorecer a corrupção de administradores e servir de matéria para os conflitos de interesses entre eles, como no caso do forjamento da sublevação e o processamento, prisão e mortes arbitrárias de negros que, nesse caso, se sabe serem totalmente inocentes. Tal situação, por sua vez, poderia alimentar ainda mais a revolta dos escravizados diante das injustiças e motivar mais fugas diante do medo.

Embora a sublevação fosse forjada, Assumar utiliza-se do conhecimento que possuía acerca os quilombos já existentes, bem como da existência de comunidades negras compostas por negros forros (como sua própria correspondência deixa transparecer) para dar “veracidade” às suas afirmações, como na passagem “induzindo-se uns a outros e conformando-se todos em partes mui distantes por meio de emissários que andavam de umas para outras paragens fazendo esta negociação”.

Os escravizados, por numerosos que fossem, estariam trabalhando nas minas sob estrita vigilância de guardas e feitores armados que garantiam a execução do trabalho e a imposição da disciplina. Essa comunicação por meio de emissários a lugares distantes não poderia ser obra de escravizados fugidos do eito. A fuga, nesse contexto, de um ou mais escravizados para essa finalidade serviria de motivo para maior alarde do “grande perigo” que se pretendia evidenciar, o que certamente apareceria na “correspondência-denúncia”. Assim, os emissários poderiam ser negros livres, forros ou quilombolas, conforme o contexto geral até aqui discutido, cujas evidências e indícios, com base no que se sabe, permitem sustentar tais afirmações.

Se havia negros livres e forros, sua garantida mobilidade permitia que lhes fosse imputada a comunicação da sublevação entre uma e outra parte. Alguns deles poderiam, inclusive, ser feitores. Havia também a possibilidade de apropriação do fruto do trabalho desses negros livres, uma vez denunciados. Muitos conseguiam a alforria na mineração por meio da compra com ouro encontrado e escondido, das descobertas de novos veios auríferos ou ainda do trabalho realizado em dias santos ou nas folgas que algum senhor lhes concedia. Ainda que o que juntassem em ouro ou dinheiro fosse pouco para seus senhores, era bastante para estimular falsas denúncias por terceiros interessados em se apropriar de suas pequenas posses.

Outro fator que permite presumir a existência de grupos ou comunidades de negros livres e/ou forros nas zonas de mineração do período também pode ser observado na passagem: “fiz subir a duas companhias ao dito morro para dar busca às armas, porém não se acharam, ou por não as haver, ou porque estivessem escondidas em partes ocultas e subterrâneas em que os negros vivem no dito morro.” Seria impossível que escravizados da mineração escondessem armas dentro dos túneis das catas em que trabalhavam, uma vez que, em Minas Gerais, trabalhavam sob estrita vigilância. Tal circunstância leva a acreditar que o trecho “partes ocultas e subterrâneas em que os negros vivem no dito morro” se referia a moradias de negros livres e forros que ali prestavam serviços remunerados na extração do ouro ou na prospecção de novos veios auríferos.

3.8 A Conjuração dos negros do Pilar

Sobre a chamada “Conjuração” do Pilar é importante, além do contexto a ser abordado nas próximas páginas, discorrer sobre o autor que dela dá conta em sua “Nobiliarchia Paulistana”, Pedro Tacques de Almeida Paes Leme; bem como sobre José de Almeida Lara, de quem fala o autor, vítima de ataque de quilombolas em Pilar no ano de 1750.

A terceira edição de “Nobiliarchia Paulistana”, vem prefaciada por uma biografia de Pedro Tacques, produzida por Afonso de E. Taunay, da qual se podem extrair importantes dados sobre Pedro Tacques, sobre a escravidão em Pilar, a existência de quilombos nos seus arredores e sobre o ataque que vitimou José de Almeida Lara.

Antecede ao que Martiniano José da Silva chamou Conjuração dos negros do Pilar o ataque acima mencionado e, para entendê-lo é importante transcrever algumas informações passadas por Taunay na citada biografia de Tacques:

A 30 de Janeiro de 1750 nomeava o Conde dos Arcos a Pedro Tacques da Intendência Comissaria e Guarda Maria do Distrito de Pilar, com Jurisdição sobre os arraiais de Crixás e Guarinos.

Para ali se transplantou com a família e os escravos [...] Ao chegar ao Pilar áureas esperanças com certeza ao cronista afagavam, dissipando-lhe as fadigas de tão extensa e penosa jornada. [...]

Centenas de casas, das quais, algumas excelentes, se distribuíam por três grandes ruas, e quatro travessas muito bem calçadas. À praça central ornavam vistoso chafariz, alimentado por longo e elegante aqueduto, e a sólida cadeia. A matriz, espaçosa, bela e rica, com sete altares e uma capela-mor, tinha riquíssimas alfaias, onde sobressaía enorme lampadário de prata, “a coisa mais rica que jamais existiu em Goiás”. [...]

Era a este Eldorado que vinha Pedro Taques buscar a fortuna. Ao penetrar no arraial pilarense certamente lhe acudia à memória a lembrança da folheta de 43 libras, um bloco inteiriço de vinte quilos de ouro, achado perto de Água Quente! ou então a extraordinária aventura, no Cuiabá, do seu primo Antônio de Almeida Lara, que, certo dia, viera do cavalo abaixo, porque o animal tropeçara numa enorme pepita reveladora da jazida, de onde, em breve tempo, extraíra nada menos de onze arrobas de ouro [...] E, no entanto, tal a força dos preconceitos obliteradores da razão que o bom e brando Pedro Taques indigna-se de que das minas fugissem cativos, de que nas imediações do arraial houvesse quilombos! É com verdadeiro horror que nos relata a revolta dos escravos de seu parente José de Almeida Lara, com o máximo prazer que nos conta o extermínio de quilombolas pela tropa de Bartolomeu Bueno do Prado, cujos sinistros troféus foram 3.900 pares de orelhas de negros! (Taunay, 1976, p. 19–21).

A longa passagem tem por finalidade situar o autor da notícia do ataque a José de Almeida Lara e da “Conjuração do Pilar” citada tanto por Martiniano José da Silva (2008) quanto por Palacín, 1972, entre outros. À época dos fatos, Tacques exercia função de escrivão em Pilar e foi, portanto, ao menos no caso do ataque à Lara (de quem era parente), testemunha ocular, circunstância revelada tanto na biografia escrita por Taunay quanto no próprio conteúdo de “Nobiliarquia Paulistana” obra em que busca apresentar e enaltecer sua genealogia e os feitos de sua linhagem.

O autor seria parente não somente do minerador atacado, mas, por pertencer à linhagem do Anhanguera, estava ligado a outros bandeirantes vinculados a essa família, seja por casamento, seja por parentesco longínquo. Pedro Tacques era aparentado também do descobridor das minas de Pilar, João Godoy Pinto da Silveira e, de maior forma mais próxima, ao sertanista Bartolomeu Bueno do Prado, lembrado pelos ataques aos quilombos de onde saiu com os citados “3 900 pares de orelhas”.

A passagem descreve o cenário urbano de Pilar encontrado por Tacques. Revela também as agruras, os perigos e o sofrimento enfrentados pelos negros escravizados na mineração em Pilar em seus primeiros tempos, circunstâncias que, para Taunay, por si sós já justificavam a fuga diante dos maus tratos, perigos e riscos de uma morte diária. Por isso, Taunay se surpreende com o estranhamento de Tacques quanto à existência de quilombos nas proximidades de Pilar ou à possibilidade de revolta dos escravizados.

Outra importante informação constante da biografia de Tacques é a de que o ataque de quilombolas a José de Almeida Lara teria sido, na realidade, uma revolta de escravizados, no caso, dos escravizados do próprio Lara, conforme se depreende da afirmação: “É com verdadeiro horror que nos relata a revolta dos escravos de seu parente José Almeida Lara”. Embora Tacques não tenha explicitado essa informação, a lógica permite presumir tal hipótese, sendo ainda possível que Taunay a tenha obtido de outras fontes ou da tradição popular, ainda que não as tenha mencionado. A inferência tornou-se mais crível diante do ódio empregado no ataque, com características que indicam vingança com forte motivação (a violência e os maus-tratos), diferente de uma investida com a única finalidade de obter armas e abastecimento.

À semelhança do ataque à fazenda da Prisca, o que sofreu José de Almeida Lara vitimou também escravizados que se posicionaram a favor do senhor, muito provavelmente por serem mais bem tratados que os demais, auferindo certas regalias com o intuito de se assegurar a sua lealdade e subserviência, sendo, portanto, vistos pelos demais como traidores e, conseqüentemente, inimigos.

Voltando à Conjuração do Pilar, é necessário avaliar fatores que permitem supor a sua verossimilhança e aqueles que a colocam em xeque, diante do contexto do período em questão, especialmente da política colonial e as suas conseqüências, da corrupção e dos projetos pessoais de poder e os conflitos de interesses anteriormente discutidos.

Já se conhecem as maquinações políticas dos administradores para caírem nas graças da Coroa Portuguesa, a ponto de inventarem sublevações, como a de 1719, em Minas, documentalmente comprovada como falsa. Diante disso, pode-se indagar: quais são os fatores de credibilidade da Conjuração do Pilar? A existência da escravidão e sua dinâmica, que tornam conhecida sua violência e as reações dos escravizados diante dela; e a presença dos quilombos nas proximidades, produtos dessa mesma realidade espaço-temporal.

Por outro lado, quais fatores desafiam sua credibilidade? O forjamento de sublevações e conjurações a bem do interesse pessoal de autoridades inescrupulosas; a falta de relatos sobre os grandes combates a quilombos na região; o contexto do Quilombo do Ambrósio, que pode ter gerado notícias falsas com objetivos escusos ou de meramente alarmistas; ou ainda a possibilidade de essa conjuração ter sido uma extensão daquela do Quilombo dos Ambrósios, da qual haveria considerável distância no espaço, mas não no tempo nem na realidade experimentada.

Soma-se a isso o fato de Tacques ser amigo de Gomes Freire de Andrade e de o sertanista contratado para combater os quilombos ser exatamente um parente próximo de Pedro Tacques, Bartolomeu Bueno do Prado, de quem não há notícia de que tenha atacado quilombos em Pilar ou na região do Alto Tocantins.

A Guerra Colonial contra o Quilombo do Campo Grande, durou de 1741 a 1759, cerca de 19 anos, e, em nenhum momento, vilas, cidades ou mesmo povoados do Triângulo Mineiro (anteriormente pertencente a Goiás), ou de Minas Gerais, situados nas proximidades dos 27 quilombos espalhados pela região foram atacados por quilombolas. Depreende-se daí a possibilidade de serem falsos os rumores de que os quilombos, em algum momento atacariam os brancos.

Há notícias inclusive, como afirma Tarcísio José Martins (2011), de que o ataque aos quilombos do Campo Grande tenham sido uma retaliação de Gomes Freire de Andrade às pessoas que fugiam do imposto da capitação e adentravam os sertões (brancos pobres e seus escravizados, assim como negros livres e forros), estabelecendo comunidades nas proximidades desses quilombos com os quais talvez negociassem.

Sobre esse contexto, Tarcísio José Martins registrou que “os ataques de 1741, 1742, 1743 e 1746 foram desfechados contra povoações de escravos, todos fugidos do imposto da capitação [...]” (Martins, T. 2011, p. 17), o que reforça o argumento desenvolvido em seu artigo “Gomes Freire de Andrade: o outro lado de Gomes Freire”:

Nas demais Vila, como o poviléu – Brancos livres e pretos forros – ante a inadimplência com a Capitação (que previa penas terríveis) passou a abandonar as vilas oficiais e a fugir para os sertões juntamente com os seus escravos, exatamente como ocorrera no governo do Conde de Assumar, Gomes Freire pôs em ação todo o sistema legislativo-militar-repressivo que criara e passou tomar esses vilarejos (como fez, por exemplo, com os arraiais que antecederam as atuais Campanha-MG e Itapeçerica-MG), onde implantava senados de homens-bons para cobrar a Capitação. Os povoados rebeldes eram sempre acusados de serem quilombos, circunstância em que mandavam os capitães do mato assalariados atacá-los e destruí-los, como ocorreu no período de 1741 a 1743 com as povoações que Gomes Freire chamou de Quilombo do Gondu, Quilombo Despovoado, Quilombo Quebra-pé e Quilombo da Boa Vista I (Martins, T., 2024).

Nascido sob o signo do ouro, compreende-se daí a afirmação de Palacín de que “em Goiás não havia arraial sem a sombra de um quilombo” e de que em todos os caminhos distantes, a “pouco mais que um tiro de pedra” havia quilombos (Palacín, 1972, p. 96), mesmo na Capital. É possível que esses “quilombos” fossem povoações de negros forros, para que não temessem a pouca distância em relação aos brancos. Uma forma de explicar por que tais

povoações eram reputadas como quilombos está na mudança da definição legal de quilombo pelo governo colonial ao longo das transformações na política colonial em razão da exploração do ouro.

A análise desenvolvida no capítulo demonstra que o Alto Tocantins constitui um território profundamente marcado pela mineração colonial, pelas tensões políticas das capitanias e pela presença determinante da população negra escravizada, cuja atuação foi decisiva na formação das comunidades quilombolas da região. O estudo das zonas de povoamento, da estrutura administrativa, dos arraiais mineradores e dos deslocamentos populacionais revela que Lavrinhas de São Sebastião, Pombal, Laguna (e demais comunidades negras) não surgiram de maneira isolada, mas integradas a uma rede histórica complexa, conectada pelos rios, trilhas e relações sociais que estruturaram a região desde o século XVIII.

Ao situar esses quilombos no contexto das revoltas mineradoras, das fugas, das estratégias de resistência e da intensa miscigenação ocorrida desde o período colonial, o capítulo evidencia que a identidade dessas comunidades está profundamente enraizada na memória coletiva, na experiência da escravidão, no domínio ambiental e nas formas de sociabilidade que se mantiveram vivas no decorrer dos séculos. As evidências apresentadas sugerem que os grupos quilombolas do Alto Tocantins podem ter integrado, em determinados momentos, estruturas articuladas de resistência — como os chamados “quilombo em Tocantins” (Palacín, 1972) — ampliando o entendimento da presença negra na história regional.

Assim, o capítulo reafirma que investigar o Alto Tocantins significa iluminar a trajetória de luta, territorialidade e protagonismo das comunidades quilombolas, que continuam a reivindicar reconhecimento constitucional, manutenção de suas terras e preservação de uma história que, apesar de silenciada por muito tempo, permanece viva nas memórias, paisagens e práticas sociais dessas populações.

A investigação desenvolvida neste capítulo permitiu compreender como o território do Alto Tocantins se alicerçou historicamente como um espaço marcado por intensos processos de ocupação, mobilidade populacional e disputas pelo controle dos recursos naturais desde o período colonial. Ao examinar a dinâmica da mineração, a formação de arraiais e os deslocamentos de diferentes grupos sociais — entre eles colonos, indígenas e africanos escravizados — tornou-se possível identificar as condições que favoreceram o surgimento de redes de fuga e de comunidades quilombolas na região. Entretanto, para além da compreensão dessas estruturas históricas mais amplas, torna-se necessário observar de maneira mais

específica as experiências sociais e as narrativas que emergem desse contexto. Nesse sentido, o próximo capítulo aprofunda a análise das experiências quilombolas associadas ao território de Lavrinhas de São Sebastião, examinando as memórias preservadas sobre a formação dessas comunidades e discutindo episódios marcantes, como o relato da chamada tragédia da Prisca, registrado nas Cartas de Goiás de Carlos Pereira de Magalhães.

CAPÍTULO 4 — A FUGA DA GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA DA FUGA

O presente capítulo aprofunda o estudo sobre a formação dos quilombos no Alto Tocantins, examinando os fatores históricos, geográficos e sociais que favoreceram tanto o surgimento quanto a permanência dessas comunidades. A análise desenvolvida nas seções anteriores demonstrou que a região foi marcada por intensos processos de mobilidade populacional, conflitos interétnicos e dinâmicas econômicas ligadas à mineração e à ocupação colonial. A partir desse contexto mais amplo, este capítulo dedica-se a compreender como diferentes formas de resistência — individuais, coletivas e interétnicas — articularam-se para a constituição de comunidades como Lavrinhas de São Sebastião, Pombal, Laguna, Tomás Cardoso e João Borges Vieira.

Para tanto, serão analisadas as condições estruturais e conjunturais que favoreceram o surgimento de agrupamentos negros autônomos na região, considerando não apenas os mecanismos de fuga e resistência direta ao sistema escravista, mas também as formas de inserção, negociação e territorialização desenvolvidas por essas populações no interior da sociedade colonial. Busca-se demonstrar que a constituição dessas comunidades resultou de processos históricos complexos, nos quais fatores econômicos, sociais, geográficos e políticos atuaram conjuntamente na conformação de redes de solidariedade, mobilidade e permanência territorial.

4.1 Quilombos urbanos e quilombos de fuga

A compreensão da formação dos quilombos no Alto Tocantins exige a análise integrada de processos sociais, econômicos e culturais que marcaram profundamente a história da região desde o século XVIII. Situado em uma zona de fronteira caracterizada pela mineração aurífera, pela ocupação desordenada e pela presença expressiva de populações negras escravizadas e grupos indígenas, o território tornou-se um espaço privilegiado para a emergência de diversas modalidades de resistência. Observa-se que quilombos urbanos, quilombos de fuga e comunidades mistas formaram-se de maneira contínua, articulando estratégias de sobrevivência, solidariedade e mobilidade territorial que respondem às violências do sistema escravista e às pressões impostas pela administração colonial.

O contexto político da capitação, as instabilidades geradas pelas revoltas de mineradores, a própria precariedade da fiscalização estatal e a densa geografia de serras, rios e matas criaram as condições ideais para o surgimento desses agrupamentos. Episódios

emblemáticos, como a ação conjunta entre escravizados e indígenas na chamada “tragédia da Prisca”, revelam não apenas a gravidade dos conflitos na fronteira, mas também a agência de sujeitos historicamente marginalizados, capazes de construir alianças interétnicas e formas complexas de autonomia. Esses movimentos não podem ser vistos como eventos isolados, mas como parte de um processo histórico amplo de resistência negra e indígena, que contribuiu diretamente para a configuração das comunidades quilombolas que hoje reivindicam reconhecimento no Alto Tocantins.

A análise do capítulo evidencia, ainda, que essas comunidades desenvolveram modos de vida próprios, fortemente ligados ao uso tradicional da terra, ao domínio da paisagem, à circulação por trilhas e margens de rios e à construção de redes sociais e parentais que atravessaram gerações. Assim, compreender os quilombos de Lavrinhas de São Sebastião, Pombal, Laguna, Tomás Cardoso e João Borges Vieira implica reconhecer que sua formação se insere em uma longa continuidade histórica, enraizada na memória coletiva e na luta pelo território. É sob essa perspectiva — que articula fronteira, memória, interculturalidade e resistência — que o capítulo se desenvolve, oferecendo uma leitura ampliada e crítica das experiências quilombolas no Alto Tocantins.

A existência de quilombos no território goiano possui relação direta com a exploração do ouro e o surgimento dos primeiros arraiais em torno da atividade mineradora, iniciada no século XVIII. A dureza do trabalho imposto ao africano escravizado e a seus descendentes na mineração levava a constantes fugas, individuais ou em grupo. Além de terem se formado inicialmente nas proximidades dos arraiais, como afirma Palacín (1972), houve também deslocamentos para lugares afastados, quando a perseguição se intensificou nas áreas mineradoras. Na localidade, tais agrupamentos em áreas distantes relacionam-se tanto a fugas internas, provenientes das minas da própria capitania, quanto a fugitivos vindos de outras regiões, limítrofes ou não.

O fato é que em Goiás houve, inicialmente, dois tipos dessas formações: quilombos de fuga e quilombos urbanos. Pelo menos assim as autoridades os chamavam, indistintamente, razão pela qual importa diferenciá-los no contexto de suas formações. Para Palacín (1972), em análise da documentação do período, havia nas proximidades cada arraial um quilombo, o que não significa inexistirem núcleos semelhantes em lugares distantes dos arraiais.

Os quilombos formados próximos aos arraiais muito provavelmente eram compostos por negros forros e livres. Pessoas que conseguiam sua liberdade em troca de ouro, da

descoberta de minas que o continham, ou por alguma outra negociação que resultasse em vantagem considerável ao senhor. É provável também que nomear essas povoações negras como quilombo fosse uma forma pejorativa encontrada pelos brancos para manifestar a sua desconfiança diante de um grande contingente de negros contra os quais não podiam usar o chicote nem tinham forças suficientes para um enfrentamento direto, sem a anuência e o apoio das autoridades.

Advêm desse ressentimento de pretensa e frágil superioridade ações políticas, tramas, conspirações e intrigas. A questão dos quilombos urbanos no século XVIII pode ser observada na destruição promovida por Gomes Freire de Andrade nas povoações de brancos pobres e seus escravizados e negros forros que fugiam para o sertão buscando escapar do imposto da capitação. Essas povoações foram deliberadamente classificadas como quilombos, em atitude de vingança de Gomes Freire de Andrade, e, portanto, de natureza política.

Embora as povoações atacadas por Gomes Freire, no Triângulo Goiano (atual Triângulo Mineiro) estivessem localizadas distante dos arraiais oficiais, não se tratava de comunidades formadas por escravos fugidos, mas de brancos livres acompanhados de seus escravizados e de negros livres e forros que fugiam da capitação e se estabeleceram próximos a quilombos de fuga. A semelhança com os quilombos urbanos surgidos junto aos arraiais reside no fato de serem compostos, em sua maioria, por pessoas livres, mas arbitrariamente classificadas como quilombolas, isto é, insurgentes, o que conferia ao governo colonial aparente legitimidade para combatê-los. Com o aumento da perseguição a esses grupos, como forma de defesa, alguns se organizam em confrarias religiosas; outros, ou parte deles, podem ter optado pela fuga para os pontos mais distantes no sertão.

A existência de quilombos de fuga em Goiás foi registrada em documentos do século XVIII e XIX, sendo a evasão o seu padrão de constituição, embora aqueles estabelecidos por aglomeração de negros forros e livres tenham ocorrido ainda no início da colonização. Esses quilombos de forros e livres ocorreram inclusive após a abolição, como no caso do que se formou em Lavrinhas de São Sebastião, no lugar do antigo arraial (Silva, M., 1974).

Os indícios obtidos nesta pesquisa até o momento apontam para uma grande proliferação de quilombos já no início da colonização, no século XVIII, em número suficiente para assustar as autoridades. Como refere Karasch, citando carta do Governador João Manuel de Melo:

Na comarca do norte, a principal área de quilombos era possivelmente o vale do rio Paranã e as montanhas vizinhas, como a serra do Mocambo. Após queixar-se de que os quilombos eram “uma das principais destruições desta Capitania”, o governador Manuel de Melo gabou-se do sucesso de uma das bandeiras por ele enviadas ao Paranã, que destruiu um quilombo “com mais de duzentos pretos fugidos, que já lá tinham bananais e roças”. O rei do quilombo lutara “valerosamente até perder a vida”, mas a rainha foi capturada juntamente com outras pretas. Diferente de outros quilombos goianos compostos apenas de homens adultos, esse tinha “crias”, ou seja, crianças que ali viviam (Karasch in: Reis; Gomes, 1996, p. 248-249).

Ao mesmo tempo, à exceção dos quilombos do Ambrósio e de uma investida contra um quilombo no Paranã, as medidas tomadas pelas autoridades não parecem ter sido de grande envergadura, por dois fatores:

- a) a correspondência e documentação oficial encontradas sobre o período e o tema não revelam nenhuma ação nesse sentido ou seus resultados;
- b) o grande número desses agrupamentos e sua sobrevivência até a atualidade, sobretudo no tocante ao seu aglomerado em ponto geográfico específico, como o Alto Tocantins.

Karasch considera que:

Essa bandeira, entretanto, não conseguiu erradicar todos os quilombos da região do rio Paranã. Já que a comarca do norte era uma das áreas mais ricas da mineração, com milhares de garimpeiros africanos ali empregados no século XVIII, acreditamos que os quilombos continuaram a florescer nas zonas montanhosas das principais vilas mineradoras – São Félix, Natividade, Arraias e Cavalcante. Já que o Rio Paranã corria através da região, ele pode ter formado uma rota natural que facilitasse o movimento de escravos em fuga. Como constatamos hoje, esta região inóspita continua a abrigar entre 2 mil e 4 mil negros, prováveis descendentes daqueles quilombolas (Karasch in: Reis; Gomes, 1996, p.249).

Dentre os quilombos de fuga em Goiás, parece ter sido padrão o seu caráter itinerante. Inicialmente, talvez, como estratégia de defesa; posteriormente, porém, por necessidades ligadas à adaptação e sobrevivência no ambiente. As mudanças de localidade se dariam, então, em função da diminuição da caça, pesca, frutos, bem como, sobretudo, do esgotamento das terras agricultáveis, levando grupos inteiros a se deslocarem em busca de terrenos mais férteis que lhes garantissem o sustento. Sobre o esgotamento das terras que motivava a interiorização e sobre a rusticidade das técnicas agrícolas, a professora Sônia Maria de Magalhães cita o viajante Pohl:

São encontrados com frequência no interior do país, essas mudanças e migrações. Quando as suas cabanas ficam muito arruinadas, ameaçando desabamento; quando o solo (que aliás nunca é adubado) produz pouco ou se esgota; quando a lavra do ouro não compensa mais o trabalho tão bem quanto se espera e se deseja, prepara-se a família para a partida e emigra-se para outras regiões do imenso reino e assim são abandonadas muitas cabanas. Muitas dessas famílias assim mudam de domicílio três e até quatro vezes durante a vida. Nessas mudanças há ainda uma segunda vantagem

para os emigrantes. Economizam os impostos que com residência duradoura teriam de pagar ao governo, pois, em um novo sítio que cultivem e cujo solo devem desbravar, podem viver dez anos com isenção de impostos. Esgotando esse prazo, ordinariamente emigram e recomeçam as coisas. Assim passam toda a vida isentos de impostos, e o Estado perde essa renda, sem o benefício do arroteamento de novas terras (Pohl *apud* Magalhães, S. 2014, p. 76).

Numa realidade geográfica e econômica em que, de tempos em tempos, até os brancos pobres precisavam migrar, imagine-se o negro quilombola que dependia totalmente do que o ambiente lhe podia oferecer. Diante da escassez de caça, pesca, frutos e raízes, mudar-se era imperativo.

Em “A Sombra dos Quilombos”, Martiniano José da Silva aborda de forma breve o caráter itinerante de um grande quilombo em Goiás. A existência desse agrupamento e seu nomadismo integravam narrativas e memórias populares na região do Alto Tocantins. De Uruaçu a Porangatu, ao comentar uma crônica de Carmo Bernardes na qual cita Zé Sobrinho, Martiniano José da Silva discorre que:

[...] É tradição a existência dum quilombo muito grande habitando em nomadismo todas as serranias que vão do rio Oção ao Canabrava, de Sul a norte e das mais altas cabeceiras do Tocantinzinho à Serra do Guarino. Começou segundo os antigos vieram contando da fuga de escravos dos jesuítas que foram donos da fazenda Pindobeira, nas imediações do Arraial do Descoberto, hoje Porangatu. Mais tarde, a escravaria de um contratador de Lavras por nome Amaro Leite descobriu os logradouros desses primeiros fugitivos e começou a fugir escravos com frequência tal que por fim tinham que pousar acorrentados. Foi o tempo que o quilombo das matas do Gengibril, hoje fazenda Queixada Curriola recebeu vários contingentes entre machos e fêmeas. Depois foi a vez da fuga das senzalas do meu bisavô (certamente do fundador de Uruaçu) no São José do Tocantins, o fundador da nossa família Fernandes Carvalho (Sobrinho *apud* Silva, M., 1974, p. 77–78).

Para além das questões sociais, econômicas e políticas que motivavam as fugas individuais ou coletivas dos escravizados, o desejo de liberdade era favorecido pela geografia e pelo clima. Rios que forneciam rotas; margens de veredas e matas escondiam os vultos; pássaros e outros animais confundiam os ruídos; a chuva apagava rastros; serras serviam de torre e contraforte e, junto a cavernas, vãos, grotas e vales serviam de esconderijo e abrigo. O solo, a fauna e a flora que forneciam alimentos, remédios e utensílios eram um convite tentador ao experimento da liberdade.

As fugas poderiam ter as motivações mais diversas, Reis e Silva afirmam que:

Quando a negociação falhava, ou nem chegava a se realizar por intransigência senhorial ou impaciência escrava, abriam-se os caminhos da ruptura. A fuga era um deles. Os escravos fugiam pelos mais variados motivos: abusos físicos, separação de entes queridos por vendas ou transferências inaceitáveis ou o simples prazer de namoro com a liberdade (Reis; Silva, 1989, p. 9).

O namoro com a liberdade nem sempre resultava em casamento. Muitas vezes podia significar apenas um sentimento passageiro. Não que o desejo se extinguísse; ele permanecia vivo, mas as decisões eram tomadas por indivíduos que sabiam avaliar riscos e ponderar perdas e ganhos a curto, médio e longo prazo. Havia o medo de que, ao optar pela fuga, não se estivesse fazendo a melhor escolha. Era preciso estar seguro quanto à direção do caminho e do destino a se seguir. Por isso, diversas estratégias e negociações eram pensadas, planejadas e tentadas, restando a fuga, em muitos casos, como última opção:

Conhecedores das malhas finas do sistema, escapavam muitas vezes já com a intenção de voltar depois de pregar um “susto” no senhor e, assim marcar o espaço de negociação no conflito. Quando davam sorte, conseguiam; quando não, voltavam pelo laço de um capitão-do-mato mais ligeiro e competente (Reis; Silva, 1989, p. 9).

A questão geográfica, tanto no sucesso das fugas quanto na durabilidade e manutenção dos quilombos, merece especial atenção de seu desenvolvimento e na resistência dos escravizados, fossem negros ou indígenas, tanto em Goiás quanto em outras partes do território colonial português no Brasil. A existência de grandes rios, a abundância e diversidade de madeiras — ora de cerne, adequadas para ferramentas e utensílios que exigiam dureza, ora, leves, com boa fluatuabilidade — constituía um conjunto perfeito para a construção de botes, barcos, canoas e jangadas, para a evasão pelos dos rios.

As fugas de escravizados negros em Goiás podem ter sido mais fáceis, ou ao menos mais propícias, em dois momentos: durante os primeiros anos dos descobertos auríferos, quando a estrutura administrativa era pouco pujante e a população ainda pouco expressiva; e a partir da intensificação da campanha abolicionista.

Ao africano escravizado, ou a seus descendentes, se lhes faltava conhecimento do terreno, sobrava capacidade de observação e aprendizado: troncos que boiavam com mais facilidade, cascas que não se partiam facilmente, resinas aproveitadas por abelhas, frutos que passarinho não come, folhas que formigas não cortam.

A grande adaptação ao ambiente desenvolvida ao longo da ocupação do território americano pelos povos indígenas também se manifestou entre as comunidades quilombolas, cujas fugas e revoltas, por vezes, contava com aqueles como aliados. Além da capacidade de observação, conhecimentos sobre o ambiente também puderam ser aprendidos dos indígenas pelos quilombolas, como, de igual forma, é possível imaginar que os indígenas também aprendessem com negros e brancos, em um espaço de fronteira onde modos de fazer, de pensar e de viver se encontram e se influenciam mutuamente, produzindo as interculturalidades a partir

das quais se formam e transformam realidades, surgem países, povos, identidades plurais e novas culturas. Para Canclini:

[...] Bajo concepciones multiculturales se admite la diversidad de culturas subyugando su diferencia y proponiendo políticas relativistas de respeto, que a menudo refuerzan la segregación. En cambio interculturalidad remete a la confrontación y el entrelazamiento, a lo que sucede cuando los grupos entran en relaciones e intercambios. Ambos términos implican dos modos de producción de lo social: multiculturalidad supone aceptación de lo heterogéneo: interculturalidad implica que los diferentes son lo que son en relaciones de negociación, conflicto y préstamos recíprocos (Canclini, 2004, p. 14–15).¹⁰

Nestor García Canclini, ao discutir os conceitos de multiculturalidade e interculturalidade, estabelece semelhanças e distinções entre eles. Ambos postulam a existência do diferente; mas cada um atua de maneiras distintas diante dele. Para o autor, enquanto multiculturalidade reforça a existência do diferente baseado na distância — ao propor tolerância e respeito, que muitas vezes reforçam a segregação —, a interculturalidade fundamenta-se na aproximação consciente, recíproca e mútua, em negociações, conflitos e trocas nas quais os diferentes se confrontam e se entrelaçam estabelecendo entre si relações e intercâmbios. Assim é no caso do sincretismo religioso afro-brasileiro que ressignificou divindades africanas ao associá-las a santos católicos, bem como a presença de entidades como o Preto Velho e Zé Pilintra, ao lado de figuras como a cabocla Jurema e os ciganos na umbanda.

Na fronteira, as trocas podem começar no conflito, baseadas nas necessidades dos grupos em confronto, na constatação inicial do multicultural; mas é ela também, em suas fusões, que produz o intercultural. Um exemplo do conflito resultante do encontro na fronteira entre dois mundos pode ser observado no relato de Pohl, quando de sua viagem a Goiás, sobre os “Xavantes” (Awén) aldeados no carretão:

Em estado selvagem, esses índios agem com extrema crueldade contra seus perseguidores: ordinariamente, porém, não atacavam a ninguém, exceto em caso de grande necessidade. Com todo o empenho buscam obter ferro para com ele fabricarem facas. É muito estranho o modo como o faziam. Quando tomam uma espingarda a um português (o que sempre acontece quando matam um deles, pois estes nunca saem sem uma espingarda) põem-na sobre uma pedra e com a outra a despedaçam. Os pedaços são distribuídos entre os índios e cada um martela a sua parte com uma pedra

¹⁰ Tradução nossa: [...] Nas concepções multiculturais admite-se a diversidade das culturas, destacando a sua diferença e propondo políticas relativistas de respeito, que muitas vezes reforçam a segregação. Por outro lado, a interculturalidade refere-se ao confronto e ao entrelaçamento, ao que acontece quando os grupos estabelecem relações e trocas. Ambos os termos implicam dois modos de produção do social: o multiculturalismo implica a aceitação do heterogéneo: a interculturalidade implica que os diferentes são o que são em relações de negociação, conflito e empréstimos recíprocos (Canclini, 2004, p. 14–15).

até transformá-la numa espécie de faca grosseira, que utilizavam especialmente no preparo de arcos e flechas (Pohl, 1976, p. 180).

O autor afirma que “Xavantes” (Awén) só atacavam (isso se refere aos brancos, naturalmente) em caso de grande necessidade; isto é, na legítima defesa de suas vidas e de sua liberdade, a qual, em muitos casos, diante do poderio bélico do colonizador, aceitavam negociar como forma de preservar a primeira. Quando perseguidos, porém, costumavam agir com bastante violência. No exemplo acima, Pohl descreve a busca do indígena pelo poderoso metal do colonizador, cuja obtenção natural e técnicas de trabalhá-lo lhes eram desconhecidas, razão pela qual improvisavam métodos próprios a partir da observação e da experimentação de que dispunham.

É importante observar que a honestidade e o caráter, tão apregoados pelo colonizador na filosofia e na religião, raramente eram empregados na política. Havia uma separação abissal entre teoria e prática, uma vez que aprisionavam os donos originários da terra para que os invasores fossem livres.

A busca dos indígenas de Goiás por ferramentas dos brancos também pode ser observada em ofício do juiz ordinário do julgado de Tocantins, com sede em Trayras, atual Niquelândia, Mamede Mendes Ribeiro, dirigido ao secretário de Estado de Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. No documento, o magistrado trata da formação de uma bandeira contra indígenas que invadiram o distrito de Amaro Leite, mataram um negro, roubaram ferramentas e possibilitaram a fuga de escravizados, ao mesmo tempo em que solicita recursos para a subsistência dessa expedição:

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor. Depois de cuidarmos com maior zelo no preparo da expedição das bandeiras na forma que era possível à nossa inteligência; foi o Sargento mor Francisco Martins dos Reis ao Distrito de Amaro Leite para concluir esta ação com toda a pressa atendendo aos insultos do gentio que chegou a entrar até junto da capela do Arraial e matar-me a poucos dias um negro, roubando juntamente todas as ferramentas que tenho em umas roças que tenho distante do Arraial do Cocal quatro ou cinco léguas e por particular mercê de Deus, escaparam-me outros negros, que nela estavam, não cessando ainda o perigo por constar que ainda estão da parte de cá do Maranhão (Conselho ultramarino, 1773).

O ataque narrado pelo juiz parece, à primeira vista ter tido como motivação a busca por ferramentas do branco, cuja efetividade já era conhecida pelos indígenas. Isso é sugerido pelas evidências do próprio relato: chegaram os indígenas até junto à capela do arraial. Não consta que moradores lhes opusessem resistência, nem que houvessem matado ninguém no arraial. Nas roças do juiz, mataram apenas um negro. O ataque a trabalhadores de uma lavoura,

entretidos com o trabalho constante e extenuante do machado na madeira, das foices nos ramos ou da enxada no solo — caso tivesse por objetivo matar — teria resultado em tragédia maior, dada a vulnerabilidade dos trabalhadores e o fator surpresa.

No entanto, além da morte do referido negro, o maior prejuízo que se depreende do relato de Mendes Ribeiro foi, sem sombra de dúvidas, a fuga dos demais negros e o roubo de todas as ferramentas. A narrativa não informa, porém se o negro morto era escravizado ou feitor. Não parece plausível que escravizados trabalhassem em roças rodeadas de matas sem alguma vigilância. Tampouco fica claro se houve resistência do responsável pela guarda desses trabalhadores, o que possibilita imaginar que o negro morto no ataque pudesse ser o feitor do grupo. Isso leva também a supor que o ataque possa ter sido combinado entre negros e indígenas, com o objetivo de possibilitar aos primeiros a fuga, já que, no histórico da região, ocorreu episódio semelhante no evento conhecido como tragédia da Prisca.

4.2 A tragédia da Prisca e o Quilombo do Pombal

Prisca era o nome de uma fazendeira que tinha suas posses dentro da antiga sesmaria de Lavrinhas de São Sebastião, próximo ao extinto arraial do Buriti Queimado. Sua fazenda situava-se perto do “encontro” das águas dos rios das Almas e Maranhão, na borda mais ao norte da grande Mata de São Patrício, nas cercanias de uma confluência geográfica que era trânsito de indígenas e quilombolas, onde mais tarde surgiram os quilombos de Pombal e Laguna. A região conta ainda com grandes serras, como a Serra de Santa Barbara, no local onde a floresta se encontrava com o Rio Maranhão, formando esconderijos perfeitos para os grupos quilombolas. Tais grupos são mencionados por Carlos Pereira de Magalhães, em “Cartas de Goiás”, em várias ocasiões. Contudo, o episódio mais impactante por ele registrado foi a tragédia da Prisca:

O presente acontecimento deu-se antes da Guerra do Paraguai: a fazendeira dona Prisca, que deu o nome a essa região, foi viúva do terceiro filho do capitão Francisco Ribeiro, de nome Antônio, que morreu sem deixar descendência. Velha e branca, explorava os negros cativos sem misericórdia. Na sede da fazenda, trabalhava-se no engenho, fazia-se queijo e farinha e o moinho girava sem cessar, cujas enormes pedras existem até hoje. Devota e ao mesmo tempo má, não perdoava ninguém, todo ano ia comungar na romaria do Muquém, 18 léguas além. Certa vez, dadas as esmolos, regressava ela satisfeita; do alto espigão, o capataz da sua comitiva notou uma revoada de urubus no rumo da fazenda. Dirigindo-se à velha, apontou lugubrememente para o horizonte. Ela, irritada, esclareceu que essa migração de corvos se fazia do outro lado do rio das Almas. Em dúvida, forçando as marchas, dentro de poucos dias chegavam à casa grande da fazenda. O céu negrejava de urubus, um fartum cadaveroso sufocava o ar. Ao apeiar do cavalo, desmaiou a velha com o que viu, e as mucamas que a

acompanhavam caíram por térrea, entre gemidos e prantos. O capataz, dois negros da comitiva e as mulheres era tudo o que restava do povo dessa florescente fazenda. Os urubus entravam às dezenas pelas janelas escancaradas e saíam, fartos, pelas portas; o solo parecia movimentar-se pela quantidade de ratazanas a arrastar restos humanos; as vacas aprisionadas no curral e trespassadas d flechas apodreciam amontoadas. Tudo o que tivesse vida fora morto à flecha, exceto o pessoal que tivera o crâneo esmagado pela borduna dos selvagens.

A maior parte dos escravos havia se aliado aos índios morcegos e após o massacre, com eles se refugiara nas selvas do Rio Tocantins, o que lhes garantiu a impunidade. A velha Prisca confinou-se em Jaraguá, enlouquecendo, pouco depois morreu (Magalhães, C., 2004, p. 68-69)

O massacre da fazenda da Prisca é um exemplo do choque cultural na fronteira, da disputa pelo lugar e das alianças movidas por interesses comuns. Os “índios morcegos”, atuais Avá-Canoeiros, Awá (como se autodenominam) eram os habitantes originários da região e lutavam pela posse da terra, ocupada pelo branco colonizador que a explorava por meio da mão de obra africana escravizada. Esta, por sua vez, vivia sem alento, folga ou esperança, dada a dureza do trabalho incessante e a violência da fazendeira Prisca. Nesse contexto, surge uma aliança trágica que opõe os próprios escravizados entre si, já que “a maior parte se aliou com os índios” enquanto os que não aderiram sucumbiu às flechas, bordunas ou à lâmina empunhada pelos seus iguais.

A fuga dos escravizados da propriedade em direção às matas do Rio Tocantins/Maranhão teria como destino provável os quilombos já existentes na região ou a fundação de novos núcleos. Vale ressaltar que na direção da fuga apontada por Magalhães, surgem as comunidades negras do Pombal, situadas na borda da Mata de São Patrício com o rio Maranhão, entre este e a Serra de Santa Bárbara, havendo, ainda na atualidade, famílias negras com terras no sopé da Serra. Outro aspecto digno de nota é a narrativa de miscigenação dessa população com os Awá “Avá-Canoeiros”, o que, aliado ao fenótipo “cafuzo” de muitos habitantes do Pombal, permite inferir que parte de seus moradores seja descendente dos fugitivos da fazenda da Prisca.

O ataque ocorreu, provavelmente, entre 1860 e 1863, tendo em vista a afirmação de Magalhães (2004) de que ocorreu “pouco antes da Guerra do Paraguai”. Situa-se, portanto, perto do fim da escravidão legal no Brasil, encerrada cerca de 25 a 28 anos depois, em 1888. O autor de “Cartas de Goiás” salienta que a fuga em direção às selvas do Rio Tocantins (Tocantins/Maranhão) lhes garantiu a impunidade, o que sugere não ter havido perseguição por parte das autoridades ou, caso tenha ocorrido, não ter obtido êxito.

A dinâmica da formação de comunidades negras no Alto Tocantins foi bastante ativa e obedeceu às necessidades e contextos históricos, políticos, econômicos e sociais diversos. No

início da mineração predominava a fuga motivada por um desejo de escapar ao trabalho duro e extenuante. Com a capitação, observa-se a fuga negociada entre senhor e escravo, por vezes articulada pelos primeiros com o objetivo de escapar da exorbitante cobrança do imposto por cabeça — taxa fixa e mais onerosa em relação a outras partes da Colônia, não importando o rendimento das minas. Em outro momento, com o esgotamento das jazidas, verifica-se novo recrudescimento da exploração da mão de obra escrava, levada ao limite na tentativa de garantir lucro constante. Soma-se a isso a questão social, marcada pela desumanização do negro e pela mentalidade de superioridade de certos senhores, como Prisca, presente desde o início da escravidão, embora manifestada de forma distinta; mais forte em uns senhores que em outros, a depender da índole e temperamento, e, por que não dizer, da saúde mental do senhor em questão.

Assim, sabendo-se da habilidade dos quilombolas em estabelecer comunicação constante com escravizados rurais e urbanos, forros e brancos perseguidos da justiça ou que podiam lucrar com o aquilombamentos, constata-se a formação de comunidades negras em Goiás, e de forma específica no Alto Tocantins, em contextos diversos:

- a) comunidades formadas em lugares ermos, originadas pela fuga durante os anos iniciais da exploração do ouro. Fugas motivadas pela dureza do trabalho na mineração aliada à violência física e psicológica advindas da pressão por desempenho e produção;
- b) comunidades próximas aos arraiais. Distantes “um tiro de pedra”. Provavelmente formadas, ao menos inicialmente, por negros forros que buscavam se agrupar e desenvolver sistemas de solidariedade. Essas poderiam auxiliar a esconder fugitivos das autoridades, ligando-se e desligando-se destes de acordo com a necessidade de se administrar os riscos para ambos;
- c) comunidades mistas, formadas por negros fugitivos, forros, indígenas e brancos perseguidos pela máquina do Estado. Tinham caráter itinerante diante do perigo de ataque; sua mobilidade se alicerçava em uma rede de comunicação, informação e desinformação como garantia e estratégia de sobrevivência.

É muito provável que já existissem comunidades de negros forros nas proximidades do Córrego do Pombal quando ocorreu o ataque à fazenda da Prisca. Esses núcleos seriam oriundos dos extintos arraiais do Maranhão, do Buriti Queimado (primeiro povoado nas terras das Lavrinhas de São Sebastião), da Água Quente e de Traíras. O processo de construção de comunidades negras forras, muitas vezes consideradas quilombos pela má fé de algumas

autoridades, não exclui a formação, na mesma região, de grupos de negros fugidos do cativeiro. Como também é possível que mantivessem contato com escravizados das fazendas e fugitivos que se aquilombavam, servindo de elo entre ambos. Tal pode ter sido o caso do ataque à fazenda da Prisca.

A análise das peculiaridades do ataque sugere tratar-se um crime de ódio à fazendeira, ao seu patrimônio e aos seus defensores, ainda que também fossem escravizados. As investidas unilaterais de indígenas contra fazendas na região geralmente não faziam distinção entre negros e brancos, escravizados ou livres, como no ataque ao povoado de Amaro Leite e à roça do juiz de Traíras, mencionado anteriormente, ocasião em que mataram um escravo e colocaram os demais em fuga; estes poderiam tanto ter arquitetado previamente a evasão quanto simplesmente aproveitado a ocasião.

Outro exemplo de ataque indígena no Alto Tocantins ocorreu na propriedade da família Ribeiro de Freitas, em Traíras, e é narrado por Dulce Madalena Rios Pedroso no artigo “Memória e documentação histórica na reconstituição da História Regional em Goiás.” A autora cita as memórias de Yêda Rios Brandão sobre as origens de sua família. A história começa por um cerco dos indígenas Awá “Avá-Canoeiros” à casa grande da fazenda Engenho Nossa Senhora da Conceição, propriedade de dona Laura Inocência Furtado, viúva do capitão Joaquim Ribeiro de Freitas. O falecido capitão foi um dos fundadores da Companhia de Comércio e Navegação de Traíras, em 1806, com o objetivo de estabelecer, através da navegação do rio Tocantins, o comércio entre Goiás e Pará (Pedroso, 2007).

Segundo a autora, no curso do cerco dos indígenas à fazenda, alguém disparou um tiro à noite, cujo estampido fez os atacantes correrem em disparada, deixando um deles morto. A partir de então, instala-se o medo de vingança, até que, dias depois, ocorre novo ataque:

Várias vezes o sol sumiu e apareceu sem que os índios voltassem. Aliviados os fazendeiros julgavam que o tiro amedrontando-os conservava-os à distância. A vida tomou de novo o ritmo normal, acalmaram-se os ânimos. Certa manhã, como não precisassem ficar de guarda, seguiram os negros para as plantações. Em casa ficaram as mulheres, crianças e os escravos mais idosos. Eis, que em meio ao silêncio costumeiro ladra um cão. Outro, mais outro, [...]. “Justino! Justino!” – gritaram todos de uma vez –, “Olha o Justino!” De uma trilha na mata vinha um negro em disparada: – Sinhá, fecha a casa, sinhá, aí vem eis, tapui! Laura correu ao sino e puxou-o. De cada canto do grande terreiro surgiram negras com os filhos. Todos entraram e Justino cansado e sem forças foi puxado para dentro da casa. Portas e janelas fechadas, pesadas trancas vieram reforçá-las. O escravo com esforço foi contando: – Tapui matô os nego tudo e eu escapô subino num coqueiro. Não acabara de falar e já a algazarra tenebrosa dos índios enchia o terreiro aproximando-se da casa. Paus e pedras eram atirados às portas e janelas, que estavam sendo forçadas. Na casa foi grande a confusão, quando uma negra apontou para o telhado gritando:

– Óia ali, sinhá, eis tira as teia e vai entrá! Laura correu para a cozinha: – Aticem o fogo do sabão (...). Clemente, ó Clemente, Maria, Teresa peguem a cuia e atira-lhes sabão. As negras musculosas munidas de grandes vasilhas correram à tacha e tomando o líquido preto e fervente iam jogando nos selvagens. [...] O ataque às portas e telhados recomeçaram mais intensos, quando um tiroteio se fez ouvir. [...] Os atacantes atiraram-se nas matas em correria [...] (Pedroso, 2017, p. 6).

O evento citado por Dulce Pedroso é mais um exemplo de ataques ao branco invasor e aos seus escravizados sem distinção, o que indica tratar-se de um grupo que ainda não havia estabelecido contatos amistosos ou alianças com comunidades negras. Isso não descarta, contudo, a possibilidade de já existirem aldeias ou grupos que o tivessem feito, nem de indígenas escravizados desses grupos terem se miscigenado com negros escravizados ou com membros de comunidades forras ou quilombolas. É possível que alianças entre negros e indígenas no Alto Tocantins, em caráter grupal de auxílio mútuo, tenham sido eventuais ou ocorrido apenas algumas décadas depois do ataque a Amaro leite e ao engenho de dona Laura. A autora discorre também sobre a existência de documentação referente o ataque em Traíras:

A documentação histórica oficial possui elementos originais em relação à crônica. Essa documentação encontra-se entre os informes de guerra, em ofício do presidente da província de Goiás, pe. Luís Gonzaga de Camargo Fleury, ao Ministro dos Negócios do Império, datado de 3 de setembro de 1839, informando-o dos ataques dos índios avácanoeiros às várias fazendas dos distritos de Trahíras, Carmo, São Félix e Amaro Leite e dos prejuízos deles decorrentes. Escreve o presidente: “em 3 de julho o gentio Canoeiro surpreendeu dois escravos de d. Laura Innocência Furtado e os matou a flechada em um canavial a três léguas distante da Vila de Trahiras.” (Pedroso, 2017, p. 3).

O ataque descrito no ofício do juiz ordinário do julgado de Tocantins, Mamede Ribeiro, data de 10 de junho de 1774 e teria sido executado pelos “índios Crixás”, segundo consta no documento. O episódio antecede em sessenta e cinco anos o ataque ao engenho de dona Laura e em cerca de noventa anos a investida à fazenda da Prisca, este já contando com indígenas aliados aos escravizados da propriedade em busca de liberdade. É factível dizer que essa aliança negro-indígena tenha se dado a partir do reconhecimento bilateral de que ambos lutavam contra um inimigo comum, restando imaginar de qual parte teria surgido o ânimo diplomático de tal aproximação, alicerçada em miscigenação ou interculturalidade anterior, na qual indígenas e africanos/afro-americanos (ambos escravizados) teriam se unido por casamento ou servido sob o jugo do mesmo senhor. Tal hipótese mostra-se plausível diante das dificuldades iniciais entre os dois grupos em estabelecer comunicação, caso não tivessem domínio da linguagem um do outro. Isso leva a crer que uma aliança na qual vidas estavam em jogo não poderia ter sido

estabelecida apenas por sinais inteligíveis, dada a fragilidade desse tipo de comunicação, imprecisa e lacônica, resultando dessas alianças uma relação intercultural.

Ao se pensar o projeto Moderno/Colonial a partir da conquista da América como o encontro entre dois mundos, aborda-se apenas a chegada, considera-se os africanos escravizados como aliados conscientes do projeto ou, ainda, exclui-se totalmente esses sujeitos dessa dinâmica. A chegada à América pode ter significado, naquele primeiro momento, o encontro entre dois mundos (o do nativo e o do europeu); mas o processo Moderno/Colonial envolve “outros mundos” desde a sua gestação, como se observa na expulsão de mouros e judeus da Espanha e, posteriormente, de Portugal, e na apropriação de seus bens por parte do Estado nascente, fator que contribuiu para seu financiamento.

Para resumir, considerando-se que, ao menos politicamente, ou como estratégia de sobrevivência, mouros e judeus conversos poderiam estar alinhados ao projeto colonial (ou nele serem incluídos) e que, sendo brancos, era mais fácil esconder sua origem e mesclar-se à população cristã tradicional, pode-se falar no encontro entre três mundos ou realidades distintas: o branco europeu colonizador, o nativo das Américas e o africano escravizado.

Tratava-se de três mundos ou imaginários distintos, em total dissonância, que convergiriam no forjamento de nações, por meio da violência física e psicológica, dos discursos legitimadores da dominação e da construção de uma ideia de superioridade, manipulada para justificar o domínio. O mar foi o limite transposto pelo europeu colonizador; a América, a fronteira ocupada. A noção de fronteira é aqui empregada não apenas em sentido territorial, mas como espaço de contato, conflito e intercâmbio entre grupos distintos. Segundo Pesavento:

Há, sem dúvida, uma tendência para pensar as fronteiras a partir de uma concepção que se ancora na territorialidade e se desdobra no político. Neste sentido, a fronteira é, sobretudo, encerramento de um espaço, delimitação de um território, fixação de uma superfície. Em suma, a fronteira é um marco que limita e separa e que aponta sentidos socializados de reconhecimento. Com isso, podemos ver, mesmo nesta dimensão de abordagem fixada pela territorialidade e pela geopolítica, que o conceito de fronteira já avança para os domínios daquela construção simbólica de pertencimento a que chamamos identidade e que corresponde a um marco de referência imaginária que se define pela diferença (Pesavento, 2002, p. 36).

Na fronteira, as relações humanas se desenvolvem ao longo do tempo, e a passagem deste se encarrega de mostrar as mudanças e permanências no espaço a partir dessas interações. A convivência com o outro, se a princípio se dá pelo estranhamento e pela diferença, a posteriori permite construir o produto das influências mútuas ou interinfluências. Isso se manifesta no pensamento, na linguagem, nos hábitos adquiridos pela necessidade de negociação; nas técnicas

e modos de fazer, originando identidades multifacetadas e alteridades frágeis, pouco delineáveis, ou nem sempre facilmente diferenciáveis. Tal dinâmica pode ser observada na cultura caipira, formada na fronteira, no contato com o diferente, forjada por modos de falar, de fazer e de viver que originaram um “modo de ser” decorrente da miscigenação entre brancos pobres, indígenas e negros. Desse processo surge uma nova identidade.

Definir o caipira não é tarefa fácil, a não ser para quem o seja ou com ele conviva. O Sua identificação não se dá pela cor. O caipira pode ser negro, branco, mulato, pardo, caboclo, cafuzo ou mameluco, classificações advindas da miscigenação e estabelecidas a partir da observação fenotípica do indivíduo.

É por esse viés de compreensão da fronteira que se confrontam as percepções da alteridade e da identidade, ou que se contrapõem as construções imaginárias de referência, definindo-se os “outros” com relação a “nós” e vice-versa. Portanto, o “recorte” epistemológico que “encerra” o conceito de fronteira é capaz de, paradoxalmente, anular esse mesmo critério do espaço e avançar para o plano dos significados partilhados.

É ainda por este ângulo de abordagem conceitual que as fronteiras não podem ser apenas encaradas como marcos divisórios construídos, que representam limites e estabelecem divisões. [...]

Elas também induzem a pensar na passagem, na comunicação, no diálogo e no intercâmbio. Figurando um trânsito não apenas de lugar, mas também de situações ou época assim como de população, esta dimensão aponta para uma nova reflexão: a de que, pelo contato e permeabilidade, a fronteira é, sobretudo, híbrida e mestiça (Pesavento, 2002, p. 36).

Esse trânsito de lugar que leva ao conflito entre o eu e o outro na fronteira, pode ser exemplificado pelos embates entre indígenas e escravizados em um primeiro momento, nos tempos iniciais da colonização em Goiás. Por outro lado, o contexto político, social, e/ou econômico, produz o que a autora denomina “trânsito” de situações ou épocas em que interesses divergentes podem convergir.

A luta contra o invasor ou contra as suas ações não distinguia, no protagonismo indígena (no início) o branco do negro. Se havia algum grau de distinção, os negros seriam vistos, no mínimo, como braços dos brancos, instrumentos de sua vontade. Apenas a convivência de longo prazo e os diálogos poderiam esclarecer o limite da atuação dos brancos por intermédio dos negros na fronteira; espaço que era o território ancestral indígena. É por meio desse contato, dessa permeabilidade que o idioma do outro passa a ser entendido e seus hábitos, no ambiente (cujas dificuldades domaram com o tempo), absorvidos pelos que precisavam aprender para se adaptar. Pelas contingências impostas pelo convívio, utensílios e produtos do outro passaram a ser experimentados e apreciados e, mais do que isso, tornaram-se necessários para a

alimentação ou execução de tarefas, quando não indispensáveis. Produzem-se, nesse processo, a mestiçagem e a hibridização. Conhecimentos e hábitos se entranham e se fundem. Eis a interculturalidade: o surgimento de uma terceira via, da qual emergem novas culturas e novas identidades.

É nesse sentido de trânsito de situações e épocas que se podem compreender os contextos que possibilitaram, em Goiás, em um segundo momento, as alianças entre negros e indígenas, como no caso do ataque à fazenda da Prisca.

A ação conjunta contra a fazenda da Prisca, executada por negros e indígenas, ajuda a compreender narrativas e a busca por reconhecimento e direitos por parte comunidades remanescentes de escravos na região do Alto Tocantins, como a comunidade do Quilombo do Pombal e seus desdobramentos, que vieram a formar as comunidades Tomás Cardoso, Laguna e João Borges Vieira. Os habitantes de Pombal narram uma ascendência negra e indígena que merece algumas considerações:

- a) a convergência de elementos narrados por Carlos pereira de Magalhães sobre o ataque à fazenda da Prisca;
- b) a localização do Quilombo do Pombal a cerca de quatro léguas do local do ataque;
- c) a localização da Fazenda da Prisca e do Quilombo do Pombal no Alto Tocantins;
- d) a direção tomada pelos negros e indígenas em fuga, apontando para as proximidades da atual localização do Quilombo do Pombal;
- e) os relatos de Carlos Pereira de Magalhães de que havia quilombolas na mata de São Patrício, que alcançava as bordas do rio Maranhão/Tocantins, direção tomada pelos fugitivos;
- f) a própria narrativa dos habitantes do quilombo do Pombal, na atualidade, ao se reconhecerem como descendentes de negros e indígenas.

O fato de a fazendeira dona Prisca ser idosa, viúva e sem filhos pode ter contribuído para que não se organizassem bandeiras ou expedições punitivas ou de captura contra os fugitivos. É possível que não tenha havido interesse por parte de seus parentes, talvez mais preocupados em manter os bens que ficaram do que em arriscar tempo, dinheiro e vidas numa tarefa que poderia trazer mais infortúnio. Outro fator que talvez tenha contribuído para a não perseguição aos atacantes e fugitivos seria a conjuntura da luta política abolicionista do período.

Magalhães (2004) informa que “os escravos fugiram com os índios e com eles se homiziaram nas selvas do rio Tocantins”, isto é, a partir do encontro do Rio das Almas com o

Rio Maranhão. Embora a informação possa parecer genérica, é sabido que a Mata de São Patrício chegava até as margens do Rio Maranhão, além de ocupar boa parte do território de Lavrinhas, margeando os rios São Patrício e das Almas. Essa mata, na porção correspondente às terras da localidade, muitas vezes recebia apenas o nome de Mata de Lavrinhas, numa tentativa de ser maior especificação nas correspondências e documentos ao se indicar direção.

Em várias passagens de “Carta de Goiás”, Magalhães faz referência à Mata de São Patrício, e em ao menos três delas, à existência de quilombolas em seu interior. Quando de sua chegada a Lavrinhas, em sua visita ao Sítio Novo, o autor registra:

Senti-me emocionado com a grandiosa barreira verde da floresta primeva, que se desdobra pela serra da divisa a mais de 5 léguas de fundo e estende-se do rio das Almas ao Morro dos Bois, mais de 15 léguas sem solução de continuidade. Quando os índios desocuparam a mata, os canhamboras entraram, e até hoje se tem notícias de alguns na Mata de São Patrício (Magalhães, 2004, p. 92).

O relato descrito consta de carta escrita por Carlos Pereira de Magalhães em 26 de junho de 1919, em Lavrinhas, enquanto se hospedava na casa de Celírio Machado, um dos líderes da comunidade na época. O autor foi até o Sítio novo, onde habitou o último senhor da antiga fazenda, o alferes Silvestre Pereira Ribeiro, filho do capitão Francisco Pereira Ribeiro, a quem se atribui a descoberta de novas lavras, no local onde foi fundado o novo arraial e para onde se transferiram os habitantes do antigo arraial do Buriti Queimado.

A visita ao Sítio Novo ocorreu no contexto da venda das terras de Lavrinhas, então sob posse dos irmãos Brockes, para o grupo Monteiro de Barros, sendo Magalhães o advogado encarregado de regularizar a documentação e concluir a venda. Como Silvestre Pereira Ribeiro havia fixado residência no local, para lá se dirigiu o advogado em busca de reunir documentos sobre o latifúndio. Hospedou-se na casa que pertencera ao antigo senhor e que, na ocasião, era cuidada por Celírio Machado e sua mãe, chamada “Sinhana Velha”, senhora já centenária. Essa mulher havia vivido a experiência da escravidão em Lavrinhas, tendo sido escravizada pelo capitão Francisco Pereira Ribeiro. O relato de Magalhães, enquanto representante das elites que buscaram se apossar das terras da antiga sesmaria, recupera um importante testemunho da escravidão negra que ali existiu, uma vez que conheceu pessoalmente dois dos ex-escravizados da fazenda: Sinhana velha e outro chamado Adão, também centenário, ao qual o autor dedica algumas páginas de suas cartas.

Ao recolher as memórias da região em sua correspondência, o autor de “Cartas de Goiás” talvez jamais imaginasse que seus relatos serviriam, no futuro, como testemunho e prova

da ocupação primordial de Lavrinhas por negros forros, ex-escravizados e quilombolas, cujos descendentes reivindicariam seus direitos a essas terras, com base em uma ancestralidade que ele ajudou a documentar:

Tendo de atravessar um saransal de terreno estéril e aurífero, fiquei surpreso ao ver um negrão ossudo sarandiando vagarosamente na direção de uma choupana de pretos. Parecia não ter pernas, pois essa pobre vegetação, que mal atinge a cintura, o afogava pelos ombros. Observando com atenção, percebi que andava de cócoras. Informaram-me que o Adão, essa era a sua graça, quase emparelhava na idade com a Sinhana do Sítio Novo, que fora escrava do velho capitão. Garimpeiro e escravo passara a vida toda encolhido em túneis de mineração, e com a velhice, as pernas se fecharam como canivete. Na engenharia antiquada, esses túneis eram estreitos e baixos e frequentemente desmoronavam, sepultando vivos os infelizes cativos. Impossível para o Adão montar a cavalo ou nadar, a jornada de uma légua era para ele tarefa de um dia. Apesar disso, continuava faiscando e descobrindo pintas auríferas nos velhos túneis (Magalhães, 2004, p. 88).

As informações prestadas por Magalhães nessa carta resgatam aspectos da natureza do trabalho escravo na mineração. Testemunham também a permanência dos remanescentes de escravizados no território de Lavrinhas apenas 31 anos após a abolição. Chama a atenção a forma como se refere à habitação na qual entra o ex-escravizado, “uma choupana de negros”, expressão que não esconde o pendor racialista e positivista, ressaltando também as moradias típicas da população negra e pobre. As pernas de Adão, fechadas como canivete e que não lhe permitiam andar em pé, foram um testemunho vivo do caráter desumano com que o negro era explorado no trabalho das minas. Segundo Palacín:

O dito popular do século XVIII de ser o Brasil o “inferno dos pretos, o purgatório dos brancos e o paraíso dos mulatos”, deve ter tido a sua plena realização, no tocante aos pretos, sobretudo nas minas. Aos outros males da escravidão aqui vinha somar-se a dureza do trabalho inexoravelmente exigido até a morte. Os pés metidos na água fria, durante horas e horas, dobrados sobre a cintura enquanto o sol cai implacável sobre suas costas. Os escravos sustentavam-se no trabalho a poder de largos goles de cachaça. Daqui se seguiam as gripes, pleurites, desvios da espinha e outras enfermidades próprias do garimpo. Quando o trabalho era nos túneis abertos na montanha, além dos desmoronamentos, tão frequentes em obras feitas às pressas, sem nenhum cálculo técnico, que endividavam os mineiros pela mortandade dos escravos, a falta de ventilação acelerava os processos de envenenamento e a petrificação dos pulmões em virtude da silicose (Palacín, 1972, p. 92).

O exemplo e símbolo vivo da dureza da escravidão na figura do Adão de Lavrinhas, mostrou a Magalhães a herança dura de uma vida inteira e centenária dedicada a garimpar nos túneis que lhe deixou ao como pagamento e legado o “entrevamento” das pernas. O trabalho nas minas não lhe permitiu aprender outro ofício, obrigando-o a tirar o seu sustento dos velhos túneis que ele conhecia como ninguém e que utilizava, além da mineração, para criar rãs que lhe serviam de complemento à dieta.

A dramática e longeva vida desse antigo trabalhador da mineração em Lavrinhas chama a atenção de Magalhães que, além de advogado do grupo Monteiro de Barros, torna-se um dos sócios na compra da grande fazenda que media “mais de trinta léguas de terra em quadra” (Magalhães, 2004). Palacín, na citação anterior, descreve a vida na mina e fornece detalhes da dureza de uma existência que o Adão de Lavrinhas conheceu bem, sendo ele próprio testemunha da morte de tantos outros cativos naquele ingrato trabalho, do qual escapou sabe-se lá quantas vezes. O interesse de Magalhães por esse fato advém da perplexidade que contrapunha a aridez da vida na mineração e a longevidade do Adão, a quem atribuía sorte ou providência especial diante dos desafios e peripécias enfrentados pelo velho trabalhador. O autor registra que:

O povo o respeitava, mas detestava o seu atrevimento nos festejos. Um dia o pessoal da Capela organizou uma festa; entre ele e o terreiro festivo interpunha-se um ribeirão transbordando. Os festeiros sorrindo, diziam, dele estamos livres! Que fez? Despiu-se e, tomando uma pedra para equilíbrio, mergulhou nesta margem e, caminhando pelo fundo, emergiu na outra. Passou a noite rufando desordenadamente num monstruoso pandeiro, perturbando a ordem e a cadência das danças.

Na manhã de um dia de verão, toma a candeia, atravessa no ombro o embornal de paçoca, numa cabaça d'água e embarafusta num velho túnel, não distante da sua choça. Esse subterrâneo, morada de miríades de morcegos, criava também as jias, que deles se alimentavam. Pouco depois cobre-se de trevas, estouram os trovões, uma chuva torrencial faz estremecer a terra, afundou-se o túnel, a ponto de não mais se atinar com a entrada. Adão foi dado como perdido, a capela tocou o sino dos agonizantes, todos lastimaram a sua triste sorte.

Passou o primeiro dia, o segundo, na noite do terceiro, cantava na sua morada o réquiem dos mortos, com velas acesas. A noite ia alta, os cachorros lá fora choravam, quando um vulto negro, esgueirando-se pela casa adentro, derruba as velas bentas, pondo todos no escuro; fogem as mulheres e os homens pelas portas e janelas. Dois mais arrojados, com esconjuros e tochas nas mãos, alumiam o ambiente. Encontraram o velho furioso com a recepção... Mas tudo se acomodou com um martelo de pinga. O desmoronamento não o atingira. As distâncias nos túneis se medem pelas candeias de iluminação. A zona sinistrada abrangera até a sexta candeia, sobrando um lanço de duas candeias de terra firme onde trabalhava. Nessa conjuntura, lembrou-se o velho da tática do tatu, quando acuado abre um novo buraco para o ar livre. Instintivamente calculou o rumo e a distância que o separava do solo, e, invocando Santo Elesbão, protetor dos homens pretos, cortou na diagonal. Ao cabo do terceiro dia de trabalho, rasgou-se para os seus olhos uma noite de clara lua. Enchendo o peito de ar fresco, balizou a sua morada ali perto. Chegando, os cachorros o conheceram, mas os seus o refugaram! (Magalhães, 2004, p. 89-90).

Certamente espanta ao autor a longevidade de um escravizado da mineração diante da insalubridade da vida nos garimpos, tanto nos rios quanto nos túneis, e dos maus tratos a que era submetido. Adão era um sobrevivente contra todas as probabilidades. Suas características pessoais também impressionam o causídico: resistente, resiliente, astuto e vivaz, a ponto de sobreviver ao desmoronamento de um túnel e enfrentar situações que para qualquer indivíduo já seriam difíceis e, para um idoso, impensáveis!

Atravessar a força das águas de um rio transbordando e festejar a noite toda tornam sua figura quase cômica, considerando todos esses fatores em conjunto. Sua vida desafiava a lógica, as leis da física, fazendo-o parecer indestrutível, imortal. Era um homem apegado ao seu lugar, arraigado a ele; alguém que tinha identidade, que conhecia a si mesmo.

O exemplo de Adão relatado por Magalhães personifica um homem perfeitamente adaptado ao seu ambiente. Portador de conhecimentos e técnicas necessárias para viver e sobreviver nele. As rãs que criava nos túneis não serviam apenas para sua alimentação ou para se alimentarem dos morcegos. Ao lado de sapos cururus, auxiliavam na limpeza dos túneis contra escorpiões, aranhas e outros insetos. Serviam de alimentação e receptáculo para a peçonha das cobras que porventura entrassem nos túneis, diminuindo o risco de morte ao ser humano picado. As rãs, portanto, contribuía para a segurança.

A lição do tatu é outro exemplo da integração do homem à natureza: “cava na diagonal” para buscar uma saída quando acuado em seu túnel. Segurar uma pedra ao atravessar um riacho, a fim de não ser levado pela força da correnteza mostra a capacidade de aprender pela observação, repetição, recriação e readaptação. Soma-se a isso a técnica de respiração embaixo da água, que pode ter sido aprendida na mineração no fundo de rios e córregos por meio do mergulho para retirar material aurífero. Sobre essa questão, Arturo Escobar teoriza que:

[...] Parece haver uma certa convergência nas colocações antropológicas mais recentes relacionadas com o conhecimento local ao tratar o conhecimento como uma atividade prática, situada, constituída por uma história de práticas passadas e em mudança, ou seja, ao assumir que o conhecimento local funciona mais através de um conjunto de práticas que dependem de um sistema formal de conhecimentos compartilhados, livres de contexto. (Hobart, 1993b:17-18; Ingold, 1996). Isto se poderia chamar de uma visão do conhecimento local orientada para a prática que tem sua origem numa variedade de perspectivas teóricas (de Bourdieu a Giddens). Uma tendência similar põe a ênfase nos aspectos corporizados do conhecimento local, neste caso, apelando às posturas filosóficas delineadas por Heidegger e também por Marx, Dewey e também Merleau-Ponty. Ingold (1995; 1996), o mais eloquente desses expositores, sustenta que vivemos num mundo que não está separado de nós, e nosso conhecimento do mundo pode ser descrito como um processo de adestramento no contexto do envolver-se com o meio ambiente. Os seres humanos, desse ponto de vista, estão arraigados na natureza e imersos em atos práticos, localizados (Escobar in: Lander, 2005, p. 66).

A referência de Escobar a Hobart e Ingold, defendendo o caráter prático dos conhecimentos locais, reforça a ideia de arraigamento ecológico defendida pelo professor Alexandre Martins de Araújo. Tal perspectiva permite conceber que as demandas surgidas em determinado meio buscam e encontram soluções nele próprio, criando uma espécie de “pedagogia da necessidade-adaptação-ambiental”. Isso se explica pelo fato de que a

necessidade leva à busca da solução no ambiente; fazendo surgir um conhecimento prático local que talvez faça sentido somente ali, como as casas feitas de taipa, barro e palha. A vida em conjunto leva à transmissão desses saberes, criando uma espécie de memória interativa construída no contato com a natureza e com o outro, como o indígena.

O ser humano, além da razão, possui, como os outros animais, o instinto. Isso o levou a desenvolver técnicas e estratégias de sobrevivência, criando (como os outros animais) uma memória baseada na capacidade de observação do ambiente, de pressentimento de perigos, da utilização instintiva de recursos. A existência de uma memória biológica¹¹, aliada a uma memória interativa é o que permite o surgimento e a transmissão de conhecimentos e técnicas das mais diversas formas.

Assim, verifica-se no Brasil e, de forma específica, em Goiás, na região do Alto Tocantins, que negros africanos no contato com a natureza e os naturais da terra (indígenas de diversas etnias) e com o colonizador, desenvolveram uma “linguagem cosmogônica”¹² e uma tradução cosmológica¹³ a partir da interação diversa e conflitiva, que se dá por meio da troca e da apropriação de saberes e com base no arraigamento ecológico.

Em meados do século XIX ocorre mais uma fuga de escravizados no Alto Tocantins. Os cativos fugiram da fazenda do fundador da atual cidade de Uruaçu, Gaspar Fernandes de Carvalho, enquanto ele ainda residia em sua fazenda em São José do Tocantins, atual Niquelândia. Citando José Fernandes Sobrinho, Martiniano José da Silva, em “Sombra dos Quilombos”, informa que:

Por causa de um cavalo de estimação, o velho meu bisavô mandou espancar um negro dele por nome Mané Jirau. O negro foi justificado na presença da escravaria toda, para servir de exemplo, e envergonhou. Logo que melhorou das pancadas, fugiu uma certa noite carregando cinquenta e tantos companheiros, metade macho, metade fêmea. O velho ajustou capitão do mato, deu encima e encontrou vestígios deles que saltaram o rio Maranhão no rumo da Serra das trombas, e nunca mais nenhum foi recuperado (Silva, M., 1974, p. 78).

¹¹ Enquanto a memória biológica se define como faculdade mental de registro e, na armazenagem de informações no cérebro para posterior evocação (lembrança), a memória registrada seria todo o legado preservado de um povo, ao longo dos tempos (Monteiro; Carelli, 2007, p. 4).

¹² Cunhei o termo para explicar as crenças espirituais de diversos povos em sua relação com a vida, a natureza, o mundo. Linguagem cosmogônica se refere às formas de comunicar a própria origem, a origem do universo e a relação que se estabelece com ele. Essa linguagem aparece nos mitos, narrativas tradicionais, metáforas e no entendimento das forças da natureza.

¹³ Tradução cosmológica refere-se às maneiras de entender a si mesmo e ao outro, de forma intercultural, e de interpretar e ressignificar conhecimentos e costumes intercambiados.

O sucesso da fuga descrita está diretamente relacionado ao conhecimento que, ao menos alguns, como Mané Jirau, tinham da natureza do lugar. Foram capazes de transpor o caudaloso Rio Maranhão em direção às terras do atual município de Trombas, tendo se instalado, provavelmente, em terras dos atuais municípios de Santa Tereza ou Formoso e ajudado a formar as comunidades quilombolas da região.

A ideia de “fuga da geografia” refere-se ao fato de o Alto Tocantins ter sido considerado, pela historiografia, de forma abrangente, sem a devida atenção ao surgimento de numerosas comunidades rurais negras nessa região, próximas umas das outras e distribuídas ao longo do curso do Rio Tocantins e seus afluentes, serras e matas, em continuidade geográfica. Não se percebeu a existência de um padrão na formação dessas comunidades, considerando-se uma microrregião em continuidade territorial, circunstância que dificilmente pode ser atribuída à mera coincidência. Tampouco se levou em conta a ocorrência de um grande movimento populacional negro a partir do Alto Tocantins, no contexto da utilização da mão de obra negra escravizada na exploração da atividade mineradora, iniciada no século XVIII.

A existência e persistência dessas comunidades na localidade mostram algo além de um povoamento aleatório feito exclusivamente por pessoas negras. Esse movimento e essa realidade apontam para uma conjuntura histórica específica em determinada região geográfica. Pode-se, assim, falar da existência de um grande quilombo que passou despercebido, ou quase, diante das autoridades coloniais e que chegou ao século XXI por meio de seus remanescentes, os quais lutaram por seu território e por direitos que foram contemplados no texto da Constituição de 1988. Isso porque os constituintes conheciam o histórico das lutas e desafios enfrentados por essas comunidades diante da grilagem e da expropriação de suas terras.

Faz-se necessária, portanto, uma abordagem acadêmica, como a proposta neste trabalho, que trate do processo adaptativo dessas populações quilombolas no Cerrado do Alto Tocantins, diante tanto dos recursos naturais quanto dos desafios impostos pelo meio. Isso envolve desde a busca por abrigo contra fatores climáticos e a fauna, até o acesso a recursos alimentares, o enfrentamento de doenças endêmicas e outras enfermidades, bem como a forma de tratá-las com recursos disponíveis na própria natureza.

Nesse aspecto, comunidades quilombolas dos séculos XVIII ao XX não se diferenciavam muito de outras comunidades rurais pobres em Goiás, compondo o que se convencionaria chamar de sertanejos ou caipiras. A diferença fundamental residia, então, em suas danças e cultos a santos negros, às congadas e moçambiques.

As comunidades quilombolas (agrupamentos rurais negros) padeceram dos mesmos males enfrentados por outras comunidades rurais em Goiás. O estabelecimento inicial em dada localidade, durante as fugas, trazia grandes desafios, como a falta de abrigos, a exposição a ataques de animais e grupos indígenas e a escassez de alimentos. Nesse sentido, o único estudo detalhado sobre a alimentação e a saúde em Goiás, enquanto a escravidão ainda vigorava (de que se teve conhecimento até o momento) é de autoria da professora Sônia Maria de Magalhães, intitulado “Males do Sertão: alimentação, saúde e doenças em Goiás do século XIX”.

O estudo aborda o ambiente, considerando zonas geográficas reputadas como saudáveis e outras tidas como insalubres pela ciência da época e pelo senso comum. Examina ainda a alimentação disponível em cada uma dessas áreas e o conceito de sertão, caracterizado como vazio demográfico:

Janaína Amado (1995) salienta que “sertão” foi uma categoria elaborada inicialmente pelos colonizadores portugueses, carregada de sentidos negativos, espaços vastos, desconhecidos, longínquos, pouco habitados, isolados, perigosos, dominados pela natureza bruta e habitado por bárbaros. Foi utilizado para nomear as mais diversas áreas, como as de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, nos séculos XVII e XVIII. Regiões distantes, povoadas pelo gentio, porém repletas de riquezas. Dependendo do enunciante, “sertão pode possuir os mais variados sentidos. Para os governantes portugueses na Capitania e alguns administradores na província de Goiás, por exemplo, “o sertão era o exílio a que haviam sido temporariamente relegados” (Amado, 1995, p. 149). A partir das últimas décadas do século XIX, outros significados foram incorporados ao conceito, transformando o sertão em uma categoria essencial para o entendimento de “nação”. O sertão goiano compreendia as áreas pouco conhecidas do norte da província, como as terras distantes da localidade de Amaro Leite, situadas próximas aos rios Maranhão e Araguaia, com solos propícios para a prática das atividades agropecuárias, porém, repletas de “índios selvagens” (Magalhães, S. 2014, p 24).

Nas fugas para o sertão, às margens do rio Tocantins e seus afluentes, os negros ocupavam territórios escolhidos segundo o critério de segurança. Mantinham contato importantes nos centros urbanos, onde os interesses mútuos podiam ser atendidos, com base nas necessidades de parte a parte. O quilombola precisava de pólvora, sal e metais, os comerciantes, de lucro a peso de ouro. As comunidades precisavam de proteção contra investidas oficiais e o ouro por eles garimpado garantia informações nesse sentido.

A atividade mineradora que levantou os primeiros arraiais em Goiás mesclou urbanização no ermo, exploração aurífera e mão de obra escrava africana, criando entre os escravizados negros e seus descendentes um saber prático relacionado à prospecção e à extração do metal. A vida das comunidades quilombolas girava em torno do trabalho de subsistência na terra, da pequena criação de gado, galinhas e porcos, quando possível, e da caça e da coleta de

frutos e raízes. A pólvora e o sal eram adquiridos nas cidades. Essa dinâmica manteve-se praticamente inalterada até as décadas finais do século XX na maioria dos quilombos em Goiás; em outros, houve poucas alterações até a atualidade. A alimentação, devido à pobreza na maior parte das comunidades quilombolas, permanecia a mesma até tempos recentes, sobretudo nas regiões mais distantes dos núcleos urbanos.

Falando sobre a alimentação em Goiás no século XIX, Sônia Maria de Magalhães informa que:

As Galinhas e os porcos cevados com restos de comida, criados soltos nos pátios das casas, também constituíam rica fonte de proteína. Mas diante da incerteza da ingestão da carne bovina, suína e de aves, a caça e a pesca apresentavam-se praticamente como as únicas alternativas de acesso à proteína animal por parte daquela gente. As poucas verduras cultivadas nas hortas e as frutas dos pomares complementavam o nutrimento. Contudo a área reservada à horta era exígua, o que indica a pouca importância reservada no sertão às hortaliças[...] (Magalhães, S. 2014.p. 90)

A alimentação dos quilombolas não poderia ser diferente da alimentação de outros grupos pobres rurais em Goiás, no século XIX, devido ao fato de estarem inseridos no mesmo cenário social e geográfico. No contexto rural, o cerrado, os campos, as matas, as veredas e os rios ofereciam alternativas de alimentação em tempos de crise e escassez:

Em decorrência das constantes crises alimentícias, havia uma dependência crônica da população em relação ao cerrado, principalmente os mais necessitados, cuja “parte principal do alimento [...] é de natureza vegetal, frutas silvestres que buscam nas matas, tais como cocos de diferentes espécies de palmeiras, o fruto da pusá, mangaba, jatobá, pitomba, goiaba, araçá e outras” (Gardner, 1975, p. 182). O palmito da guariroba, extremamente amargo, e o pequi, nos meses de setembro e outubro, saciavam a fome de muitos. A fruta da cajazeira tinha a mesma serventia em determinadas épocas do ano, e dela preparava-se a “sembereba”, suco de cajá misturado com rapadura e farinha (Audrin, 1963, p. 60).

Os rios forneciam diferentes tipos de peixes, tais como o pacu, a piranha, a piratinga, a pirarara e o pirarucu. Este último considerado o bacalhau do Brasil, era pescado no rio Araguaia e, convenientemente retalhado, salgado e secado ao sol, compunha excelente reserva alimentícia (Audrin, 1963). As tartarugas, em especial “a tracajá, assada inteiriça, em cima de brasas, é um dos melhores regalos do sertão” (p. 32). Aproveitavam-se também os seus ovos, excelentes quando batidos com rapadura, conforme a opinião de Audrin, que os experimentou diversas vezes (Magalhães, S., 2014, p. 91)

Essa dependência crônica seria solapada a partir da segunda década do século XX em Lavrinhas, no Alto Tocantins, como em toda a região do chamado Mato Grosso Goiano. A derrubada da Mata de São Patrício para abrigar a CANG acabaria por destruir uma importante fonte de recursos e de alimentação do lavrinhense. Os habitantes de Lavrinhas também seriam expulsos de sua terra ancestral por meio da grilagem e dos cercamentos empreendidos pela especulação financeira. Ocorreria uma grande valorização das terras de Goiás com a construção

de Goiânia, com a notícia da construção de uma Capital Federal em Goiás, no Planalto Central, e com a abertura de caminhos para o interior do estado.

4.3 Lavrinhas, a fronteira no tempo e no espaço

A antiga sesmaria Lavrinhas de São Sebastião talvez seja o território mais emblemático na História de Goiás. Sua conquista envolveu a expulsão de grupos indígenas que habitavam ou frequentavam a região, como “Caiapós do Sul” (Panariá), “Xavantes” (Awén) ou “Avá-Canoeiros” (Awá). Foi ocupada pelo branco português no século XVIII, a partir do projeto de exploração colonialista do ouro com mão de obra africana escravizada (1730–1788). Essa ocupação, iniciada com o enfrentamento de grupos indígenas, sua expulsão ou extermínio, também produzirá conflitos com o negro escravizado, que fugirá das minas e fazendas, formará quilombos e promoverá ataques. Conflitos típicos de um ambiente de fronteira. Para Leenhardt:

Os dicionários são muito claros sobre a definição de fronteira. “É a extremidade de um reino, de uma província que os inimigos se deparam quando querem entrar”. O aspecto estático de fronteira não impede, bem entendido, que por um movimento que venha do interior do território a fronteira se transforme em um front móvel. O objetivo da geopolítica consiste precisamente nesse aspecto que, face às definições estáticas dadas pela geografia, ela tenha por objeto o movimento permanente que agita essas linhas reputadas imóveis, sabendo que toda fronteira não é senão o resultado precário e passageiro das lutas engendradas pelas pulsões expansionistas (Leenhardt in Martins, 2002, p. 27).

Nesse contexto, a fronteira é conceito estático que se opera na mobilidade da vida prática que transcende teorias, marcos físicos e tratados, movendo-os, ressignificando-os e transformando-os. Opera-se na interação com o outro, o diferente, aqueles que estão em constante contato de um lado e outro do front, onde as pulsões expansionistas, de qualquer dos lados, produzirão mudanças no espaço verificadas no tempo.

À luz das evidências auferidas, compreende-se Lavrinhas de São Sebastião como um território de encontros, desencontros, rupturas, conflitos. Um território alcançado pelo projeto expansionista e colonizador engendrado por Portugal, produto da Modernidade e do Mercantilismo que liga três continentes: Europa, África e América; e envolve três povos em três realidades históricas distintas no mesmo espaço, brancos negros e indígenas em Lavrinhas de São Sebastião.

É por esse viés de compreensão da fronteira que se confrontam as percepções da alteridade e da identidade ou que se contrapõem às construções imaginárias de referência, definindo-se os “outros” com relação a “nós” e vice versa. Portanto o

“recorte” epistemológico que “encerra” o conceito de fronteira, é capaz de, paradoxalmente anular esse mesmo critério do espaço e avançar para o plano dos significados partilhados

É ainda por esse ângulo de abordagem conceitual que as fronteiras não podem ser encaradas como marcos divisórios construídos, que representam limites e estabelecem divisões. O mais intrigante, a meu ver, seria pensa-las em sua outra dimensão.

Elas também induzem a pensar na passagem, na comunicação, no diálogo e no intercâmbio. Figurando um trânsito não apenas de lugar, mas também de situações ou época, assim como de população, esta dimensão aponta para uma nova reflexão: a de que, pelo contato e permeabilidade, a fronteira é sobretudo híbrida e mestiça (Pesavento in Martins, 2002, p. 36).

A fronteira possui uma lógica independente que ultrapassa o conceito físico. É na mobilidade que os lados opostos do marco limitador trabalham. Ela tem esse caráter prático de mobilidade ao confrontar (colocar de frente) povos e territórios em um mesmo espaço, ultrapassando os limites desse mesmo espaço. No Brasil, de forma bem específica, parece que o caráter móvel da fronteira está na sua gênese, quando a mobilidade de bandeirantes e jesuítas colocou à prova o caráter fixo dos limites estabelecidos por meio da desfiguração da linha imaginária de Tordesilhas, ampliando o território e gerando novos conflitos e identidades possíveis no tempo e no espaço.

A ocupação branca do território de Lavrinhas de São Sebastião, no século XVIII, está ligada à expansão do moderno projeto colonial português que envolve os conflitos e a expulsão de indígenas de seu território, a exploração do ouro, o tráfico negreiro e a escravidão, a ligação com Meia Ponte e aquele que chegou a ser o homem mais rico de Goiás no século XIX, Joaquim Alves de Oliveira.

A partir da Proclamação da República, as terras de Lavrinhas passam a ser cobiçadas por grupos nacionais e estrangeiros em uma trama que envolve um projeto de colonização alemã por indivíduos racialistas, o que provavelmente ocultava um projeto de eugenia em um território predominantemente habitado por uma população negra. Isso leva as terras a serem adquiridas por grupos econômicos de São Paulo e até por uma condessa inglesa. Parte dessa saga, bem como as memórias da fundação de Lavrinhas, sua escravaria, os proprietários, é descrita no livro “Cartas de Goiás no princípio do século XX” de Carlos Pereira de Magalhães. Sua primeira carta, escrita de São Paulo, em 18 de outubro de 1918, tem o seguinte teor:

Na visita que lhe fiz há poucos dias em seu escritório, não julguei oportuno, em presença de estranhos ali presentes, tratar do assunto que despertou a sua curiosidade - o latifúndio de Goiás. Para isso, procurei-o pela manhã do dia seguinte, e soube ter viajado. Escrevo-lhe para prevenir o nosso encontro no seu regresso, antes da minha partida para o grande Estado central do Brasil.

Trata-se do seguinte: o escritório dos distintos advogados doutores Lehfeld e Carlos Coelho oferece ao público bandeirante um latifúndio colonial, no Estado de Goiás, a

antiga Fazenda Lavrinhas de São Sebastião. Está situada à margem direita do rio das Almas (Alto Tocantins), comarca de Pirenópolis, e a 9 léguas da Vila do Pilar. Essa propriedade alonga-se marginando o rio na extensão de 16 léguas, somando ao todo 30 léguas, em matas de cultura, onde o café é nativo, e campos de criar. Apresenta demarcação geográfica natural entre uma grande serra e dois rios, bem como formação geológica promissora de surpreendentes minerações; além disso, está ligada a Belém do Pará pela via fluvial do Tocantins (Magalhães, C., 2004, p. 25).

A carta de Carlos Pereira de Magalhães indica a localização de Lavrinhas de São Sebastião no Alto Tocantins e evidencia a possibilidade de, pela navegação, se chegar a Belém do Pará. Além disso, comprova a qualidade de suas terras, seu potencial mineralógico e sua grande extensão: 30 léguas de terras. O teor da carta permite supor que tem como destinatário o senhor Antônio Monteiro de Barros, a quem apresenta as possibilidades e vantagens para a aquisição das terras da antiga sesmaria:

O senhor Freimund Brockes, de Blumenau, Santa Catarina, neto de Fritz Muller (um dos fundadores dessa cidade e grande sábio), comprou essas terras há poucos anos, daqueles que por sucessão e herança ali mourejavam, para estabelecer um núcleo de colonização germânica. Sobrevindo a Grande Guerra e o colapso da Alemanha, o proprietário, desconcertado, tratou de vestir a noiva, abrindo um retiro e rasgando estradas, à espera de algum candidato. Deu o preço de 200 contos, dos quais uma parte poderá ser em prestações (Magalhães, C., 2004, p. 25).

Segundo Celeste Ribeiro de Sousa, em artigo publicado no site do Instituto Martius Staden, intitulado “Anna Brockes (1852-1940): vida e obra”, sobre a mãe de Freimund Brockes, os Brockes se mudaram para Goiás em 1907, adquirindo as fazendas Lavrinhas de São Sebastião, Crixás e Rio Vermelho. A família compunha-se da mãe, Anna Brockes e dos filhos Freimund e Helmulth. Segundo a autora, Helmulth não tinha formação, mas Freimund graduou-se em Química, na Alemanha e Geologia, na Inglaterra.

Ao terminar o curso de Geologia na Inglaterra e ao voltar para o Brasil, durante a escala do navio no Rio de Janeiro, Freimund visitou um museu, onde havia exposta uma amostra de mica com a identificação: São José do Tocantins. Foi este “encontro” ainda segundo Harlan Brockes Tayer que motivou sua mudança de Blumenau para o Centro-Oeste (Sousa, 2012, p. 1).

Os estudos na Alemanha e Inglaterra fazem de Freimund Brockes um indivíduo bastante conhecedor dos debates acadêmicos na Europa do início do século XX, época em que o positivismo e o racismo estavam em voga, especialmente as teorias sobre higiene racial e eugenia. Mais tarde, essas ideias serviriam de base para a política ideológica e nefasta de Adolf Hitler, de quem se sabe ser Brockes admirador, segundo relatos de seu filho Hugo Brockes no livro “A vida breve de Olga Tereza”. Inclusive, encontrava-se na Inglaterra em meados de 1912,

por ocasião do Primeiro Congresso Internacional de Eugenia, como permitem inferir as informações contidas em “A vida breve de Olga Tereza”, acerca de sua viagem à Europa e de sua estadia naquele país (Brockes, 2019).

A obra é um romance baseado em história real que narra a trajetória da família Brockes em Goiás. Nela, o sobrenome original é trocado por Langer, e de Freimund, por Sigmund. Boa parte da narrativa trata da aquisição das terras de Lavrinhas. Em determinado trecho, o autor afirma que: “O arraial de Lavrinhas emana miséria, abandono, ranços de um passado infame e se firma na fama abjeta de feitiços e feiticeiros. A macumba era uma fonte de vingança da raça negra pelos horrores e sofrimentos impostos a ela pelos negreiros e senhores de escravos” (Brockes, 2019, p. 15).

De fato, a tradição oral em cidades ao redor e mesmo no povoado de Lavrinhas relata histórias prodigiosas dos chamados “feiticeiros de Lavrinhas” por ocasião das festas dos santos e o medo que as pessoas tinham deles.

Talvez afirmar ter poder sobre o invisível ou sobre as forças da natureza fosse mais um mecanismo de defesa daqueles que temiam a invasão de suas terras por forasteiros e a alteração de seu modo de vida. O fato é que Lavrinhas já era reconhecida, no início do século XX, como uma região que abrigava quilombos nos seus arredores e cujo antigo arraial, após a abolição, passou a ser identificado como quilombo, uma vez que tanto o arraial quanto as terras ao redor eram, naquele período, habitados quase exclusivamente por negros.

Sobre o reconhecimento de Lavrinhas como comunidade negra, à qual elementos externos atribuíam a feitiçaria, Carlos pereira de Magalhães, em sua viagem de São Paulo a Goiás, em carta escrita no extinto povoado de Roncador, próximo à divisa com Minas Gerais, atual município de Pires do rio, relata o seguinte:

O coronel Sampaio recebeu-nos na casa grande da fazenda, cercada de muros de pedra de tapiocanga e os pastos fechados por vales à moda antiga. Esse patriarca lembrava Prudente de Moraes, alto, magro, de nariz adunco. Estava assentado sobre a mesa de jantar, encostado à parede, trazia lenço amarrado e chapéu sobre a cabeça, nos ombros um cobertor de baieta e na mão um chicote. Dessa eminência, dava ordens como as de um capitão de navio. Na ocasião, explicou, estava perrengue, convalescendo da gripe espanhola. Traziam-lhe mezinha que tomava fazendo caretas. “Estou com a boca ruim”, dizia. Homem prático e conhecedor de todos os recantos de Goiás, achou feliz e exequível a nossa iniciativa em Lavrinhas, mas preveniu-me contra os habitantes e os perigos da feitiçaria, pelo que Lavrinhas se torna célebre (Magalhães, C. 2004, p. 40-41).

A carta, escrita em 15 de janeiro de 1919, mostra como Lavrinhas e seus habitantes eram conhecidos em Goiás: um lugar habitado por negros, mestres na arte da feitiçaria, percepção igualmente evidenciada no conselho do Major Sampaio a Carlos Pereira de Magalhães. Esse relato mostra tanto um mecanismo de defesa das populações negras quanto o preconceito dos brancos, ou ainda a soma de ambos.

Lavrinhas talvez seja a mais antiga comunidade negra em Goiás (assim como seu povoado e outros localizados nos limites da antiga sesmaria) a ser reconhecida e reputada como comunidade quilombola. Com reminiscências africanas e seus batuques, talvez por isso tenha sido a primeira a sofrer os ataques e preconceitos do racismo, da eugenia e da expropriação.

O branco e sua cobiça não podiam conceber uma terra tão rica nas mãos de um povo tão pobre. Na visão da elite representada por Magalhães, Lavrinhas era um prêmio para europeus (alemães ou suíços) e para os paulistas, exaustivamente celebrados em suas correspondências.

O lavrinhense lutou. Lutou pela liberdade, por seu modo de vida, por sua terra ao longo do tempo, da forma que podia, inclusive nos tribunais. Nesse quesito, foi importante a figura de Gregório (Alves) da Silva, que lutou junto ao padre Domingos de Moraes Sarmiento, o qual denunciou nos tribunais a invasão das terras de Lavrinhas:

Manda a lealdade que leve ao seu conhecimento que teremos em breve pela frente invejosos, que desejam para si esse magnífico trato de terras. Em Lavrinhas, só um homem, o Gregório, sacristão da Ermida, sabe ler e escrever, o que lhe dá grande prestígio nessa zona; negro fula de cabelo crespo, é melíflu no trato e manhoso em tudo o mais. Acontece que, quando Freimund, em 1905, fez o pagamento da compra dessa fazenda, aos cinquenta e tantos herdeiros, pagou conforme o grau de parentesco, três, dois e um conto, em dinheiro batido. Quatro desses herdeiros não compareceram e mandaram um procurador, que, tendo recebido, fugiu, deixando-os no ora-veja. Gregório, passados 15 anos manobrando com a ignorância desses matutos, agora os insuflou do seguinte modo: Não tendo eles recebido o pagamento, a venda não se efetivou, continuaram nos seus quinhões, mas ameaçados no momento de nova tentativa de esbulho; impunha-se dar queixa à Igreja e ao governo. Essas duas egrégias potências tomaram conhecimento do caso, e, para acautelarem-se, disseram contra os grileiros de São Paulo (Magalhães, C., 2004, p. 153–154).

É interessante o fato de Carlos Pereira de Magalhães afirmar que Gregório da Silva manobrava com a “ignorância desses matutos” por ser homem letrado, ignorando o fato de que Gregório da Silva também era um deles e defendia os seus. Também era negro, também era de Lavrinhas e também era, naturalmente, parte interessada em se manter em suas terras e na defesa dos seus iguais diante de ameaça externa.

Outro fator importante a se observar do relato do autor ao tratar do pagamento feito pelos Brockes aos herdeiros, é a menção que “o portador” enviado para receber o dinheiro da

venda teria “fugido” Se era alguém da própria comunidade, digno de tamanha confiança, teria abandonado suas raízes, seus familiares e simplesmente fugido? Se os herdeiros quisessem realmente vender as terras, por que mesmo os que “receberam” o dinheiro, recusaram-se a sair delas? Outro elemento que denota a expropriação é o uso da palavra “esbulho”, indicando o perigo da perda das posses ancestrais, inclusive por violência, e a conseqüente busca pelo apoio do Estado e da Igreja.

A atuação de Gregório da Silva contra a expropriação das terras de Lavrinhas é vista em outra passagem das Cartas de Goiás. Em carta escrita de Goiás (capital), em 1º de janeiro de 1921, Magalhães registra o seguinte:

Voltando à casa do senhor Zeca, soube que o sacristão Gregório, da Ermida de Lavrinhas, nos denunciara ao procurador-geral do Estado, por estar tomando posse de terras da Igreja.

Convidado, compareci e expliquei que João Alves e Sebastião Fleury haviam localizado as divisas dessa fazenda. Fundada pelo capitão Francisco Ribeiro, falecido em 1830, e que por sucessão e herança seus descendentes ali se estabeleceram, e no ano de 1905 venderam ao senhor Helmuth Brockes, e que este, em 1920, vendera ao senhor Carlos Monteiro de Barros, cujas divisas estão escritas no direito, na geografia e na história (Magalhães, C., 2004, p. 196).

Além da atuação de Gregório da Silva, é possível perceber, na correspondência que Carlos Pereira de Magalhães dispunha de amigos e informantes em Goiás. A expropriação das terras de Lavrinhas se deu com apoio e atuação de personagens locais, mas sobretudo do Governo Federal, que, no período, estava eivado de ideais positivistas e racialistas. Tais convicções viam como indigna a posse daquelas terras por gente negra e pobre, chegando a objetivar a criação de uma colônia alemã. O autor dá pistas desse interesse por parte do Governo Federal em carta ao senhor Freimund Brockes, escrita em São Paulo, em 29 de agosto de 1920:

Graças ao prestígio do senhor Carlos Monteiro em São Paulo e suas relações na Alemanha, onde passara parte da sua juventude, ganhamos a partida.

No interesse de Goiás, deu o senhor Carlos Monteiro de Barros forte impulso à "Revista das Estradas de Rodagem", colaborando, em uma série de artigos, para a ligação rodoviária São Paulo-Goiás; com o seu sogro Antônio Prado estudou o prolongamento da Estrada de Ferro Paulista até o alto Tocantins, onde outrora funcionava a navegação fluvial com Belém do Pará; os seus esforços interessavam o presidente Washington Luís, de São Paulo, que se convenceu da importância desse esquecido Estado central (Magalhães, C., 2004, p. 183).

A passagem que apresenta a anuência do Presidente da República à iniciativa dos paulistas é um forte indício do comprometimento do poder central na expropriação das terras de Lavrinhas de São Sebastião das mãos de seus habitantes, grupos contra os quais o

lavrinhense, ou melhor dizendo, o “Nêgo de Lavrinha” (no dizer dos regionais) não tinha a menor chance.

O sofrimento dos habitantes não tinha medida em meio ao fogo cruzado que se tornou a disputa pelas terras entre a elite paulista, ligada ao Governo Federal, e uma elite local vinculada à família Caiado, que, segundo Carlos Pereira de Magalhães, também tinha interesse em Lavrinhas. Em cronologia que precede o livro “Cartas de Goiás no princípio do século XX”, editado pela família de Carlos Pereira de Magalhães, registra-se o seguinte, por ocasião da Revolução de 1930:

Revolução de 1930 – Nesta época, o Coronel Castrinho, de Jaraguá, testa-de-ferro da família Caiado empreendeu perseguição sistemática contra Doutor Carlos, culminando com a tentativa de retomar à força a Prisca, com base em razões forjadas. Doutor Carlos armou a resistência. Cercados, os invasores renderam-se. Desmandos desses assumiram proporções gigantescas na cúpula do governo. Vargas levantou a bandeira contra a desordem. Doutor Carlos aderiu de imediato e organizou um pelotão de 60 homens fardados e destemidos (Os editores in: Magalhães, C., 2004, p. 14).

Os conflitos pela posse de Lavrinhas teriam como vencedoras as elites de São Paulo, aliadas ao Governo Federal que, ou fez vistas grossas, ou estava diretamente envolvido na expropriação das terras e no projeto de eugenia que visava transformar a região numa colônia alemã. À população negra e pobre restaram a expulsão de suas terras, a violência e o sofrimento, produzindo invisibilidade e desumanização.

Em pesquisa deste autor, realizada no ano de 2009 e intitulada “O segredo da Macaúba: tempo, memória e identidade nas manifestações culturais de Lavrinhas”, foi entrevistada uma senhora de mais de noventa anos, nascida em Lavrinhas, e seu filho. Este, senhor Nelson, confia o seguinte:

Minha mãe ainda é daquele tempo que... ela conta pra nós que saía um povo por nome...como é que chamava, mãe? Revoltoso? E... saía batendo nos outros, tomando os lugá... Minha mãe diz que correu muitas vezes...escondeu no mato...pegaram o pai dela, bateram, quase mataram [...] (Ferreira, G., 2009, p. 30).

Ao que a mãe responde:

Mas era assim... Eu vou contar dereitinho... Chegava e pedia os documentos (...) se não desse, apanhava até trazer(...) Era os tal de curuta. Vinham de longe. Ninguém sabia quem era. Chamava os curuta, que nós tratava eles. E aí ó! Quem pegasse os documento depressa ir lá e entregasse os documento da terra, entendeu? Aí eles não fazia nada não. Mas eles tava na certeza que a gente era morado. Que tem... Não dá não! Tinha que ir lá e entregar pra eles (...) Bateu quase matô. Naquele tempo não tinha carro, meu pai foi tirado numa rede... na vara, como quem tava morto. Atravessou o rio aqui, levou lá pra Uruaçu... Chamava Santana. Lá pro finado Antônio

Oliveira... Que era... Mandava em Uruaçu. Finado Duardo tinha assim uma senhora muito boa: “Não machuca meu marido não”, Deu uma queda nela, derrubou no chão. Chegou uma menina que era deficiente: “Ai, ai, ai, ai” ... Bateram também...Apanhou. Aquilo levou dois ano pra controlar. Eu levei dois ano pra vê meu pai. Não podia ficar sem ele porque...Tinha dúvida, o porquê ele não entregou o documento. Aí depois ele foi roubado, né, desapareceu da caixa (Ferreira, G., 2009, p. 31).

A senhora em questão chamava-se Inocência, nascida em 1920, e era ainda uma criança no período narrado, entre os anos de 1925 e 1930, exatamente o período em que os paulistas representados por Carlos Pereira de Magalhães, disputavam as terras de Lavrinhas com as elites goianas no poder e com os moradores da localidade. O “Finado Duardo”, citado por ela, sr. Eduardo de Lavrinhas, aparece em uma correspondência inédita de Carlos Pereira de Magalhães. A carta é datada de 4 de março de 1931, período que corresponde aos fatos narrados por dona Inocência. A seguir, apresenta-se a imagem da carta na íntegra de forma a auxiliar na melhor compreensão do contexto e como um importante documento histórico para Lavrinhas e região. Logo após, está a transcrição de trecho da carta e análise do seu conteúdo.

Figura 12 — Carta inédita de Carlos Pereira de Magalhães (1ª Parte)

Annapolis, 4 de Março de 1931.

Caríssimo amigo Dr. Augusto Rios:

Affectuosas saudações.

Ha dias recebemos eloquente carta do amigo, que relemos com prazer, narrando a bella festa vibrante de civico entusiasmo, pela restauração dessa comarca.

Tenho tambem recebido de Carlos Monteiro alviçareiras noticias sobre a contemplada colonisação de Lavrinhas e ainda agora chegou da Allemannha a D. Clara, proprietaria do sitio na entrada da malta, com companheiros e bom animo.

Em nossa casa estamos agora hospedando os nossos amigos Sñr. José Alencastro Veiga, sua Senhora, e seu irmão Joel, gravemente enfermo, e sua filha D. Ignez, todos em tratamento no Hospital.

Os negocios municipaes vão de mal a peor, a aranha enredeira que teceu e desteceu em Pyrenopolis e Bomfim trança aqui tambem as suas teias e porá em breve o Municipio em polverosa.

Estou pois a espera que meignore este inverno para visitar a Capital por um ou dois dias e por dois motivos; vamos tentar por os pontos nos i i nas questões da cidade e vou tratar do incidente agora occorrido em Lavrinhas.

Montem lhe telegraphica e ao nosso amigo Cel. Tubertino e hoje seguiu a cavallo o Toninho para Jaraguá (via Abbade) e pará a Prisca.

Re Lavrinhas: Dionizio Xavier é já ha 8 annos o vaqueiro, o guarda, o vigia, o responsavel pelas terras de Lavrinhas; é ahi o representante dos proprietarios. Por tudo isso nada ganha (em dinheiro) é socio na criação, não admira que veja com malos olhos os ladrões, apesar de todas as nossas recommendações para não usar violencia. Acontece que em Setembro mandei-lhe outro auxiliar na expectativa de

Figura 13 — Carta inédita de Carlos Pereira de Magalhães (2ª Parte)

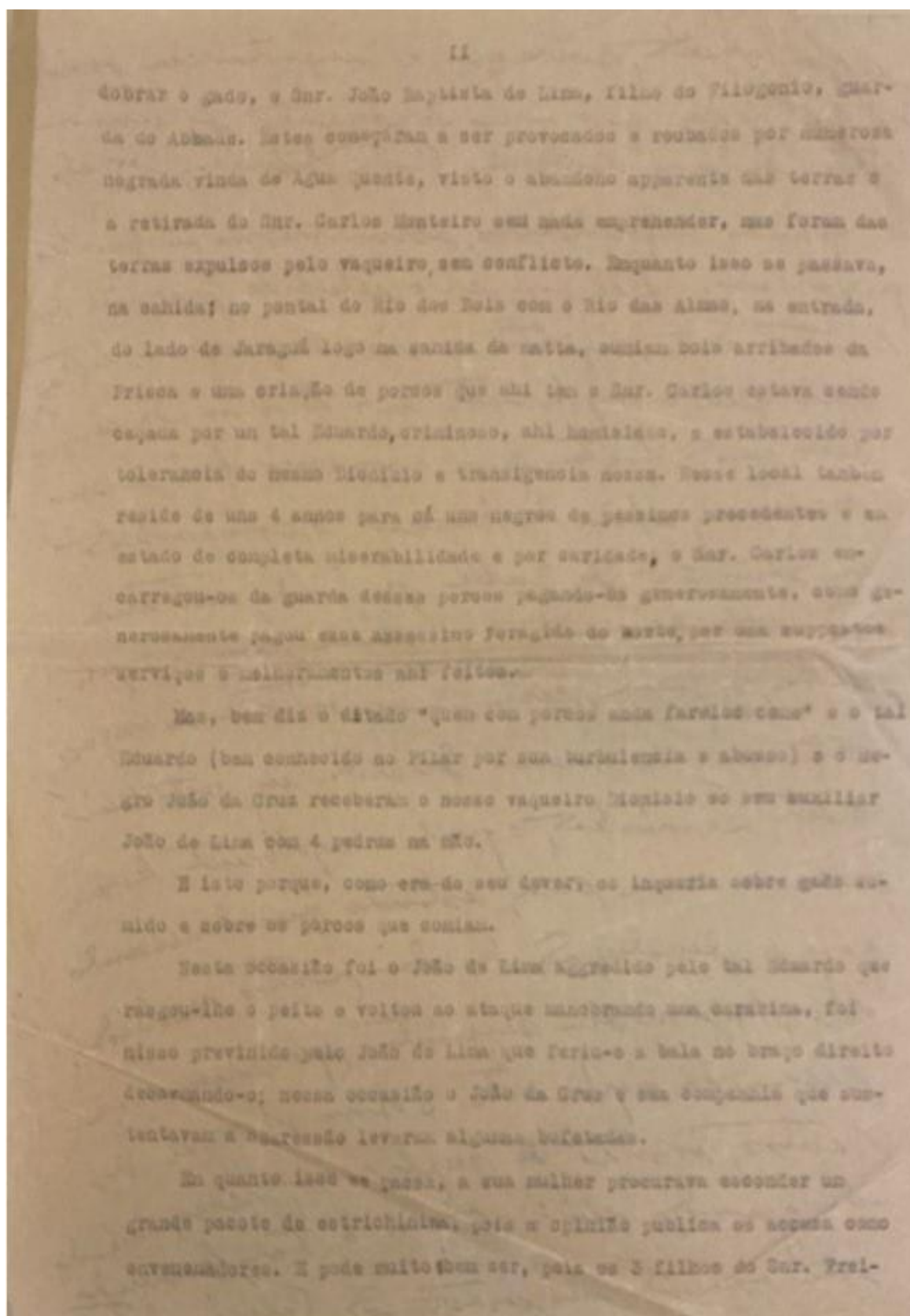


Figura 14 — Carta inédita de Carlos Pereira de Magalhães (3ª Parte)

III

mund ~ram envenenados por gente dessa pa.
 Clara me contando que esteve mais de 15 dias entre a vida e a morte
 por um leite por elles envenenado. O mesmo posso eu contar quando ha
 3 annos estive um mez de cama tratado pelos medicos deste Hospital de
 Annapolis.

O autor do ferimento no tal Eduardo foi o João de Lima segundo
 elle mesmo por carta me confessou e não o Dionisio.

O guarda das terras de Lavrinhas assim agindo defendia 3 legiti-
 mos principios:

- 1º - A sua auctoridade, como guarda e vigia dessas terras, re-
 presentante do proprietario.
- 2º - O rebanho de que elle é socio e tambem responsavel.
- 3º - A legitima defesa da sua pessoa ameaçada na sua integridade.

Sendo no dia 26º de mez passado cercado o meu retiro pela policia,
 o vaqueiro não se entregou por ser innocente e fugiu dessa persegui-
 ção deixando em abandono a fazenda e entregue á voracidade desses ne-
 gros parasitas insaciaveis.

Pareceu-me uma violencia, uma illegalidade uma prepotencia po-
 licial procurar arrancar da fazenda o seu guarda.

Nada sei ainda ^{nesta} de positivo e espero o desdobramento do processo
 para agir de accordo com o direito e com a jurídica e acertada orien-
 tação dos bons amigos de Jaraguá.

Esperando que esta esclareça algum tanto este desagradavel inci-
 dente, vou providenciar para que os indiciados compareçam respeitosos
 perante a justiça.

Sou sempre amigo muito grato e sincero admirador

Carlos Pereira de Magalhães

A carta de Magalhães, da qual se tomou conhecimento recentemente, é endereçada ao Dr. Augusto Ferreira Rios, juiz da Comarca de Rio das Almas, com sede em Jaraguá. A missiva foi apresentada e gentilmente cedida pelo amigo Yuri Rios Baiocchi, um de seus descendentes. Ela trata do ataque de um grupo de negros aos empreendimentos de Carlos Pereira de Magalhães e seus sócios, sediados na Fazenda da Prisca, em Lavrinhas, próxima ao território de Pombal. Na carta o autor se queixa do seguinte:

Re: Lavrinhas: Dionísio Xavier é já há 8 anos o vaqueiro, o guarda, o vigia, o responsável pelas terras de Lavrinhas. É ahi o representante dos proprietários. Por tudo isso nada ganha (em dinheiro) é sócio na criação, não admira que veja com maus olhos os ladrões, apesar de todas as nossas recomendações para não usar violência. Acontece que em Setembro mandei-lhe outro auxiliar na expectativa de dobrar o gado, o Snr. João Baptista de Lima, filho de Filogonio, guarda do Abbade. Estes começaram a ser provocados e roubados por numerosa negrada vinda de Água Quente, visto o abandono aparente das terras e a retirada do Snr. Carlos Monteiro sem nada empreender, mas foram das terras expulsos pelo vaqueiro sem conflito. Enquanto isso se passava na sahida: no pontal do Rio dos Bois com o Rio das Almas, na entrada, do lado de Jaraguá, logo na sahida da matta, sumiam bois arribados da Prisca e uma criação de porcos que ahi tem o Snr. Carlos estava sendo caçada por um tal Eduardo, criminoso, ahi homiziado e estabelecido por tolerância do mesmo Dionizio e transigência nossa. Nesse local também reside de uns 4 annos para cá uns negros de péssimos precedentes e em estado de completa miserabilidade e por caridade, o Snr Carlos encarregou-os da guarda desses porcos pagando-os generosamente, como generosamente pagou esse assassino foragido do norte pelos supostos serviços e melhoramentos ahi feitos.

Mas, bem diz o ditado “quem com porcos anda farelo come” e o tal Eduardo (bem conhecido no Pilar por sua turbulência e abusos) e o negro João da Cruz receberam o nosso vaqueiro Dionizio com 4 pedras na mão.

E isto porque, como era do seu dever, os inquiria sobre gado sumido e sobre os porcos que comiam.

Nesta ocasião foi o João de Lima agredido pelo tal Eduardo que rasgou-lhe o peito e voltou ao ataque manobrando uma carabina, foi nisso prevenido pelo João de Lima que feriu-o a bala no braço direito desarmando-o: nessa ocasião o João da Cruz e sua companhia que sustentavam a agressão levaram algumas bofetadas.

Enquanto isso na casa a sua mulher procurava esconder um grande pacote de estrichinina, pois a opinião pública os acusa de envenenadores. E pode muito bem ser, pois os filhos do Snr. Freimund foram envenenados por gente dessa pa. (ilegível), e aqui está D. Clara me contando que esteve mais de 15 dias entre a vida e a morte por um leite por eles envenenado. O mesmo posso eu contar quando há 3 annos estive um mez de cama tratado pelos médicos deste Hospital de Annapolis (Magalhães, C., 1931, p. 1-3).

Carlos Pereira de Magalhães afirma que o grupo de negros que atacou seus empreendimentos, roubando o seu gado na Fazenda da Prisca, teria vindo de Água Quente, não precisamente do arraial de Água Quente, mas daquela direção. Muito provavelmente, teriam vindo da região de Pombal, que, assim como Lavrinhas, abrigava grande comunidade negra.

É importante notar que os vaqueiros de Carlos Pereira de Magalhães, mesmo tendo sido atacados por um grupo vindo da direção de Água Quente, foram inquirir acerca do sumiço de

gado a habitantes de Lavrinhas, Eduardo e João da Cruz. É evidente que suspeitavam do envolvimento dos dois lavrinhenses, indicando a possibilidade de uma aliança entre eles e a “numerosa negrada vinda de Água Quente” para sabotar os empreendimentos dos forasteiros paulistas.

O ataque de um grupo de negros e os envenenamentos de forasteiros configuram uma tentativa de resistência dos grupos quilombolas que viviam na região nos anos 1930, no intuito de afastar os invasores.

Em certa passagem de suas “Cartas de Goiás, escrita em Campo Formoso, em 2 de janeiro de 1923, o autor afirma que:

Jornalecos daqui e de Uberaba nos têm apregoado disfarçadamente como grileiros paulistas, em ação no Estado de Goiás. Outrossim, tentam identificar o amigo com um Monteiro de Barros, famigerado boiadeiro, que tem como campo de ação Barretos ao Porto Taboado, no rio Paraná.

O movimento automobilístico considera a capital ponto terminal. O Planalto Central separa o norte pedregoso, de clima ardente e habitat de índios, do sul ameno e produtivo. A estrada feita pelo senhor Helmuth de Jaraguá a Mina de Crixás despertou a admiração geral e abriu a porta à curiosidade dos nossos adversários (Magalhães, C., 2004, p. 215).

A acusação de grilagem contra os paulistas partia das elites goianas ligadas à família Caiado, que de acordo com Carlos Pereira de Magalhães, tinha interesses em Lavrinhas. A abertura das estradas, segundo o autor, abriu também as portas e o trânsito à curiosidade de seus inimigos. Mas, e a violência em Lavrinhas? Seria obra de qual dos grupos em disputa: dos paulistas, das elites de Goiás ou de ambas, interessadas na primazia pela posse dos documentos das terras de Lavrinhas?

Em outra passagem, escrita em Jaraguá, em 10 de novembro de 1925, provavelmente endereçada a Carlos Monteiro de Barros, o autor expressa:

Aceite o amigo as minhas saudações de boas-vindas, pois muito teremos de fazer por este Estado. Recebi seu telegrama avisando que, dentro de poucos dias, o nosso automóvel chegado de São Paulo virá buscar-me em Jaraguá. Diz o amigo: “Aguardamos sua chegada aqui em Anápolis, para organizar a tropa que nos leve ao latifúndio de Lavrinhas que nos interessa”. Temos tudo pronto: camaradas, animais e tendas na expectativa de uma admirável exploração. Construímos dois ranchos reforçados com pasto fechado e águas correntes, no passado era porta aberta para as onças e refúgio de criminosos, hoje contemplamos a grandiosa solidão do norte, esquecido e vazio.

Lançando os olhos para o norte, 10 léguas, damos com Lavrinhas, cinco velhas casas de telhas e a capela milagrosa. O grupo que aí reside dá-se como herdeiro desse latifúndio, embora não apresente documento. O padre Domingos de Moraes Sarmiento é o inventor dessa grilagem. Grande é a sua influência, obtendo do Tribunal de Justiça

o direito de advogar e do bispo diocesano o direito de vigário de Jaraguá, sua sede atual (Magalhães, C., 2004, p. 231).

É estranho o fato de o autor afirmar que “o povo que aí reside dá-se como herdeiro desse latifúndio, embora não apresente documentos”, como que pretendendo desconhecer o direito dos habitantes de Lavrinhas sobre suas terras, quando em outras passagens, em defesa de seus interesses, cita o histórico de sua ocupação como forma de justificar a compra dessas terras e sua posse pelo grupo que ele representa. Em carta escrita em Goiás (capital), em 12 de maio de 1925, também atribuída a Carlos Monteiro de Barros afirma:

Soube de sua chegada a Anápolis e que, por cansaço, se hospitalizou por recomendação do doutor Fanstone, distinto clínico inglês, no que fez muito bem. Veio em sua companhia o doutor Nicolau da Silva Gordo, notável jurista, verdadeiro achado para nós.

Há poucos dias fui intimado verbalmente a comparecer ao palácio do Conde dos Arcos, para esclarecer o seguinte:

1º) Por ter eu aberto em Anápolis, sem autorização, uma escola.

2º) Pelo fato de ter dado entrada a um médico estrangeiro, sem prévia consulta.

3º) Por apropriação indébita de terras, no município de Pilar.

Acontece que o chefe do Secretariado Geral do Estado, passando de automóvel por Anápolis, insistiu em que eu partisse em sua companhia para a capital, no que concordei. Levava uma maleta forte, de couro, com a documentação das terras de Lavrinhas de São Sebastião, tidas pelo governo como devolutas, o que mostra que ignoravam totalmente até mesmo a parte histórica, geralmente conhecida.

O nababo Francisco Pereira Ribeiro, português rico pelo ouro e apaixonado pelas grandes sesmarias onde a negrada escrava plantava e abria roças, veio a falecer, octogenário, em 1830. O alferes Silvestre Pereira Ribeiro, seu filho sobrevivente, prosseguiu trabalhando com a faina até o seu falecimento em 1875, e desse dia em diante veio a decadência. Em 1915, reunidos os herdeiros, cerca de quinze, venderam a imensa tapera, sob a direção dos doutores João Alves de Castro e Sebastião Fleury, ao senhor Freimund Brockes, para a colonização alemã. Perdendo a Alemanha a guerra, Freimund, desnordeado, no-la vendeu, como é do conhecimento do amigo (Magalhães, C., 2004, p. 229).

Há uma clara contradição ao afirmar, em uma correspondência, que o pessoal que “se dá como herdeiro” de Lavrinhas não apresenta documento e, em outra, dizer que viajava levando uma maleta com a documentação de Lavrinhas, além de afirmar que uma venda legal havia sido feita anos antes por cerca de 15 herdeiros das terras. Em outra correspondência, fala de cinquenta e tantos herdeiros e que quatro não haviam recebido o pagamento ficando no “ora-veja”. Uma venda legal só pode ser feita por meio de documentação válida e legalmente reconhecida.

Sobre os “curuta” citados por dona Inocência, que praticavam violência contra os moradores de Lavrinhas na busca por documentos que seu pai não entregou e que misteriosamente sumiram da caixa, é difícil atribuir-lhes autoria. No entanto, não se pode descartar que tais atos tenham partido de qualquer das partes, dada a grandiosidade da

negociação em questão. Havia, segundo o autor, o interesse da família Caiado, especificamente de Totó Caiado, a quem se refere da seguinte maneira:

O senador Caiado, homem notável e importante figura, em cujas veias corre sangue bandeirante estudou filosofia e formou-se na Academia de São Paulo. Político de vocação, adotou a doutrina de Maquiavel.

Esse pensador da Renascença arquitetou, ao despontar de uma era nova, uma atitude e método políticos e laicos cuja finalidade seria atingir o poder. Encerrava-se então a Idade Média e com ela domínio político da Igreja.

Essa doutrina, embora genial e eficiente, é amoral. Recomenda a religião para ser praticada no círculo da família; fora tudo é permitido, até o homicídio, desde que traga o poder; os fins justificam os meios (Magalhães, C., 2004, p. 229).

Nasce um caso curioso a partir da disputa por Lavrinhas. Além da figura do pioneiro considerado desbravador e civilizador — nesse caso, representado pelos paulistas (na visão de Carlos Pereira de Magalhães —, há uma elite regional interessada em se apoderar e lucrar com as terras. Na terceira margem estão os habitantes locais, articulando sua defesa junto à Igreja, já que, aparentemente, os paulistas contavam com aliados na própria justiça de Goiás, que, sendo contra a família Caiado, une-se a eles. A atipicidade do caso de Lavrinhas, evoca a definição de fronteira e sua compreensão por José de Souza Martins. Para ele:

É na fronteira que se podem observar melhor como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem. É lá que melhor se veem quais são as concepções que asseguram esses processos e lhes dão sentido. Na fronteira, o homem não se encontra — se desencontra. Não é nela que a humanidade do outro é descoberta como mediação da gestação do Homem.

Por isso, no meu modo de ver, a figura central e sociologicamente reveladora da realidade social da fronteira e de sua importância histórica não é chamado *pioneiro*. A figura central e metodologicamente explicativa é a *vítima*. E na categoria e na condição de vítima que podem ser encontradas duas características essenciais da constituição do humano, suas fragilidades e dificuldades, numa sociabilidade que parece *nova*, aparentemente destituída dos automatismos da reprodução social, característicos das regiões de ocupação antiga. Refiro-me à alteridade e à particular visibilidade do *outro*, daquele que ainda não se confunde conosco nem é reconhecido pelos diferentes grupos sociais como constitutivo do *nós*. Refiro-me, também, à liminaridade própria dessa situação, a um modo de viver no limite, na fronteira, e às ambiguidades que dela decorrem (Martins, J., 2009, p. 10).

Na visão dos forasteiros paulistas, Lavrinhas representa a fronteira a ser desbravada em um Estado (Goiás) inculto e carente de civilização, cuja missão estaria a cargo do grupo que a ocuparia: os paulistas. O *eu* civilizado confronta-se com o *outro*, inculto, atrasado, violento, criminoso. Para o lavrinhense, o *nós*, representa a tranquilidade e a adaptação harmoniosa à natureza, enquanto o *outro*, chamado “curuta” (termo criado para designar os forasteiros violentos), simboliza a incivilidade, a violência, o roubo, a expropriação de suas terras.

O pioneiro, o “chegante”, que se afirma portador de civilização, também é capaz das piores violências ao lado do outro grupo que disputa a região, acusando-se mutuamente de incivilidade e barbárie em um jogo de poder e narrativa do qual a vítima não participa. Isso ocorre exceto na condição de tutelado, de “beneficiário” da missão civilizadora pioneira que estaria chegando para “salvá-los” do “atraso”, da “barbárie”, como ocorreu em territórios da África e da Ásia no contexto do imperialismo europeu neocolonialista.

Em carta escrita em Jaraguá, em 15 de janeiro de 1922, Carlos Pereira de Magalhães relata:

Tudo o que é básico para a nossa defesa está pronto. A estrada que atravessa a mata de São Patrício, 5 léguas de silêncio e sombras, atrai todos os gaviões interessados no assunto. Lavrinhas e suas lagoas infestadas de sucuris e malária foi desprezada por todos os goianos. Agora lhes dói, e com razão, ver um jardim edênico nas mãos de estranhos, nós outros.

A sua presença aqui, como genro de Antônio Prado, nos prestigiaria bastante. Entretanto, não vamos ao ponto de querer subordinar as coisas essenciais às que são transitórias, chegará o dia que o destino marcou para essa desejada visita.

Os caminhões vão e vêm na planura das chapadas, o comércio pela troca e pelo dinheiro vai-se desdobrando. Maquinários de engenhos, moinhos e material elétrico vão penetrando nas cidades e vilas. Os pilões são abandonados no fundo dos quintais e o monjolo esquecido à beira dos córregos. A estrada de ferro, paralisada oito anos em Roncador, agora se prolonga na direção de Anápolis. Esse movimento progressista abriu os olhos do povo, que acaba compreendendo a nulidade dos apetrechos ancestrais (Magalhães, C., 2004, p. 211).

Nesse trecho, afirma que os goianos nunca se interessaram por Lavrinhas até que os paulistas se apossassem de suas terras, ignorando o fato de que elas tinham herdeiros, como ele mesmo escreveu em outras cartas, e ignorando também as comunidades quilombolas, seus habitantes ancestrais. Transparece igualmente a ideia de que os paulistas traziam consigo uma missão civilizadora por meio da modernidade e da tecnologia, que relegariam os apetrechos tradicionais ao esquecimento. Para o autor, embora infestada de sucuris e malária em suas lagoas, Lavrinhas era uma espécie de Jardim do Éden. Ele não expõe, no entanto, que essa mesma modernidade e tecnologia, que defendia com tanto afinco, destruiria esse paraíso; o que faz em outra carta, ao tratar da mata de São Patrício, escrita em Campo Formoso, em 2 de maio de 1923:

Após um dia de viagem rumo a Lavrinhas, pousei na casa de um emigrante mineiro. Em chão até há pouco deserto, nas orlas da mata de São Patrício, esse mineiro audacioso levantou uma casa de telha, adicionando um alambique de destilar aguardente. Trouxera consigo de Minas Gerais 70 negros arregimentados e obedientes ao toque de uma buzina de boiadeiro.

Na sala de entrada, pendente das vigas do telhado, estranhei o que me pareceu um boi morto. Na realidade, tratava-se de um enorme odre de pinga feito de couro desse

quadrúpede. Os devotos de Baco acorriam diariamente à porta dessa casa, com botijas e garrafas feitas de gomos de taquaruçu. A torneira de taboca despejava o precioso líquido, embriagante para sementeira de criminosos. O pagamento podia ser feito em espécie.

No dia seguinte à tarde, o senhor Xisto (este era o nome do mineiro) levou-me a um mirante pedregoso, donde se descortinava o grandioso panorama da mata de São Patrício, que os índios nos legaram, intacta e virgem. Essa mata tornou-se famosa pelos cafezais que espontaneamente cresciam à sua sombra.

Sopravam os ventos gerais e a selva agitada gemia como as ondas do mar. É o tempo da florescência, zumbem as abelhas em redor. Grandes árvores silvestres cobrem-se de flores, para as festas secretas do himeneu. Já era tarde e o horizonte tornava-se cor violeta, radiando tristeza do imenso cenário.

"Foi uma grande descoberta, para nós mineiros que estamos desertando da nossa terra, esse matão. Aposto com quem quiser que dentro de cinco anos será uma planície de grama." Assim falou o mineiro (Magalhães, C., 2004, p. 218).

A chegada de outros forasteiros à borda da mata de São Patrício causa a Carlos Pereira de Magalhães certa preocupação, sobretudo pela proximidade deles com as terras de Lavrinhas, mas também pela derrubada da mata. Trata-se de uma contradição para quem defende, admira e prega o progresso e a modernidade trazidos pelas máquinas, motores e energia e, ao mesmo tempo, lamenta o efeito desse progresso sobre a natureza.

A derrubada da mata de São Patrício para implementação, no chamado Mato Grosso Goiano, da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) trouxe para o Vale de São Patrício muitos aventureiros, grileiros e outros tantos invasores, que acabaram adentrando o imenso latifúndio de Lavrinhas e expulsando seus habitantes tradicionais, como mostra o depoimento do senhor João Nunes, prestado e registrado na dissertação de mestrado “ História, memória, fronteira e alteridade em Lavrinhas de São Sebastião nas Cartas de Goiás de Carlos Pereira de Magalhães”, de autoria própria:

Isso aí é que eu falo, que o povo de antigamente num era resistente! Pelo menos meu pai num foi! É o seguinte, chegô um sinhô de Vilmá lá da Canadá (fazenda) lá em cima...Aí esse vilmar... Nós tinha a estrada que ia pá roça. Aí tinha a casa da véia Jovelina. Essa Jovelina era sogra do Olegário Machado, que é pai da Santana! Aí esse Vilmar pegou, meteu o arame lá da Canadá e desceu. Num sei onde ele foi enfiar esse arame... Aí fechô! Fechô a estrada da nossa roça, fechô a casinha do Olegário deixando a casinha do Olegário pra dento. Deixou só um colchete na casa do Olegário. Aí pra nós ir p'a roça nós tinha que fazê uma vorta danada! Aí nís tinha que passa lá na porta do Olegário p'a ir p'a nossa roça.

Entrevistador: Isso tomando as terras de vocês?

João Nunes: É! Tomando as terra! E tomô! Tomô! Aí naquele tempo tinha um sinhô de Chaves... Num sei se ele era desses alemão...Acho que era desses alemão mesmo, que passô lá na nossa roça fazendo picada. Aí o véi pego...: "Não, minino! Nós vai embora daqui! Que... isso aqui tá chegando gente de fora...Tá ficando espremido...Logo fecha isso aí, caba pasto pro gado. Purquê... nós tinha... Num era muito não, mas tinha! Tinha fartura! Graças a Deus tinha fartura! Aí o véi disse: “Nóis vai embora” (Ferreira, G., 2018, p. 92).

O entrevistado pensa que talvez deveriam ter ficado e resistido para não perder suas terras e atribui ao pai a decisão de não tê-lo feito, o que certamente lhes salvou a vida. O progresso atribuído por Carlos Pereira de Magalhães à modernidade, às estradas e carros trouxe também, junto ao projeto da CANG, os forasteiros invasores, que não pertenciam ao grupo dos paulistas nem ao dos “goianos” (elite de Goiás). Eram apenas outros grileiros aproveitando-se dos conflitos de uma região em disputa.

Com eles vieram também, além da modernidade, a pobreza e a escassez, que destruíram os tempos de fartura citados por João Nunes. Trouxeram também tristeza, dor, morte e fuga dos habitantes de seus lugares tradicionais de habitação. Dona Angélica Serafim, entrevistada em 2017, no mesmo contexto de João Nunes, ao falar sobre a saída do sítio de sua família e a chegada ao arraial de Lavrinhas, conta que:

Quandi... nós vêi pra qui mêmo... Essi Grigório da Silva... era tio da minha mãe, né?! Aí ele... O pai dela tinha um combim (comodozinho) pregado na casa dessi Grigório da Silva., Aí nós morava. Ocê vê... Ocê já viu fala no Reberão do Eprito Santo? Nós nasceu nessas bêra aí! Nós... Meu pai fez uma roça lá pas banda do Morro do Buriti Queimado ... Também ocê sabe!? Aí era longe demais, aí nós mudô... Tinha um corguim lá pru nome de Lajeado. Nós mudô pra lá. E lá, óh... Tinha o Vêi Possidônio que tinha... Comandava um garimpo lá... Tinha jagunço demais... E lá um dia, menino... Vêiz in quando eles matava um... E lá um dia, lá pas tanta da noite arranjaram uma jagunçada lá... Aí foi um tiroteio feio. Matô um bucado de gente... E minha mãe ficô doidinha! Num quis fica lá e nós saiu cum uma récu de minino. Nós era oito! Era oito fii... Agora... Ocê faiz o carco... Tinha uns cavalin véi, ela... Meu pai quis pegá esses cavalo e impencá nós inriba, e o resto... nós... no pé! Vêi pará aqui. No tempo... Coisa qui era Cerrado aí... Tinha o finado Julião... tinha uma rocinha aí... Nós foi chuchá lá pa podê a coisa...minha mãe ficô doidinha!Pra podê dá sussego pra ela. Aí... Daí qui nóiziiii...Vêi pra...praqui! Limpô esse combo qui ela tinha aí... (Ferreira, G. 2018, p. 92).

Os habitantes de Lavrinhas sofreram todas as formas de violência do colonialismo. Sofreram o tráfico transatlântico e a perda da identidade, nesse período, ressignificada em outro. Sofreram a escravidão, a desapropriação do próprio corpo para a venda, de si mesmo e de familiares. Sofreram a separação arbitrária de entes queridos, uma abolição que não libertou e a expulsão das terras nas quais viveram centenas de anos.

A abertura de estradas, o projeto nacional de colonização (CANG), a construção de Goiânia e a notícia da construção de uma capital federal no Planalto Central valorizam as terras da região e atraem milhares de forasteiros, negociantes profissionais e também grileiros. Atraem a cobiça e a violência inerente a ela. Mostram o desprezo que as elites brasileiras têm por sua gente, sobretudo negros e mestiços pobres remanescentes da escravidão e, portanto, na visão

delas, incultos, atrasados, indignos de possuir propriedades, aptos apenas ao trabalho duro a troco de nada ou de muito pouco.

A expropriação e a destruição de florestas e do Cerrado retiram dos habitantes tradicionais de Lavrinhas sua fonte de sustento, tradicional e segura em períodos de seca ou dificuldades. Reduzem a oferta de alimentos em razão da escassez de frutos, raízes e palmeiras, além da caça e da pesca, também afetadas tanto pela destruição sistemática do ambiente quanto pelos cercamentos, que confinavam o lavrinhense unicamente à própria casa, quando não o expulsavam.

4.4 Os quilombos de Lavrinhas

Em muitas passagens das “Cartas de Goiás”, de Carlos Pereira de Magalhães, ele cita a existência de quilombos em Lavrinhas de São Sebastião e na Mata de São Patrício, além do ataque combinado de quilombolas na Fazenda da Prisca, abordado anteriormente neste trabalho.

Em uma de suas menções a quilombola e tráfico de ouro na região, menciona Joaquim Buriti, escravizado da Fazenda Lavrinhas assim chamado por ser bastante alto, que, após cometer um crime passional, seria levado à justiça, mas consegue fugir com a ajuda da fazendeira, Dona Inês, esposa do senhor da fazenda. Após a fuga, o escravizado se torna rei dos quilombolas da região.

Senti-me emocionado com a grandiosidade da barreira verde da floresta primeva, que se desdobra pela serra da divisa a mais de 5 léguas de fundo e estende-se do Rio das Almas até o Morro dos Bois, mais de 15 léguas sem solução de continuidade. Quando os índios desocuparam a mata, os canhamboras entraram, e até hoje tem-se notícias de alguns na Mata de São Patrício.

No tempo do Alferes Silvestre, um negro gigante seu escravo, o Joaquim Buriti cometeu um crime passional, e foi condenado à forca. Dona Inês, A fazendeira consorte, condoída de tão triste destino, favoreceu-lhe a fuga. Buriti homiziu-se na mata e relacionou-se com os canhamboras. Todas as tentativas para a sua captura frustraram-se; ele vestia-se de couro das onças que matava e praticava o contrabando de ouro. Durante uns dois decênios, dominou com o seu bando essas matas serranas. Certa tarde do mês de agosto, com o ar turvo pelas queimadas, ouviram-se ecos lá da mata, pedidos de socorro. O alferes Silvestre estava ausente, Dona Inês suspeitou, pelo timbre da voz, fosse o gigante Buriti. Ordenou ao capataz que o socorresse. Encontraram-no moribundo e em paz morreu, abençoando o nome da sua protetora (Magalhães, C., 2004, p. 92).

É importante considerar que a existência de quilombos em Lavrinhas pode remontar ao início da mineração no morro do Buriti Queimado, que chegou a ser importante arraial em Goiás, pois, como afirma Palacín (1972), em Goiás não havia arraial que não tivesse o seu quilombo. Esses mesmos fugitivos das minas do Buriti Queimado podem ter constituído o

grupo que, mais tarde, atacaria a Fazenda da Prisca. É inegável a existência de comunicação entre quilombos e escravizados em Goiás, especialmente em Lavrinhas, como mostra o exemplo de do Joaquim Buriti.

Ele vestia-se da pele de onças, um felino, como as realezas africanas se vestiam com pele de leão, reminiscência e adaptação de sua origem africana. O fato de traficar ouro levanta indagações sobre sua fuga e não recaptura, uma vez que, ao traficar e vender a baixo preço, favorecia fazendeiros e comerciantes e, muito provavelmente, seu antigo senhor.

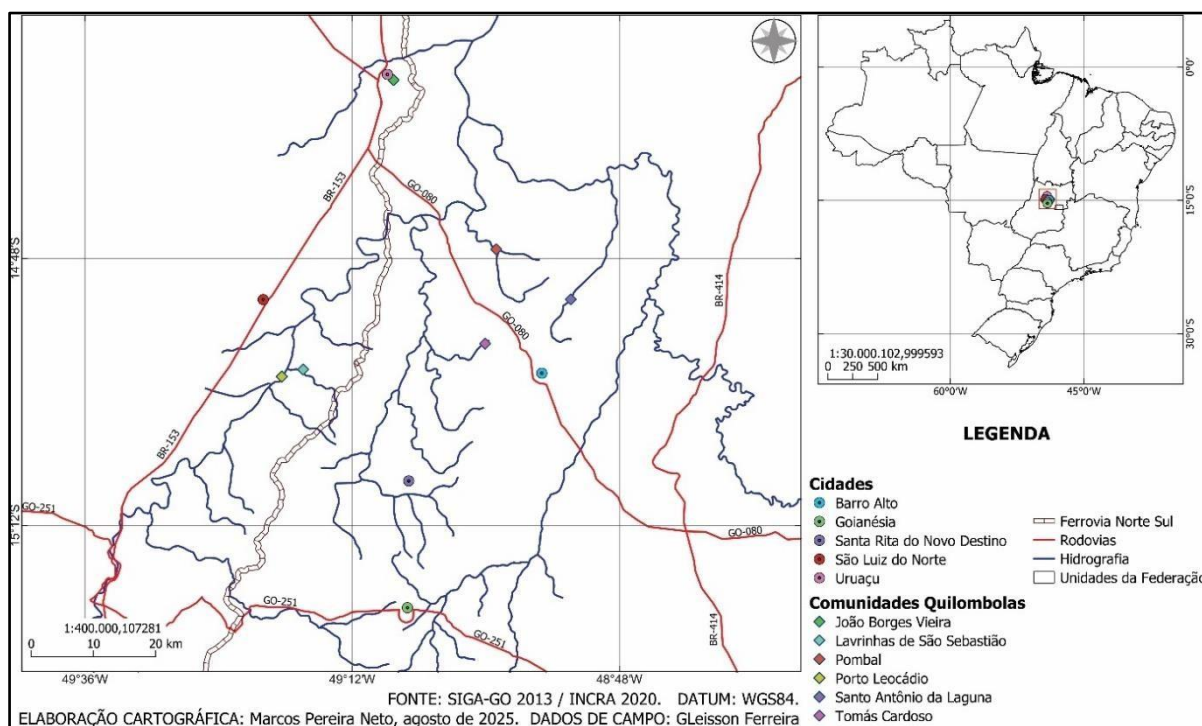
Joaquim Buriti é mencionado por Carlos Pereira de Magalhães em outra ocasião, de forma breve, ao tratar de uma casa forte existente em Lavrinhas, na qual também cita o capataz angolano Antônio Machado.

[...] No dia seguinte, chegamos a Lavrinhas; hospedei-me na casa da velha Dona Amância Pereira Ribeiro, neta do Capitão de Conquista Francisco Pereira Ribeiro. O guia foi à casa de seu padrinho Celório. Como estes 2 tinham de fazer compras, ofereceram-se para acompanhar-me até Corumbá. Falhamos um dia e no seguinte fizemos pouso no Pilão de Café.

Esse sítio começou como casa forte e padrão de posse contra os canhamoras, liderados pelo gigante negro fugido, O Joaquim Buriti. Nesse tempo o capataz da fazenda, velho negro letrado de Angola, Antônio Machado, avô de Celório, aí se estabeleceu. Especializando-se no preparo do café, movimentou esse recanto, de modo que os peões estavam sempre em ação. Daí o seu nome de Sítio do Pilão de Café. Morrendo Antônio Machado, o mato tomou conta e o sítio tornou-se pouso de tropeiros (Magalhães, C., 2004, p. 168).

Segundo as memórias recolhidas e registradas por Carlos Pereira de Magalhães, o Sítio do Pilão de Café seria como uma fortaleza contra ataques de quilombolas e como forma de garantir a posse daquela parte das terras de Lavrinhas. Após a abolição, formou-se um quilombo no próprio Arraial de Lavrinhas (Silva, 1972), de modo que se pode afirmar que a localidade foi um território fértil para a formação desses agrupamentos do período colonial, com a mineração do ouro, ao pós-abolição. A imagem a seguir traz um mapa das comunidades quilombolas no Alto Tocantins, aqui denominadas “os quilombos de Lavrinhas”:

Figura 15 — Mapa dos quilombos de Lavrinhas na região do Alto Tocantins



O mapa mostra a área ocupada, no Alto Tocantins, pelas comunidades quilombolas da região de Lavrinhas de São Sebastião e arredores, bem como os municípios aos quais estão vinculadas, evidenciando sua proximidade geográfica. São elas: João Borges, Vieira, Lavrinhas de São Sebastião, Pombal, Porto Leocádio, Santo Antônio da Laguna e Tomás Cardoso, comunidades, histórica, geográfica e culturalmente ligadas entre si, como demonstrado ao longo deste estudo.

O ataque à Fazenda da Prisca, a fuga do Joaquim Buriti e a existência de quilombos na Mata de São Patrício, além dos parentescos relatados por membros da comunidade de Lavrinhas e de Pombal, fazem crer que o quilombo de Pombal ou se originou de fugas de escravizados de Lavrinhas em vários períodos, ou recebeu indivíduos provenientes daquela localidade, ou manteve constante contato, laços de amizade e casamentos com seus habitantes, ou, ainda, todos esses fatores juntos. Considerando-se que as Comunidades quilombolas Tomás Cardoso (Barro Alto), Laguna (Barro Alto) e João Borges Vieira (Uruaçu) são oriundas de Pombal, denominam-se tais grupamentos como quilombos de Lavrinhas, por estarem inseridos na mesma realidade histórica, geográfica e cultural.

4.5 Tomás Cardoso

A comunidade quilombola Tomás Cardoso foi a primeira de Goiás a ser certificada pelo Incra/GO. O relatório antropológico, além de afirmar que ela é procedente do Quilombo do Pombal, indica sua origem em Lavrinhas de São Sebastião:

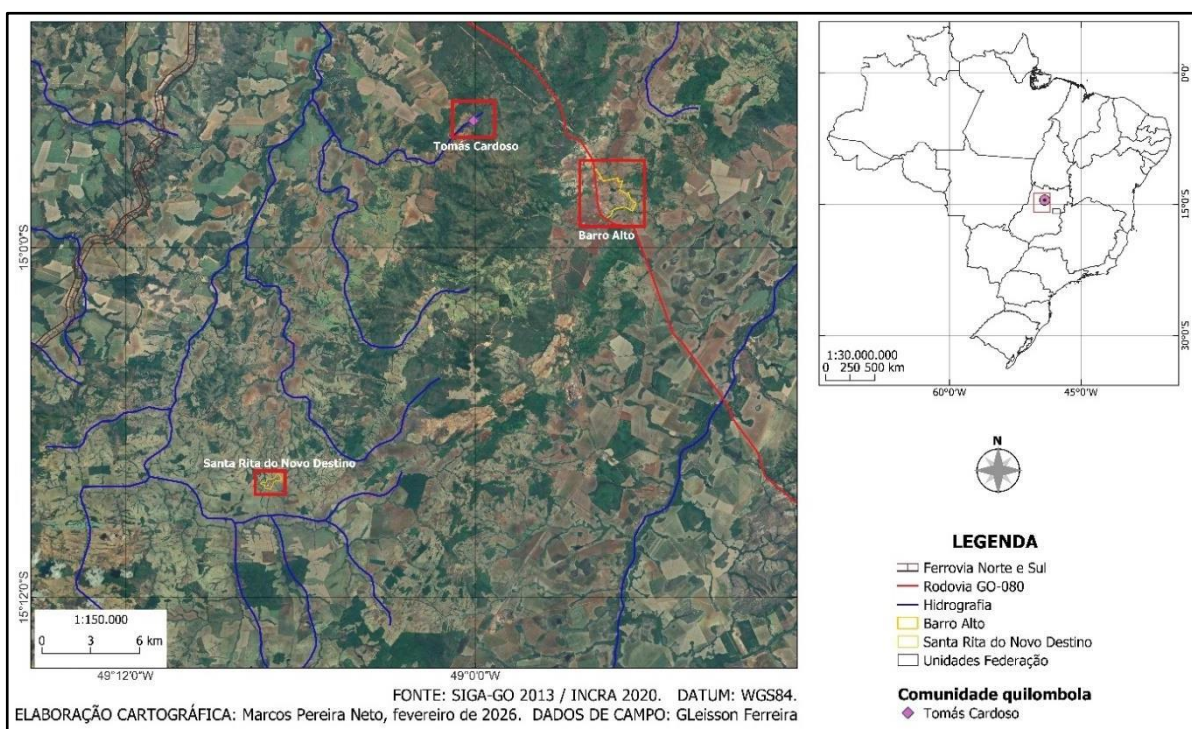
A comunidade de Tomás Cardoso descende de famílias negras procedentes do Quilombo de Pombal, cuja origem remonta às antigas lavras auríferas do período colonial e das fazendas de gado que sucederam o ciclo do ouro em Goiás. Tais atividades trouxeram entre os séculos XVIII e XIX, grande contingente de escravos que, provavelmente, deram entrada no país pelo Porto de Lavrinhas de São Sebastião, na região do Maranhão (Incra, 2011).

Como se pode observar da publicação do RTID¹⁴ de Tomás Cardoso, os antigos escravizados que deram origem a esse agrupamento, oriundo, por sua vez, do quilombo de Pombal, entraram na região pelo porto de Lavrinhas, próximo ao Rio Maranhão, tendo sido empregados nas minas ou nas lavouras dessa grande fazenda.

O mapa da Figura 16 mostra o território do Quilombo Tomás Cardoso, localizado na área denominada Fazenda Bocaina do Passa três, ou Fazenda Canoas. A área se divide entre os municípios de Barro Alto, do qual está mais próxima, e Santa Rita do Novo Destino.

¹⁴ RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação é o documento elaborado no âmbito dos processos administrativos de reconhecimento territorial das comunidades quilombolas, destinado a reunir e sistematizar estudos históricos, antropológicos, cartográficos e fundiários que comprovem a ocupação tradicional de determinado território por essas populações. O relatório tem como objetivo identificar os limites da área reivindicada, caracterizar os aspectos socioculturais da comunidade e fundamentar tecnicamente as etapas posteriores de regularização e titulação das terras.

Figura 16 — Mapa da Comunidade Quilombola Tomás Cardoso



Na comunidade Tomás Cardoso em entrevista com senhora Eva, foi perguntado se havia alguma relação de parentesco entre a comunidade e outras localidades próximas, ao que a entrevistada respondeu:

Eva: Tem a do Pombal, que a gente fala da Nailde, que ela foi a primeira estar na liderança. E a... de Uruaçu que é João Borges e a do Pombal, que é Benedito Borges. E... João Borges que é de Uruaçu e Benedito Borges que é a do Pombal, que é a da Nailde... que é a que a Nailde exerce.

Perguntou-se também se havia alguma relação de parentesco entre a comunidade Tomás Cardoso e Lavrinhas de São Sebastião.

Pesquisador: Há alguma ligação de parentesco com Lavrinhas de São Sebastião?

Eva: Tem! Tem gente esparramado para esse lado aí, ó! Que na verdade eu nem conheço.

Pesquisador: Mas sabe que existe?

Eva: Sabe que existe! Tem!

Pesquisador: Tem algumas pessoas de quem a senhora sabe que tem parentesco na região de Lavrinhas?

Eva: É o pessoal do lado Chagas! Eu não conheço assim, que às vezes... As pessoas mais antigas... Eu como eu sou assim mais duns...

Pesquisador: É a mesma família Cardoso, não é? Às vezes eles assinam Cardoso das Chagas.

Eva: É a mesma coisa! É a que está envolvido a Adelina... Tá envolvido ... O pessoal nosso a maioria tá lá! Muita gente!

Dona Eva por ser de uma geração mais nova, conheceu apenas os parentes mais velhos de Lavrinhas. Recorda-se de uma parte da família que ainda vive lá — “o pessoal do lado Chagas” —, mas afirma que a parentela na região, e não apenas no povoado, é muito maior: “O pessoal nosso, a maioria tá lá! Muita gente!” Dessa forma, confirma uma origem em Lavrinhas de São Sebastião e, como Tomás Cardoso é uma comunidade oriunda de Pombal, infere-se que tenha a mesma origem. Essa informação ajuda a corroborar a tese de que as comunidades de Pombal, Laguna, Tomás Cardoso e João Borges Vieira são provenientes de Lavrinhas de São Sebastião, com a qual mantém laços de parentesco e vínculos culturais.

Prosseguindo a entrevista com a senhora Eva:

Pesquisador: A senhora também tem parentesco com a família Coelho, que eram antigos habitantes de Pombal e Lavrinhas?

Eva: Sim! Inclusive tem até um assentado aqui que é da família Coelho, Seu Domingos! Seu Domingos Coelho.

Pesquisador: É esse seu Domingos do gado aí?

Eva: É, do gado. É a Santina... O pai dela que era o seu João Carreiro... Eu sei que a mãe dela... Da Santina, que chama... Esse... A gente vivia dentro da casa um do outro. Esse povo nós era todo mundo envolvido, né... Porque na verdade é sangue da gente! Igual eu falei, tem gente que eu nem conheço.

Pelo seu depoimento, é possível constatar que os vínculos familiares se estendem por várias gerações, assim como os laços de solidariedade. A afirmação: “A gente vivia dentro da casa um do outro”, revela essas ligações de amizade e solidariedade entre as famílias quilombolas, mesmo quando o parentesco é distante. O testemunho de dona Eva demonstra ainda que a família Coelho, de Pombal e Lavrinhas, também tem parentesco com sua família, Cardoso e Chagas, evidenciando extensa parentela entre as comunidades quilombolas de Lavrinhas, Pombal, Laguna, Tomás Cardoso e João Borges Vieira.

Sobre as diversas relações estabelecidas dentro e fora da própria comunidade com outros grupos quilombolas, o pesquisador pergunta:

Pesquisador: Há relação de parentesco, amizade, comercial ou festiva? Todas elas, né? Parentesco e amizade a senhora já falou... Comercial ou festiva é o seguinte: vocês faziam negócios uns com os outros, assim, na região. Trocava uma farinha, uma rapadura... dias de serviço...

Eva: Dias de serviço. Vamos supor, hoje eu ia colher na minha roça. Aí a gente pegava lá um monte de gente, vinha e colhia a minha roça. Fazia comida que dava para todo mundo, né! Na verdade, que era carregado na cabeça. Eu mesma fiz várias vezes. Fiz muita comida, quando meu pai fazia... Colhia a roça dele. A gente fazia comida na casa da gente. Pegava aquela panelona e colocava... Fazia uma rodía. Eu não sei se vocês sabem o que é uma rodía! Fazia uma rodía e colocava essas painelas na cabeça,

aí ia levar lá na roça onde os pião tava. Aí terminava a roça da gente a gente ia lá pra roça do vizinho, era assim.

Figura 17 — Senhora Eva da Comunidade Tomás Cardoso.



Fonte: Gleisson Ferreira (2024)

Dona Eva descreve o trabalho de mutirão, quando todos se juntavam para limpar, plantar ou colher as roças uns dos outros. Relata também as trocas de dias de serviço, nas quais, quando uma plantação já estava no ponto de ser colhida, por exemplo, um vizinho auxiliava o outro, em troca de ajuda quando chegasse o momento de colher a sua. Dona Eva demonstra saudade ao narrar esses fatos:

Pesquisador: Isso quando a senhora era menina?

Eva: É, eu era bem nova!

Pesquisador: Vocês ainda estavam na região...?

Eva: Do Pombal. A gente nasceu lá no Pombal! As terras que eram nossas, era fazenda Lagoa Seca. O Pombal já passa pelo corgo, né! Pra gente chegar lá, e a nossa era de cá, mas era uma região só.

Figura 18 — Senhora Eva da Comunidade Tomás Cardoso e o pesquisador



Fonte: Gleisson Ferreira (2024)

Dona Eva diferencia a região do Pombal do povoado homônimo, indicando que nasceram naquela região, embora suas terras se situassem na fazenda Lagoa Seca, ao passo que o povoado do Pombal se localizava do outro lado do córrego, sendo, no entanto, parte da mesma área. Na sequência perguntou-se à dona Eva o que aconteceu para que ela, sua família e parte da comunidade, que antes fazia parte de Pombal, deixassem suas terras, ao que respondeu:

Eva: O que aconteceu, por meio... uns foram... a terra foi... foram expulsos, porque naquela época existiam jagunços. Inclusive o meu pai sofreu muito nessa época. Nós era muita criança, nós andávamos assombrados. Eu falo porque a gente não abria nem porta de noite, porque existiam os jagunços que eram mandados para tomar a terra da gente. Que foi, no caso, essa comunidade aqui hoje foi aberta através disso. Que o nome que foi escolhido para a comunidade Tomás Cardoso, hoje... Esse senhor mesmo, a casa dele foi queimada por jagunços.

Ela tenta se lembrar o nome pelo qual é chamado o processo que expulsou sua família, parentes e amigos de suas terras em Pombal, mas não consegue. Sabe-se que se trata da grilagem, prática já existente em Goiás, mas intensificada a partir dos anos 1930, com a “Marcha para o Oeste”. Tal fenômeno inviabilizou a permanência da população camponesa proprietária das próprias terras em Goiás, ao trazer pessoas de fora para ocuparem um suposto “vazio demográfico”. Foi esse o processo que dividiu a comunidade de Pombal e originou Laguna, Tomás Cardoso e João Borges Vieira, todas ligadas por laços de parentesco e com origem em Lavrinhas de São Sebastião.

Como uma grande propriedade rural com mais de trinta mil alqueires goianos, Lavrinhas foi provavelmente a maior sesmaria de Goiás com numerosa escravaria dedicada à exploração do ouro no Morro do Buriti Queimado, além do trabalho na lavoura e nas atividades domésticas. As fugas dessa propriedade foram constantes, e alguns relatos chegaram à atualidade pela correspondência de Carlos Pereira de Magalhães.

Por ser um centro de fuga de escravos, dada a sua grande extensão, Lavrinhas tornou-se também um polo difusor de cultura, sendo celebrada em canções de tambor por comunidades como Pombal e João Borges Vieira. A senhora Santina Barbosa recorda uma dessas cantigas, que diz o seguinte:

No caminho da Lavrinha tem um Bananal

inda ontem eu comi bananinha de lá!

No caminho da Lavrinha tem um Bananal

inda ontem eu comi bananinha de lá! (Santina, 2024).

Os versos mostram Lavrinhas como um lugar de fartura, de onde se consome e se nutre de seus frutos. Essa abundância pode ser cultural, como a dança do tambor e o chorado, as músicas cantadas na festa e a sabedoria do povo que resistiu, à sua maneira, a todas as tentativas de destruição de sua cultura. Outro verso diz:

O caminho da Lavrinha é ouro só,
É ouro só, é ouro só!
O caminho da Lavrinha é ouro só,
É ouro só, é ouro só! (Santina, 2024).

Figura 19 — Dança do chorado em Lavrinhas de São Sebastião



Fonte: Gleisson Ferreira (2024).

Nesse verso, Lavrinhas é apresentada como um caminho de riqueza, “ouro só!”. Possivelmente rememorando o período de extração escravista nas minas, ou talvez lembrando os faiscamentos e descoberta de ouro que permitiam ao escravizado comprar a sua liberdade. Ambos os versos remetem ao amor que se sente pelo lugar com o qual possuem conexão cultural e que lhes dá referência.

4.6 A Congada, o Chorado e o Tambor

Em Lavrinhas, a congada passou a ser realizada segundo Carlos Pereira de Magalhães, com o declínio do arraial de Água Quente. Magalhães afirma que:

Tendo em palestra revelado ao senhor Mendes que provavelmente em breve seríamos vizinhos, mostrou grande satisfação, hipotecando os seus préstimos. Comentou que os herdeiros das terras de Lavrinhas de São Sebastião iam-se acabando na preguiça e inutilidade de suas vidas, tal qual o Arraial de Água Quente na estrada de São José. Os antigos contavam que eram quatro as maravilhas de Goiás:

Sino do Pilar

Feitiço de Crixás

Cadeia de Traíras

E congada d'Água Quente.

Água Quente, aqui perto, é hoje tapera, mas a congada, o batuque e a pinga passaram para Lavrinhas, que terá o mesmo fim. Goiás pede gente de fora que sabe trabalhar para não virar o estado das taperas (Magalhães, C., 2004, p. 65–66).

Com a chegada de um grupo negro de Minas Gerais à Mata de São Patrício, a congada local foi assumida por eles. Atualmente, é festejada no povoado de Juscelândia, perto de Lavrinhas.

O chorado é uma dança típica executada ao som de caixa e zabumba em Lavrinhas de São Sebastião. Há uma manifestação semelhante em Vila Bela da Santíssima Trindade (MT). Trata-se de uma dança com origem no sofrimento dos escravizados, e buscava amenizar a dor dos castigos ou livrar do castigo seus entes queridos. Era realizada pelas mulheres, que usavam sua graciosidade e poder de sedução para esse fim, daí o nome “chorado”. Os instrumentos utilizados no chorado são caixa, zabumba, pandeiro e viola.

Em Lavrinhas, o chorado é dançado em honra aos Santos de devoção — São Sebastião e Nossa Senhora do Rosário —, padroeiros do lugar. Para iniciar a dança, os participantes reúnem-se primeiramente na “Casa de São Sebastião”, espaço localizado a alguns metros da Igreja, de onde saem em procissão até sua porta para “buscar a marcha”, em um gesto que pede a bênção dos santos e lhe oferece a dança e os cantos. Começam os toques da marcha e se canta:

Lá se vai, oh lá se vai

Lá se vai, oh lá se vai

Essa pura divindade!

Essa pura divindade!

Lá se vai as três pessoas

Lá se vai as três pessoas

Da Santíssima Trindade!

Da Santíssima Trindade!

Figura 20 — Procissão da Festa de Nossa Senhora do Rosário e São Sebastião na Festa de Nossa Senhora do Rosário, em Lavrinhas de São Sebastião.



Fonte: Gleisson Ferreira (2024).

Figura 21 — Levantamento do mastro de São Sebastião na Festa de Nossa Senhora do Rosário, em Lavrinhas de São Sebastião



Fonte: Gleisson Ferreira (2024).

As estrofes se repetem ao longo do trajeto. Ao chegar na porta da casa de São Sebastião, canta-se outro verso:

Nessa casa entraremos

Nessa casa entraremos

Com prazer e alegria

Com prazer e Alegria

Dentro dela se venera

Dentro dela se venera

Filho da virgem Maria

Filho da virgem Maria

Então entra-se na casa de São Sebastião e canta-se os últimos versos da marcha:

Concluimos esse canto

Concluimos esse canto

Fazendo o sinal da Cruz

Fazendo o sinal da Cruz

Pai e filho e Espírito Santo

Pai e filho e Espírito Santo

Para sempre amém Jesus

Para sempre amém Jesus

Terminada essa estrofe, reúnem-se no canto direito do salão da casa de São Sebastião e começam a tocar, enquanto os presentes formam uma roda e dão início aos cantos e à dança. A música mais tocada diz o seguinte:

Pau pereira, pau Pereira

É um pau de opinião

Todo pau caiu a fôia

O pau pereira não

Figura 22 — Encontro do Grupo de Dança do Chorado de Lavrinhas de São Sebastião com o Grupo de Tambor João Borges Vieira, de Uruaçu, na Festa de Nossa Senhora do Rosário, em Lavrinhas de São Sebastião



Fonte: Gleisson Ferreira (2024).

Esses são os versos preferidos do chorado de Lavrinhas. É visível a predileção por aqueles que evocam força e resistência. O pau-pereira, também chamado guatambu, a folha seca no pé, que não cai. Trata-se de uma árvore lenhosa e retilínea quando jovem, utilizada na confecção de arco de flecha, cabos e ferramentas, devido à sua tenacidade e flexibilidade, não quebrando com facilidade. É o elemento com o qual os indivíduos se identificam, sendo eles próprios ramos e folhas dessa mesma árvore “de opinião”, que se dobra, mas não se quebra e cujas folhas morrem junto à planta-mãe. Pode simbolizar Lavrinhas e sua cultura, a resistência dos descendentes dos escravizados e a devoção a São Sebastião; mas pode remeter também os descendentes da família Pereira Ribeiro, que tinham nas veias o sangue do escravizador e do escravizado.

Como afirmava Magalhães, os descendentes do alferes Silvestre Pereira eram todos “pretos retintos” revelando um por nome “Caciano”, sendo dona Amância a única branca na miscigenação das três raças, o que evidencia também traços fenotípicos indígenas nos habitantes de Lavrinhas (Magalhães, C., 2004).

Além do pau-pereira, cantam-se muitos outros com temas do dia a dia, da mentalidade local, do trabalho e de louvor ao lugar. Contudo, todos são cantados em honra aos santos de

devoção: São Sebastião, festejado em janeiro, e Nossa Senhora do Rosário, festejada em agosto.

Segundo Ferreira:

A dança do chorado faz parte do sagrado da festa os menores atos dela se fazem em louvor a São Sebastião (o padroeiro) em janeiro e Nossa Senhora do Rosário (em agosto). Por ocasião da festa de Nossa Senhora do Rosário festeja-se também São Sebastião, tamanha é a devoção, levantando também o seu mastro. Isso demonstra um cuidado em não desagradar o padroeiro, protetor do lugar (Ferreira, G., 2009, p. 24).

A sacralidade manifesta-se mesmo nos menores atos; parece estar presente inclusive na bebida, cujas garrafas, são equilibradas pelas mulheres sobre a cabeça durante a dança, para demonstrar sobriedade. A bebida é distribuída entre os participantes, que a consomem com respeito e como que por devoção, não havendo qualquer incômodo dentro do salão. As pessoas do lugar são respeitadas com a tradição e com os santos protetores. Segundo Ferreira, 2009, citando Abdul Ferraz:

Os bantos, quando o assunto é falar com Deus “rezar”, “sambar” faziam uma roda embaixo de um njiango (uma sombra artificial onde seus tambores soavam ao ritmo Kitolo (lamentação), daí suas mulheres faziam o EKAMBA [...] Na oração, para os bantos, não é concebível estar sentado ou de joelhos, mas sim dançando, se é que tais movimentos possam ser tidos como dança. Se é, não seria qualquer dança, mas simplesmente a EKAMBA. Até porque entendê-la como dança é deturpar os fatos (heresia) e não se pode negar que os movimentos rituais não sejam sensuais, porém não constituem elementos suficientes para tê-los como dança. Este conceito de oração “dançada” não foi apagado pelos colonizadores. [...] (Ferraz *apud* Ferreira, G., 2009, p. 25).

A forma de culto por meio da dança é uma clara herança africana banto, em Lavrinhas, sendo uma reminiscência de tradições que permanecem na atualidade. A conexão com o sagrado é algo forte nas sociedades africanas e, no Brasil, contribuiu para a construção de um sincretismo religioso, do qual emergem outras manifestações de oração dançada, como é o caso do chorado de Lavrinhas.

Em entrevista com a senhora Inocência de Souza Paula, em 2009, Ferreira registrou seu depoimento sobre o chorado em Lavrinhas destacando que, em tempos mais antigos, essa dança se chamava tambor:

[...] Naquele tempo ele não chamava chorado, chamava tambor... Os home fazia aquelas caixona. Marrava uma corda no tambor. Ele era um trem assim... Ocado por dentro, agora... [...] botava um couro de cutia e aí costurava em roda daquela boca e deixava aberta de cá, né? Agora... tem o tiquititim... e tinha o grande para fazer... Agora ponhava ele aqui entre as pernas e batia... o pequeno é o que chama: “prucutup, prucutup, prucutup”. E o grande era pra fazê assim ó: pom pom, pom pom, pom pom, [...] (Inocência, 2009).

Nesse trecho, a entrevistada explica a forma de se construir e de se tocar os tambores, sendo dois: o de chamada e o que funciona como uma espécie de segunda voz. Trata-se de um saber ancestral preservado na memória, como alguém pertencente ao lugar, Lavrinhas de São Sebastião, que recorda inclusive uma música do tempo da escravidão, entoada nas rodas de tambor:

Se eu não fosse cativoiro

Eu morava com vancê

Se eu não fosse cativoiro

Eu morava com vancê

Vô serví de cativoiro

Até morre.

Vô serví de cativoiro

Até morre.

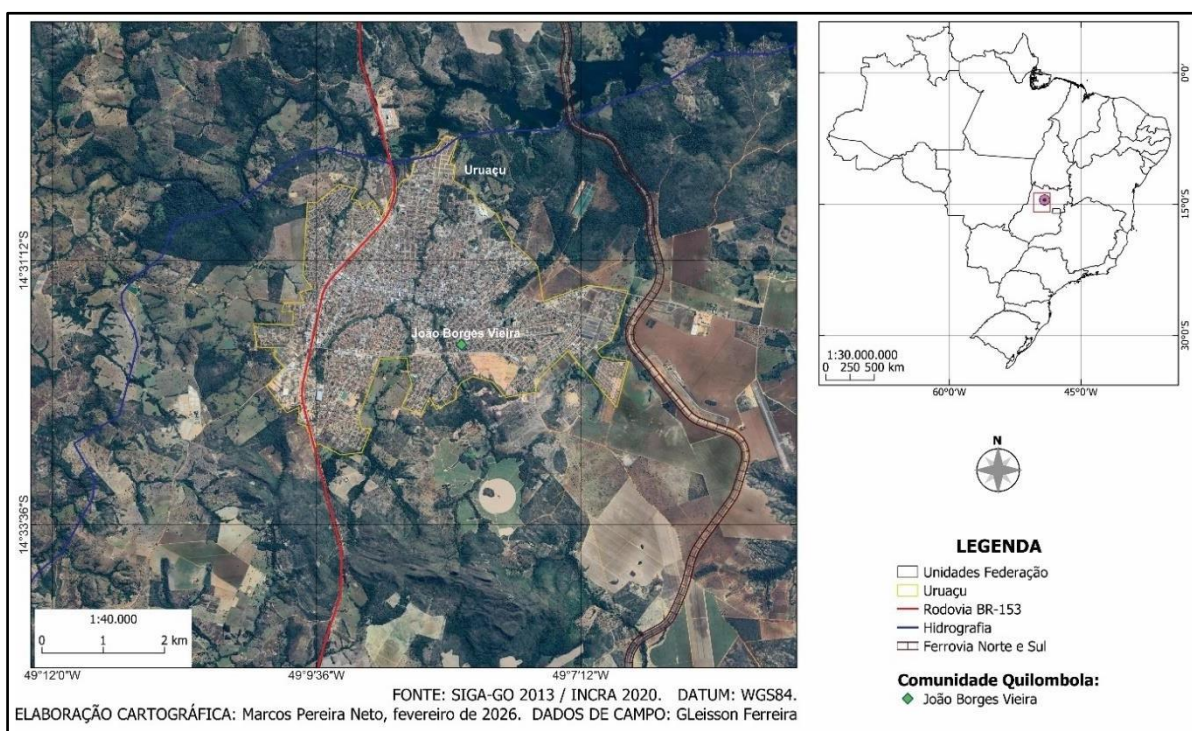
(Inocência, 2009)

Esses são versos de amor ou de amizade, que denunciavam a impossibilidade de se morar com a pessoa amada ou amiga, em razão de o escravizado não ser senhor de suas vontades e estar impedido de escolher como, onde e com quem morar dada a sua condição.

4.7 O Tambor de João Borges Vieira

A comunidade quilombola urbana João Borges Vieira, surge no contexto das expulsões motivadas por grilagens de suas terras, em Pombal, entre as décadas de 1960 e 1980 (Incrá, 2013). A Figura 23, a seguir, mostra um mapa da comunidade:

Figura 23 — Mapa da Comunidade Quilombola João Borges Vieira



Fonte: SIGA-GO 2013/INCRA 2020.

O mapa mostra a localização urbana da sede do Quilombo João Borges Vieira, em Uruaçu, bem como o perímetro urbano da cidade, às margens da BR-153.

A sede da associação está situada na Rua Benedito de Almeida Campos, lote 04, quadra 06, esquina com a Avenida Araguaia, Centro, Uruaçu (GO). A comunidade tem como uma de suas manifestações culturais a dança do tambor, coordenada pela senhora Maria Santana Barbosa da Silva, que, em um trecho de entrevista concedida ao pesquisador em 10 de janeiro de 2025, relata:

Pesquisador: Santana, tem alguma das músicas de tambor que faz referência a Lavrinhas de São Sebastião?

Santina: Sim!

Pesquisador: Você pode cantar um pedacinho para nós?

Santina: É a mesma, é... a música do tambor... porque... a minha mãe, como eles veio de lá, a música é uma só! É uma só, é a bananinha...

No camim da Lavrinha
Tem um bananal
Inda ônti eu comi
Bananinha de lá!

É de lá! Aí...

No camim da Lavrinha é ouro só
 É ouro só, é ouro só, é ouro só, é ouro só.
 No camim da Lavrinha é ouro só
 É ouro só, é ouro só, é ouro só, é ouro só!

Também tem:

Canoeiro, canoeiro
 Que é que trouxe na canoa?
 Trouxe ouro e trouxe prata
 Trouxe muita coisa boa.

Canoeiro de jangada
 Que me pôs do lado de lá
 Eu não sou filho de peixe
 Para não saber nadar.

Canoeiro de jangada
 Que me pôs do lado de lá
 Eu não sou filho de peixe
 Para não saber nadar.

Pau pereira também é de lá! Só que eles cantam numa maneira mais rápida, né? Eu não sei se cê já percebeu que eles cantam bem rápido. Mas nós já canta bem mais lento, mas o pau pereira também é de lá. Aí eles falam, né! O pau pereira ele tem duas versão. Você canta ele:

Pau pereira, pau pereira
 Este pau de opinião
 Todo o pau caiu a fôia
 O pau pereira não!

Pau pereira, pau pereira
 Este pau de opinião
 Todo o pau caiu a fôia
 O pau pereira não!

Más aí cê pode cantar na outra versão:

Pau pereira, pau pereira
 Este pau de opinião
 Todo o pau floresce e cai
 O pau pereira não.

Essas são as músicas que veio de lá, as outras a gente criou por aqui.
 (Santina, 2024).

O testemunho de dona Santina traz Lavrinhas como um centro difusor de cultura no Alto Tocantins, nomeadamente na região de Goianésia, Barro Alto, Santa Rita do Novo Destino e Uruaçu, cidades onde estão os remanescentes do Quilombo do Pombal.

Embora seu pai tenha vivido sempre em Uruaçu, sendo filho de um dos fundadores da cidade, ao ser questionada sobre a relação das famílias da comunidade local e aquelas de Lavrinhas, a entrevista responde:

Aqui em Uruçu... Meu pai, ele ajudou a construir isso aqui. Meu pai era carteiro. Ele carregava as cartas. Ele não tinha leitura... Mas ele carregava no lombo do jegue. Corria e tudo... e no carro de boi... Então meu pai ajudou a formar isso aqui com o pessoal Fernandes. Era um quilombola de raiz daqui. Meu avô também tinha uma fazenda aqui na Pedra Preta. Era uma fazenda de três donos. Sócios! Era um senhor Machadinho... O pai do seu Dito Rocha. Aí o que que aconteceu: esse homem, esse Machadinho tinha leitura. Os outros dois não tinha. Que era o meu avô, né! Que era o Pedrinho... Aí o meu pai diz que o Machadinho pegou os documento da terra pra arrumar, mas pelo contrário, ele vendeu. Aí o pai do seu Nuca ficou sem e o meu vô também. Porque eles falou que a única coisa que eles podia fazer para rever era matando, né? Sujar as mãos de sangue... Meu vô não quis. Meu vô falou: Eu não vou sujar as minhas mãos de sangue. O outro também não quis. Eles perderam! Aí foi que meu vô foi e ficou mudando, né? Caçando melhora pra outros lugares, mas na verdade o meu pai foi criado aqui, nessa região aqui de Uruçu.

Pesquisador: Como se chamava o seu pai?

Santina: João Borges Vieira.

Pesquisador: Que é o homenageado com o nome da associação?

Santina: Isso, ele tinha apelido de João Carreiro, porque andava levando essas cargas, quando não era do jumentinho dele era no carro de boi. E ele ia assim, por tato, por conhecer as pessoas já, né! Pegou conhecimento, porque leitura mesmo ele não tinha! (Santina, 2024).

Pela fala de dona Santina, percebe-se que a história narrada constitui um trauma de família que a atravessou gerações. A perda da terra, fonte de moradia e sustento configura uma situação de vulnerabilidade, com a perda das condições de trabalho e o surgimento de uma insegurança que levava a família a migrar constantemente em busca de melhores condições de vida.

Figura 24 — Senhora Santina da Comunidade João Borges Vieira e o pesquisador



Fonte: Gleisson Ferreira (2024)

Indagada sobre se era o pai ou a mãe que tinha parentesco em Lavrinhas, dona Santina responde:

Os dois! É... A minha mãe era Baião das Chagas, né? Mas lá, lá na Lavrinha tem a família também que era a família Barbosa da Silva. Meu tio, inclusive... O irmão da minha mãe, meu tio Barbosa, era Barbosa da Silva o nome dele, né! Porque o pai da minha mãe era Barbosa da Silva, minha avó que era Baião das Chagas. Então, antigamente o povo registrava era pelo tato. Aí um saía Cardoso, outro saía Borges Rodrigues [...] Mas tem uns que assina por Costa, outros é só Borges Rodrigues mesmo. Outros é Borges Gonçalves... Então é uma família muito grande. O pai da mãe da mãe Domingas, era irmão da minha avó, então era a mesma assinatura da minha mãe. Só porque a minha tia Ilda já não registrou ela com essa assinatura, Já foi outra assinatura que é... Carvalho de Sá!? Por causa da mãe dela. Que antigamente

não registrava a pessoa com o nome da mãe se não fosse casado, né! Então, a criança não pegava o nome. Pegava o nome da mãe. E... foi o caso da minha tia Ilda, que eles assina Gouveia de Sá, que é o nome dela. Aí é só isso aí.

Agora Lavrinha. As famílias da minha mãe, a maioria morava na Lavrinha, que é a família da comadre Adelina, da mãe de tia Antônia, né? Dona Antônia. A mãe eu não cheguei a conhecer. Então tem a... Eu só não sei te falar direitinho qual é o parentesco da tia Angélica. Não sei... Eu fui na Lavrinha depois de grande. Meu sonho era conhecer a velharada todinha para mim saber tintim por tintim. Minha mãe não deixava porque minha mãe falava que antigamente lá o povo era muito mau, né! Diz que fazia mesmo “coisa” para os outros. Se você risse, eles fazia você rir... pensasse que você estava rindo delas, colocava você ali para rir sem parar. [...] (Santina, 2024).

Figura 25 — Senhora Santina da Comunidade João Borges Vieira



Fonte: Gleisson Ferreira (2024)

As memórias de Santina sobre o parentesco e a origem em Lavrinhas não deixam dúvidas quanto à relação desse território, sua família e a comunidade João Borges Vieira. Sendo oriundos do Quilombo do Pombal, seu testemunho reafirma o vínculo entre Pombal e Lavrinhas, indicando uma origem comum que conecta parte dessa comunidade àquela

localidade. Percebe-se também, em sua fala, certo orgulho de pertencer a Lavrinhas, ainda que tenha conhecido o lugar apenas na vida adulta:

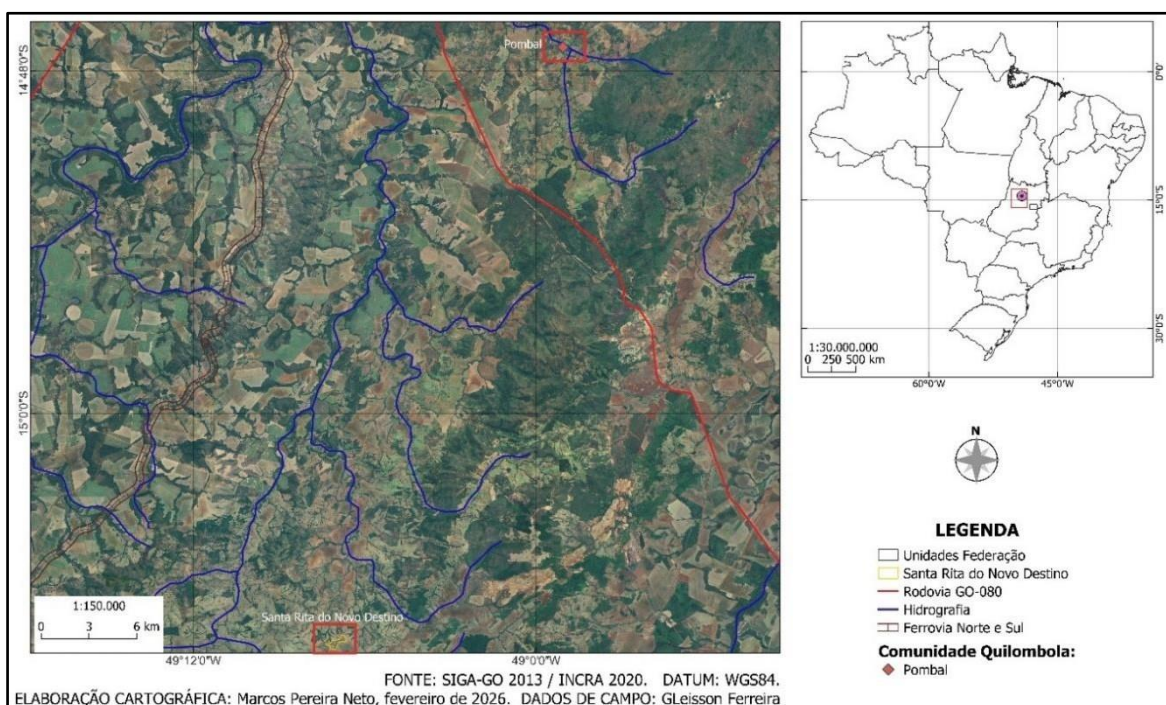
Eu fui na Lavrinha depois de velha, depois de mãe de filho... Que aí um dia tia Zica que iria ir para conhecer o irmão dela que morava lá. Aí Eva falou: “então vambora!” Nós fica uma semana lá na casa da Angelica, aí nós foi, porque o irmão da Zica é filho da Angélica, né! Aí nós foi. Aí eu amei! Nunca mais deixei de ir na Lavrinha, todo ano eu ia na festa, né! Ficava uma semana lá e vinha embora (Santina, 2024).

Seu depoimento busca explicar a circunstância que possibilitou sua ida a Lavrinhas, na fase adulta, quando já tinha filhos. Nota-se, na fala de Eva, um gesto de confiança e solidariedade para com Zica, que desejava conhecer um irmão por parte de pai. Evidencia-se também a segurança quanto à hospedagem por uma semana, mesmo diante da distância, apoiada na receptividade de Dona Angélica. Tais elementos revelam valores presentes em comunidades tradicionais, como a solidariedade e a hospitalidade, presentes em Lavrinhas.

4.8 Pombal

A comunidade quilombola de Pombal situa-se no município de Santa Rita do Novo Destino, distando cerca de 54 km de sua sede. A Figura 26, a seguir, apresenta sua delimitação territorial, evidenciando a distância em relação à sede municipal, que pode ser calculada com base na escala, na qual cada centímetro equivale a 3 km.

Figura 26 — Mapa da Comunidade Quilombola de Pombal



Fonte: SIGA-GO 2013/INCRA 2020.

A comunidade é representada pela Associação dos Remanescentes do Quilombo do Pombal, com sede no povoado de Placa. Seu surgimento remonta, provavelmente, a escravizados fugidos de várias localidades mineradoras no período colonial, nas proximidades do Rio Maranhão, como Buriti Queimado, Água Quente, Traíras e São José do Tocantins. Pode ter recebido também evadidos vindos da Bahia, bem como da fazenda da Prisca. Estes últimos podem ter constituído o principal grupo formador do quilombo, considerando:

- a) a grande quantidade de escravizados que atuavam na mineração no Morro do Buriti Queimado, sob o domínio de João Pereira Ribeiro;
- b) o fato de que, sendo traficante de escravizados, sua atuação abrangia toda a região, o que sugere intensa circulação de indivíduos entre minas e fazendas vizinhas, como afirma o RTID da comunidade Tomás Cardoso;
- c) a possibilidade de que aqueles que fugiram mantivessem vínculos com os que permaneceram na área de exploração, favorecendo redes de contato;
- d) a articulação entre quilombolas e indígenas morcegos (Avá-Canoeiros), mencionada por Magalhães, C., (2004) para atacar a fazenda da Prisca e libertar seus iguais, fugindo em direção a selvas do Rio Tocantins/Maranhão.

Membros da família Nunes, de Pombal, associam a origem do quilombo à chegada de dois irmãos gêmeos à região, João Grande (João Nunes dos Santos) e João Pequeno, vindos de uma área denominada Serra da Pinduca, na Bahia, então divisa com Goiás (Inkra, 2013). Em entrevista constante no Relatório Antropológico de Pombal¹⁵, um dos descendentes do sr. João Grande, o sr. José Nunes, afirma que:

Eles eram cinco irmãos, três deles ficaram no Município de Niquelândia, compraram Fazenda no município de Niquelândia, os outros dois compraram Fazenda no Município de Pirenópolis, pois antigamente onde hoje é Pombal pertencia àquele Município. E aí o meu avô (João Grande) casou criou a família e morreu de velho naquela Fazenda ali onde hoje é o limão (perto da antiga sede há vários pés de limão) foi planta do meu avô e da minha vó, perto daquele núcleo do Incra ali, sabe? Aí meu avô morreu de velho nesta fazenda aí, ele adquiriu seis filhos, meu pai era o caçula, aí meu avô morreu e não fizeram o inventário dele e nem da minha vó. Os outros tios meu mudou da fazenda, uns morreu outros mudou, ficou só meu pai na fazenda. Aí meu pai requereu, foi em 1955 apareceu este doutor Sólon na região. Andando de burro, era advogado, era de Goiânia e um tabelião do município de Pirenópolis e ele falou com meu pai que ele era advogado e que estava pegando terra para legalizar. Aí meu pai pensou em fazer o inventário do meu avô e quetô não mexeu com aquilo mais, naquele tempo o povo não importava (Inkra, 2013, p. 37–38).

O Relatório Antropológico informa que outras famílias já ocupavam a região antes da chegada dos irmãos João Grande e João Pequeno. Em depoimento aos pesquisadores que elaboraram o documento, o sr. Norberto Cardoso de Souza, por exemplo, afirmou o seguinte:

Minha família chegô, pelo que minha tia conta, minha vó contava, eles chegô pelos, pela escravatura, pelos banderantes, já tava trabaiano, já vinha do município de Niquelândia pra cá e entrô (...) que os minino vai amanhã, num córrego chamado córrego Terra Branca, aí os banderante já tinha travessado o rio Maranhão pra cá e tava acampado, foi quando entro a liberdade, aí veio os mais véio e já ficô por aí mesmo (Inkra, 2013, p. 41).

Ao que parece, cada família liga a origem do quilombo a elementos e fatos importantes do seu próprio grupo, preservados na memória coletiva. No entanto a região já era habitada desde a “escravatura”, desde o tempo dos “banderantes”, como relata o sr. Norberto em seu depoimento, mesmo vinculando tais eventos à chegada de sua família. Isso evidencia também a antiguidade desse grupo na localidade.

¹⁵ Relatório Antropológico é um documento técnico-científico elaborado a partir de pesquisa de caráter etnográfico, histórico e sociocultural, cujo objetivo é analisar e descrever as formas de organização social, os modos de vida, as práticas culturais e as relações territoriais de um determinado grupo ou comunidade. Fundamentado em métodos próprios da antropologia — como trabalho de campo, observação participante, entrevistas e análise documental —, esse relatório busca interpretar as dinâmicas sociais e históricas que estruturam a identidade coletiva do grupo estudado, servindo frequentemente como subsídio para processos institucionais, jurídicos ou administrativos relacionados ao reconhecimento de direitos territoriais, culturais e sociais.

Na frase “aí os banderante já tinha travessado o Maranhão pra cá”, observa-se a indicação que os bandeirantes teriam vindo da outra margem do Rio Maranhão. No entanto, ambas as margens desse rio foram palco da extração do ouro por esses exploradores. Havia, por exemplo, o Buriti queimado à margem esquerda de quem vem do Sul, e a Água Quente à margem direita.

O depoimento articula dois eventos historicamente distantes em cerca de 158 anos: a descoberta das Minas do Tocantins pelos bandeirantes (1730) e a “libertação” (1888). Esse cruzamento indica a presença de ambos na memória coletiva do narrador, relacionados à ocupação negra da região, indicando que o território foi sendo ocupado, ao longo do tempo, por diferentes grupos e famílias, cada qual recordando fatores importantes à sua própria trajetória.

Entre as décadas de 1960 e 1980, ocorreu a expulsão de várias famílias de Pombal, por meio de um processo de grilagem conduzido por uma autoridade do Estado de Goiás, conhecido como Dr. Solon (Inkra, 2013). Esse processo provocou a migração de várias famílias para cidades como Goianésia, Barro Alto e Uruaçu, contribuindo para a formação de comunidades como Laguna, Tomás Cardoso e João Borges Vieira. A esse respeito o Relatório Antropológico reúne testemunhos de moradores, como Vanusa e José Nunes, como segue:

Vanusa também se refere aos conflitos decorrentes da ocupação do território afirmando que “a maioria dessa terra aqui também não era do dono - Dr. Solon. Assim, ele pegava trator derrubava a casa do pobre coitado ali e falava: esse pedaço é meu.” Ela descreve mais detalhadamente o período em que eles foram expulsos de suas terras, pelo desembargador do estado na década de 60 e menciona que “você assinava um papel. As pessoas daqui era analfabeta. Criado e nascido aqui. Bobo demais. Então ele falava: assina aqui tal papel. Mentia. O povo mandava o dedão ali. Pronto [...] – ele - virava dono da terra”. O Sr. José Nunes também se lembra da chegada à região de um senhor que se apresentou como “doutor advogado”, chamado Solon Edson de Almeida, conhecido por todos como Dr. Solon. Segundo ele, este senhor se apresentou de forma muito cordial e solícita, aproximando-se, sobretudo, do Sr. José Nunes, convidando-o para viagens à Goiânia, oferecendo-lhe almoços e outros favores. Entre estes favores, o de providenciar, por meio de procuração concedida pelos moradores da região, a regularização de seus títulos de propriedade. O Sr. José Nunes, contando com a liderança que possuía na época junto à comunidade, passou a exercer o papel de intermediário das promessas do Dr. Solon, fazendo com que grande parte da comunidade resolvesse atender aos apelos do Sr. José Nunes, com exceção de alguns moradores que se mostraram reticentes em relação às promessas, como foi o caso da dona Valentina que, em seu depoimento nos disse que resistiu ao assédio do Dr. Solon (Inkra, 2013, p. 44–45).

Como se pode observar, a estratégia do Dr. Solon foi se aproximar de uma liderança local, estabelecendo uma relação de “amizade” com o intuito de se aproveitar da confiança depositada nessa pessoa. Esse aspecto ajuda a explicar a resistência de moradores de Pombal e Lavrinhas, por exemplo, em assinar papel ou mostrar documentos, mesmo para pessoas

conhecidas e membros das próprias comunidades, o que dificultou o acesso a documentos pessoais importantes para a presente pesquisa.

Figura 27 – Busto de Solon Edson de Almeida



Fonte: Fernando Leite/Jornal Opção

A foto do busto de Solon Edson de Almeida, erguido em sua homenagem na Praça do Trabalhador em Goiânia, foi retirada de uma reportagem de Raphael Bezerra, publicada em 30 de abril de 2023, no Jornal Opção, sob o título “Centro de Goiânia, da homenagem ao povo trabalhador até o descaso com nossa memória”. O sugestivo título não poderia ser mais oportuno. O respeito ao trabalhador e à memória de um povo são questões fundamentais para que a história não seja esquecida. A história é feita das ações dos seres humanos no tempo, todas essas ações deixam simples vestígios ou marcas profundas. As ações de Solon Edson de Almeida deixaram marcas profundas na memória das comunidades quilombolas de Pombal, Laguna e Tomás Cardoso ao protagonizar, através do engano disfarçado de amizade e auxílio, a tomada de suas terras.

Em sua dissertação de mestrado, intitulada “Memórias e expectativa: a construção identitária no Quilombo de Pombal e as estratégias de sobrevivência no campo”, Neilson Silva aborda, em entrevista, a questão da origem negra e indígena dos habitantes de Pombal:

[...] A respeito do assunto, Dona Albina diz: “Aí igual eles conta, né, minha mãe foi pegada a cachorro, trazida para den’de casa e aí a gente criô assim e assim ele viveu até morrer [...]

A questão posta era se eram descendentes de escravos. Os interlocutores já haviam acenado para descendência negra anteriormente, então perguntamos: p – Então tem uma mistura de índio também?

Alquino – É, não, não é só de escravo não, esse contava mais mistura de índio é – Entrecruzaram-se as falas: Albina – não é só de nego não. Alquino – É... é esse contava mais história, agora esses um dali, que é parente da minha mãe, já contava história mais dos escravos, é... é...

A primeira negativa sobre ascendência indígena foi logo revisada. “não é só de escravo não”. Admitindo que são filhos de duas “raças”, tem “nego” e tem índio, mas não é só isso, é escravo, índio e negro (Mendes, 2014, p. 181).

O testemunho citado por Mendes traz um exemplo de miscigenação e de memórias traumáticas, evidenciando também à tona a miscigenação e a ancestralidade negra e indígena, a partir de escravizados. Os interlocutores fazem questão de enfatizar essa herança, que remete ao contexto da fuga da Fazenda da Prisca. Aliás, o termo “fuga” parece assumir um caráter traumático, ou mesmo tabu, no Quilombo de Pombal:

Seria agora conveniente afirmar essa ligação histórica com o passado escravo? Supomos que sim, afinal ao descobrirem que eram quilombolas, descobriram também que vieram dos escravos. Escravos sim, fugitivos nunca? P – O que os trouxe para cá, fuga de senzala? Vanuza – “Isso não. Esse tipo de coisa não. A fuga pode estar relacionada a algo ruim, uma espécie de desvio moral (Mendes, 2014, p. 182).

Admitir a fuga, nas palavras de Mendes, poderia estar relacionado “a algo ruim” praticado anteriormente. Seria isso um trauma relacionado ao massacre e da fuga na Fazenda da Prisca? Esse parece ter sido o episódio de fuga de escravizados e ataque quilombola mais marcante no Alto Tocantins, ao menos nas proximidades do Rio Maranhão, onde se localizam a referida fazenda, que conserva o nome, e o Quilombo do Pombal. Trata-se, inclusive, do único caso registrado na historiografia da região. Segundo Pollak:

Em face dessa lembrança traumatizante, o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas. E algumas vítimas que compartilham essa mesma lembrança “comprometedora”, preferem elas também guardar silêncio. Em lugar de se arriscar um mal-entendido sobre uma questão tão grave ou até mesmo de reforçar a consciência tranquila dos antigos carrascos, não seria melhor se abster de falhar? (Pollak, 1989, p. 3).

Para o autor, essas lembranças traumatizantes podem impor o silêncio às vítimas, na medida em que recordar e falar oferece o risco de assumir culpabilidades ou de reforçar a consciência tranquila dos carrascos. No caso das comunidades quilombolas, esses carrascos foram, no passado, senhores, feitores e capitães do mato; e no presente, todos aqueles que negam a dignidade humana: racistas, classistas, fascistas e elitistas.

Em entrevista realizada em Pombal com o senhor Alquino, este pesquisador menciona a existência de um quilombo na Mata de São Patrício, em 1919, e pergunta se seriam ancestrais do Quilombo do Pombal, ao que o entrevistado responde:

Alquino: Aqui ó, os Cardoso daqui ó! Falô que éz vinha dêz saiu corrido daí mesmo... Machadinho... é o povo do véi Simplício. Êis, a turma... Era escravo.

Pesquisador: Os Cardoso? Cardoso das Chagas?

Alquino: Chaga! Exato! Aí então não é do tempo da gente, mas...

Pesquisador: No final das contas, eles também são parentes do senhor?

Alquino: É parente sim! Aqui, o povo aqui da região...

Pesquisador: Então confirma a história que o povo aqui da região é descendente de escravos fugidos de lá da região de Lavrinhas, é isso?

Alquino: Exatamente! Agora os daqui mesmo, os que... Situou mais aqui já veio lá de Niquelândia, aí meu pai nasceu lá, veio pra cá com dez ano de idade.

Pesquisador: Já tem parte que veio da Cachoeira do Machadinho, não é?

Alquino: Exatamente, já veio ali do lado de Niquelândia, já veio vazado ali da Aranha... do povo da aranha.

Pesquisador: No caso, tem o pessoal que veio fugido de Lavrinhas?

Alquino: Tem! É! Aí vêi tudo pra uma região só e misturô a famia. Vêi de longe! De cá, de cá, vêi quilombo de cá e de cá!

Pesquisador: Ou seja, tinha união, né? Que parece que os quilombos tinham contato uns com os outros!

Alquino: É! E outra coisa, vamo supô... A pessoa quando tá correno, tá com medo encontra ôta turma que também tá correno êz reúne e faiz companhia uns pos ôto. (Alquino, 2024).

Figura 28 — Senhor Alquino da Comunidade Pombal



Fonte: Gleisson Ferreira (2024).

Figura 29 — Senhor Alquino em entrevista concedida ao pesquisador



Fonte: Gleisson Ferreira (2024).

Na entrevista, o senhor Alquino confirma a ascendência de escravizados entre os habitantes do Quilombo de Pombal, inclusive nas famílias Cardoso e Chagas, com as quais tem parentesco. Afirma também que parte da comunidade tem seu início em indivíduos fugidos de Lavrinhas de São Sebastião, o que reforça a tese de que o Pombal e seus remanescentes — como Laguna, Tomás Cardoso e João Borges Vieira —, têm origem nos escravizados evadidos dessa região.

É interessante notar que o entrevistado reforça a lógica de laços de solidariedade entre grupos de fugitivos oriundos de diferentes localidades, que se uniam para se ajudarem mutuamente, processo que, ao longo do tempo, contribuiu para a formação de uma etnorregião.

4.9 Santo Antônio da Laguna

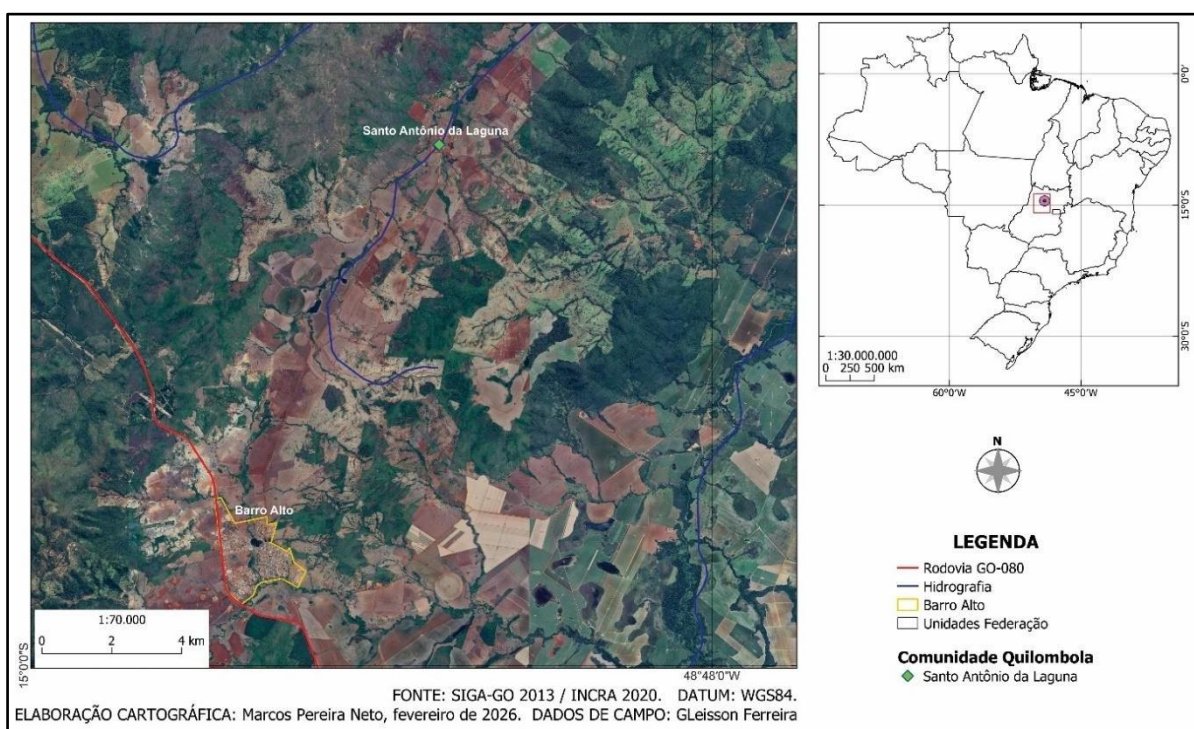
A Comunidade quilombola Santo Antônio da laguna situa-se no município de Barro Alto e não possui sede em local definido. Foi reconhecida em 2006 pela Fundação Palmares, mas ainda não teve o seu Relatório Antropológico (RTID) publicado. Parte da comunidade vive

na área tradicional, na Fazenda Santo Antônio da Laguna, enquanto outros, que perderam suas terras, reivindicam o retorno ao território de origem.

A Figura 29 mostra a localização do quilombo no interior da fazenda de mesmo nome, bem como a delimitação da cidade de Barro Alto, indicada na legenda em amarelo, junto à GO-080, em vermelho.

Segundo consta no Relatório Antropológico de Pombal, a ocupação dessa área — antes vinculada àquele território —, teria se iniciado com um mineiro chamado Joaquim Alves, que, após vender suas terras em Minas Gerais, alforriar seus escravizados e juntar dinheiro, deslocou-se para Goiás, onde adquiriu a Fazenda Santo Antônio da Laguna e constituiu família com uma escravizada chamada Maria Baiana (Incrá, 2013, p. 40).

Figura 30 — Mapa da Comunidade Quilombola Santo Antônio da Laguna



Fonte: SIGA-GO 2013/Incrá 2020.

Em Santo Antônio da Laguna, em entrevista com a senhora Dilamar Nunes de Souza Rossi da Silva, presidente da comunidade, o pesquisador pergunta sobre os parentescos entre as comunidades quilombolas da região:

Pesquisador: Você confirma ter parentesco com as comunidades quilombolas da região?

Dilamar: Sim! Até porque, inclusive, assim... Muitos da nossa família mesmo, vieram de Niquelândia, né! Vieram, aí depois aqui era somente um município de Pirenópolis... Que era tudo Pirenópolis. Aí emancipou Barro Alto. Aí o Pombal mesmo fazia parte Barro alto, aí depois ele emancipou também, tornou Santa Rita, entendeu? Tanto que esses Quilombo aqui perto mesmo, de Niquelândia. Esses município aí vizinho, aí eu confirmo que tudo tem parentesco (Dilamar, 2024).

Figura 31 — Senhora Dilamar da Comunidade Santo Antônio da Laguna



Fonte: Gleisson Ferreira (2024).

Mais uma vez, evidencia-se a mobilidade quilombola, transitando entre diferentes comunidades, que, ao longo do tempo, foram se articulando por meio de casamentos, ampliando os laços de parentesco. Em períodos de dificuldades, recorriam a parentes de localidades próximas, como indica o relato de Dona Santina Silva, da comunidade João Borges Vieira, visto no item 5.7 deste capítulo.

Ao ser questionada sobre as famílias da comunidade, a senhora Dilamar responde:

Dilamar: É... Tem o Nunes dos Santos. É... Tem Rodrigues, Cardoso, tem o Borges Vieira... Tem inúmeras famílias, entendeu? Tem muitas, mesmo.

Pesquisador: Tem Aragão também que fazem parte dos quilombolas?

Dilamar: Uai, o Aragão assim... De acordo com as mulheres que fizeram assim, o estudo, o levantamento. Eles assim não incluíram, entendeu? Mas aí tudo é relativo, né? Porque assim... Se eu falar assim... É... As pessoas têm uma imagem assim... Se a pessoa morasse ali, numa comunidade ali, entendeu? Falar assim: “Nós somos

quilombolas”, quem se auto identifica como quilombola somos a gente. Você não pode chegar em mim e falar que eu não sou! Entendeu? Porque ali teve uma comunidade que sofreu, que os pais já sofreram, né?! Anteriormente, já sofreram e passaram por... né?... igual mesmo... escravizado, né?! Aqui mesmo tinha pessoas que eram filhos de escravo, aqui. Entendeu? Os Borges aqui, entendeu? Que era, a mulher era escrava, aí casou com o dono da fazenda, entendeu? Aí também deu sequência a essa geração, então cada um tem um histórico.

Inclusive na parte do indígena aí, até o meu bisavô, ele era filho de uma índia que foi pegada no laço... O meu bisavô, o avô da minha mãe já veio por esse lado, entendeu? Aí do lado do pai dela, aí já é diferente, entendeu? Veio do lado dos escravos [...] (Dilamar, 2024).

Reitera-se a ascendência negra escravizada, e, conjuntamente, reivindica-se também uma origem indígena, como observado nas demais comunidades remanescentes do Quilombo de Pombal. Isso pode estar relacionado à escravidão indígena ilegal, associada à escravidão negra, institucionalizada, durante os séculos XVIII e XIX. Nesse sentido, tais processos podem estar ligados às circunstâncias que deram lugar à revolta, ao massacre e à fuga na Fazenda da Prisca, protagonizados por quilombolas, escravizados e indígenas.

O Alto Tocantins é uma região onde floresceram diversas comunidades quilombolas que estiveram, em sua origem, ligadas à mineração no período colonial. Segundo Garzoni e Bethonico:

A região é uma categoria de análise espacial eficiente no que se refere à categorização, via diversos critérios que são acompanhados da dinâmica de seus objetos representativos. Nos processos classificatórios, a regionalização acontece com o uso de uma taxonomia que busca a individualização desses recortes espaciais delimitados por alguma característica comum ou uma lógica específica. A cultura pode, assim, ser representada em uma região que tem seus critérios de delimitação através de critérios culturais específicos de um grupo social, isto é, tem como referência as características ou códigos culturais (Garzoni; Bethonico, 2019, p. 178).

As comunidades quilombolas do Alto Tocantins estão inseridas em um mesmo quadro geográfico, histórico e cultural. O contexto geográfico refere-se ao amplo espaço que tradicionalmente ocuparam e que configuram uma região. Certas localidades, nas quais indivíduos e grupos se ligam por laços geográficos, históricos e culturais configuram o que se pode chamar de etnoterritorialidade:

[...] es un fenómeno colectivo que resulta de la histórica y múltiple articulación establecida entre naturaleza y sociedad en contextos de interacción específicos, tanto en la dimensión local (comunal), que es la más frecuentemente reconocida, como en la global (étnica) que supone cierto nivel de abstracción, ya que no se trata de territorios cotidianos. Desde mi perspectiva los etnoterritorios pueden comenzar a entenderse a partir de la singular conjunción de las categorías de tiempo, espacio y

sociedad que se concretan en la historia de un pueblo en un lugar (Barabas *apud* Garzoni; Bethonico, 2019, p. 178).¹⁶

No plano histórico, essas comunidades estão vinculadas ao trabalho escravizado nas minas de ouro exploradas na região, no período colonial. Ligam-se também às relações que estabeleceram entre si ao longo do tempo. Surge assim, o contexto cultural, expresso nas formas tradicionais de cultuarem seus santos de devoção, suas festas e danças, como o tambor e o chorado, a organização do trabalho, a culinária, entre outros aspectos. Esse conjunto de elementos, aliado a um arraigamento ecológico, configura o espaço tradicionalmente ocupado por essas comunidades como uma etnorregião.

4.10 O parentesco entre as comunidades

Para além dos depoimentos dos membros das comunidades, coletados durante as entrevistas, é possível atestar o parentesco entre indivíduos das comunidades de Lavrinhas de São Sebastião e Pombal (e, conseqüentemente, de João Borges Vieira Laguna e Tomás Cardoso) por meio de documentos cartoriais cedidos por moradores das comunidades.

Entre os documentos de membros de Lavrinhas de São Sebastião, foi possível acessar as certidões de nascimento de Genivaldo Barbosa Cardoso e Natália Chagas de Lima, e as certidões de casamento de Nilma Soares Costa Gomes e João Nunes de Amâncio, bem como a certidão de óbito de Armelina Soares Costa (filha de Antônia Cardoso das Chagas). A Figura 32 apresenta a certidão de nascimento de Genivaldo Barbosa Cardoso.

¹⁶ Tradução nossa: [...] é um fenômeno coletivo que resulta da articulação histórica e múltipla que se estabelece entre a natureza e a sociedade em contextos específicos de interação, tanto na dimensão local (comunal), que é a mais frequentemente reconhecida, como na dimensão global (étnica) que supõe um certo nível de abstração, uma vez que estes não são territórios cotidianos. Na minha perspectiva, os etnoterritórios podem começar a ser compreendidos a partir da conjunção única das categorias de tempo, espaço e sociedade que se materializam na história de um povo em um lugar (Barabas *apud* Garzoni; Bethonico, 2019, p. 178).

Figura 32 — Certidão de nascimento de Genivaldo Barbosa Cardoso

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
CERTIDÃO DE NASCIMENTO

NOME
GENIVALDO BARBOSA CARDOSO

CPF _____
SEM INFORMAÇÃO

MATRÍCULA
028068 11 55 1978 1 00001 036 0000140 83

DATA DE NASCIMENTO (POR EXTENSO) _____ DIA _____ MÊS _____ ANO _____
DEZESSEIS DE SETEMBRO DE UM MIL NOVECENTOS E SESENTA E TRÊS 16 09 1963

HORA DE NASCIMENTO _____ NATURALIDADE _____
09H00MIN **ITAPACI-GOÍÁS**

MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO _____ LOCAL, MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UF _____ SEXO _____
ITAPACI-GOÍÁS **NORTELÂNDIA, MUNICÍPIO DE ITAPACI-GO** **MASCULINO**

FILIAÇÃO
CONCEIÇÃO BARBOSA CARDOSO, BRASILEIRA, NATURAL DO MUNICÍPIO DE PILAR DE GOIÁS-GO, RESIDENTE E DOMICILIADA EM NOVA OLINDA-GOÍÁS

AVÓS
VENÂNCIO BARBOSA FERNANDES E CASSIMIRA CARDOSO DE ANDRADE

GÊMEOS _____ NOME E MATRÍCULA DOS GÊMEOS _____
NÃO

DATA DO REGISTRO (POR EXTENSO) _____ NÚMERO DA DN/DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIVO _____
ONZE DE DEZEMBRO DE UM MIL NOVECENTOS E SETENTA E OITO **NÃO CONSTA**

VERBAÇÕES / ANOTAÇÕES A ACRESCER _____
NADA CONSTA A MARGEM DO TERMO.

ANOTAÇÕES DE CADASTRO _____
SEM INFORMAÇÕES.

Certifico que, em data de 19 de Junho de 2023, foi materializada esta certidão enviada pela Central de Informações do Registro Civil, sendo a autenticidade de sua assinatura digital padrão ICP-Brasil por mim conferida.
Certidão lavrada por Mariana Mendanha Parente Castilho - Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais de Itapaci, o(a) qual assinou eletronicamente aos 18 de Junho de 2023, nos termos do Provimento nº 48/2015 do Conselho Nacional de Justiça.

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais
Itapaci - GO
Mariana Mendanha Parente Castilho - Oficial
Av. Floresta, 81 - Centro - CEP: 76360-000
E-mail: marianamendanha7@hotmail.com
Tel: (62) 33612634

O Conteúdo da Certidão é verdadeiro, Dou Fé.

São Luiz do Norte
EDMEA FERNANDES RODRIGUES - Oficial
Valor recebido pela certidão eletrônica: R\$ 83,50
Valor recebido pela materialização: R\$ 80,92

Poder Judiciário Estado de Goiás
Selo Eletrônico de Fiscalização
03462306124219730010038
Consulte este selo em
<http://extrajudicial.tjgo.jus.br/selo>

Poder Judiciário Estado de Goiás
Selo Eletrônico de Fiscalização
03462306124219730010038
Consulte este selo em
<http://extrajudicial.tjgo.jus.br/selo>

ARPENBRASIL AA 018825704 BRP

Fonte: Genivaldo Barbosa Cardoso.

A certidão de nascimento de Genivaldo Barbosa Cardoso traz o nome de duas das famílias que compõem a comunidade de Pombal (e suas remanescentes), as famílias “Barbosa” e “Cardoso”. Ele é primo em segundo grau de Maria Santana Barbosa da Silva, carinhosamente conhecida como “Santina”, da comunidade João Borges Vieira, em Uruaçu. Genivaldo é filho de Conceição Barbosa Cardoso, sendo seus avós maternos Venâncio Barbosa Fernandes e Cassimira Cardoso de Andrade.

Na Figura 33, tem-se a certidão de nascimento de Natália Chagas de Lima.

Figura 33 — Certidão de nascimento de Natália Chagas de Lima

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 Est. de PARANÁ Mun. de Itapaci
Cartório do Registro Civil
 CARMOSINA MENDANHA
 OFICIAL VITALICIA
CERTIDÃO DE NASCIMENTO
 STAPACI/COLEÇÃO
 Livro nº 123 v.º 515 /
 consta o registro do nascimento de: " NATALIA CHAGAS DE
LIMA " /=
 * 25 / 12 / 1959, às " " h. em este município =/
 /=
 de sexo feminino / cor /
 Filho de: JOAQUIM GOMES CHAGAS =/
 e de: ROSALINA BARBOSA DE LIMA =/
 Com as profissões de: lavrador e do lar =/
 Naturais de este município =/
 =/
 Casados em =/
 =/
 Residentes neste município =/
 =/

Avós paternos: EUZEBIO CARLOS e ROSALINA FERREIRA
DES LACIO (falecidos) /=/=/=/=/=/=/=/=
 Avós maternos: JOAQUIM DE LIMA BARBOSA (fale-
cido) e SEBASTIANA BARBOSA /=/=/=/=/=
 Foi declarante: o próprio /=/=/=/=/=/=/=
 E testemunhas: José Francisco da Silva e Ant-
ônio Cavalcante dos Santos =/
 Obs.: Feito o registro em: 27 / 18 / 1976. Efetuado de ac-
 cordo c/ a Lei nº 6.015 de 31-12-73 =/
 Fica sujeita a taxa judiciária. =/
 O referido é verdade e dou fé. /=/=/=/=/=/=/=
Itapaci, 11 novembro de 1977
 Emolumentos: R\$ 24,03 (3,5-UB)
 [Redacted Signature]
 S.º Oficial do Reg. Civil

Fonte: Natália Chagas de Lima.

A certidão de nascimento de Natália Chagas de Lima, também prima em segundo grau de Genivaldo Barbosa Cardoso e Maria Santina Barbosa da Silva, estabelece uma conexão entre Lavrinhas de São Sebastião e a comunidade de Pombal (e seus remanescentes).

Dessa forma, é possível traçar vínculos entre as comunidades através dos nomes de família comuns entre elas, como Cardoso, Chagas e Barbosa. O reconhecimento desse

parentesco pelos próprios membros, aliado à documentação que o comprova, ajuda a compreender as formas de inter-relação estabelecidas ao longo do tempo.

A Figura 34 apresenta a certidão de casamento de Maria Santina Barbosa da Silva:

Figura 34 — Certidão de casamento de Maria Santina Barbosa da Silva

REGISTRO CIVIL
CAMILE SILVEIRA
- Titular -
URUAÇU

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE CASAMENTO

Nome atual dos cônjuges: JOÃO NUNES DOS SANTOS Número do CPF: 758.363.351-68
MÁRIA SANTINA BARBOSA DA SILVA SANTOS 978.225.151-87

Matricula
025668 01 55 1999 2 00021 228 0002823 57

1º Cônjuge
JOÃO NUNES DOS SANTOS 1 5 1966
Nacionalidade: Brasileira Estado Civil: Solteiro Município de naturalidade: Niquelândia UF: GO
Gentil(es): ROSA NUNES DOS SANTOS
Nome que o passou a utilizar: JOÃO NUNES DOS SANTOS

2º Cônjuge
MÁRIA SANTINA BARBOSA DA SILVA 20 7 1958
Nacionalidade: Brasileira Estado Civil: Solteiro Município de naturalidade: Uruaçu UF: GO
Gentil(es): ANTONIA BARBOSA DA SILVA
Nome que o passou a utilizar: MÁRIA SANTINA BARBOSA DA SILVA SANTOS

Data da celebração do casamento
seis (06) de agosto (08) de um mil e novecentos e noventa e nove (1999) 06 08 1999
Regime de Bens
Comunhão parcial de bens
Data de registro
seis (06) de agosto (08) de um mil e novecentos e noventa e nove (1999) 06 08 1999

Anotações/Averbações
VERBAÇÃO DE DIVÓRCIO EXTRAJUDICIAL: O casal divorciou-se, conforme Escritura Pública de Divórcio lavrada pelo Cartório do 1º Ofício de Notas de Uruaçu/GO, no Livro 235, fls.140, em 31/03/2017 e Escritura Pública de Retificação e Ratificação, lavrada pelo referido Cartório, no Livro 236, fls. 110, em 25/05/2017. **A divorcianda voltou a usar o nome de solteira, qual seja: MÁRIA SANTINA BARBOSA DA SILVA. Sem bens a partilhar.** Uruaçu/GO, 26/05/2017; **VERBAÇÃO DE CPF:** O contraente está inscrito no CPF sob n. 758.363.351-68 e a contraente está inscrita no CPF sob n. 978.225.151-87, conforme consulta realizada desta data junto à base de dados da Receita Federal do Brasil, disponibilizada pela Central de Informações de Registro Civil - CRC. Uruaçu/GO, 12/02/2026-. 2ª Via

Anotações voluntárias de cadastro
NÃO CONSTA

CNS nº 25668
Uruaçu - GO
Camile Silveira
Oficial Registrador
Av. Getúlio Vargas S/n.º - Centro
CEP - 76.400-000 - Uruaçu - GO

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Uruaçu - GO, 12 de fevereiro de 2026.
NATÁSSIA SAVANNAH REIS DE MOURA
Escrevente

PODER JUDICIÁRIO - ESTADO DO GOIÁS
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas - Uruaçu - GO
Selo Eletrônico: 04442602113401430010033
Número de Ordem: 8844 Data: 12/02/2026 Atendimento: A-XUKV-1770832940
Emolumento: R\$57,53. Taxa Judiciária: R\$19,99. ISSN: R\$1,73. Fundos: R\$13,95. Total: R\$93,20
Consulte a autenticidade deste selo em <https://see.tgo.jus.br>
Em: 12/02/2026. NATÁSSIA SAVANNAH REIS DE MOURA - Escrevente

HA 004917529

Fonte: Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas – Uruaçu (GO).

A certidão de casamento de Maria Santana Barbosa da Silva e João Nunes dos Santos traz informações importantes sobre as relações de parentesco entre Lavrinhas de São Sebastião e a comunidade de Pombal (que posteriormente deu origem a três comunidades: Tomás Cardoso, Santo Antônio da Laguna e João Borges Vieira).

A senhora Santana afirma que ela e seu esposo possuem parentesco consanguíneo, além do vínculo estabelecido pelo casamento. Nesse caso, observa-se a ligação das famílias Barbosa da Silva e Chagas com Borges Vieira e Nunes dos Santos. No documento fornecido por Santana, o nome da mãe aparece como Antônia Barbosa da Silva, indicando a adoção do sobrenome paterno por sua genitora, com o qual registrou seus filhos.

Na Figura 35 tem-se a certidão de óbito de Antônia Baião das Chagas.

Figura 35 — Certidão de óbito de Antônia Baião das Chagas

REGISTRO CIVIL
CAMILA SILVEIRA
TITULAR
URUAÇU

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

Nome
ANTONIA BAIÃO DAS CHAGAS

Número do CPF
589.179.771-20

Matrícula
025668 01 55 2019 4 00020 180 0008868 13

Data do Falecimento: **20** de **09** de **2019**, às **04:05** horas

Local de falecimento: **HUANA - HOSPITAL DE URGÊNCIAS DE ANÁPOLIS**, Estado: **Anápolis**, UF: **GO**

Sexo: **Feminino**, Estado civil: **NÃO CONSTA**, Nome do último cônjuge ou convivente: **NÃO CONSTA**

Idade: **05** anos, **2** meses, **11** dias, em **1923**, Município de natalidade: **Niquelândia-GO**, UF: **GO**

Nome dos Genitores:
Mãe: **BENEDITA BAIÃO DAS CHAGAS**
Pai: **NÃO CONSTA**

Causa da morte: **Insuficiência Respiratória Aguda, Tromboembolismo Pulmonar, Fratura Fêmur, Queda Própria Altura.**

Nome do médico: **José Fernandes Boaventura Cavalcante**, CRM: **12815/GO**

Local de sepultamento / Cremação: **Cemitério Jardim das Oliveiras**, Município: **Uruaçu**, UF: **GO**

Data do registro: **20** de **09** de **2019**

Nome do Declarante: **MARLENE BAIÃO DAS CHAGAS**, Existência de bens: **NÃO**, Existência de filhos:
JORGE BAIÃO DAS CHAGAS; NILZA BARBOSA DA SILVA (FALECIDA); DOMINGO BARBOSA DA SILVA; ABADIO BARBOSA DA SILVA (FALECIDO); NATAL BARBOSA DA SILVA; SEBASTIÃO BAIÃO DAS CHAGAS (FALECIDO); SANTINA BARBOSA SILVA; ALBINA BORGES VIEIRA; MARLENE BAIÃO DAS CHAGAS

2ª VIA
Anotações voluntárias de cadastro: **NÃO CONSTA**

CNS nº 25668
Uruaçu - GO
Camille Silveira
Oficial Registrador
Av. Getúlio Vargas S/nº - Centro
CEP - 76.400-000 - Uruaçu - GO

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Uruaçu - GO, 13 de fevereiro de 2026.
Escritor

HA 00491751B

Fonte: Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas – Uruaçu (GO).

A certidão de óbito da genitora registra o nome “Antônia Baião das Chagas”, constando apenas o nome da mãe “Benedita Baião das Chagas”, sem referência ao pai. Uma possível explicação reside no fato de o registro civil dos filhos tenha sido feito antes do registro civil da própria mãe.

Até meados do século XX, era comum que pessoas do interior possuísem apenas a certidão de batismo, fornecida pela Igreja, e, em alguns casos, a de casamento religioso. Ao necessitarem registrar civilmente os filhos, muitas vezes antes de terem documentação própria,

baseavam-se nas informações que acreditavam corretas. Posteriormente, ao realizarem seus próprios registros, deparavam-se com limitações legais, como a impossibilidade de utilizar o sobrenome paterno, devido à ausência de certidão de casamento dos pais, passando assim, a adotar o sobrenome materno como oficial.

Na certidão de óbito de dona Antônia Baião da Chagas (1923–2019), é declarada a existência de nove filhos: Jorge Baião das Chagas; Nilza Barbosa da Silva (falecida); Domingo Barbosa da Silva; Abadio Barbosa da Silva (falecido); Natal Barbosa da Silva; Sebastião Baião das Chagas (falecido); Santana Barbosa da Silva; Albina Borges Vieira e Marlene Baião das Chagas. Apenas uma das filhas, “Albina Borges Vieira”, foi registrada com o sobrenome paterno.

Na certidão de casamento de Maria Santana Barbosa da Silva e João Nunes dos Santos, constam como pais do cônjuge João Nunes dos Santos (homônimo) e Rosa Nunes dos Santos, o que indica pertencimento à mesma parentela. A família Nunes dos Santos descende de um dos fundadores da comunidade de Pombal, o senhor João Nunes dos Santos, conhecido como “João Grande”, que teria vindo da Bahia junto com seu irmão “João Pequeno”, estabelecendo-se na região, onde se integrou a outras famílias já existentes.

Segundo o Relatório Antropológico de Pombal:

O sr. José Nunes, neto do sr. João Grande, um dos patriarcas das terras onde se localiza o quilombo contou ainda que no final do século XIX, seu avô, João Grande e seu tio-avô, João Pequeno, vindos da Bahia, adquiriram duas glebas de terra cuja denominação era Fazenda Mangabeira e Fazenda Lagoa Seca. A partir daí encontraram outras famílias de afrodescendentes que já viviam naquela região. Eram elas os Correia da Silva, os Borges anteriormente conhecidos como (tição) e os Rodrigues. [...] Com relação às famílias que originaram o quilombo [...] Nailde menciona que “as famílias são Borges, Rodrigues, Nunes, Santos e Cardoso” (Ingra, 2013, p. 38).

No depoimento citado, a família Chagas não aparece, possivelmente por um lapso, ou por estar representada sob a denominação Cardoso, sendo, muitas vezes, tratadas como uma mesma linhagem. Os Chagas são um grupo bastante numeroso, figurando entre os fundadores do quilombo urbano João Borges Vieira, em Uruaçu, oriundo do quilombo do Pombal. Em Uruaçu seus membros constituem um conjunto expressivo de descendentes de Benedita das Chagas, Geralda das Chagas e Antônia Baião das Chagas, companheira do senhor João Borges Vieira, conhecido como “João Carreiro”, que dá nome ao quilombo urbano do município.

A Figura 36 apresenta a certidão de óbito do sr. João Borges Vieira.

Figura 36 — Certidão de óbito do sr. João Borges Vieira


 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

Nome:
JOÃO BORGES VIEIRA
 Número do CPF:
NÃO CONSTA
 Matrícula:
025668 01 55 1990 4 00008 093 0002889 94

Data do falecimento: Oito de Novembro de Um Mil e Novecentos e Noventa, às 19:00 horas. Dia: 8, Mês: 11, Ano: 1990, Horário do falecimento: 19:00 horas.

Local de falecimento: Uruaçu, Município de falecimento: Uruaçu, UF: GO.

Domicílio: Uruaçu, Estado civil: Solteiro, Nome do último cônjuge ou convivente: ANTONIA BAIÃO DAS CHAGAS.

Sexo: Masculino, Idade: 74 ANOS, Dia: 24, Mês: 6, Ano: 1916, Município da naturalidade: Frenópolis, UF: GO.

Nome dos pais (Genitor(es)): JOÃO BORGES VIEIRA; OVIDIA PEREIRA DE AZEVEDO.

Causas da morte: IGNORADO.

Nome do médico: NÃO CONSTA, CRM: NÃO CONSTA.

Local de sepultamento / Cremação: CEMITÉRIO DE URUAÇU/GO, Município: Uruaçu, UF: GO.

Data de registro: nove (09) de novembro (11) de um mil e novecentos e noventa (1990), Dia: 9, Mês: 11, Ano: 1990.

Nome do Declarante: JORGE BAIÃO DAS CHAGAS, Existência de bens: NÃO, Existência de filhos: NÃO.

Anotações/Avertações: 2ª Via, Anotações voluntárias de cadastro: NÃO CONSTA.

CNS nº 25668, Uruaçu - GO. O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé. Uruaçu - GO, 12 de fevereiro de 2026.

Camile Silveira, Oficial Registrador. Av. Getúlio Vargas S/nº - Centro, CEP - 76.400-000 - Uruaçu - GO. Escrevente: [Redacted]

PODER JUDICIÁRIO - ESTADO DO GOIÁS
 REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
 Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas - Uruaçu - GO
 Selo Eletrônico: 04442602113401430010037
 Número de Ordem: 8845 Data: 12/02/2026 Atendimento: A-NQRD-1770833578
 Emplacamento: R\$57,53, Taxa Judiciária: R\$19,99, ISSQN: R\$1,73, Fundos: R\$13,95, Total: R\$93,20
 Consulte a autenticidade deste selo em <https://see.tjgo.jus.br>
 Em: 12/02/2026, NATASSIA SAYANNAH REIS DE MOURA - Escrevente

HA 004917526

Fonte: Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas – Uruaçu – GO.

A certidão de óbito do sr. João Borges Vieira informa que vivia maritalmente com Antônia Baião das Chagas. Essa relação estabelece uma conexão entre as famílias Borges Vieira, Chagas e Barbosa (lado paterno de dona Antônia), embora o nome do pai não conste em sua certidão de óbito.

As uniões documentadas já no século XX não excluem a existência de vínculos mais antigos entre essas famílias, que não podem ser atestados devido à escassez de registros de períodos anteriores, quando não era comum possuir documentos pessoais ou das terras, limitando-se, em muitos casos, à certidão de batismo.

As raízes das famílias Cardoso e Chagas em Lavrinhas de São Sebastião podem ser observadas nas informações constantes na certidão de óbito de Armelina Soares Costa, constante da Figura 37.

Figura 37 — Certidão de óbito de Armelina Soares Costa

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS
AV. MATO GROSSO Nº 28 - CENTRO - FONE: (62) 3353-1206
CEP 76.380-000 - GOIANÉSIA - GOIÁS
cartorio-10-delson@hotmail.com

Delson de Assunção
OFICIAL / TABELIÃO

CERTIDÃO DE ÓBITO
Nome
ARMELINA SOARES COSTA
Matrícula
025882 01 55 2012 4 00023 095 0008733 68

Sexo Feminino	Cor Ignorado	Estado civil e idade Viúva, 66 anos **
Naturalidade Itapaci-GO **	Documento de identificação 2803607/SSP/GO **	Eleitor Sim
Filiação e residência MARTINHO SOARES LEITE e ANTONIA CARDOSO DAS CHAGAS, residente e domiciliada a Rua 10, 269, Setor Sul, em Goianésia-GO **		
Data e hora do falecimento Nove de outubro de dois mil e doze, às 12h 25min **		Dia 09 Mês 10 Ano 2012
Local do falecimento Hospital São Domingos, em Goianésia-GO **		
Causas Insuficiência Respiratória, Insuficiência Cardíaca, Doença Pulmonar Obstrutiva **		
Sepultamento / Cremação (Município e cemitério, se conhecido) Cemitério no município de São Luis do Norte		Declarante Antonia Cassia Costa **
Nome e número de documento do médico que atestou o óbito Dr. Antonio André Dias da Silva **		
Observações / Avertações Nascida em 30 de maio de 1946. Pela declarante foi-me dito, que a falecida não deixou testamento e deixou bens a inventariar, e que a mesma era eleitora. Era viúva de José de Oliveira Costa e deixou seis (6) filhos: Adailton, Neusa, Nilma, Ailton, Adilson e Antonia Apresentado a Declaração de Óbito do Ministério da Saúde nº 15636104-3, CPF/MF nº 347.738.351-68, Título de Eleitor nº 9940661090- Zona 039 Seção 26 Emolumentos: R\$23,37; Taxa Judiciária: R\$10,11. **		
Nome do Ofício Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas		O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé. Goianésia -GO, 17 de dezembro de 2013.
Oficial Registrador Delson de Assunção		
Município / UF Goianésia - GO		
Endereço Avenida Mato Grosso, nº 28, Centro CEP 76.380-000 - Fone: (62) 3353-1206		

Fonte: Nilma Soares Costa Gomes.

Armelina Soares Costa (Costa por casamento), nasceu Armelina Soares Leite. Era filha de Martinho Soares Leite e Antônia Cardoso das Chagas. Dona Armelina, conhecida popularmente como “dona Amélia ou “dona Nêga” era nascida em Lavrinhas. Tal informação, porém não consta em sua certidão de óbito, lavrada em Goianésia, onde estava internada à época de seu falecimento e onde reside uma de suas filhas, Antônia Cássia Costa, que declarou o óbito.

Na certidão, dona Armelina aparece como natural de Itapaci, cidade sede do distrito de Lavrinhas à época de seu nascimento. Quando do nascimento de sua mãe, Antônia Cardoso das Chagas, também natural de Lavrinhas, o distrito pertencia a Pilar de Goiás, posteriormente passou a pertencer a Jaraguá e logo depois a Itapaci. Atualmente pertence ao município de São Luiz do Norte. Dona Antônia Cardoso das Chagas, conhecida como Antônia das Chagas tinha sua fazenda no Córrego do Garrido, em Lavrinhas, onde ainda vive parte de seus descendentes.

Segundo Santana (de Uruaçu), dona Antônia Cardoso das Chagas era prima em primeiro grau de sua mãe, Antônia Baião das Chagas, sendo “Antônia” um nome comum na família Chagas.

Quanto ao parentesco entre a família Nunes de Lavrinhas com a família Nunes de Pombal, o senhor João Nunes de Amâncio, de Lavrinhas, afirma desconhecer um parentesco próximo entre os Nunes de Lavrinhas e os Nunes de Pombal. A seguir, parte de sua certidão de casamento.

Figura 38 — Certidão de casamento de João Nunes de Amâncio



Fonte: João Nunes de Amâncio.

O sr. João Nunes de Amâncio, conhecido na comunidade de Lavrinhas como “João Côco” afirma que seu pai dizia se chamar Francisco Nunes Manso Barato. No entanto, quando foi fazer seus próprios documentos, não possuía qualquer registro de seus pais. Diante disso, procurou um velho professor chamado Antônio Mineiro, que lhe aconselhou registrar-se como João Nunes de Amâncio, pois não existia isso de uma pessoa ser “manso”. Para o professor, ser “manso” ou “bravo” era característica de animais, e não de seres humanos. Seguindo o conselho, João Nunes registrou-se com esse nome, indicando o pai como “Francisco Nunes de Amâncio”.

Esse relato é um claro exemplo da falta de documentação cartorial até meados do século XX entre comunidades tradicionais. Com a expansão da presença do Estado nessas regiões, muitos passaram a realizar seus registros civis com base apenas nas informações de que dispunham, sem respaldo documental.

Embora não saiba precisar um grau de parentesco entre os Nunes de Lavrinhas e os Nunes de Pombal, o senhor João Nunes de Amâncio afirma que um primo em primeiro grau se casou com Benedita Borges Vieira, de Pombal. Esse primo, Rufino Nunes Manso (morador da fazenda Bocaina, em terras de Lavrinhas de São Sebastião), estabeleceu um vínculo entre os Nunes de Lavrinhas e os Borges Vieira de Pombal. Segundo Nailde, moradora de Pombal, Benedita Borges Vieira era irmã de seu avô materno, Benedito Borges Vieira.

Outra família presente tanto em Lavrinhas quanto em Pombal é a Coelho. Conforme contava o senhor Laudilino Coelho (1932–2010), parte de seus parentes vivia em Pombal quando ele ainda era criança, mas posteriormente deixou a localidade. Alguns teriam retornado a Lavrinhas, enquanto outros tomaram outras direções.

Traz-se aqui a certidão de óbito do sr. Laudilino Coelho, conhecido como “Lóde”, como forma de corroborar as informações por ele prestadas ao autor (ainda durante a graduação), com quem conviveu desde a infância. Laudilino possuía parentesco com as famílias Machado Lopes e Alves da Silva, de Lavrinhas. O vínculo com a família Machado Lopes pode ser verificado no documento apresentado, no qual constam como seus pais Agrissol Coelho e Tintina Machado Lopes.

Laudilino também se uniu a Santana Machado Lopes, sua companheira de vida, com quem teve a única filha, Pedra Antônia Machado Lopes.

É importante notar que, na maioria dos documentos aqui analisados, o nome do genitor não aparece. Esse fato pode ser explicado pela ausência de registro civil dos casamentos, que,

quando formalizados, ocorriam apenas no âmbito religioso. Em grande parte dos casos, não havia formalidades; bastava a vontade de ambos e o consentimento das famílias, gerando os chamados “filhos naturais”.

Dessa forma, a identificação de vínculos torna-se, frequentemente, limitada em relação à documentação, contando, para isso, apenas com o testemunho dos indivíduos.

A Figura 39 apresenta a certidão de óbito do sr. Laudilino Coelho.

Figura 39 — Certidão de óbito do sr. Laudilino Coelho

07.079.655/0001-46
**CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
 E TABELIONATO DE NOTAS DE
 SÃO LUIZ DO NORTE - GO**
 Fone: 62) 3346-6299
 Av. Lauzimar de Oliveira s/nº - Centro
 CEP: 76.365-000 - SÃO LUIZ DO NORTE - GO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

LAUDILINO COELHO
 Número do CPF
898.336.271-53

Matrícula
146860 01 55 2010 4 00001 069 0000272 16

Data do falecimento: Seis de junho de dois mil e dez Dia 06 Mês 06 Ano 2010 Hora 23:00 horas

Local de falecimento: Hospital Municipal Município de falecimento: São Luiz do Norte UF: GO

Sexo: Masculino Estado civil: Solteiro Nome do último cônjuge ou companheiro: Conviveu maritalmente com Santana Machado Lopes

Idade: 77 Dia 14 Mês 12 Ano 1932 Município da Naturalidade: Não consta UF: N/C

Nome dos(as) Genitor(es): AGRISOL COELHO ; TINTINA MACHADO LOPES

Causa da morte: Parada Cardiorrespiratória ; C.A. de Pele ; Metástase Múltiplas

Nome do médico que atendeu: Sérgio Mariano da Silva Número do documento: CRM/GO 13.143

Local Sepultamento/Cremação: CEMITÉRIO DE LAVRINHA DE SÃO SEBASTIÃO Município: SÃO LUIZ DO NORTE UF: GO

Data de registro: Oito de junho de dois mil e dez Dia 08 Mês 06 Ano 2010

Nome do Declarante: Pédra Antônia Machado Lopes Existência de bens: Não Existência de dívidas: Pédra Antônia Machado Lopes

Anotações voluntárias de cadastro: Nada Consta

CEP Residencial: 76.365-000 Grupo Sanguíneo: *****

*As anotações de cadastro acima não dispensam a apresentação do documento original, quando exigido pelo Órgão solicitante.

CNS nº 146860 O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
 Oficial de Registro Civil de Pessoas Naturais São Luiz do Norte-GO São Luiz do Norte-GO, 12 de fevereiro de 2026.

Edméa Fernandes Rodrigues
 Oficial de Registro Civil
 Av. Lauzimar de Oliveira, s/n - Centro
 CEP: 76.365-000 - São Luiz do Norte-GO


 Consulte esse selo em <http://extrajudicial.tiqo.ius.br/selo>
04972602123685330010001

Emol.: R\$ 57,53
 Tx. Jud.: R\$ 19,99
 Fundos: R\$ 13,95
 ISS: R\$ 2,88

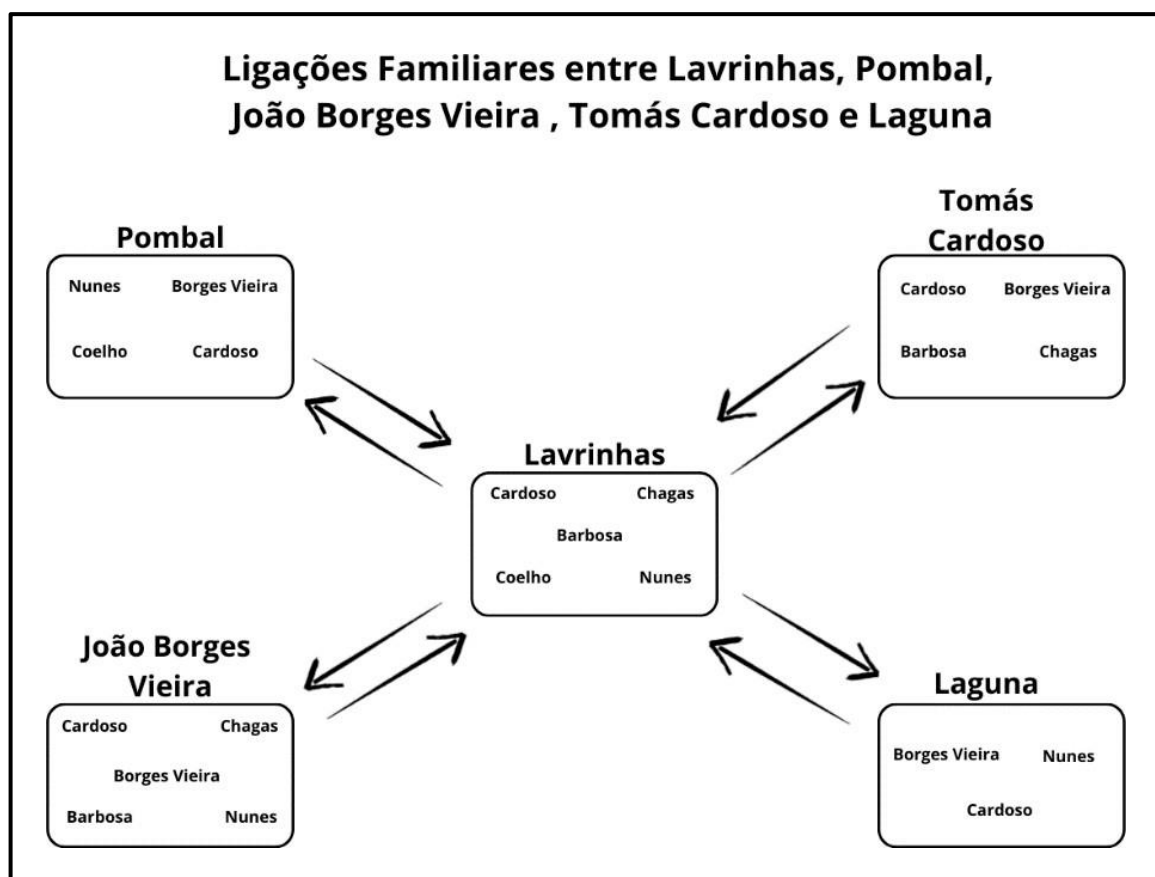
ARPENBRASIL AA 016826555 BRP

Fonte: Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas de São Luiz do Norte (GO).

O diagrama representado no Quadro 6 ilustra as relações de parentesco entre Lavrinhas de São Sebastião e Pombal, bem como entre as comunidades originadas a partir desta última: João Borges Vieira, Tomás Cardoso e Laguna. Essas conexões foram narradas durante as entrevistas que realizamos nas comunidades e comprovadas por documentos pessoais (certidões de nascimento, casamento e óbito), que confirmam o parentesco.

Todas essas informações são fontes importantes para confirmarem a tese de que as comunidades quilombolas de Pombal, João Borges Vieira, Tomás Cardoso e Laguna surgiram ligadas à antiga fazenda escravista Lavrinhas de São Sebastião, com a qual mantiveram relações históricas, culturais e de parentesco, configurando uma etnorregião.

Quadro 6 — Ligações Familiares entre Lavrinhas, Pombal, João Borges Vieira, Tomás Cardoso e Laguna



Fonte: Gleisson Ferreira, ano?

4.11 Lavrinhas e a Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG

Situada na região do Mato Grosso Goiano, no Vale do São Patrício, com terras férteis e a Mata de São Patrício em seus limites, Lavrinhas foi profundamente afetada por um projeto de ocupação territorial promovido pelo Governo Federal que alterou profundamente a vida de seus habitantes. Trata-se da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG).

Idealizada durante o Estado Novo, a chamada “Marcha para o Oeste”, que levaria à criação de colônias agrícolas nacionais, foi concebida como uma estratégia de segurança nacional no governo de Getúlio Vargas.

No contexto da Segunda Grande Guerra (1939 – 1945) Getúlio Vargas verificou a fragilidade do Brasil em ter, hipoteticamente suas zonas litorâneas bombardeadas, sendo que nesta faixa se concentrava a produção de gêneros alimentícios. Para solucionar esta questão Vargas decide criar o projeto “Marcha Para o Oeste” que visava ocupar áreas, até então, não ocupadas e inseri-las em um processo capitalista, promovendo assim uma reforma agrária organizada (Araújo *apud* Ferreira, G., p. 3).

Segundo Wagner Freitas (2014), o critério para a escolha dos locais para instalação das colônias agrícolas nacionais baseava-se em fatores ambientais, como disponibilidade de água em abundância, quedas d’água, solos férteis, clima propício para a produção agrícola e vegetação densa, ou seja, matas fechadas. O autor destaca ainda que, desde a década de 1930, as demandas estaduais em Goiás já se encontravam em consonância com as nacionais, visto a construção de Goiânia nesse período.

Esse contexto contribui para explicar a facilidade com que ocorreram as expropriações das terras de Lavrinhas, considerando a fragilidade de seus habitantes, que não dispunham de meios para enfrentar os interesses particulares das elites paulista e goiana, aliados às políticas do Estado e do Governo Federal.

Em seu artigo “A colônia agrícola nacional de Goiás e a redefinição nos usos do território”, Freitas cita o Decreto Federal 3.059, de 14 de fevereiro de 1941, segundo o qual:

Além dos núcleos coloniais a que se refere o decreto de nº 2009, de 9 de fevereiro de 1940, o Governo Federal em colaboração com os governos estaduais e municipais e todos os órgãos de administração pública federal e por intermédio do Ministério da Agricultura promoverá a fundação e instalação de grandes colônias agrícolas nacionais, as quais serão destinadas a receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelem aptidão para os trabalhos agrícolas e, excepcionalmente agricultores qualificados estrangeiros” (Brasil, 1941, *apud* Freitas, W.; Mello, 2014, p. 473).

Como se observa, o projeto nacional integrava estados e municípios na criação das colônias agrícolas, introduzido nos territórios uma nova lógica de controle por parte do Governo Federal, alinhada às diretrizes do governo Vargas (Freitas, W.; Mello 2014). Segundo o autor:

Ao longo da década de 1940, oito CAN foram instituídas pelo Estado, sendo a CANG a primeira. No Decreto Federal nº 6.882 de 19 de fevereiro de 1941, fica criada a Colônia Agrícola Nacional de Goiás no município de Goiás, em terras doadas a União pelo governo do mesmo Estado, pelo Decreto-Lei Estadual nº 3.704 de 4 de novembro de 1940.”

Para definir o local no qual a CANG seria instalada, constituiu-se uma comissão composta por Oliveira Marques, Eduardo Cláudio, Luiz Honório Ferreira e Luiz Caiado de Godoy, além do engenheiro Bernardo Sayão, nomeado por Getúlio Vargas para ser o administrador da CANG. [...] (Freitas, W.; Mello, 2014, p. 476).

O projeto de colonização da CANG inaugura, em Goiás, uma frente pioneira que levou muitas pessoas a buscarem terras consideradas devolutas para se fixarem, sobretudo após não conseguirem acesso aos lotes de terra distribuídos pelo governo. Esse movimento intensificou as tensões e conflitos no campo, como relata Jales Naves em seu livro “Otávio Lage: empreendedor, político, inovador.” Naves afirma que:

Havia uma quantidade de terras consideradas devolutas na margem oposta à área da fazenda São Carlos, que ficava à direita do Rio dos Bois no início dos anos 1960, colonos que ali trabalhavam, sabedores dessa situação das terras, organizaram-se e penetraram nas matas existentes naquela área, demarcando-as, conforme registra o livro “Goianésia: seu povo, sua história”. Acamparam a sombra das árvores até fazerem seus ranchos. Aceitavam cada vez mais poceiros para formarem lavouras: “Não tinham títulos legítimos, e entram com o consentimento do governador do Estado, Mauro Borges; não eram invasores, mas posseiros que queriam um lugar para residir e trabalhar para ganhar o sustento de suas famílias”, anotaram os autores desse livro.

Em reação, a Companhia Agrícola Pastoral de Goiás, dos Monteiro de Barros, proprietária dessa fazenda, contratou o advogado Olímpio Jayme, que entrou com mandado de despejo (reintegração de posse).

“A revolta tomou conta dos posseiros, gerando conflitos e causando violência e mortes cometidas pela polícia, enviada pelo Secretário de Segurança Pública Rivadávia Xavier Nunes”, conforme o livro.

Temendo novas invasões, Marcos Monteiro de Barros vendeu a São Carlos aos irmãos Jaime e Belmiro Fernandes, que ali implantaram a primeira usina de açúcar de Goiás, a Sociedade Açucareira Monteiro de Barros, inaugurando o ciclo da cana-de-açúcar, cujo plantio começou em 1961 (Naves, 2014, p. 108–109).

Mais uma vez o grupo Monteiro de Barros aparece associado a conflitos pela fundiários envolvendo terras consideradas devolutas. As áreas em questão passam a ser reivindicadas por eles por estarem situadas na margem oposta à fazenda São Carlos, do outro lado do Rio dos Bois, portanto dentro dos limites das terras de Lavrinhas de São Sebastião, adquiridas por intermédio do advogado e autor das “Cartas de Goiás”, Carlos Pereira de Magalhães.

Segundo Jales Naves (2014), o Vale do São Patrício se integrou de forma lenta à economia goiana, tendo como base a pecuária extensiva, desenvolvida em pastagens naturais, e a agricultura de subsistência. Isso se deve, em parte, à ausência inicial de um mercado capaz de absorver a produção agrícola local. O autor destaca que:

A região que abriga o córrego Calção de Couro, no município de Jaraguá, começou a ser disputada no século XIX, quando Antônio Manuel de Barros fez o Registro Paroquial de cerca de 5 mil alqueires de terra goianos, em 1857. Foi o primeiro, segundo o juiz de Direito aposentado Cornélio Amorim, residente em Jaraguá, em depoimento à professora Lyz Elizabeth Duarte. Em 1920 Brígida Satiro Barbosa, neta de Barros, e seu marido Ladislau Mendes Ribeiro mudaram-se para essas terras, na divisa com o município de Pirenópolis, utilizando como comprovante do seu direito o registro paroquial de Nossa Senhora da Penha da Vila de Jaraguá, inscrito no livro nº 8, conforme consta no arquivo do Patrimônio Público Imobiliário da Procuradoria Geral de Goiás.

A posse da terra nessa área teve definição a partir da primeira divisão judicial da fazenda Calção de Couro.

Foi requerida por Francisco Ribeiro Barbosa e sua mulher contra Homero Gomes da Silva e outros condôminos em 1926 no cartório do 2º ofício da Comarca de Rio das Almas. Em 24 de outubro de 1928, o juiz de Direito da Comarca de Pyreneus, em substituição ao da Comarca do Rio das Almas, Arthur Pereira da Silva, julgou por sentença a divisão judicial da fazenda, que tinha 16.538,28 hectares (3.417 alqueires goianos). Essa decisão teve custo elevado, no entender dos envolvidos, que se negaram a pagá-la. O agressor que fez o serviço, Joaquim Sousa Silva Júnior, entrou na justiça com uma ação de execução contra Januária Mendes Ribeiro e outros condôminos que não aceitaram o pagamento, resultando dessa execução o leilão de várias glebas de terras totalizando 7.739,84 hectares. A carta de arrematação das terras leiloadas saiu para Albatênio Caiado de Godoy, em 7 de agosto de 1930, sendo escrita no Cartório do Registro de Imóveis de Jaraguá, sob o número 394, às folhas 267 do livro 3-C (Naves, 2014, p. 228–229).

Para além do histórico apresentado, é importante notar o que Carlos Pereira de Magalhães afirma sobre os interesses da família Caiado em Lavrinhas de São Sebastião. A comissão responsável pela demarcação da área da CANG incluía um membro dessa família. Além disso, o arrematador de parte da fazenda Calção de Couro, também parece ter se beneficiado de informações privilegiadas, em um cenário marcado por disputas e articulações nos bastidores do poder. De qualquer forma, o interesse por Lavrinhas continuou no centro dos interesses das elites em disputa que transferiam a posse da terra conforme suas conveniências. Segundo Naves:

Ainda em 1926 houve uma grande transação de terras do imóvel Lavrinhas de São Sebastião, que era tão grande que abrangia terras dos municípios de Pirenópolis, Pilar de Goiás e Jaraguá. Em 7 de dezembro desse ano, Carlos Augusto Monteiro de Barros, residente em São Paulo, adquiriu de Freimund Brockes e sua mulher, Maria Geny, residentes em Pirenópolis, uma enorme gleba, no valor de 75.000 \$ 000. No mesmo dia, a oitava parte dessa terra foi vendida por Carlos Augusto e sua mulher, Hermínia Prado Monteiro de Barros, para o advogado Carlos Pereira de Magalhães, também residente em São Paulo (Naves, 2014, p. 229).

A aquisição de Lavrinhas pelos irmãos Brockes, que a transferem às elites paulistas é um típico caso de especulação fundiária, possivelmente orientada por informações privilegiadas, como a previsão da criação de uma capital federal no Planalto Central, a construção de Goiânia, e, mais tarde, a instalação da CANG. Esses fatores contribuiriam para a valorização das terras, garantindo aos seus detentores.

O imóvel de Lavrinhas chegou, inclusive, a ser adquirido por uma condessa da família Monteiro de Barros. Segundo Naves:

Em 5 de março de 1927 metade dessa gleba foi vendida para Cecília Rita Monteiro de Barros, Condessa de Liège, viúva, residente em Paris, França. Valor da transação 40.000\$000, conforme anotação no Cartório de Registro Imobiliário, Títulos e Documentos de Jaraguá (livro 3 – B, números de ordem 1765, 1766 e 1835). Não foi especificado o tamanho da área, apenas os marcos físicos e geográficos, para limitar a propriedade: margem dos Rios das Almas e do Peixe, montanhas, etc. Os donos de Cartório afirmaram que era a maior gleba de terras da região (Naves, 2014, p. 229).

Observa-se, portanto, que a aquisição das terras pelos irmãos Helmulth e Freimund Brockes tinha como objetivo estabelecer uma colônia alemã (Magalhães, 2004) na mesma região (Vale do São Patrício) onde, posteriormente, seria instalada a CANG. O próprio Carlos Pereira de Magalhães, em correspondência com Carlos Augusto Monteiro de Barros, afirma que estavam fazendo um excelente negócio ao adquirir terras “na baixa”, que logo estariam “na alta” (Magalhães, 2004), evidenciando o caráter especulativo da operação. Outro indicativo dessa lógica é a rápida transferência de proprietários do imóvel. Conforme Naves:

A Companhia Incorporadora Comercial e Agrícola (CODORA), com sede no Rio de Janeiro, depois de adquirir terras na região passou a comercializá-las, a partir de 1943. No ato da compra a empresa foi representada pelo diretor-presidente Quintino Bocaiuva Creto, pelo gerente Júlio César Carelo e pelo tesoureiro Ubirajara Júlio da Costa. Foram compradas de tradicional família de São Paulo. O transmitente da propriedade foi o casal Antônio Augusto Monteiro de Barros Neto e Zuleica Magalhães Monteiro de Barros, com a anuência do casal Carlos Augusto Monteiro de Barros e Hermínia Prado Monteiro de Barros, residentes em São Paulo. As terras tinham sido herdadas de dona Cecília Rita Monteiro de Barros, Condessa de Liège, tia do transmitente, que adquirira 71.148 hectares de terras (14.822 alqueires goianos), em Lavrinhas de São Sebastião, ao preço de CR\$ 600.000,00. O valor do imóvel, desde 1942, era apresentado em Cruzeiro, moeda que havia substituído o antigo real. Os registros estão no Cartório de Jaraguá (Livros 3-H, nº 6.060, e L, nº 7227 e 7553). A empresa era de propriedade dos Monteiro de Barros e a transação foi feita na própria família (Naves, 2014, p. 233).

Assim, nota-se que Lavrinhas foi uma terra rica com potencial para a agricultura, pecuária e mineração, caracterizada pela presença de matas, campos e cerrados, além de abundância de água. As elites não podiam conceber tanta riqueza nas mãos de pessoas tão pobres e negras. Nesse contexto, privilegiaram um projeto de colonização alemã, de caráter

claramente eugenista — que só não se concretizou em virtude da Primeira Guerra Mundial (Magalhães, 2004) — e uma colonização nacional que desconsiderava os habitantes locais e suas posses. Em vez de uma proposta voltada ao desenvolvimento do território e de seu povo, optou-se pela ocupação por elementos externos, o que resultou em conflitos, deslocamentos e a perda do lugar de referência por parte dos moradores.

O moderno planejamento colonial português para o Brasil esteve, desde sua origem, centrado na exploração da terra, inicialmente com mão de obra escravizada indígena, e, posteriormente com o tráfico transatlântico e escravização de africanos. A apropriação do território em nome da Coroa portuguesa deu-se sem consideração pelas populações originárias, sendo as terras distribuídas entre membros da burguesia e nobreza portuguesa, nas chamadas capitânicas hereditárias. Esse modelo fracassou em grande parte, com exceção de Pernambuco e São Vicente devido, entre outros fatores, à ausência dos donatários e aos constantes conflitos com grupos indígenas.

Para Aníbal Quijano (2005), a globalização contemporânea representa o auge de um processo iniciado com a constituição da América e do capitalismo colonial moderno e eurocentrado, estabelecendo um novo padrão de poder mundial. Assim, a América se constitui como a primeira forma espaço-temporal desse padrão, marcada pela articulação entre dois processos fundamentais: classificação racial entre conquistadores e conquistados e a organização das formas de trabalho, recursos e produção em torno do capital e do mercado mundial (Quijano, 2005). Esses fatores explicam a exploração intensiva dos recursos naturais e humanos, consolidando a escravidão moderna em larga escala, tanto em atividades mineradoras quanto nas grandes plantações de cana-de-açúcar, tabaco ou algodão.

A leitura do capítulo permite afirmar que os quilombos do Alto Tocantins não são apenas remanescentes de um passado distante, mas expressões vivas de uma trajetória histórica marcada por conflitos, resiliência e reconstruções culturais permanentes. A análise demonstra que as comunidades quilombolas da região têm suas origens em dinâmicas complexas que envolvem fugas do cativeiro, alianças interétnicas, circulação por matas e rios, práticas ambientais sustentáveis e formas próprias de organização social. A compreensão desse percurso evidencia que a resistência negra em Goiás não pode ser reduzida a atos de insurgência pontuais: ela é parte constitutiva da formação territorial do norte da província e elemento estruturante da identidade dos grupos que hoje se reconhecem como quilombolas.

O capítulo revela, ainda, que a memória desempenha papel decisivo na continuidade dessas comunidades. A lembrança da tragédia da Prisca, das rotas de fuga, dos esconderijos nas matas, das relações com povos indígenas e das experiências de violência e mobilidade constitui um patrimônio imaterial que sustenta o pertencimento e fundamenta reivindicações contemporâneas por direitos territoriais. Ao situar essas narrativas no contexto histórico da mineração, da capitação e da precariedade do poder colonial, o capítulo contribui para desmontar mitos sobre o isolamento ou sobre a suposta marginalidade dessas populações, evidenciando, ao contrário, sua profunda inserção nos processos históricos regionais.

Assim, reafirma-se que os quilombos do Alto Tocantins — incluindo Pombal, Laguna, Tomás Cardoso e João Borges Vieira — são resultado direto de uma articulação histórica entre escravização, resistência, território e memória. Reconhecer essa continuidade é fundamental para compreender a história de Goiás e para fortalecer as lutas contemporâneas dessas comunidades por reconhecimento, dignidade e garantia de seus territórios tradicionais. Fica evidente, portanto, que estudar o passado é também iluminar as demandas presentes, reafirmando o papel dos quilombos como sujeitos ativos da história e da construção social do Alto Tocantins.

Por fim, o capítulo evidencia a importância de reconhecer o Alto Tocantins como território histórico de resistência negra e indígena, cuja formação ultrapassa explicações simplificadoras e revela a profundidade das relações sociais que ali se estabeleceram desde o período colonial. Essa perspectiva amplia a compreensão dos processos que estruturam o presente dessas comunidades e oferece subsídios fundamentais para debates contemporâneos sobre memória, identidade e direitos territoriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese, intitulada “Os Quilombos de Lavrinhas: Memória, Fronteira e Interculturalidades no Alto Tocantins”, teve como propósito compreender as dinâmicas históricas, culturais e ambientais que permeiam as comunidades quilombolas formadas e transformadas ao longo de quase três séculos de presença afrodescendente na região. O ponto de partida deste trabalho foi o reconhecimento de que Lavrinhas, e as comunidades a ela vinculadas, não se limitam a um território físico: constituem também um espaço simbólico de resistência, memória e construção identitária, profundamente enraizado na relação entre ser humano, natureza e cultura, configurando assim, uma etnorregião.

Ao longo da pesquisa, buscou-se evidenciar que o território de Lavrinhas constitui-se como uma fronteira plural — geográfica, histórica e cultural — na qual se entrelaçam experiências, saberes e práticas herdadas de povos africanos, indígenas e europeus. A análise da documentação histórica, das narrativas orais e do corpus epistolar de Carlos Pereira de Magalhães revelou um processo contínuo de reelaboração simbólica, no qual as comunidades negras da região afirmaram sua presença e ressignificaram o espaço que lhes fora imposto como margem. Nesse sentido, compreender Lavrinhas e o Alto Tocantins significa reconhecer uma forma de viver e de resistir que se expressa na memória, nos rituais, nas festas, nas formas de trabalho e nas relações com o ambiente natural.

Sob a perspectiva da História Ambiental, identificou-se que o que se convencionou chamar de “arraigamento ecológico” não é apenas uma adaptação material às condições do Cerrado, mas uma construção cultural complexa, que articula conhecimento empírico, cosmologias, espiritualidade e reciprocidade com a natureza. As comunidades quilombolas analisadas demonstram uma capacidade histórica de manejar e ressignificar o espaço natural, integrando-o ao seu universo simbólico e social. Essa relação não se dá de modo passivo: ela é produto de um processo histórico de negociação entre dominação e autonomia, entre imposição e reinvenção.

A utilização da História Oral como ferramenta metodológica mostrou-se fundamental para captar as vozes, os silêncios e os modos de dizer dessas populações. A memória, entendida na acepção de Halbwachs como construção coletiva, emergiu como categoria essencial para a compreensão da continuidade e da transformação das identidades quilombolas. O diálogo com as comunidades permitiu perceber como a lembrança se organiza em torno de experiências compartilhadas e como o passado se atualiza no presente por meio de narrativas, cantos, rituais

e práticas cotidianas. O campo da memória revelou-se, assim, um espaço de disputa simbólica, no qual as comunidades reconstróem suas histórias e legitimam sua ancestralidade frente ao esquecimento e à exclusão histórica.

Nesse sentido, as “Cartas de Goiás”, de Carlos Pereira de Magalhães, configuram-se como uma fonte privilegiada e, ao mesmo tempo, desafiadora. Por meio da Análise do Discurso, foi possível desvelar as representações de alteridade e os preconceitos de época, bem como captar fragmentos de vozes subalternas e indícios da presença negra e indígena que resistem nas entrelinhas do texto. A leitura crítica desse corpus documental revelou as tensões entre o olhar do colonizador e as experiências dos colonizados, mostrando que a fronteira não se limita a um limite territorial, mas constitui um campo de força simbólica no qual se produzem identidades e hierarquias. O discurso do viajante, do advogado e do observador externo, ao mesmo tempo em que reproduz uma visão eurocêntrica e higienista, permite entrever o protagonismo dos sujeitos invisibilizados pela história oficial.

O conceito de fronteira, aqui ressignificado, foi compreendido como categoria relacional. Inspirando-se em José de Souza Martins, a fronteira de Lavrinhas aparece como um espaço liminar, de conflito e de criação, onde o “outro” é simultaneamente negado e incorporado. O encontro de culturas no Alto Tocantins produziu não apenas choques, mas também fusões, traduções e apropriações mútuas que resultaram em formas híbridas de existência social, comprovando a configuração de uma etnorregião. Essa interculturalidade não deve ser vista como mera coexistência, e sim como um processo ativo de negociação e resistência, no qual os sujeitos subalternos reinterpretem o mundo a partir de suas próprias cosmologias.

A contribuição desta tese reside, portanto, na articulação dos conceitos de memória, fronteira e interculturalidade em diálogo com a História Ambiental, oferecendo uma leitura renovada sobre o papel das comunidades quilombolas na formação histórica e cultural de Goiás. A abordagem adotada permitiu ultrapassar leituras economicistas ou folclorizantes, reconhecendo os quilombos como espaços de produção de conhecimento, espiritualidade e sociabilidade. Lavrinhas e as comunidades do entorno revelam-se, assim, como territórios de permanência, mas também de invenção, em que o passado não é mero vestígio, mas força viva que ancora o presente e orienta o futuro.

Do ponto de vista historiográfico, o estudo contribui para o alargamento do debate sobre as fronteiras internas do Brasil, deslocando o eixo interpretativo das regiões litorâneas e urbanas

para o interior do Cerrado. Ao fazê-lo, reivindica o direito das populações tradicionais de serem reconhecidas como sujeitos da história e não apenas como objetos da narrativa nacional. Essa mudança de perspectiva é também epistemológica: implica repensar as fontes, os métodos e os próprios fundamentos da escrita da história, incorporando saberes locais e práticas de transmissão oral como formas legítimas de conhecimento histórico.

A pesquisa evidencia ainda que o conceito de “quilombo” deve ser entendido de maneira ampliada e dinâmica. Para além da ideia de refúgio de pessoas escravizadas fugidas, o quilombo é um espaço de elaboração cultural e de resistência simbólica. Representa um projeto de sociedade, uma utopia territorial que se renova continuamente nas práticas cotidianas e nos discursos das comunidades. Tal compreensão contribui para as políticas de reconhecimento e reparação, conferindo densidade histórica às lutas contemporâneas por território, identidade e dignidade. As memórias de Lavrinhas, portanto, não pertencem apenas ao passado: elas constituem um patrimônio vivo que desafia as fronteiras do tempo e da narrativa histórica.

No plano teórico, esta tese reafirma a importância de se pensar a história a partir das margens. A leitura das experiências quilombolas de Lavrinhas e do Alto Tocantins mostra que as fronteiras não são zonas de ausência, mas como espaços de potência criadora, nos quais a vida insiste em florescer apesar da violência, da expropriação e do esquecimento. A história que emerge dessas margens é plural, polifônica e intercultural, exigindo do historiador sensibilidade ética e abertura epistemológica. Tal postura implica reconhecer o valor dos saberes locais, das memórias subterrâneas e das vozes que a historiografia tradicional tentou silenciar.

Metodologicamente, o diálogo entre História Ambiental, História Oral e Análise do Discurso demonstrou ser um caminho fértil para compreender realidades complexas e heterogêneas. A combinação dessas abordagens possibilitou analisar simultaneamente o ambiente natural, o campo simbólico e o espaço linguístico, percebendo que o ser humano e a natureza, o discurso e a experiência, estão indissociavelmente ligados. A natureza, nesse contexto, não se reduz a um mero cenário, estabelecendo-se como agente histórico, mediando as relações sociais e influenciando práticas culturais e econômicas. Essa perspectiva amplia a noção de fronteira ao inserir o ambiente como elemento ativo na formação das identidades coletivas.

Os resultados alcançados reafirmam que as comunidades quilombolas de Lavrinhas, Pombal, Laguna, Tomás Cardoso e João Borges Vieira são herdeiras de um processo histórico

que conjuga resistência e adaptação. Elas sobreviveram às mudanças políticas, econômicas e ambientais porque construíram modos próprios de existir, baseados na reciprocidade, na oralidade e no respeito à terra. O conceito de “arraigamento ecológico”, utilizado nesta pesquisa, expressa com precisão essa simbiose entre ser humano e natureza, em que o território ultrapassa a dimensão física e se configura como um organismo vivo, portador de memórias, símbolos e afetos.

A análise das narrativas locais, em diálogo com fontes escritas e cartográficas, revelou que a territorialidade quilombola ultrapassa os limites legais, estendendo-se pelos caminhos da memória e pelas redes de parentesco e solidariedade. Essa percepção desafia as categorias jurídicas e administrativas do Estado moderno, propondo uma visão mais complexa e sensível da relação entre território e identidade. O território quilombola é, portanto, também um território da linguagem e da memória, um espaço que se mantém vivo porque é constantemente narrado, feito e celebrado.

Considerando as contribuições aqui apresentadas, reconhece-se que a pesquisa não esgota o tema. Há ainda um vasto campo a ser explorado, especialmente quanto às interações entre comunidades quilombolas e povos indígenas da região, às continuidades das práticas de manejo ambiental e às transformações decorrentes da modernidade e da globalização. Futuras investigações poderão aprofundar as relações entre oralidade, religiosidade e resistência cultural, bem como examinar os impactos das políticas públicas recentes sobre as formas tradicionais de organização comunitária. Outro caminho promissor envolve a ampliação da comparação entre Lavrinhas e outras regiões quilombolas do Centro-Oeste, contribuindo para uma cartografia mais abrangente das resistências negras no interior do Brasil.

A história é, antes de tudo, um campo de disputas narrativas. Recontar a história dos quilombos do Alto Tocantins é restituir a palavra àqueles que foram calados e recolocar no centro do debate acadêmico e político as múltiplas formas de ser e existir no mundo. As memórias de Lavrinhas, entre o visível e o invisível, entre o dito e o silenciado, são testemunhos de uma humanidade que, apesar das fronteiras impostas, insiste em reinventar-se. Que este trabalho sirva, portanto, como ponte entre tempos, vozes e saberes, reafirmando o papel do historiador não apenas como guardião do passado, mas sobretudo como mediador entre memórias e futuros possíveis.

A análise histórica e documental desenvolvida ao longo desta pesquisa permitiu compreender os quilombos do Alto Tocantins, especialmente os de Lavrinhas de São Sebastião,

como expressões singulares de resistência, organização social e reelaboração cultural da população negra no interior do território goiano. Longe de constituírem meros refúgios de fugitivos, esses espaços se revelam como complexas redes de sociabilidade, de produção de saberes e de práticas culturais que desafiaram a lógica colonial, o domínio econômico das elites mineradoras e os mecanismos de controle social impostos pela Coroa portuguesa. Nesse sentido, evidenciou-se que as comunidades quilombolas atuaram simultaneamente como agentes históricos e como depositárias de uma memória coletiva que ultrapassa os limites da opressão e se converte em afirmação de identidade.

O percurso investigativo, que articulou fontes documentais, registros cartográficos e interpretações historiográficas, demonstrou que o processo de formação dos quilombos no Alto Tocantins ocorreu em um contexto de fronteira múltipla — geográfica, social e cultural. A fronteira, nesse caso, não se restringe a uma delimitação territorial, ela se configura como espaço de circulação, de intercâmbio e de conflito, no qual se entrecruzaram as presenças indígena, africana e europeia. Essa configuração permitiu o surgimento de experiências de convivência intercultural e de estratégias de adaptação e sobrevivência, fenômeno que o professor Alexandre Martins de Araújo denomina “arraigamento ecológico”, e que neste estudo se confirmou como um elemento estruturante das comunidades negras do Alto Tocantins.

A leitura crítica dos relatos coloniais, dos registros do Conselho Ultramarino e dos testemunhos preservados em obras como “Cartas de Goiás” (Magalhães, 2004) revelou o quanto os discursos oficiais tentaram reduzir a complexidade das experiências quilombolas a narrativas de rebeldia ou criminalidade. No entanto, sob essa camada de silêncio e repressão, é possível reconhecer redes de parentesco, solidariedade e intercâmbio cultural que configuram o Alto Tocantins como uma etnorregião.

O caso de Lavrinhas, tomado como eixo central da pesquisa, sintetiza essa dinâmica. O antigo arraial, formado a partir do esgotamento das minas do Buriti Queimado, transformou-se em espaço de reterritorialização negra e indígena, consolidando-se como um polo irradiador de cultura e identidade afrodescendente. A convivência entre descendentes de africanos, indígenas e brancos pobres deu origem a formas específicas de sociabilidade, de religiosidade e de economia, fundadas na cooperação e na reciprocidade. Essa configuração complexa desmonta a visão simplista do quilombo como isolamento e o coloca no centro de uma rede de relações sociais que atravessava o território do Alto Tocantins, conectando Lavrinhas, Pombal, Laguna, João Borges Vieira e outras comunidades da região, dando origem a uma etnorregião.

A partir da perspectiva historiográfica, este trabalho procurou dialogar criticamente com autores que se dedicaram ao estudo dos quilombos em Goiás, como Martiniano José da Silva, Mari de Nasaré Baiocchi e Luiz Palacín. Se, por um lado, a historiografia clássica enfatizou a violência, as fugas e o caráter episódico das revoltas negras, por outro, as pesquisas mais recentes — movimento no qual se insere esta investigação — evidenciam a continuidade histórica e a permanência das comunidades quilombolas como sujeitos coletivos. O conceito de “quilombo” deixa de ser compreendido como vestígio do passado colonial e passa a ser entendido como categoria viva, dotada de historicidade, enraizada na memória e nas práticas socioculturais que moldam o presente.

A análise do Alto Tocantins como espaço de fronteira permite, assim, repensar o lugar dos quilombos na história de Goiás. Mais do que zonas de fuga, esses espaços funcionaram como territórios de resistência e de criação cultural. Em Lavrinhas, o entrelaçamento das memórias de escravizados, indígenas e sertanejos evidencia um processo contínuo de construção de identidades coletivas, sustentadas pela oralidade, pela religiosidade popular e pela valorização da terra como herança simbólica. Tal processo é visível tanto nas narrativas de Carlos Pereira de Magalhães quanto nas tradições orais ainda preservadas nas comunidades contemporâneas do Alto Tocantins.

A articulação entre memória e território emerge, portanto, como um dos principais aportes teóricos deste estudo. O quilombo, enquanto categoria analítica, não se esgota na dimensão histórica; ele se projeta como metáfora da luta pela permanência, pela autonomia e pelo reconhecimento. Em outras palavras, o quilombo de Lavrinhas e seus congêneres do Alto Tocantins são testemunhos vivos da capacidade das populações negras de reconstruir o mundo a partir de ruínas e silenciamentos, de transformar o trauma em herança e de ressignificar o espaço em símbolo de liberdade. Essa leitura contrapõe-se às abordagens eurocêntricas que, por muito tempo, relegaram os quilombos à condição de “anomalias” na narrativa nacional, reafirmando-os, ao contrário, como parte constitutiva da formação social, cultural e política do Brasil central.

A consolidação do conceito de quilombo, tanto como categoria histórica quanto como referência política e identitária, ganha nova dimensão a partir da Constituição Federal de 1988, que reconheceu às comunidades remanescentes o direito à propriedade definitiva de suas terras. Esse marco jurídico ultrapassa a condição de reparação histórica para se tornar também a legitimação das memórias e experiências de resistência de séculos. No contexto do Alto

Tocantins, esse reconhecimento tem especial relevância ao recolocar Lavrinhas, Pombal, Laguna, João Borges Vieira e outras comunidades na cena pública, agora como sujeitos de direitos e portadores de saberes e práticas culturais profundamente enraizados na ancestralidade africana e na realidade sertaneja de Goiás.

As narrativas contemporâneas das comunidades quilombolas do Alto Tocantins revelam a persistência de estruturas simbólicas e de valores coletivos que remontam aos tempos coloniais. A terra, a oralidade e a fé continuam sendo elementos de coesão e identidade. A religiosidade, expressa nas festas, danças e devoções, funciona como elo entre o passado e o presente, traduzindo a continuidade de uma cosmologia que articula o sagrado e o cotidiano. Assim, o estudo dos quilombos ultrapassa a dimensão histórica, tornando-se instrumento para compreender permanências culturais e formas de resistências silenciosas que atravessam o tempo. Nessa perspectiva, o quilombo pode ser lido, à luz da teoria da interculturalidade, como espaço de negociação simbólica e de produção de sentidos, no qual o diálogo entre culturas não elimina as diferenças, mas as potencializa.

O diálogo entre passado e presente, evidenciado na pesquisa, também aponta para a necessidade de revisão da historiografia sobre Goiás. Por muito tempo, as narrativas oficiais privilegiaram a ação dos colonizadores, bandeirantes e mineradores, relegando a segundo plano o papel das populações negras e indígenas na construção do território. O estudo dos quilombos do Alto Tocantins desestabiliza essa visão monocultural e propõe uma história que reconhece a pluralidade dos agentes históricos e a complexidade de suas interações. A presença quilombola, nesse sentido, não é periférica, mas central para compreender o processo de formação do sertão goiano como espaço de confluência e de resistência.

O aporte teórico da memória, desenvolvido ao longo desta pesquisa, demonstra que lembrar é também um ato político. As comunidades quilombolas de Lavrinhas e do Alto Tocantins mantêm vivas as lembranças de suas origens, transmitindo-as de geração em geração, por meio das narrativas orais, das práticas religiosas e do uso simbólico do território. A memória, aqui, não é apenas o registro de um passado, mas uma forma de afirmação no presente. Como observa Baiocchi (2013), a ancestralidade configura-se como instrumento de legitimação e de pertencimento coletivo. Assim, a memória quilombola desempenha dupla função: preserva a herança cultural e orienta as lutas contemporâneas por reconhecimento, justiça e dignidade.

Ao recuperar a trajetória dos quilombos de Lavrinhas de São Sebastião, esta tese reafirma a centralidade do Alto Tocantins como espaço de encruzilhada histórica. O rio, os morros, as antigas minas e as veredas tornam-se testemunhas da capacidade de resistência e de reinvenção de um povo que, mesmo diante das mais severas violências do regime escravista e das pressões do capitalismo agrário posterior, soube manter laços de solidariedade e de continuidade cultural. A “geografia da fuga”, para usar a expressão mobilizada nesta pesquisa, converte-se em “geografia da permanência”, na qual o território se torna símbolo da liberdade conquistada e da memória preservada.

Do ponto de vista historiográfico, a pesquisa contribui para a ampliação do debate sobre as especificidades regionais da questão quilombola no Brasil Central. Ao contrapor as realidades de Lavrinhas, Pombal e Pilar às narrativas sobre Palmares ou Campo Grande, revela-se que a resistência negra em Goiás assumiu formas próprias, combinando estratégias de invisibilidade, alianças interculturais e adaptação ambiental. Essa singularidade reforça a necessidade de tratar os quilombos não como manifestações isoladas, mas como parte de uma continuidade histórica de luta, negociação e sobrevivência, em diálogo permanente com as estruturas de poder e com as transformações sociais do país.

No plano social e político, os quilombos contemporâneos do Alto Tocantins enfrentam desafios que ecoam as contradições históricas analisadas neste estudo. A luta pela titulação das terras, o reconhecimento das práticas culturais e o combate às desigualdades raciais persistem como temas urgentes. Todavia, a revalorização de suas memórias e o fortalecimento de suas identidades comunitárias apontam para a construção de novas formas de cidadania. Em um cenário em que o racismo estrutural ainda se manifesta nas esferas econômica, educacional e institucional, as comunidades quilombolas se afirmam como guardiãs de um patrimônio imaterial que precisa ser preservado e difundido.

Do ponto de vista epistemológico, a presente pesquisa reafirma a importância de um olhar descentralizado sobre a história do Brasil, rompendo com a tradição eurocêntrica que marginalizou os sujeitos negros e indígenas. A abordagem aqui desenvolvida propõe uma leitura da história a partir das margens, das fronteiras e dos silenciamentos, entendendo que a experiência quilombola oferece um paradigma alternativo de sociabilidade e de ética comunitária que resiste às lógicas da dominação e do esquecimento. A presença viva dos quilombos no Alto Tocantins é, portanto, um lembrete de que a história não se encerra no

passado, mas se reinscreve continuamente no presente, por meio da ação e da palavra daqueles que insistem em existir.

Conclui-se, por fim, que os quilombos de Lavrinhas e das comunidades vizinhas configuram um dos capítulos mais expressivos da história da resistência negra em Goiás. Sua permanência desafia os limites impostos pela colonização e pelas desigualdades modernas, reafirmando a força da memória como instrumento de libertação. O estudo do Alto Tocantins, ao evidenciar as múltiplas camadas de significação — geográfica, cultural e simbólica — que compõem essa trajetória, contribui não apenas para a historiografia regional, mas também para o fortalecimento de uma consciência histórica nacional mais plural e justa. O quilombo, enfim, permanece como metáfora e como realidade: um território de luta, de memória e de esperança. Sua história, reconstruída e reinterpretada, é parte essencial da história do Brasil, uma história que não pode ser contada sem os que fugiram, resistiram e, sobretudo, permaneceram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES MANUSCRITAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. **Museu Casa da Princesa** [Fotografia] Pilar de Goiás, 2024. Disponível em: <https://museusibramgoias.acervos.museus.gov.br/museu-casa-da-princesa-page/> Acesso em: 14 fev. 2024.

CONSELHO ULTRAMARINO. **Mapa dos Rios do Pilar**. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal, 1758. Disponível em: <https://www.arquivopublico.df.gov.br/mapa-dos-rios-do-pilar>. Acesso em: 5 ago. 2025.

GOIÁS – AHU_ACL_CU_008, Cx. 15, D. 892, de 30 de abril de 1758. **Carta do ouvidor geral e corregedor de Goiás, Antônio da Cunha Soutomaior, atendendo à solicitação real por informações sobre os arraiais para a execução da Carta Geral do Brasil.**

PORTUGAL. Arquivo Histórico Ultramarino. [**Carta do [governador e capitão-general de Goiás], [D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora], ao rei [D. José] em resposta à provisão sobre o pedido feito por Antônio José de Campos da confirmação da carta-patente no posto de sargento-mor de Ordenanças do arraial do Buriti Queimado, capitania de Goiás**]. Lisboa, 1758. Manuscrito. **Arquivo Histórico Ultramarino**, Lisboa, Portugal. [AHU_CU_008, Cx. 15, Doc. 918]. Disponível em: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=008_GO&hf=resgate.bn.br&pagfis=10231 Data de acesso: 11 fev. 2024.

PORTUGAL. Arquivo Histórico Ultramarino. [**Requerimento de Bento Nicolau de Oliveira, ao rei [D. José] solicitando confirmação de carta patente no posto de capitão de Ordenança do arraial do [Buriti Queimado], capitania de Goiás**]. Lisboa, 1767. Manuscrito. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal. [AHU_CU_008, Cx.23, Doc. 1433]. Disponível em: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=008_GO&hf=resgate.bn.br&pagfis=16079 Data de acesso: 11 fev. 2024.

PORTUGAL. Arquivo Histórico Ultramarino. [**Ofício do juiz ordinário do julgado de Tocantins, Mamede Mendes Ribeiro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a bandeira formada para concluir ação contra os insultos dos índios que invadiram o distrito de Amaro Leite, mataram um negro, roubaram ferramentas e possibilitaram a fuga de escravos, e solicitando provimento para a subsistência da dita bandeira**]. Lisboa, 1774. Manuscrito. **Arquivo Histórico Ultramarino**. Lisboa, Portugal. [AHU_CU_008, Cx.27, Doc. 1773] Disponível em: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=008_GO&hf=resgate.bn.br&pagfis=19433 Acesso em: 11 fev. 2024.

IMPRESSAS

BRASIL. Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas de Uruaçu-GO. **Certidão de Casamento de João Nunes dos Santos e Maria Santina Barbosa da Silva**. Matrícula nº 025666801551999200021228000282357. Emitida em 31 mar. 2017. Uruaçu, GO.

BRASIL. Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas de Uruaçu-GO. **Certidão de Óbito de Antônia Baião das Chagas**. Matrícula nº 02566801552019400020180000886813. Emitida em 13 fev. 2026. Uruaçu, GO.

BRASIL. Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas de Uruaçu-GO. **Certidão de Óbito de João Borges Vieira**. Matrícula nº 02566801551990400008093000288994. Emitida em 13 fev. 2026. Uruaçu, GO.

BRASIL. Cartório de Registro Civil de Itapaci-GO. **Certidão de Nascimento de Natália Chagas de Lima**. Matrícula nº 515. Emitida em 11 nov. 1977. Itapaci, GO.

BRASIL. Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais de Itapaci-GO. **Certidão de Casamento de João Nunes de Amâncio e Divina Machado Lopes**. Matrícula nº 2489. Emitida em 28 set. 1977. Itapaci, GO.

BRASIL. Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Goianésia-GO. **Certidão de Óbito de Armelina Soares Costa**. Matrícula nº 02588201552012400023095000873368. Emitida em 17 dez. 2013. Goianésia, GO.

BRASIL. Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas de São Luiz do Norte-GO. **Certidão de Nascimento de Genivaldo Barbosa Cardoso**. Matrícula nº 02806811551978100001036000014083. Emitida em 19 jun. 2023. São Luiz do Norte, GO.

BRASIL. Cartório de Registro Civil e Tabelionato de notas de São Luiz do Norte-GO. **Certidão de Óbito de Laudilino Coelho**. Matrícula nº 14601552010400001069000027216. Emitida em 12 fev. 2026.

BROCKES, Hugo. **A vida Breve de Olga Tereza**. Goiânia: Kelps, 2019.

Cartas Régias e Provisões. Vol. 24. Disponível em: www.bibdig.unesp.br. biblioteca. Unesp.br. Acesso em: 22 mar. 2024.

CÓDICE COSTA MATOSO (CCM). **Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis**. Coordenação geral de Maria Veronica Campos e Luciano Raposo Figueiredo. v. 2. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (Incrá). **Relatório antropológico da Comunidade Remanescente de Quilombo Pombal**. Brasília: Incra, 2013. Relatório técnico.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **Nobiliarchia Paulistana Historica e Genealogica**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976. t.1, 283 p. (Biblioteca histórica paulista, 4). Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10011590&parte=1>. Acesso em: 10 mar. 2024.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **Nobiliarchia Paulistana Historica e Genealogica**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976. t.2, 293 p. (Biblioteca histórica paulista, 4). Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10011591&parte=1>. Acesso em: 10 mar. 2024.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **Nobiliarchia Paulistana Historica e Genealogica**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976. t.3, 284 p. (Biblioteca histórica paulista, 4). Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10011592&parte=1>. Acesso em: 10 mar. 2024.

MAGALHÃES, Carlos Pereira de. **Carta a Augusto Ferreira Rios, Juiz de Direito da Comarca de Rio das Almas**. Anápolis, 4 mar. 1931. *In*: Coleção de correspondências da família Ferreira Rios. Sob a guarda de Yuri Rios Baiocchi, Goiânia, GO.

MAGALHÃES, Carlos Pereira de. **Cartas de Goiás no princípio do século XX**. São Paulo: De Letra em Letra, 2004.

MATTOS, Raimundo José da Cunha, 1776-1839 **Escritos sobre a província de Goiás: corografia histórica, itinerário, carta corográfica**. Organização, apresentação, edição e notas: Cristiano Alencar Arrais; Eliézer Cardoso de Oliveira; Maria de Fátima Oliveira. -- Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

NAVES, Jales. Otávio Lage: **Empreendedor, político, inovador**. Goiânia: Editora Naves, 2014.

TAUNAY, Afonso de E. *In*: LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **Nobiliarchia paulistana histórica e genealógica**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru/SP: Edusc, 2007.
- ALENCAR, Maria A. G. **Estrutura fundiária em Goiás: consolidação e mudanças (1850-1910)**. 1982. 249 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1982.
- ALENCASTRE, José Martins P. de. Annaes da Provincia de Goyaz. **Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brazil**. Rio de Janeiro, t. 27, pt. 2, p. 5–186, 1864; p. 299-349, 1864; t. 28, pt. 2, p. 5–167, 1865.
- ALVES, Neuza M. B. **Agricultura e indústria: o poder no complexo agroindustrial (estudo de caso da empresa Arisco)**. 1994. 318 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1994.
- AMADO, Janaína Passos. Região, Sertão e Nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15. 1995.
- AMADO, Wolmir T. **A Igreja Católica e questão agrária em Goiás (década de 50 e meados de 60)**. 1992. 378 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1992.
- AMERICANO DO BRASIL, Antônio. Cunha Mattos em Goiás-1823-1826. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, v. 150, t. 96, p. 177–253, 1924.
- AMERICANO DO BRASIL, Antônio. **Súmula de História de Goiás**. 2. ed. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, 1961.
- AMERICANO DO BRASIL, Antônio. **Pela História de Goiás**. Goiânia: Ed. UFG, 1980 (Coleção Documentos Goianos).
- AMORIM, Eron M. de. **Morrinhos: coronelismo e modernização (1889-1930)**. 1998. 179 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1998.
- ANZAI, Leni C. **Vida cotidiana na zona rural do município de Goiás (1888-1930)**. 1985. 199 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1985.
- AQUINO, Napoleão A. de. **A construção da Belém-Brasília e a modernidade no Tocantins**. 1996. 214 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1996.
- ARAÚJO, Alexandre Martins de. **Comunidade Negra no Cerrado: narrativas de curas e remédios**. CABRERA, Olga (org.) Goiânia: CECAB, 2007.

ARTIAGA, Zoroastro. **Contribuição para a história de Goiás**. Uberaba: Graf. Triângulo, 1947.

ARTIAGA, Zoroastro. **História de Goiás: síntese dos acontecimentos da política e da administração pública de Goiás, de 1592 a 1935**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1959, t. 1.

ARTIAGA, Zoroastro. **História de Goiás: relato de acontecimentos históricos goianos de 1592 a 1946**. Goiânia: [s.n.], 1961, t. 2.

BAIOCCHI, Mari de Nasaré. **Negros de Cedro**. São Paulo: Ática, 1983.

BAIOCCHI, Mari de Nasaré. **Kalunga: povo da terra**. 3 ed. Goiânia: Editora UFG, 2013.

BARREIRA, Celene C. M. A. **Região da Estrada do Boi: usos e abusos da natureza**. 1989. 156 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1989.

BEZERRA, Raphael. **Centro de Goiânia: da homenagem ao povo trabalhador até o descaso com nossa memória**. *Jornal Opção*, Goiânia, 30 abr. 2023. Reportagens. Acesso em 12 fev. 2026. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/reportagens/centro-de-goiania-486691/>.

BITTAR, Maria J. G. **As três faces de Eva na cidade de Goiás**. 1997. 237 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

BITTENCOURT, Libertad B. **Produção familiar e estratégias produtivas em Goiás (estudo em sete municípios)**. 194 f. 1995. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1995.

BORGES, Barsanufio G. **O despertar dos dormentes**. 1982. 167 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1982.

BORGES, Rosana Maria Ribeiro. BARBOSA, Marialva Carlos. Da senzala ao enfrentamento: Joaquim Alves de Oliveira e as contraditórias dinâmicas históricas que antecederam as atividades impressas em Goiás. **Revista Brasileira de História da Mídia**, São Paulo, v. 9, n. 2, p.191–208, jul/dez. 2020.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 3. ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Marcos de Noronha e Brito, conde dos Arcos**. Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018. Disponível em: [https://mapa.an.gov.br/index.php/mapa/centrais-de-conteudo/producao/biografias/443-marcos-de-noronha-e-brito-conde-dos-arcos?highlight=WyJjb25kZSIsImRvcyIsImFyY29zIl0=](https://mapa.an.gov.br/index.php/mapa/centrais-de-conteudo/producao/biografias/443-marcos-de-noronha-e-brito-conde-dos-arcos?highlight=WyJjb25kZSIsImRvcyIsImFyY29zIl0=.). Acesso em: 14 fev. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 14 maio 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.882, de 19 de fevereiro de 1941**. Cria a Colônia Agrícola Nacional de Goiás. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-6882-19-fevereiro-1941-333219-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 maio 2023.

BRITO, Maria H. de O. **A colônia alemã do Uvã**: uma tentativa oficial de colonização em Goiás (1924-1954). 1982. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás Goiânia, 1982.

BUENO, Marielys Siqueira. **Macaúba**: uma aldeia Karajá em contato com a civilização. 1976. 102 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1976.

BURKE, Peter. História como memória social. *In: Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000. p.67–90.

CAMPOS FILHO, Romualdo P. **A esquerda em armas**: história da Guerrilha do Araguaia (1972-1975). 1995. 238 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1995.

CAMPOS JÚNIOR, Paulo B. **A transferência da sede da “Goiás” para Goiânia (1954)**. 1998. 156 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1998.

CANCLINI, Nestor García. **Diferentes, desiguales y desconectados**: mapas de la Interculturalidad. Barcelona: Editorial Gedisa, 2004. Disponível em: <https://oibc.oei.es/uploads/attachments/123/garcia-canclini-nestor-diferentes-desiguales-y-desconectados-mapas-de-la-interculturalidad.pdf>. Acesso em: 6 set. 2025.

CANCLINI, Néstor García. **¿Qué será la interculturalidad?** *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, [S. l.], v. 18, e18801, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-43412021v18a801>. Acesso em: 11 set. 2025.

CASTRO, Onildo de. **O julgado de Pilar**: resgate histórico. Brasília: Grafisa, 1996.

CASTRO, Ruth C. G. de. **MEB**: uma estratégia de comunicação com o homem do campo. 1992. 228 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1992.

CATROGA, Fernando. **Os passos do homem como restolho do tempo**: memória e fim do fim da história. Coimbra: Almedina, 2009.

CAVALCANTE, Maria do E. S. **O movimento separatista do norte de Goiás (1821-1988)**. 1990 331 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1990.

CHAUL, Nasr Fayad. **A construção de Goiânia e a transferência da capital**. Goiânia. 1985. 164 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1985.

CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Editora UFG, 1997.

CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. 4. ed. Goiânia; Editora UFG, 2015.

COELHO, Gustavo N. **A formação do espaço urbano nas vilas do ouro em Goiás: o caso de Vila Boa**. 1997. 131 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

COSTA, Maria Beatriz Ribeiro. **A Revolução de 1930 e a Revista Oeste na consolidação de Goiânia: do bandeirismo utópico à concretização do discurso**. 1994. 186 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1994.

CURADO, Ramir. **História, memória e identidade nos arraiais de Corumbá e Meia Ponte um estudo comparativo de núcleos urbanos (1730-1850)**. 1999. 300 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, 1999.

CURADO, Ramir. A participação dos bandeirantes na fundação de cidades goianas surgidas em função do ouro. **Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais**, Goiânia, v. 10, n. 2, p. 1–20, nov. 2021. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/article/view/12555>. Acesso em: 10 jun. 2024.

DAYRELL, Eliane G. **Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização na expansão para o oeste**. 1975. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1975.

DIETZ, Gunther. Interculturalidad: una aproximación antropológica. **Perfiles educativos**, Ciudad de México, v. 39, n. 156, p. 192–207, jun. 2017. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-26982017000200192. Acesso em: 10 jun. 2024.

DUARTE, Terezinha M. **Se as paredes da catedral falassem: a Arquidiocese de Goiânia e o Regime Militar (1968-1985)**. 1996. 233 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1996.

ELLIS, Myriam. São Paulo, de capitania a província: pontos de partida para uma História político-administrativa da Capitania de São Paulo. **Revista de História**, v. 52, n. 103 (1), p. 147–216, 1975. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1975.133148. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/133148>. Acesso em: 9 set. 2025.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 63–79.

FERNANDES, Maria de Fátima; ROCHA, Cassiano de Brito; E SILVA, Sandro Dutra. A fronteira da mineração em Goiás: história ambiental e os recursos naturais do Cerrado a partir da exploração do ouro em Pilar de Goiás. **Élisée - Revista de Geografia da UEG**, v. 9, n. 2, p. e922019, 2020. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/pt_BR/article/view/10901. Acesso em: 20 set. 2025.

FERREIRA, Aroldo M. **Urbanização e arquitetura na região da Estrada de Ferro Goiás E. F. Goiás**: cidade de Pires do Rio, um exemplar de estudo. 1999. 278 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.

FERREIRA, Eloisa A. Beleza; TOKARSKI, Donizete J. (org.). **Bacia Hidrográfica do Alto Tocantins**: retrato e reflexões. Brasília: ECODATA WWF-Brasil, 2007.

FERREIRA, Gleisson. **História, memória, fronteira e alteridade em Lavrinhas de São Sebastião nas “Cartas de Goiás” de Carlos Pereira de Magalhães**. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

FERREIRA, Gleisson. **O segredo da macaúba**: tempo, memória e identidade nas manifestações culturais de Lavrinhas. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual de Goiás, Uruaçu, 2009.

FERREIRA, Gracy T. da S. **O coronelismo no Estado de Goiás (1889-1930)**: as construções do fenômeno pela história e pela literatura. 1997. 162 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

FONSECA, Maria Lúcia. **Coronelismo e cotidiano**: Morrinhos (1889-1930). 1997. 212 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

FREITAS, Wagner Abadio de; MELLO, Marcelo de. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás e a redefinição nos usos do território. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 26, n. 3, p. 471–482, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/KGcy68yB5mTKYz5kNZsB73r/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 jun. 2024.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (FCP). Disponível em: www.palmares.org.gov.br. Acesso em: 30 jul. 2024.

GARZONI, Elionete de Castro; BETHONICO, Maria Bárbara de Magalhães. Região e etnorregião – um olhar a partir da realidade dos povos indígenas de Roraima, Brasil. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 29, n. 2, p. 172–189, 2019. DOI: 10.5752/P.2318-2962.2019v29n2p172-189. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/geografia/article/view/20680>. Acesso em: 9 set. 2024.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HERBETTA, Alexandre Ferraz; ARAÚJO, Alexandre Martins de; NAZARENO, Elias; ROCHA, Leandro Mendes. Suleando lugares: arraigamento ecológico nos quilombos de Pombal e Porto Leocardio, em Goiás. **Revista Interdisciplinar Sulear**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 2. Edição Especial Dossiê SULEar, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Incra/GO publica relatório de identificação e delimitação da Comunidade Quilombola Tomás Cardoso (2011)**. Disponível em <https://incragoias.wordpress.com/2011/03/23/78/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

JULIO, Suelen Siqueira. Mulheres indígenas na América Latina Colonial. *In: XXVIII Simpósio Nacional de História – Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Anais...* Florianópolis: ANPUH, 2015. Disponível em: http://snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439240941_ARQUIVO_Anpuh2015.pdf. Acesso em: 22 jul. 2025.

KARASCH, Mary. Os quilombos do ouro na Capitania de Goiás. *In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

LABAIG, Henrique C. **O cooperativismo agrícola e sua participação no desenvolvimento capitalista do Sudoeste Goiano (1960-1990)**. 1995. 181 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1995.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora Unicamp, 1994.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos objetos**. Tradução: Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LEÃO, Victória de Melo; GOMES, Giovanna Adriana Tavares; SOUZA, Washington Fernando de. “Pilar de Goiás – Confronto de interesses e expectativas na preservação do patrimônio histórico tombado e desenvolvimento do turismo local do ponto de vista dos atores sociais: Poder público e comunidade residente”. *In: SIMPÓSIO INTERDISCIPLINAR AMBIENTE E SOCIEDADE (SIAS)*, 1, 2017, Morrinhos. **Anais [...]**, Morrinhos: UEG, 2017. p. 689–699.

LEENHARDT, Jacques. Fronteiras, fronteiras culturais e globalização. *In: MARTINS, Maria Helena (org.). Fronteiras culturais: Brasil-Uruguai-Argentina*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

LOBO, Sônia A. **Estado e violência no campo em Goiás (1950-1960)**. 1994. 130 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1994.

LUZ, Josélio M. **A primeira experiência de planejamento estatal em Goiás: o plano e a reforma administrativa do governo Mauro Borges (1961-1964)**. 1987. 232 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1987.

MACHADO, Lais Aparecida. **A administração provincial em Goiás no período regencial e seus antecedentes coloniais**. 1978. 225 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1978.

MACHADO, Maria C. T. **Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história**. 1987. 316 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1987.

MACHADO, Vilma de F. **Sudoeste de Goiás: desenvolvimento desigual**. 1996. 143 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1996.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. A cobrança do ouro do rei nas Minas Gerais: o fim da capitação – 1741-1750. **Tempo**, Niterói, v. 14, n. 27, p. 118–132, jul.-dez. 2009. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1413-77042009000200009>. Acesso em: 18 set. 2024.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. **Males do sertão: alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2014.

MAGALINSKI, Jan. **Cooperativa de imigrantes em Itaberaí: estudo da fixação de deslocados de guerra na zona rural de Goiás**. 1978. 264 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1978.

MAGALINSKI, Júlia M. **Imigração para Goiás (1920-1952): política e prática**. 1987. 255 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1987.

MARINHO, Thais Alves. **Identidade e territorialidade entre os Kalunga do Vão do Moleque**. 2008. 208f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia-GO, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, Tarcísio José. **Quilombo do Campo Grande – A História de Minas roubada ao povo**. São Paulo: A Gazeta Maçônica, 1995.

MARTINS, Tarcísio José. **Quilombo do Campo Grande – Ladrões da História**. Belo Horizonte: Santa Clara, 2011.

MARTINS, Tarcísio José. A falsa sublevação dos negros de 1719, inventada pelo Conde de Assumar. **MG Quilombo**, 6 nov. 2024. Disponível em: <https://www.mgquilombo.com.br/artigos/pesquisas-escolares/a-falsa-sublevacao-geral-dos-negros-de-1719-inventada-pelo-conde-de-assumar/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

MARTINS, Tarcísio José. Gomes Freire de Andrade: O outro lado de Gomes Freire. **MG Quilombo**, ©2026. Disponível em: <https://www.mgquilombo.com.br/artigos/comunidades->

quilombolas/gomes-freire-de-andrade-1o-conde-de-bobadela-o-outro-lado-de-gomes-freire/.

Acesso em: 12 jun. 2024.

MARTINS, Zildete I. de O. **A participação de Goiás na Guerra do Paraguai**. 1978. 141 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1978.

MELO NETTO, Tenório de. **A contribuição de Brasília para o desenvolvimento econômico de Goiás (1960-1980)**. 1988. 203 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1988.

MENDES, Neilson Silva. **Memórias e expectativa: a construção identitária no Quilombo de Pombal e as estratégias de sobrevivência no campo**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação “Territórios e expressões culturais no cerrado”) – Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2015.

MENEZES, Irma Áurea Cordeiro. **O Colégio Santa Clara e sua influência educacional em Goiás**. 1977. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1977.

MESQUITA, Helena A. de. **A modernização da agricultura: um caso em Catalão**. 1993. 196 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1993.

MIGUEL, Walderez Loureiro. **O Serviço Social e a “promoção do homem”**: um estudo de ideologia - a Escola de Serviço Social de Goiás no processo histórico brasileiro (1936-1977). 1978. 235 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1978.

MOLINA, Suely F. L. **Engenhos de rapadura: a agroindústria periférica no município de Quirinópolis (1880-1980)**. 1994. 415 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1994.

MONTEIRO, Silvana Drummond; CARELLI, Ana Esmeralda. **Ciberespaço, memória e esquecimento**. In: ENANCIB (Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação), 8., out. 2007, Salvador. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT1--104.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2026.

MORAES, Cristina de Cássia P. **As estratégias de purificação dos espaços na capital da Província de Goiás (1835-1843)**. 1995. 165 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1995.

MORAES, Maria Augusta. S. **Contribuição para o estudo político e oligárquico de Goiás**. 1972. 216 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

MORAES, Maria Augusta. S. **História de uma oligarquia: os Bulhões**. Goiânia: Oriente, 1974.

- MOTA, Fátima A. C. **Imigração japonesa em Goiás: a colônia ou a ilusão do cerrado?** 1992. 256 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1992.
- MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**. 4. ed. Porto Alegre Mercado Aberto, 1988.
- MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.
- MOURA, Clóvis. **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. 2001 Maceió, AL: Edufal, 2001.
- NATAL E SILVA, Colemar. **História de Goiás**. 3. ed. Goiânia: IGL, 2002.
- NAZARENO, Elias; ARAUJO, Alexandre Martins de; HERBETTA, Alexandre Ferraz. Quilombos de Pombal, Porto Leocárdio, São Félix e Nova Esperança: análise dos fatores relacionados ao deslocamento e assentamento de suas populações entre os séculos XIX e XX. *In*: COELHO, George Leonardo Seabra, ARAÚJO, Gilberto Paulino de (org.). **Educação do campo e cidadania no Brasil contemporâneo**. Palmas, TO: EDUFT, 2018. p. 117-148.
- NEPOMUCENO, Maria de A. **A ilusão pedagógica (1930-1945): Estado, sociedade e educação em Goiás**. 1991. 209 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1991.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7–28, dez. 1993.
- NUNES, Heliane P. **A era rodoviária em Goiás: impactos na estrutura rural e urbana (1930-1961)**. 1985. 258 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1985.
- OLIVEIRA, Eliézer C. de. **As representações do medo e das catástrofes em Goiás**. 2006. 3591. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia – Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2006.
- OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Um porto no sertão: cultura e cotidiano em Porto Nacional (1880-1910)**. 1997. 177 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.
- OLIVEIRA, Marisis C. de. **Questão agrária em Goiás: governo Mauro Borges (1961-1964)**. 1988. 225 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1988.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.
- PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 81–101, 2010. Disponível em: www.revistas.usp.br. Acesso em: 27 mar. 2025.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786 – 1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

PALACÍN, Luis. **Goiás, 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de Minas**. 1972. 177 f. Tese (Livre-Docência) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1972.

PALACÍN, Luis. **Goiás, 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de Minas**. 2. ed. Goiânia: Oriente, 1976b.

PALACÍN, Luis. **O século de ouro em Goiás (1722-1822): estrutura e conjuntura numa capitania de Minas**. Goiânia: Oriente, 1972.

PALACÍN, Luis; MORAES, Maria Augusta de Sant’ana de. **História de Goiás**. 5. ed. Goiânia: Editora da UGG, 1989.

PALACÍN, Luis; MORAES, Maria Augusta de Sant’ana de. **História de Goiás (1722-1972)**. 7. ed. Goiânia: Editora da UGG, 2008.

PARADA FILHO, Carlos J. **Quando a corda arrebenta do lado mais forte: senhores e escravos em Goiás (século XIX)**. 1992. 154 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1992.

PAULA, Marise Vicente de. **Kalunga mito do isolamento diante da mobilidade espacial**. 2003, 2001. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos Socioambientais – Universidade Federal de Goiás – UFG. Goiânia, 2003.

PEDROSO, Dulce M. R. **Avá-Canoeiro: a história do povo invisível (séculos XVIII-XIX)**. 1992. 358 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1992.

PEDROSO, Dulce M. R. Memória e documentação histórica na reconstituição da História Regional em Goiás. **Revista UFG**, Goiânia, v. 9, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48163>. Acesso em: 18 set. 2024.

PEREIRA, Eliane M. C. M. **O realismo maravilhoso de Siron Franco: uma arte crítica à mentalidade dominadora na América Latina**. 1990. 336 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (org.). **Fronteiras culturais – Brasil, Uruguai, Argentina**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002. p. 35–39.

POHL, Johann Emmanuel. **Viagem no interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1989: 3-15.

POLONIAL, Juscelino. **A Estrada de Ferro Goiás e o processo de urbanização de Anápolis (1907-1994)**. 1995. 153 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1995.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, Clacso, 2005. p. 227–278.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RIBEIRO, Miriam B. A. **Memória, família e poder: história de uma permanência política – os Caiado em Goiás**. 1996. 224 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1996.

RIBEIRO, Paulo R. **Agroindústria e pequena produção no município de Itumbiara (1960-1980)**. 1990. 159 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1990.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROSA, Maria L. A. **História de uma transição de oligarquias: Goiás (1899-1909)**. 1981. 158 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1981.

SAINT-HILAIRE, August de. **Viagens à Província de Goiás**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1975.

SALGUEIRO, Heliana A. **A singularidade da obra de Veiga Valle**. 1982. 410 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1982.

SALLES, Gilka. V. F. **Economia e escravidão em Goiás Colonial**. 1980. 308 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

SALLES, Gilka. V. F. **Economia e escravidão em Goiás Colonial**. Goiânia: Editora da UFG, 1992.

SANTOS, Edivaldo A. dos. **Os dominicanos em Goiás e Tocantins (1881-1930): fundação e consolidação da missão dominicana no Brasil**. 1996. 180 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1996.

SANTOS, Miguel A. N. dos. **Trindade de Goiás uma cidade santuário: conjunturas de um fenômeno religioso no Centro-Oeste brasileiro**. 1978. 278 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1978.

SANTOS, Nivaldo dos. **Desenvolvimento capitalista e modificações nas relações de trabalho no campo em Goiás (1970-1985)**. 1992. 198 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1992.

SANTOS, Raymar L. **A modernização da agricultura em Goiás na perspectiva da pesquisa agropecuária**. 1999. 176 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.

SECRETARIA CIDADÃ DE GOIÁS. Disponível em: <http://www.secretariaciadada.go.gov.br/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

SILVA E SOUZA, Luiz Antônio da. **Memória sobre o descobrimento, governo, população e cousas mais notáveis da capitania de Goyaz**. Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil, Rio de Janeiro, v. 12, t. 5, p. 429-510, 1849.

SILVA, Deuzair J. da. **Cultura e sociedade no município de Fazenda Nova (1953-1980): uma tentativa de micro-história**. 1997. 215 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

SILVA, Edma J. **Sesmarias: capitania de Goiás (1726-1770)**. 1996. 298 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1996.

SILVA, Martiniano José da. **Sombra dos quilombos**. Goiânia: Barão de Itararé; Cultura Goiana, 1974.

SILVA, Martiniano J. da. **Quilombos do Brasil Central (1719-1888): introdução ao estudo da escravidão**. 1998. 464 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1998.

SILVA, Martiniano José da. **Quilombos do Brasil Central: violência e resistência escrava, 1719-1888**. 2. ed. Goiânia: Kelps, 2008.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. Gomes Freire de Andrade, o 1º Capitão General de Mato Grosso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**, Cuiabá (MT), v. 1, n. 56, p. 13–18, 1998. Disponível em: <https://revistaihgmt.com.br/index.php/revistaihgmt/article/view/648>. Acesso em: 7 mar. 2026.

SILVA, Rogério Chaves. **Reflexões sobre o fazer histórico: uma história da historiografia sobre Goiás da década de 1920 a 1990**. Goiânia: Editora UFG, 2019.

SIMPÓSIO Nacional da Associação dos Professores Universitários de História (Apuh), 5., 1969, São Paulo. Anais... São Paulo, 1971.

SIMPÓSIO Nacional da Associação dos Professores Universitários de História (Anpuh), 6., 1971, São Paulo. Anais... São Paulo, 1973.

SIQUEIRA, Edna L. **O trabalhador livre em Goiás (1830-1850)**. 1982. 176 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1982.

SOUZA, Dalva M. B. de L. D. de. **1964 em Goiás: ovo da serpente** (militares e proprietários de terras na gestação da ditadura). 1991. 145 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1991.

SOUZA, Laura Olivieri Carneiro de. **Quilombos: identidade e história**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

SOUZA, Maria Sônia F. **A sociedade agrária em Goiás (1912-1921) na literatura de Hugo de Carvalho Ramos**. 1978. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1978.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Eugenia, racismo científico e antirracismo no Brasil: debates sobre ciência, raça e imigração no movimento eugênico brasileiro (1920-1930). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 42, n. 89, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472022v42n89-06> . Acesso em: 20 set. 2025.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. As ideias eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entre-guerras. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 6, n. 11, 2012. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/1877> . Acesso em: 20 set. 2025.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. O Brasil da Mitologia Racial: eugenia, racismo e utopias nacionais no modernismo brasileiro dos anos 1920. **História** (São Paulo), v. 43, p. e20230007, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e20230007> . Acesso em: 20 set. 2025.

TIBALLI, Elianda F. Arantes. **A expansão do povoamento em Goiás (século XIX)**. 1991. 136 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1991.

TOMAZINI, Maria L. V. **Mulher gari: história e memória da força de trabalho feminino-Goiânia (1979-1988)**. 1990. 354 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1990.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Programa de Pós-Graduação em História** – Linhas de Pesquisa. Goiânia, 2022. Disponível em: <https://historia.fch.ufg.br> . Acesso em: 4 set. 2025.

VAZ, Eber. **A modernização da agricultura e as relações de trabalho no Sudoeste Goiano: a situação do trabalhador volante no corte de cana (1964-1989)**. 1992. 183 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1992.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad y colonialidad del poder, un pensamiento y posicionamiento “o”tro” desde la diferencia colonial**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2019.